

Alessandro Gonçalves Barreto
Emerson Wendt

**BEST
SELLER**

Inteligência e Investigação Criminal em

FONTES ABERTAS

Busca de dados em redes sociais

Novo capítulo sobre fake news

Novas ferramentas de pesquisa
no ambiente digital

Prefácio de Márcio Anselmo
Coordenador-Geral de Repressão
à Corrupção e Lavagem de Dinheiro



3ª Edição
do livro





INVESTIGADOR_Z

INVESTIGADOR_Z

Alesandro Gonçalves Barreto
Emerson Wendt

Inteligência e Investigação Criminal em Fontes Abertas



Rio de Janeiro
2020

Copyright© 2020 por Brasport Livros e Multimídia Ltda.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sob qualquer meio, especialmente em fotocópia (xerox), sem a permissão, por escrito, da Editora.

1ª edição: 2013

Reimpressão: 2014

2ª edição: 2017

Reimpressões: 2017, 2018, 2019

3ª edição: 2020

Editor: Sergio Martins de Oliveira

Gerente de Produção Editorial: Marina dos Anjos Martins de Oliveira

Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Capa: Use Design

Técnica e muita atenção foram empregadas na produção deste livro. Porém, erros de digitação e/ou impressão podem ocorrer. Qualquer dúvida, inclusive de conceito, solicitamos enviar mensagem para **editorial@brasport.com.br**, para que nossa equipe, juntamente com o autor, possa esclarecer. A Brasport e o(s) autor(es) não assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso deste livro.

BRASPORT Livros e Multimídia Ltda.

Rua Teodoro da Silva, 536 A – Vila Isabel

20560-005 Rio de Janeiro-RJ

Tels. Fax: (21)2568.1415/3497.2162

e-mails: marketing@brasport.com.br

vendas@brasport.com.br

editorial@brasport.com.br

site: www.brasport.com.br

INVESTIGADOR_Z

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao meu amado DEUS pelo dom da vida e pelas pessoas excepcionais que o senhor colocou no meu caminho.

À minha amada esposa Vanubia pelo amor, companheirismo e paixão. Sou eternamente grato por ter você todos os dias ao meu lado.

Às minhas filhas Karolinne e Camila, maiores bênçãos da minha vida.

À minha saudosa mãe.

Ao meu pai Francisco e aos irmãos Givago, Anuscka e Rafaella.

A todos aqueles que têm contribuído na minha carreira, amigos de OSINT, Cyber e, em especial, a todos os delegados de polícia, agentes, escrivães, investigadores e peritos.

Aos amigos do Ministério Público e do Poder Judiciário.

À Polícia Civil do Piauí. Tenho muito orgulho em fazer parte dos seus quadros.

A todos aqueles que compõem a SEOPI – Secretaria de Operações Integradas – e em especial ao Dr. Rosalvo Franco, fonte de inspiração, segurança e confiança para todos nós.

Aos amigos do Laboratório de Operações Cibernéticas. Aprendo muito com vocês.

“Não há no mundo exagero mais belo que a gratidão” (Jean De La Bruyere).

Alesandro Gonçalves Barreto

Agradecimentos nunca são os mais justos, pois inúmeras pessoas os merecem.

No entanto, a gratidão é válida e fundamental quando destinada aos meus pais, Nilo e Neli (*in memoriam*). São pessoas que me orientaram e tiveram empenho na minha educação, orientação e, efusivamente e com entusiasmo, foram a mola condutora e formadora de um caráter voltado ao certo e justo.

À minha parceira de caminhada, Valquiria Wendt. Sem teu apoio e incentivo muitas das coisas que faço não teriam ocorrido e não seriam possíveis. Também preciso citar os meus filhos queridos, Luiz Augusto Wendt e Anna Vitória Wendt, por estarem sempre presentes ante a minha ausência em vários momentos e, mesmo assim, sempre são capazes de direta ou indiretamente incentivarem a caminhada escolhida. Sinto tanto orgulho de vocês!

Às Polícias Cíveis de todo o Brasil. PCRS, escolheste a mim e me enamorei de ti, sentindo orgulho de pertencer aos teus quadros e de batalhar, todos os dias, em prol da segurança pública, em especial a dos gaúchos, do povo do Rio Grande do Sul, que foi e é berço de todo o meu conhecimento de investigação criminal e inteligência policial.

A todos os colegas policiais civis e federais do Brasil, aos profissionais da área de Tecnologia da Informação, de Segurança da Informação e de Inteligência Policial, que muito têm colaborado para aumentar a sensação de segurança no Brasil por meio de modernas técnicas de investigação criminal qualificada.

Aos meus colegas de Mestrado e, agora, de Doutorado em Direito pela Universidade La Salle Canoas. Em especial, à minha orientadora acadêmica, Prof^a Dr^a Renata Almeida da Costa, pelos ensinamentos e críticas. Enfim, à academia, seja do Direito, seja da área Policial, por sempre me desafiar.

Emerson Wendt

Prefácio da edição de 2020

Com muita alegria recebi o convite para prefaciar a obra **Inteligência e Investigação Criminal em Fontes Abertas**, que já se encontra em sua terceira edição, demonstrando o grande interesse despertado pelo tema, sobretudo a partir da grande revolução tecnológica pela qual passamos nas últimas décadas.

E maior a alegria em razão dos autores, Alesandro Gonçalves Barreto e Emerson Wendt, serem colegas de profissão, ambos Delegados de Polícia Civil, com larga experiência, seja profissional ou acadêmica, vencendo a árdua tarefa de conciliar as duas com maestria ao longo de suas carreiras.

Aqui merece destaque a importância em se conciliar as carreiras profissional e acadêmica, uma vez que o conhecimento puramente acadêmico, por si, muitas vezes carece da experiência de quem viveu os problemas na prática e testou suas soluções.

Tratando da obra, os autores apresentam o tema dividido em sete capítulos. No primeiro, são firmados os conceitos introdutórios e basilares para a compreensão dos capítulos seguintes, notadamente a ideia de “inteligência digital”, as fontes e sua classificação.

Partindo da classificação das fontes – abertas ou fechadas – os autores aprofundam no Capítulo 2 a relação entre crime e fontes abertas. Evidenciam, portanto, a crescente relação entre a explosão das mídias sociais e aplicativos de mensageria e o aumento da apropriação de suas informações por criminosos. Hoje, a partir de diversas mídias sociais, é possível traçar um perfil bastante fidedigno de possíveis “alvos” desses criminosos.

No Capítulo 3 os autores tratam do histórico da Internet e a importância dela para a atualidade, notadamente, trazer ao leitor o conhecimento de como acessar as fontes abertas na web, os principais sistemas de busca existentes,

seu funcionamento e as ferramentas que auxiliam nesse processo, com o objetivo de racionalizar e agregar valor a essas pesquisas.

Encerradas essas noções gerais e aplicações práticas, os autores passam a tratar de questões reais, como o Capítulo 4, em que tratam da utilização de fontes abertas para os jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016, destacando a antecipação de fatos, com a finalidade de conhecer para planejar e antecipar possíveis ameaças à segurança dos eventos esportivos.

A atualidade das *fake news*, tema recorrente sobretudo em matéria eleitoral, é tratada no Capítulo 5, que aborda sua relação com as fontes abertas, indicando diversas ações de *fact checking* como ferramenta de verificação dos fatos.

Um extenso capítulo aborda os sites de fontes abertas úteis e indicados (Capítulo 6), que são ferramentas de grande utilidade para, por exemplo, pesquisa e localização de pessoas na web, nas redes sociais, por profissão e cadastros em geral; obtenção de imagens na web e verificação de suas propriedades adequadamente; pesquisa e monitoramento de redes sociais e páginas na web; pesquisa e acompanhamento de informações sobre transportes aéreos, terrestres e marítimos, no Brasil e no mundo; pesquisa de endereços, mapas e rotas; pesquisa sobre veículos, multas, carteira nacional de habilitação e gravame de veículos; pesquisas e informações sobre usuários e dados de telefonia fixa e móvel; pesquisa e acessos a sites governamentais.

O sétimo e último capítulo é dedicado à validade jurídica das evidências digitais colhidas na web, que coroa o trabalho tratando da forma de utilização válida dessas evidências colhidas identificadas em fontes abertas. Encerra-se, portanto, o ciclo de pesquisa de dados, sua identificação na construção de respostas e a apresentação de seus resultados em instrumentos oficiais. As evidências digitais e sua apresentação materializam o resultado do trabalho de pesquisa.

Por fim, como bem advertiram os autores, a proposta do livro não é ensinar estratégias de investigação criminal em fontes abertas, mas criar condições para a obtenção de conhecimentos básicos e então desenvolver as habilidades necessárias ao serviço profissional da área de segurança pública. A

curiosidade do investigador e sua perspicácia na utilização dessas ferramentas disponíveis na web farão com que tenha sucesso em seu trabalho.

Assim, mais que um manual, o livro tem o condão de despertar a curiosidade do leitor a se aprofundar no tema e avançar nesse vasto mundo das fontes abertas em tudo o que ele pode oferecer para a produção de conhecimento.

Uma boa leitura a todos.

Márcio Anselmo

Márcio Anselmo é Doutor em Direito pela USP/SP e Delegado de Polícia Federal, atualmente ocupando o cargo de Coordenador-Geral de Repressão à Corrupção e Lavagem de Dinheiro. Professor de Direito Processual de Polícia Judiciária e Lavagem de Dinheiro na Academia Nacional de Polícia. Autor de diversos livros e artigos publicados.

Prefácio da edição de 2017

O mundo atual é permeado de complexidades derivadas de vários fatores, dentre os quais a globalização; a mudança do modo de produção focado na industrialização (comumente denominado por alguns como “Era da Informação”); os fenômenos criminosos de grandes amplitudes, como o crime organizado; o terrorismo e os crimes praticados no ciberespaço. Esses fatores geram um grande desafio para os estados democráticos, em especial para a área de segurança pública, haja vista as dificuldades de regulamentação, a transparência, a internacionalização do seu enfrentamento e a agilidade da mudança da tecnologia.

O mundo virtual, a vida virtual e a necessidade de estar conectado em tempo real em todos os momentos são, cada vez mais, uma constante na sociedade atual. Antigos paradigmas, princípios e valores, como a intimidade e a vida privada, que antes desfrutavam de uma aceitação unânime dentro da sociedade, não possuem ressonância nas novas gerações. Os momentos privados cotidianos são retratados nas redes sociais como se fossem parte de uma vida social virtual. Relações e vínculos sociais são criados e desenvolvidos neste mundo. O Estado, as legislações e a lentidão do mundo jurídico não acompanham a velocidade dessas mudanças e desses fenômenos.

Conhecer a forma com que os criminosos podem desenvolver seus planejamentos e executar suas ações, aproveitando-se da falta de conhecimento das pessoas, dos constantes avanços tecnológicos e da lentidão das ações estatais de regulamentação do mundo virtual, torna-se uma necessidade primordial para a sociedade e para a segurança pública.

A Inteligência de Segurança Pública (ISP), como órgão, método e processo de assessoria no enfrentamento especializado desse fenômeno, vem realizando esforços no sentido de estar no estado da arte do conhecimento e assessorar adequadamente no nível estratégico e operacional. Na vanguarda desse assessoramento, os amigos, delegados Alesandro Barreto e Emerson

Wendt, contribuem com uma produção literária vasta e inovadora, sem desprezar os aspectos da prática operacional e do assessoramento às investigações complexas.

Tive o prazer de conhecê-los e compartilhar de perto o nascedouro do desenvolvimento dessas expertises em meados do ano de 2005, na primeira edição do Curso de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, momento de grande debate sobre a doutrina da ISP e de conhecimento de novos saberes, como a disciplina Crimes Cibernéticos, ministrada no referido curso. Ambos possuem carreiras de destaque no âmbito dos seus estados e no país. Além disso, são verdadeiros entusiastas da ISP, grandes formadores de uma cultura de inteligência e de sua evolução no país.

Esta obra é inovadora desde a sua concepção e atualizada com vistas a acompanhar a velocidade do desenvolvimento deste mundo, ainda não completamente exaurido e compreendido pelas polícias, pelos operadores do direito e pela sociedade. Descortinar os mecanismos de utilização, produzir doutrina a fim de colaborar com o entendimento do mundo jurídico e contribuir com as policiais judiciárias e ISP, dentre outras, são colaborações essenciais desta obra.

Nos Estados Unidos, uma das recomendações do relatório da Comissão Nacional, criada em 2002 com o intuito de se debruçar nas falhas que resultaram no ataque terrorista em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, foi a criação de uma agência de acompanhamento de fontes abertas.

Navegar nesse ambiente operacional é essencial para a ISP. Buscar o dado, verificar sua credibilidade, consultar outras fontes, verificar se a fonte é realmente fonte ou canal de transmissão.

Enfim, a metodologia de produção de conhecimento passou a receber uma grande quantidade de dados oriundos das fontes abertas, tendo em vista que, na atualidade, praticamente todos os dados, bem como o conhecimento, são gerados no formato digital.

Vale salientar que na seara da segurança pública, em que os nossos alvos frequentemente utilizam-se da violência para se eximir da justiça, a utilização das fontes abertas para a obtenção de dados torna as nossas ações mais rápidas, obedecendo ao Princípio da Simplicidade, conseguindo o dado de forma mais simples, fácil e segura.

Um grande marco das fontes abertas em nosso país é sua utilização nos grandes eventos. Com a coordenação do Delegado Alesandro, acrescentamos ao planejamento de inteligência de segurança pública para os Jogos Olímpicos um núcleo de fontes abertas como um dos pilares da antecipação de fatos, com a finalidade de conhecer para planejar e antecipar possíveis ameaças à segurança dos jogos.

Com certeza, haja vista o dinamismo do mundo virtual, a presente edição é apenas a primeira de muitas. O surgimento de novos elementos, bem como a adaptação dos antigos conceitos das técnicas de operações de inteligência, deverá ser alcançado, como, por exemplo, a análise de vínculos virtuais, cobertura virtual, recrutamento e vigilância virtual. Esperamos ansiosos as futuras atualizações deste trio brilhante de profissionais da Inteligência Policial Judiciária.

Com muita honra recebi o convite de prefaciар uma obra tão inovadora de três grandes profissionais da Segurança Pública e de amigos de longa data. Tenho a certeza de que o leitor terá o mesmo prazer que eu tive em assimilar os conhecimentos vanguardistas descritos na presente obra e indispensáveis à ISP e à investigação policial nos tempos atuais.

Romano Costa

Delegado de Polícia
Coordenador Geral de Inteligência –
DINT/SESSE/MJ

Prefácio da edição de 2013

Na sociedade do conhecimento, tratar de “Inteligência Digital” é estar aberto para outras tantas formas de inteligência, a exemplo das resultantes das pesquisas realizadas por Howard Gardner, desde a década de 1980, e muito claramente explicada em suas obras, denominada e conhecida por Teoria das Inteligências Múltiplas. Entre estas, para o tema proposto pelos autores, em se tratando de alcance prático, a interface se manifesta “Inteligência Lógico-Matemática”, presente nos cientistas, programadores de computadores, contadores, advogados, banqueiros e matemáticos (cf. LURIA, 1981, p. 25).

Pensar em “Inteligência Digital” é recorrer à ideia da tessitura do conhecimento em mídias e redes, buscando sistematicamente viver e vivenciar o fenômeno da cibernética, o que implica em estar aberto para o bem ou para o mal (cf. MAFFESOLI, 1998). Na verdade, o tema “Inteligência Digital”, enquanto pertença da Sociedade do Conhecimento, não se distancia do pensamento de Lenin (1975), quando afirma: “O conhecimento é o processo pelo qual o pensamento se aproxima infinita e eternamente do objeto”. Já o autor sagrado assim se reporta: “Em Deus se encontram a sabedoria, o conhecimento e a ciência da lei” (Eclesiástico 11, 15).

Por outro lado, pensar em “Inteligência Digital”, a exemplo dos autores, é contribuir com a “Comunidade Digital”, auxiliando seus integrantes com a apresentação organizada de dados sobre o assunto, com vistas a oferecer subsídios conceituais, com base em fontes abertas, apropriados à prática da atividade de inteligência e do ciclo de produção do conhecimento, nos seus diferentes níveis de atuação: estratégico ou tático.

Muito me alegra a sutileza dos autores – Alesandro Gonçalves Barreto e Emerson Wendt – ao falarem da pretensão que têm com o lançamento deste livro, qual seja: “criar condições para que o leitor obtenha conhecimentos básicos e possa exercitar algumas habilidades necessárias ao serviço

profissional da área de segurança pública, em colaboração com a Inteligência de Segurança Pública e a Investigação Policial”.

Se esta é a lógica que conduz a linha de pensamento de ambos, creio que esta também seja a lógica a motivar o leitor a ler e, com habilidade e profissionalismo, recorrer a esta valorosa fonte de informações sobre a “Inteligência Digital”, pois, quando bem aplicadas, estão sendo valorizadas e ampliando espaço para o surgimento de novos e significativos instrumentos legais, o que implicará em avanços e fidelidade às tendências tecnológicas do século XXI, cujos estudos costumam sinalizar a “formação profissional continuada” como forma de assegurar ao Brasil e ao povo brasileiro a real significância da Inteligência Digital Institucionalizada, por sua vez movida pela “força invisível” da Internet e da rede mundial de computadores (*world wide web* – *www*).

André Fagundes Mendes

Delegado de Polícia Civil de Rondônia e Coordenador-Geral de Inteligência
da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Apresentação

A obra que apresentamos aos leitores tem um conteúdo inovador e foi um trabalho que tem se aprimorado com o passar do tempo. O conteúdo inicial do livro “Inteligência Digital” (primeira edição) foi transformado em “Investigação Digital em Fontes Abertas” (segunda edição), voltando agora, na terceira edição, a ampliar a possibilidade de leitura e o uso das ferramentas propostas e destacadas, especialmente voltadas às áreas de Inteligência e de Investigação Criminal. Por isso, o nome **“Inteligência e Investigação Criminal em Fontes Abertas”** foi dado pelos autores, que repetem o anseio da primeira edição e tendem a se manter fiéis ao projeto original.

O tema evoluiu e a experiência nos permitiu a ver que as complexidades do dia a dia do analista e/ou investigador podem ser canalizadas e, em face disso, haver o aprimoramento sempre no intuito de auxiliar, de dar caminhos mais curtos às perguntas feitas por analistas de inteligência e/ou investigadores. Assim, as ideias aqui expostas permitem aos policiais encontrar pessoas, objetos, locais e endereços na rede mundial de computadores, dentre outras peculiaridades tecnológicas.

Portanto, o livro tem o objetivo de fazer com que o leitor encontre dados que podem auxiliá-lo nos processos de execução de qualquer investigação moderna, em especial a criminal, além de permitir a produção de conhecimentos para os profissionais de Inteligência de Segurança Pública, em especial a Inteligência Policial Judiciária. Também pode servir a outros profissionais, como jornalistas e estudiosos da Internet e de suas relações com outras áreas, culturais, sociais e jurídicas.

Tal qual a primeira edição, não fugimos dos aspectos conceituais, embora este não seja o principal aspecto da obra. Não incluímos todas as ferramentas e debates possíveis, mesmo porque na Internet eles estão em constante evolução, porém deixamos um caminho para que o leitor possa ser perspicaz e evoluir consigo mesmo e com as experiências alcançadas. Não pretendemos

esgotar o assunto, mesmo porque hodiernamente isso é impossível dada a evolução da Internet. No entanto, nesta edição elencamos alguns tópicos extremamente importantes, quais sejam, uso das fontes abertas e sua relação com grandes eventos (o exemplo das Olimpíadas no Brasil) e com as *fake news*.

Assim, a mesma advertência feita no original “Inteligência Digital” permanece: a **proposta deste livro** não é ensinar ao leitor todas as estratégias de investigação criminal em fontes abertas, especialmente as fontes digitais, **mas** criar condições para que ele obtenha conhecimentos básicos e exercite algumas habilidades necessárias ao serviço profissional da área de segurança pública, em colaboração à Investigação Criminal e, quiçá, à Inteligência de Segurança Pública.

Assim, a curiosidade do investigador e sua perspicácia na utilização das ferramentas disponíveis na web farão com que tenha sucesso em seu trabalho.

Boa leitura!

Os autores

Sobre os Autores

Alesandro Gonçalves Barreto

Alesandro Gonçalves Barreto é Delegado de Polícia Civil do estado do Piauí. Graduação em Direito pela Universidade Regional do Cariri e Especialização em Ciências Criminais pela Universidade Federal do Piauí. Foi Diretor da Unidade do Subsistema de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí de 2005 até 2016. Integrou o Grupo de Trabalho revisor da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Professor de Cursos de Inteligência Cibernética pela SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública – e SEOPI – Secretaria de Operações Integradas. Professor convidado da UNAULA (Universidade Autônoma Latino Americana de Medellín – Colômbia). Gestor do NUFA – Núcleo de Fontes Abertas – da Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos do Ministério da Justiça durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Coordenador Geral de Contraineligência da Diretoria de Inteligência da DINT/SENASP (17/18) e Coordenador-Geral Substituto da Polícia Judiciária e Perícia da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Coordenador do Laboratório de Operações Cibernéticas da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Autor do e-book “Cybercards” e coautor dos livros “Manual de Investigação Cibernética”, “Deep Web”, “Vingança Digital” e “Cibercrimes e seus Reflexos no Direito Brasileiro”.

Emerson Wendt

Delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Maria e Pós-graduado em Direito pela URI-Frederico Westphalen. Doutorando em Direito pelo Universidade La Salle Canoas-RS.

Ex-Chefe da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, tendo sido também Diretor do Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico e Diretor do

Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos, ambos da Polícia Civil gaúcha. Foi membro e Presidente do Conselho Superior de Polícia da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Em 2019, foi Diretor do Departamento de Inteligência de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Professor da Academia de Polícia Civil nas cadeiras de Inteligência Policial e Investigação Criminal. Também é professor dos cursos de pós-graduação e/ou extensão da UNISINOS (São Leopoldo-RS), SENAC-RS (Passo Fundo-RS), IDC (Porto Alegre-RS), Verbo Jurídico (Porto Alegre-RS), Uniritter (Porto Alegre-RS e Canoas-RS), EPD (São Paulo-SP), IMED (Passo Fundo-RS e Porto Alegre-RS), UNITOLEDO (Porto Alegre-RS), ESMAFE/RS (Porto Alegre-RS), Uninorte (Rio Branco-AC), Unifacs (Salvador-BA), FEMA (Santa Rosa-RS), UNISC (Santa Cruz do Sul-RS), AJURIS (Porto Alegre-RS) e FMP (Porto Alegre-RS). Já ministrou aula/palestra nas Academias das Polícias Cíveis de Pernambuco, Goiás, Paraná, Acre, Alagoas, Sergipe, Rondônia, Piauí, Pará, Santa Catarina, Espírito Santo, Distrito Federal e Rio Grande do Norte. Também foi Tutor dos cursos EAD e presenciais da Secretaria Nacional de Segurança Pública, especialmente na atividade de Inteligência de Segurança Pública.

Membro da Associação Internacional de Investigação de Crimes de Alta Tecnologia (HTCIA), do PoaSec e do INASIS, além de integrante do Grupo Gestor de Tecnologia da Informação da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (GGTIC/SSP) e do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo do RS (CETIC-RS). Membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações – CMRI/RS – e do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência às Testemunhas Protegidas (CONDEL-RS).

Autor do livro “Inteligência Cibernética” (Editora Delfos). Coautor do livro “Crimes Cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação”, com Higor Vinícius Nogueira Jorge (Editora Brasport). Coautor dos livros “Inteligência Digital” e “Investigação Digital em Fontes Abertas”, com Alesandro Gonçalves Barreto (Editora Brasport). Autor e organizador dos livros “Investigação Criminal: ensaios sobre a arte de investigar crimes” e

“Investigação Criminal: Provas”, juntamente com o Fábio Motta Lopes (editoras Brasport e Livraria do Advogado). Autor do livro “Internet & Direito Penal – Risco e Cultura do Medo” (Livraria do Advogado Editora). Coautor do livro “Tecnologia da Informação & Direito”, com Ângela Kretschmann (Livraria do Advogado Editora). Autor e organizador do livro “Direito & TI: cibercrimes” (Livraria do Advogado Editora). Autor de diversos artigos e capítulos na área de Direito e Internet e Editor-Chefe da Revista Eletrônica Direito & TI (www.direitoeti.com.br).

Sumário

1. Introdução ao Tema Inteligência Digital

Conceitos

Abrangência da Inteligência Digital (ID)

Fontes de coleta e busca em meio digital

Conceito de fonte

Classificação das fontes

Enumeração das principais fontes de coleta e busca através dos meios digitais

Proposta de classificação de fontes

Fontes fechadas

Fontes abertas

Criação e atuação de agências com base em fontes abertas

Barreiras ao uso de fontes abertas

Princípio da publicidade e informação disponível

O Brasil e as fontes abertas

2. O Crime e as Fontes Abertas

Mídias sociais e casos de sucesso

3. A Internet como Fonte Aberta para Produção de Conhecimentos

A Internet como ferramenta de busca

Principais sistemas de busca existentes

Buscadores diferenciados da *surface web* e da *deep web*

Sites mais acessados no mundo e no Brasil

Integração de buscadores e buscadores por país

Como pesquisar na web e acessar as fontes abertas na web

Técnicas de busca

Dicas de busca específicas para o Google⁷³

Opção “Pesquisa avançada”

Opção “Estou com sorte”

Opção usando aspas duplas “”

Opção para forçar o Google a incluir um termo na pesquisa (operador “+”)

Opção para forçar o Google a excluir um termo da pesquisa (operador “-”)

Opção para forçar a inclusão de similares (operador “~”)

Opção um ou outro, mas não ambos (operador “|” – pipe)

Opção para trabalhar com intervalos numéricos (operador “..”)

Opção para trabalhar com curingas (operador “*”)

Opção para modificar o número de resultados por página de pesquisa

- Opção para especificar tipo de arquivo para os resultados
- Opção por pesquisa em um site específico
- Opção de pesquisa em um tipo específico de domínio
- Opção de procura por termo desejado somente no endereço (URL)
- Opção de pesquisa segura *SafeSearch*
- Opção de busca por sites semelhantes
- Opção de busca por sites que têm link para um site específico
- Opção para buscar somente nos campos de título de uma página
- Opção para buscar somente no texto de uma página
- Opção para pesquisar dentro do cache do Google
- Opção de busca por filmes ou músicas
- Opção calculadora
- Opção definição
- Opção mídias sociais
- Opção *hashtags*

4. Fontes Abertas e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

Núcleo de Fontes Abertas (Nufa)

5. Fake News e o Emprego de Fontes Abertas

Fact checking

Estudo de caso – *Fake news* e uso de buscadores

Estudo de caso – Imagens e *fake news*

Greve dos caminhoneiros

6. Sites de Fontes Abertas Úteis e Indicados

Google e suas (outras) funcionalidades

Pesquisa e localização de pessoas por aplicações de Internet, cadastros ou profissões

Localizar pessoas por redes sociais e sites diversos

Facebook

Instagram

Twitter

Outras ferramentas úteis no Twitter

Zabasearch

Spokeo

Pipl

Wink People Search

Peekyou

Name check

AcheCerto

LinkedIn

Yasni

Localizar pessoas pela atividade profissional

- Advogados
- Médicos
- Profissionais de contabilidade
- Outras classes
- Desaparecidos
- Consulta a estabelecimentos diversos
 - Farmácias e drogarias
 - Postos de combustíveis
 - Bancos e outras instituições financeiras
- Pesquisa e ferramentas auxiliares relativas a imagens na web
 - Funcionalidade do Google Imagens
 - Exif metadata*
- Pesquisa e monitoramento de redes sociais e páginas na web
- Pesquisa de vídeos
- Acompanhamento de informações sobre transportes – aéreo, marítimo e terrestre
 - Consultar voos *on-line*
 - Consultar transporte marítimo *on-line*
 - Consultar transporte terrestre interestadual ou internacional
 - Consultar transporte ferroviário e metrô
 - Consultar transporte terrestre municipal
- Pesquisas de mapas, endereços e rotas
 - Google Maps⁹⁹
 - Waze
 - Bing Maps
 - Open Street Maps
 - IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
 - Apontador¹⁰⁴
 - Correios
 - Show My Street
 - DNIT
 - GeoMaps
- Veículos, multas, carteira nacional de habilitação e gravame veicular
 - Polícia Rodoviária Federal (PRF)
 - SINESP Cidadão
 - DENATRAN
 - Multas e pontuação em CNH
 - Verificação de gravame de veículos
- Pesquisas e informações sobre usuários e dados de telefonia fixa e móvel
 - Portabilidade e operadoras de telefonia por número
 - Operadora por número fixo
 - Descobrir o DDD e a cidade
 - Consulta sobre telefone público
 - ERBs e cobertura de telefonia móvel

Consulta à lista telefônica

Pesquisa e acessos a sites governamentais e de dados públicos

Portal da Transparência

Governo Federal

Estados

Municípios

Portal da Transparência da Câmara dos Deputados

Portal da Transparência do Senado

Plataforma Brasil117

Compras governamentais

Tribunal de Contas da União

Programa de Aceleração do Crescimento

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Tesouro Nacional

Banco do Brasil

BNDES

Acesso a dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP)

Acesso a dados da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS)

Acesso a dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

IBAMA

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Consulta de CPF, CNPJ e certidões

Pessoa física e jurídica

Acesso às certidões negativas e positivas

Secretarias da fazenda estaduais

Nota fiscal eletrônica

Acesso às Juntas Comerciais dos Estados

Acesso ao DATASUS

Diários Oficiais

Pesquisa e acesso aos tribunais e órgãos da justiça

Tribunais superiores

STF

STJ

TSE

TST

STM

Conselhos de justiça

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Conselho da Justiça Federal (CJF)

Tribunais Regionais Federais (TRFs)

Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)

Tribunais Regionais Eleitorais (TREs)

- Tribunais de Justiça dos Estados
- Tribunais de Contas
 - Tribunal de Contas da União (TCU)
 - Tribunais de Contas Estaduais (TCEs)
 - Tribunais de Contas dos Municípios (TCMs)
- Consultas de informações de caráter policial
 - Atestado de antecedentes criminais
 - Mandados de prisão
- Pesquisas e software livre
- Ferramentas de investigação na Internet relacionadas aos domínios
 - Pesquisa de domínios
 - Georreferenciamento de IP (protocolo de Internet)
- Verificar *time zones*
- Informações sobre contas de e-mail
- Phishing, malwares e ransomware*
- Encurtador de URLs
- Falha nos serviços *on-line*
- Ferramentas de denúncia on-line
 - Google
 - Safernet
 - UOL (Universo Online)
 - YouTube
 - Instagram
 - Facebook
 - Tinder
 - Twitter
- Ferramentas de localização, rastreabilidade e investigação de/com dispositivos móveis
 - Equipamentos da Apple
 - Aparelhos Android
 - Google
 - Cerberus
 - Android Lost
 - Samsung Find Mobile
 - Interceptação ilegal
 - Interceptação ambiental com aplicativos móveis
 - Rastreabilidade de computadores e celulares com o Prey
 - Rastreabilidade de veículos e acompanhamento através de sistemas web
- Fraudes praticadas *on-line*

7. Validade Jurídica das Evidências Digitais Colhidas na Web

Referências

1. Introdução ao Tema Inteligência Digital

A ideia, quando pensamos para o primeiro livro, o conceito de inteligência digital (ID), foi de construir, criticamente, um conceito viável e perceptível a todos os profissionais envolvidos, e listar os tipos de uso e sua abrangência, enfocando-os no seu ambiente de trabalho e, principalmente, como isso pode auxiliar os profissionais no processo de elaboração de conhecimentos.

Não se trata de inovar, mas de sermos, enquanto profissionais em busca de conhecimentos, maleáveis frente ao universo de informações existentes no mundo, sabendo, sobretudo, como buscá-las e utilizá-las regularmente, seja na atividade de inteligência, produzindo conhecimentos, seja na investigação criminal, coletando evidências que auxiliem na elucidação de fatos e autores de crimes, seja – ainda – nos processos judiciais, formatando indícios/provas que podem influenciar na avaliação do contexto probatório do caso em julgamento.

Conceitos

Quando falamos de Internet já pensamos em um mundo virtual com vastos e incontáveis dados e informações, organizados ou não, que estão disponíveis e podem ser utilizados a favor ou contra as pessoas; tudo, é claro, dependerá do ponto de vista.

Da mesma forma, esses inúmeros dados e informações, na maioria das vezes sequer catalogados, estão lá disponíveis e não são usados pelos operadores de segurança pública, mais especificamente os de Inteligência e de Investigação Policial/Criminal. De outra parte, os operadores do Direito também ignoram a maioria das informações, seja para auxiliar uma acusação, seja para auxiliar a absolvição ou improcedência em um processo penal ou cível, respectivamente. Se avaliarmos a questão dos processos trabalhistas, muitas evidências que podem justificar uma demissão por justa causa podem ser coletadas no ambiente de rede, seja esta privada ou pública.

Mesmo um processo de investigação policial coordenado e baseado em fases (planejamento, coleta de dados, análise de dados e elaboração de relatório), ou um processo de produção de conhecimentos de inteligência elaborado dentro do “ciclo do processo de conhecimento” (planejamento, reunião, análise e síntese, interpretação, formalização e difusão), pode, por algum desconhecimento do investigador ou do analista, pecar pela falta de amplitude na coleta e busca do dado, gerando conhecimentos incompletos e/ou com conclusões precipitadas e imprecisas, o que pode ocasionar erros nos processos decisivos de direção de uma investigação policial ou das decisões dos gestores de Segurança Pública.

Aí está o processo de **inteligência digital**, com método prospectivo de pesquisa e análise dos dados contidos, por exemplo, na web, principalmente em fontes abertas, não deixando de considerar os ambientes restritos e as técnicas especiais baseadas em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

O que ocorre, na prática, a exemplo de quando surge o nome de alguém para aprimoramento dos dados, é o agente policial acessar imediatamente o banco de dados oficial de seu Estado para verificar o que lá contém, muitas vezes

esquecendo-se de pesquisar na web, em fontes abertas, cujo conteúdo pode ser bastante aproveitado para compreensão do “alvo” de sua pesquisa.

Portanto, o agente poderá encontrar ali valiosas informações (i. e., uma foto mais atual) que podem auxiliá-lo melhor no seu intento, que, em geral, é produzir conhecimentos, podendo fazê-lo, portanto, sem maiores riscos (no exemplo da foto encontrada na web, ela evita o risco de ter-se que expedir uma Ordem de Busca¹ – OB – para o setor operacional visando fotografar o alvo).

Não existe na doutrina de inteligência ou policial um conceito específico para o termo “Inteligência Digital”.

Assim, poderíamos defini-la como: um processo baseado na utilização de todos os meios tecnológicos, digitais, telemáticos e de interceptação de sinais, com a finalidade de obter dados e analisá-los, propiciando a produção de conhecimentos e/ou provas a respeito de assuntos de interesse da inteligência de segurança pública e, especificamente, da prática de delitos sob investigação policial ou, ainda, a responsabilidade penal de seus autores.

Uma vez definida a inteligência digital sob uma perspectiva ampla, há necessidade de se averiguar qual sua abrangência.

Abrangência da Inteligência Digital (ID)

Os conhecimentos delineados previamente – e que você leu – podem dar um direcionamento dos tipos de uso, ou seja, o aproveitamento que pode ter a ID.

Assim, o foco principal da ID é auxiliar na produção de conhecimentos, facilitando sua concepção e seu aprimoramento, principalmente com base em fontes abertas, porém não se esquecendo das principais fontes restritas existentes, tanto na web quanto nos bancos de dados oficiais, seja de governos, seja de polícias civis e militares.

A investigação criminal e a formação de provas também seguem o mesmo raciocínio, conforme avaliação que faremos no decorrer desta obra.

De outra parte, a ID também pode se basear em processos específicos, fundamentados no uso da Tecnologia da Informação (TI), disponibilizada para a área de segurança pública, tais como: interceptações telefônica, telemática e de informática, de e-mails ou de aplicações específicas, também a ambiental (ótica e acústica), além dos aspectos relacionados à vigilância eletrônica de alvos e/ou suspeitos.

Portanto, o que está disponível em diversas fontes pode ser analisado, interpretado e suas frações significativas podem compor um amplo conhecimento a respeito de uma situação específica ou de algo mais complexo e que envolva grandes decisões políticas e/ou estratégicas. Estamos nos referindo, portanto, à produção de conhecimentos em nível tático e em nível estratégico, respectivamente.

Fontes de coleta e busca em meio digital

O que se preconiza, neste momento, é trazer uma conceituação a respeito de fontes, classificá-las e enumerá-las, baseando-as principalmente nos meios digitais, seja banco de dados restrito, seja ambiente de redes abertas, principalmente a Internet.

Conceito de fonte

Pode-se definir **fonte** como qualquer dado ou conhecimento que interesse ao profissional de inteligência ou de investigação para a produção de conhecimentos e ou provas admitidas em direito, tanto em processos cíveis quanto em processos penais, e, ainda, em processos trabalhistas e administrativos (relativos a servidores públicos, federais, estaduais e municipais).

O conceito envolve, portanto, outros termos e suas derivações conceituais²:

Dado: segundo a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP³), “é toda e qualquer representação de fato, situação, comunicação, notícia, documento, extrato de documento, fotografia, gravação, relato, denúncia, dentre outros, ainda não submetida, pelo profissional de ISP, à metodologia de Produção de Conhecimento”.

Conhecimento: a DNISP o define como “o resultado final – expresso por escrito ou oralmente pelo profissional de ISP – da utilização da metodologia de Produção de Conhecimento sobre dados e/ou conhecimentos anteriores”⁴.

Produção de conhecimentos: a mesma DNISP define produção de conhecimento como “a característica da ISP que a qualifica como uma atividade de Inteligência, na medida em que coleta e busca dados e, por meio de metodologia específica, transforma-os em conhecimento preciso, com a finalidade de assessorar os usuários no processo decisório”⁵.

De outro lado, as fontes de dados da inteligência de Segurança Pública são os meios pelos quais se permite o acesso a dados disponíveis em bancos de dados, restritos ou não, ou na Internet sobre determinado indivíduo, fato, ocorrência, local (ambiente operacional) etc.

Nesse contexto, podemos checar várias fontes disponíveis na Internet que podem auxiliar na produção do conhecimento, desde a aquisição de dados estatísticos no site do IBGE até informações sobre endereços, mandados de prisão e fotografias de foragidos.

Classificação das fontes

Uma vez apresentado o conceito de fontes e aquilo que lhe é correlato, há necessidade de trazer à nota a classificação das fontes.

A DNISP traz uma classificação bastante singela das fontes para a atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP). Dispõe a doutrina de ISP que são duas as naturezas de fontes: abertas e fechadas.

As chamadas **fontes abertas** são aquelas de livre acesso⁶, sem obstáculos à obtenção de dados e conhecimentos.

CEPIK (2003) conceitua o livre acesso da informação na inteligência de fontes abertas como⁷:

A obtenção legal de documentos oficiais sem restrição de segurança, da observação direta e não clandestina dos aspectos políticos, militares e econômicos da vida interna de outros países ou alvos, do monitoramento da mídia, da aquisição legal de livros e revistas especializadas de caráter técnico-científico, enfim, de um leque mais ou menos amplo de fontes disponíveis cujo acesso é permitido sem restrições especiais de segurança.

Já as **fontes fechadas** são aquelas cujos dados são protegidos ou negados⁸. O dado protegido é aquele que necessita de credenciamento para acesso. O dado negado é aquele que necessita de uma operação de busca para sua obtenção.

Enumeração das principais fontes de coleta e busca através dos meios digitais

São dois os meios de obtenção de dados, humanos e eletrônicos, enumerados pela Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. No primeiro, o foco central é o homem. No segundo, o uso de equipamentos eletrônicos ou sistemas informatizados é o seu principal vetor, subdividindo-se em:

- a) **Inteligência de sinais:** caracteriza-se pela interceptação e análise de comunicações, telecomunicações, telemática, radares, telemetria,

dentre outros.

- b) **Inteligência de imagens:** envolve a obtenção e o processamento de imagens por meio de fotografias, satélites, sensores infravermelhos, dentre outros.
- c) **Inteligência de dados:** envolve a obtenção de dados por meio de dispositivos ou sistemas de informática. Implica, ainda, no processamento de grandes volumes de dados, cuja complexidade para análise exige metodologia especializada.

A doutrina clássica costuma apresentar a seguinte classificação:

- Na **Inteligência Humana** (INT HUM ou HUMINT) o foco da obtenção de dados e/ou conhecimentos é o homem. O homem, por natureza, é produtor de informações (no sentido genérico, pois não houve tratamento ainda pelo profissional habilitado para tal). Também pode ser tido como um animal de hábitos. Se assim o é, tudo o que faz, diz, deixa de fazer, executa, publica etc. é sinal que “deixa rastros”, os quais podem ser recuperados e enumerados, mesmo que parcialmente, quando se torna alvo do profissional de Inteligência Policial ou de investigação criminal. Essa informação pode ser encontrada facilmente em redes sociais ou em páginas disponíveis na Internet. O analista não necessita mais de vários dias para conseguir um dado útil. Basta apenas um simples acesso à web! Quem nunca postou alguma informação, algum dado ou fotografia na web? Para ser bem-sucedido, o profissional responsável pela coleta deve compreender um dos processos mais complexos da gestão de ativos – a natureza humana. Entender as pessoas com todas as complexidades, semelhanças e diferenças é fundamental para obter o melhor resultado. A HUMINT será bem trabalhada no decorrer da obra, demonstrando a sua utilidade em buscar a informação disponível, por exemplo, no Facebook, redundando em casos de sucesso utilizados por diversas instituições policiais.
- Na **Inteligência Eletrônica** (INTEL) o foco central é o equipamento. Desse modo, de acordo com o tipo de equipamento, temos a

Inteligência de Sinais, a Inteligência de Imagens e a Inteligência de Dados. O ser humano não sobrevive mais sem comunicação. Você não consegue mais chegar em seu ambiente de trabalho e não ter acesso às máquinas, não ler seus e-mails etc. Imagine a situação: chegar ao trabalho e não existir acesso à rede, o fax está estragado, não há telefone etc. Como seria seu dia? Por isso, a leitura desses dados, sejam sinais eletrônicos, sejam imagens, vídeos ou dados derivados do meio eletrônico e digital, é extremamente importante para o profissional responsável pela análise de determinado caso.

- **Inteligência de Sinais (SIGINT)** é responsável pela interceptação e pré-análise de comunicações, radares, telemetria etc., pela transcrição de informações obtidas em línguas estrangeiras, pela decodificação de mensagens criptografadas, pelo processamento de imagens digitais e outras funções. Quanto mais seguro um sistema, melhor tende a ser seu aproveitamento. Caso use uma comunicação restrita a poucos e com criptografia, a dificuldade de rastreamento desses dados é maior, significando que operadores de inteligência e de investigação têm sempre de estar atentos aos processos evolutivos das comunicações. Modelos de comunicação criptografada, simétrica ou assimétrica, são tidos como seguros, porém não superados frente aos processos de interceptação. Porém, a dificuldade aumenta. Problemas como não divulgação da chave criptográfica para os órgãos que realizam a interceptação, bem como a liberação de equipamentos e softwares sem exigência prévia do depósito da chave, são comuns. No aspecto da interceptação telefônica, a inteligência de sinais é feita por equipamentos como o Sistema Guardiã⁹, utilizado em grande parte das instituições policiais e do Ministério Público na realização dos procedimentos de interceptação telefônica e de Internet. É um dos meios mais úteis na obtenção de dados, fornecendo perspectivas novas e diferentes sobre inteligência para os gestores e tomadores de decisão.
- **Inteligência de Imagens (IMINT)** envolve a coleta e o processamento de imagens obtidas através de fotografias, satélites,

radares e sensores infravermelhos. Seja através de uma vigilância a pé, veicular ou eletrônica, seja por meio da Internet, seja por meio de equipamentos radares, qualquer imagem ou vídeo obtido auxilia na produção de um conhecimento. Afinal, “uma imagem vale mais que mil palavras”, não é? O Google Street View e os sites de mapas e imagens são formas pelas quais essa inteligência de imagens pode ser explorada. Em várias cidades brasileiras e do mundo não há mais a necessidade de se deslocar para obter uma imagem de determinado local. Basta acessar uma infinidade de sites disponíveis e obtê-la rapidamente¹⁰.

- **Inteligência de Dados** envolve a captura de dados pela interceptação de sistemas de informática, telecomunicações e telemática. No Brasil, a partir da Lei nº 9.296/96¹¹, tornou-se possível processar e promover os processos de interceptação telefônica e telemática, o que gerou um grande avanço nos mecanismos de combate ao crime organizado. Assim, dados telefônicos e da interceptação telefônica têm auxiliado as polícias judiciárias de todo o país na formação da prova, seja durante uma investigação, seja para formar prova de uma circunstância anterior (i. e., em casos de homicídios, para estabelecer a localização de um telefone e o usuário no local do crime ou de “desova” do corpo).

Os dados telemáticos são transmitidos de alguma forma, seja por cabamentos, seja por sinal *wireless*, por exemplo. Embora possa ser relatada uma miscelânea de situações de irregularidades na formatação da rede de Internet no Brasil e no mundo, ela é bastante nova e tende a ser regulamentada, tanto por leis quanto por decretos. Recentemente, foi aprovada a Lei nº 12.965/2014, o Marco Civil da Internet, normatizando os direitos e as garantias dos usuários, a liberdade de expressão, a neutralidade da rede e a guarda e o registro de dados de conexão e de acesso dos usuários. Tal legislação suprimiu uma lacuna normativa no Brasil quanto aos provedores (de conexão e de aplicação), que não eram obrigados a guardar registros de conexão e de acesso de seus usuários.

Porém, nada impede que você chegue em Copacabana (Rio de Janeiro – RJ) ou no Parque da Redenção (Porto Alegre – RS), ligue seu laptop, conecte-se à rede *wi-fi*, crie um e-mail ou cadastre uma página web com conteúdo criminoso usando as ferramentas certas e saia ileso. A formatação da Internet assim facilita, e mesmo controles não são suficientes para auxiliar na identificação da autoria de determinados atos danosos.

Obs.: a obtenção de produção de conhecimentos através da inteligência sobre dados foi acrescentada na DNISP, mas pode ser tida como SIGINT (sinais) porque também não deixa de sê-lo¹².

Concluindo, são essas as fontes de obtenção de dados à Inteligência Digital:

- **Internet**, sendo ampla a possibilidade de coleta de dados sobre pessoas, objetos, coisas, lugares, através de textos, comentários, imagens e vídeos. Exemplos claros disso são as diversas aplicações usadas em dispositivos móveis e as redes sociais na Internet, nas quais as pessoas deixam não só imagens e vídeos atualizados, mas também comentários sobre seu endereço pessoal e profissional, telefone, e-mail, relações familiares etc.
- **Bancos de dados**, privados e/ou públicos, restritos ou não, cujos elementos são importantes às correlações de análise. A mineração desses dados – *data mining* – pode trazer informações importantes ao analista que talvez não estejam disponíveis em outros ambientes ou são de difícil acesso.

Proposta de classificação de fontes

Embora a DNISP classifique as fontes como abertas ou fechadas, de acordo com a sua natureza, optamos por um processo de classificação que entendemos mais adequado e usual às atividades de inteligência e investigação criminal.

Assim, para uma melhor compreensão, preferimos dividi-las em **fontes de conteúdo fechado e aberto**.

Serão apresentadas e explicadas, primeiramente, as fontes de conteúdo fechado, com ênfase naquelas que permitem ao policial/agente de inteligência acessar os bancos de dados criminais. Posteriormente, faremos um estudo mais aprofundado das fontes abertas, pois, apesar de estarem disponíveis ao acesso de todos, são raramente utilizadas, principalmente por integrantes da atividade de inteligência, eis que entendem que caso um dado não seja sigiloso não deveria ser objeto de análise.

Fontes fechadas

Para termos acesso aos dados em fontes fechadas necessitamos de autorização especial para tal, pois o dado disponível é de caráter restrito a entidades públicas e/ou privadas. Portanto, a obtenção de dados e conhecimentos depende de algum tipo de autorização e há um obstáculo à sua obtenção.

Para esse tipo de acesso o agente irá necessitar de:

- **Autorização Judicial:** informações referentes a sigilo telefônico, bancário e fiscal, interceptação telefônica, telemática ou informática e ambiental.

A quebra de sigilo tem sido ferramenta bastante útil na apuração de infrações penais, pois demonstra a rede de contatos e a movimentação financeira de determinado investigado. Normalmente, a quebra de sigilo telefônico é a mais utilizada nas investigações em nível federal ou estadual; entretanto, percebemos um incremento na utilização de quebra de sigilo bancário e fiscal, pois a repressão correta ao crime de

uma forma geral só pode ser feita se houver um ataque financeiro ao criminoso e/ou à organização.

Ao obter essa informação sobre a movimentação financeira, origens do capital, negócios realizados, condição econômica e lucros auferidos, a persecução penal mostra-se eficiente, pois o confisco de bens e valores provoca a destruição econômica e estrutural da organização criminosa.

Já a captação e a interceptação ambiental também funcionam como fonte de busca, pois obtêm sinais eletromagnéticos, óticos e acústicos de determinado fato ou pessoa.

Celso Ferro¹³ acrescenta a importância dessa ferramenta ao falar que:

Trata-se de uma evolução da metodologia investigativa e provoca mudanças procedimentais e de doutrina no trabalho policial. É necessário o aperfeiçoamento constante e capacitação dos agentes e delegados na condução das operações técnicas, quando se utilizam microfones, microcâmeras, fotografias camufladas, gravações, sistemas de vigilância, rastreamento de sinais, etc. Eletrônica e Tecnologia da Informação estão associadas, tornando-se imprescindível que o organismo policial estruture setor especializado para gerenciar e assessorar no suporte operacional às unidades policiais incumbidas da investigação criminal.

O acesso a esse tipo de fonte está afeto apenas à persecução penal, dependendo, para tanto, de autorização judicial. Não se pode, no entanto, olvidar de seu uso para fins de Inteligência Policial.

Há outras fontes de dados que poderiam ser agregadas – é o caso, por exemplo, dos dados dos censos realizados pelo IBGE, onde são obtidas informações sobre a quantidade de pessoas na residência, imóveis, patrimônio etc. Entretanto, esses dados são acobertados pela Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968¹⁴, regulamentada pelo Decreto nº 73.177/73¹⁵, o qual garante a confidencialidade das informações, garantindo seu uso apenas para os fins previstos em lei, bem como a proibição da utilização dessas informações em certidão, processo administrativo, fiscal ou judicial.

Em que pesem as opiniões de que essa lei não foi recepcionada pela Constituição Federal, até o presente momento inexistiu qualquer pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto. Assim, apesar dessas informações individuais serem de grande

importância na produção do conhecimento, só devem ser utilizadas para fins estatísticos e jamais com outro fim. Entretanto, nada obsta que essas informações sejam fornecidas mediante autorização judicial.

- **Restrição de acesso:** em regra, por login e senha, quando, para ter acesso a determinada fonte deve haver autorização a ser dada pelo órgão ou empresa a qual esteja subordinado. É o caso de acesso restrito ao banco de dados de jornais, empresas e do setor público.

Há diversos bancos fechados de dados para consulta, principalmente de caráter nacional, que são fundamentais e diuturnamente utilizados nas investigações criminais.

Destacamos, para tanto, os bancos de dados das delegacias eletrônicas. Esse recurso é um serviço para registrar ocorrências pela Internet e dar mais comodidade aos registros de ocorrências de menor gravidade. Em sua grande maioria, só registram e validam ocorrências de perda ou extravio de documentos, placas de veículos, celulares e desaparecimento de pessoas ocorridos na circunscrição do Estado. Quando a ocorrência envolver crimes cometidos com violência, a vítima deverá procurar a unidade policial mais próxima para lavrar o boletim.

Algumas delegacias permitem ainda o registro de furto, crimes contra a honra e a realização de denúncia anônima. Outras prestam serviços de utilidade ao cidadão, disponibilizando uma aba para localizar documentos e pessoas encontradas, procurados etc.

A criação dessas delegacias digitais (*on-line*) tem diminuído as filas e o registro de Boletins de Ocorrências físicos em delegacias distritais. Vários estados já criaram suas Delegacias Eletrônicas:

- AL – <<http://www.delegaciainterativa.al.gov.br/>>
- AM – <<http://www.ssp.am.gov.br/registro-de-b-o/>>
- AP – <<http://delegaciavirtual.policiacivil.ap.gov.br/>>
- BA – <<https://www.delegaciadigital.ssp.ba.gov.br/OcorrenciaInternet/Bemvindo.ssp>>

- CE – <<http://www.delegaciaeletronica.ce.gov.br/beo/>>
- DF – <<https://delegaciaeletronica.pcdf.df.gov.br/>>
- ES – <<https://pc.es.gov.br/delegacia-on-line>>
- GO – <<https://www.policiacivil.go.gov.br/delegacia-virtual-pcgo>>
- MA – <<https://delegaciaonline.ssp.ma.gov.br/>>
- MT – <<https://portal.sesp.mt.gov.br/delegacia-web/pages/home.seam>>
- MS – <<http://devir.pc.ms.gov.br/#/>>
- PA – <<http://www.delegaciavirtual.pa.gov.br/>>
- PB – <<http://www.delegaciaonline.pb.gov.br/pages/index.xhtml>>
- PE – <<http://servicos.sds.pe.gov.br/delegacia/>>
- PI – <<http://dv.pc.pi.gov.br/>>
- PR – <<http://www.delegaciaeletronica.pr.gov.br/>>
- RJ – <<https://dedic.pcivil.rj.gov.br/>>
- RN – <<http://www3.defesasocial.rn.gov.br/BoletimCidadao/index.jsf>>
- RO – <http://www.pc.ro.gov.br/?page_id=28>
- RS – <<https://www.delegaciaonline.rs.gov.br/dol/#!/index/main>>
- SC – <<https://delegaciavirtual.sc.gov.br/inicio.aspx>>
- SE – <<http://portalcidadao.ssp.se.gov.br/DelegaciaVirtual>>
- SP – <<https://www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br/ssp-de-cidadao/home>>
- TO – <<https://www2.ssp.to.gov.br/delegaciavirtual/>>

Na iniciativa privada, especialmente nas concessionárias de serviços públicos delegados, existem excelentes fontes de consulta que fornecem informações

de milhares de indivíduos, chegando, em determinadas situações, a possuir mais detalhes do que os órgãos de Segurança Pública, principalmente com uma confiabilidade maior por causa de sua atualização permanente. Alguns disponibilizam acesso somente mediante convênios com órgãos públicos.

O CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais – foi criado a partir do Decreto nº 97.936, de 1989, passando a ter essa denominação com a Lei nº 8.212, de 1991. É um excelente banco de dados que permite acesso ao cadastro de trabalhadores, empregadores, vínculos empregatícios, remunerações, além de uma infinidade de utilidades para consulta.

Outros bancos de dados permitem, mediante o pagamento de mensalidade, pesquisas sobre consumidores e/ou empresas.

Fontes abertas

A fonte aberta é considerada fonte de inteligência graças às evoluções tecnológicas e, principalmente, à Internet.

São as informações disponíveis ao público e que não exigem nenhuma espécie de restrição ao seu acesso. São também conhecidas como *open source intelligence* (Inteligência de Fontes Abertas), ou seja, uma forma de coletar, selecionar e adquirir informações que possam ser úteis à produção do conhecimento. Podem ser obtidas através da leitura de jornais, periódicos, pesquisas de cunho acadêmico, livros, revistas e principalmente através da Internet.

É muito importante não confundir fontes abertas de inteligência com software de fontes abertas, sendo este um produto com arquitetura aberta passível de modificação. Isso causa bastante confusão na hora de utilização de motores de busca, como o Google, pois ao digitar apenas “open source” encontram-se muitas informações a respeito do Linux.

Aberto, para a atividade de inteligência, é a informação acessível à comunidade (de inteligência). Assim, qualquer pessoa pode obter informação sem nenhuma privacidade ou restrição e sem a necessidade de ser integrante

de determinado grupo específico, podendo acessar, direta ou indiretamente, bancos de dados oficiais ou não.

Podem ser classificadas como:

- a) **Comunicação:** tudo o que for obtido através de jornais, rádios, revistas, televisão.
- b) **Domínio público:** são as informações obtidas através de dados demográficos, relatórios de governo, contas públicas, orçamento, convênios, licitações.
- c) **Georreferenciamento:** informações obtidas através de softwares, imagens de satélite, mapas, informações geográficas da região.
- d) **Web:** informações disponíveis, motores de pesquisa, redes sociais, aplicativos de mensageria, vídeo, sites de notícias, blogs, e-mail, vídeos, sites de bate-papo e de conteúdo web, bancos de dados, fóruns de discussão, documentos, transmissão de TV e rádio de agências jornalísticas e diversos tipos de organizações.
- e) **Acadêmicas:** são obtidas através de artigo científico, teses, pesquisas, pareceres de especialistas sobre o assunto.
- f) **Softwares:** programas e ferramentas gratuitos utilizados no aperfeiçoamento da busca.

Sobre o uso dessas fontes abertas, o site Observatório da Imprensa publicou que:

O National Intelligence Estimate (NIE), relatório que reúne dados fornecidos pelas 16 agências de inteligência dos EUA, foi divulgado na semana passada. Além de minimizar o perigo nuclear iraniano, levantando novas questões sobre a política antiterrorismo do governo Bush, o documento revelou também que as agências de inteligência têm usado fontes mais simples e acessíveis ao público para pesquisar informações sobre armas nucleares no Irã – entre elas a Internet, jornais e relatórios não governamentais¹⁶.

Alguns analistas da atividade de inteligência criticam o uso dessas informações acessíveis por considerarem que um dado, quando não é sigiloso, deixa de ser confiável e, portanto, não merece ser lido. Talvez seja radicalizar o assunto. É, segundo nosso entender, a paixão pelo

“ultrassegredo”, ou simplesmente “segredo”, que faz com que haja perda de informação útil disponível.

Robert Steele, diretor executivo da oss.net, é um crítico da atividade de inteligência sem uso de fontes abertas, citando como exemplo, em matéria publicada no site da Forbes, o fracasso da inteligência nos ataques de 11 de setembro, enfatizando que o único avião que não atingiu sua meta foi aquele onde os cidadãos informados foram capazes de intervir diretamente.

A nossa Segurança Nacional está quebrada. 500 bilhões por ano para o Departamento de Defesa e 50 bilhões para a comunidade de inteligência falharam diante de alguns cidadãos corajosos armados apenas com telefones celulares¹⁷.

Steele ainda faz pesadas críticas a essa “inteligência à moda antiga”, citando como exemplo o exercício do Burundi, tarefa esta que seria a reunião de informações durante o menor tempo possível sobre aquele país. A CIA trouxe apenas um PowerPoint (.ppt) com alguns dados sobre a região, enquanto Steele trouxe à tona coberturas jornalísticas, acadêmicas, político-militares, informações tribais da região e ainda diversas fotos de satélite recentes¹⁸.

Em que pese tal posicionamento, a atividade de inteligência e de investigação criminal não pode ficar acanhada diante da nova realidade. Não deve mais persistir a ideia de se restringir apenas à busca de um dado negado¹⁹ através de operações de inteligência e/ou investigativas. Devemos lembrar sempre que o profissional de inteligência e de segurança pública não deve ser a única fonte autorizada na busca de informações.

As informações trafegam rapidamente no ambiente web, devendo o investigador estar atento no desempenho do seu mister, não podendo, jamais, desprezá-las. Com a sua utilização evitam-se riscos na busca da informação, garantindo menor custo e maior agilidade. É bom lembrar que grande parte das respostas aos questionamentos dos gestores já se encontra disponível, sem a necessidade de utilização de técnicas outras da atividade de inteligência.

Não obstante, devemos ressaltar que essa busca de dados livremente disponíveis deve ser precedida de algumas cautelas, dentre as quais a dupla verificação da fonte. A produção de conteúdo na Internet pode ser feita por

qualquer um, sempre tendo em mente a importância de realizar a coleta em fontes confiáveis. Assim, não é qualquer dado que interessa e sim o dado útil e confiável, corroborado por outros meios legais.

Goodman enfatiza os cuidados a serem tomados nessa confiança irrestrita no conteúdo acessível²⁰:

O entra lixo, sai lixo, foi suplantado pelo entra lixo, sai evangelho: se o computador está dizendo isso, então deve ser verdade. O problema com esse raciocínio é que nós, como sociedade, estamos confiando em dados incorretos o tempo todo, um problema desagradável que se voltará contra nós. Bolhas de filtro, censura invisível em ferramentas de busca, firewalls nacionais e dados incorretos significam que temos um problema de integridade fundamental com nossa maneira de ver o mundo e, mais precisamente, com a maneira como o mundo nos é apresentado e mediado por nossas telas.

Quando, por exemplo, encontramos um conteúdo postado em um site, devemos fazer alguns questionamentos, dentre os quais:

- É .gov ou .edu?
- Há quanto tempo o site existe?
- Há *typosquatting*²¹?
- O responsável pela publicação tem autoridade para tal?
- Existem publicações semelhantes?
- A informação é consistente?
- Existem erros de português? Uso exagerado de *caps lock*?
- Ocorreu Ctrl-C/Ctrl-V (copia e cola)?

Sucedem-se, portanto, a obrigatoriedade de checar essa autenticidade. Buttry pontua a existência de três fatores para essa verificação: 1) habilidade, persistência e ceticismo profissional; 2) conhecimento, honestidade e confiabilidade e variedade da fonte; e 3) documentação. Acrescenta ainda que²²:

A tecnologia mudou a forma como aplicamos esses três fatores: o ciclo de notícias de 24h e a ascensão das mídias sociais e dos conteúdos gerados por usuários exigem que façamos a apuração e divulgação das notícias ao mesmo tempo em que os eventos acontecem, decidindo rapidamente se uma informação foi suficientemente verificada; ferramentas

digitais nos oferecem novas formas de encontrar e contatar fontes; bancos de dados e os onipresentes celulares com câmeras nos fornecem quantidades altíssimas de documentação. Uma verificação bem-sucedida resulta do uso eficaz da tecnologia, assim como do comprometimento com padrões imutáveis de precisão.

Ademais, devemos estar atentos quando da utilização de ferramentas livremente disponíveis. Quando ofertam um serviço gratuitamente, essas plataformas, por vezes, coletam informações identificadoras dos usuários. A utilização de um serviço de *Whois*, por exemplo, poderá informar ao responsável pelo domínio pesquisado os dados de registro de acesso à aplicação de Internet de quem está fazendo a pesquisa. Assim, é importante que o analista/investigador em fontes abertas utilize mecanismos de navegação anônima/encoberta, no sentido de preservar não só o agente, mas também a instituição da qual faz parte.

Passadas essas peculiaridades da coleta de dados e fontes abertas, fazemos alguns questionamentos: será que vale a pena o analista de inteligência/investigador de polícia ficar de fora desse novo contexto na era da informação? O que se tem a perder com isso? Poderemos maximizar os resultados e minimizar os custos na busca de um determinado assunto? Esses dados e informações colhidos podem ser validados judicialmente.

Há vários julgados dos tribunais pátrios citando fontes abertas como forma de consulta²³.

Devemos reconhecer que as informações provenientes de fontes abertas são de extrema importância para subsidiar a produção do conhecimento ou apontar elementos para a atribuição de uma autoria delitiva. O que dizer das fotografias de catástrofes naturais como tsunamis, tragédias, confrontos organizados por torcidas organizadas de maneira *on-line*, recebimento de informações da comunidade, localização de testemunhas, prisão de foragidos, grandes eventos e busca de evidências livremente disponíveis em diversas mídias sociais? A quantidade de informações sobre mortos, sobreviventes, comunidades isoladas e diversos dados postados através de fotografias enviadas por mensagens multimídia (MMS) e SMS (*Short Message Service*) foi de grande importância para dar uma real dimensão da situação e subsidiar a tomada de decisões por parte dos respectivos entes governamentais em

diversos desastres naturais ocorridos no Brasil. Exemplo claro dessa importância diz respeito à “tragédia de Santa Maria (RS)”, onde inúmeras fotos e outros dados foram postados no Facebook e usados pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul para incrementar a investigação policial e ditar questionamentos quando da tomada dos depoimentos.

O Wikileaks, por exemplo, é uma organização de mídia sem fins lucrativos que possui diversos servidores espalhados pelo planeta com a função de divulgar documentos confidenciais de diversos governos. As informações são repassadas por anônimos e, após uma minuciosa análise através de um jornalismo investigativo, são divulgadas.

O Wikileaks já divulgou diversos filmes de ataques das forças americanas no Afeganistão, informações sobre a prisão de Guantánamo e vazou milhares de dados que eram tidos como confidenciais.

Os estragos advindos dessas publicações têm sido imensos, abalando relações entre chefes de Estado. Outro aspecto é a perseguição que seu fundador, Julian Assange, sofreu. O ciberativista foi preso na Inglaterra por acusação de crimes sexuais. Após o governo britânico conceder sua extradição para a Suécia, Assange refugiou-se na embaixada do Equador, tendo tido asilo até abril de 2019, quando foi preso²⁴.

No ano de 2013, Edward Snowden vazou documentos secretos do governo americano sobre o monitoramento global de telecomunicações, com a revelação da existência de programas capazes de fazer a vigilância em massa de qualquer cidadão do planeta. Após fugir para Hong Kong, teve concedido asilo político pelo governo russo e lá se encontra desde então.

É fundamental lembrar, ainda, que a informação vista na Internet trafega por um canal só, enquanto cada polícia possui seu banco de dados. Na atividade de inteligência e/ou investigação policial procuramos encontrar respostas para questionamentos que possam surgir na elaboração de determinada tarefa, sendo que muitas respostas já estão disponíveis, pelo menos em parte, na *surface web* e na *deep web*, desde que o analista saiba como buscá-las.

Acrescente-se, por oportuno, que as informações retiradas de fontes da web não podem ser analisadas como uma verdade absoluta, sob pena do analista incorrer em erro. A Internet possui ainda muito “lixo” e informações falsas que necessitam ser confrontadas com outras fontes para se ter a certeza de que o material coletado poderá compor um relatório de inteligência, por exemplo.

Discorrendo sobre a matéria, Leonardo Singer Afonso acrescenta²⁵:

A inundação de dados gerada pela democratização da informação e pela popularização das tecnologias da comunicação aumentou a carga sobre decisores bem como impôs entraves ao uso de fontes abertas: a quantidade exagerada e a eventual qualidade duvidosa da informação, além da falta de confiança na fonte, que está sujeita a medidas ativas de contraespionagem. Aparentemente, uma solução passível para este problema seria a seleção acurada de profissionais com perfil para a coleta e análise de fontes abertas, além de uma criação de uma doutrina especial para o exercício da função destes profissionais.

Não poderemos jamais abdicar de valiosas informações disponíveis a todos e muitas vezes utilizadas apenas por grupos criminosos no planejamento de suas ações.

Criação e atuação de agências com base em fontes abertas

O primeiro registro que se tem sobre a utilização de fontes abertas como meio de produção de conhecimento foi através do *Foreign Broadcast Information Service* (FBIS) ou “Serviço de Transmissão de Informação Exterior”. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, houve a criação do setor de inteligência para coletar conteúdo livremente disponível.

O governo americano criou o DNI *Open Source Center* (Centro de Fontes Abertas), fato ocorrido no ano de 2005, após sugestão da Comissão de Inteligência do Senado Americano e motivado pelos ataques de 11 de setembro de 2001. Este órgão é responsável por fornecer materiais de fontes abertas para mais de 15 mil integrantes da comunidade de inteligência, reunindo informações de Internet, bancos, imprensa, rádio, televisão, vídeos, dados geoespaciais, fotos e imagens comerciais.

O FBIS (*Federal Broadcast Information Service*) foi quem antecedeu esse órgão. Criado na época da Segunda Guerra Mundial, teve atuação considerável na Guerra Fria. Sua principal função era coletar informações transmitidas, principalmente via rádio, sobre forças militares, economia, meio ambiente, sociedade e política.

A Austrália criou no ano de 2001 a NOSIC (*National Open Source Intelligence Centre*), agência para monitoramento, pesquisa e análise de informações disponíveis. Nela, apesar de existir o acompanhamento de questões internacionais, há a preocupação com as questões nacionais e regionais.

No Brasil, o assunto ainda necessita de amadurecimento. Existem apenas iniciativas isoladas na utilização dessas ferramentas de busca, principalmente das fontes abertas, o que ainda é muito pouco. Urge copiarmos rapidamente esses procedimentos que vêm dando certo, bem como avançarmos mais na criação de mecanismos, na capacitação de servidores e em softwares capazes de aperfeiçoar nosso trabalho. Os que os órgãos de inteligência têm feito regularmente é acompanhado a mídia e reproduzido, através do que chamam de “Assuntos Correntes”, aos gestores as repercussões relacionadas à área de atuação, especialmente a segurança pública, sistema prisional etc.

Talvez a criação de uma comunidade nos moldes da *Open Source* da CIA, partilhando da mesma informação disponível na web, facilitasse o trabalho de análise. Precisamos amadurecer urgentemente essa ideia de utilizar, sim, as fontes abertas, pois a inteligência e a investigação policial têm o dever de estar adequadas a essa nova era do tráfego de informações.

Barreiras ao uso de fontes abertas

O idioma é uma das grandes barreiras ao uso correto das fontes abertas. Normalmente, o operador costuma utilizar dicionários *on-line* ou ferramentas congêneres para a leitura de determinada informação, não levando em conta os regionalismos e as peculiaridades de cada localidade.

O analista precisa compreender as conversações sobre os fatos mais comentados naquela área, entender os dialetos e as gírias com suas

interferências causadas em discursos e textos. Deverá traduzi-los, atentando não apenas para os fatos, mas para os assuntos subentendidos naquela pesquisa.

O conhecimento da língua estrangeira é de fundamental importância para o sucesso da busca, devendo ser um conhecimento proficiente a fim de que a coleta, a pesquisa e a análise sejam produtivas.

Algumas ferramentas podem ser encontradas na web para auxiliar na busca de documentos em outros idiomas; entretanto, o analista deve ficar atento, pois a maioria delas faz uma tradução literal da expressão e não atenta para os regionalismos peculiares de cada região.

Outro aspecto que pode ser mencionado é a não capacitação do operador no trato com a ferramenta de busca e o manuseio de fontes abertas. As academias de polícia ainda não institucionalizaram essa disciplina, fator determinante para que o profissional incorpore essas metodologias no seu dia a dia.

Além do mais, a infinidade de plataformas existentes e o quantitativo de informação produzida a cada instante são fatores dificultadores na busca de conteúdo livremente disponível.

De outra parte, uma das barreiras ao uso das fontes abertas é a discussão de sua validade jurídica. Debateremos esse contexto em outro capítulo deste livro.

Princípio da publicidade e informação disponível

A Administração Pública tem por dever dar conhecimento de todos os seus atos praticados. O art. 5, XXXIII da Constituição Federal, dentre vários outros diplomas, assegura que:

todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A regra geral, portanto, é dar publicidade aos atos administrativos. Para isso, vários órgãos e entidades criaram Portais de Transparência com a finalidade de divulgar os gastos públicos e viabilizar o controle dos atos praticados pela Administração Pública. Acrescente-se a isso a possibilidade de realizar a consulta de dados de servidores públicos federais por vários parâmetros de pesquisa.

O acesso à informação pública é uma tendência que vem sendo aplicada em vários países do mundo através da Lei da Informação. Em novembro de 2011 o Brasil aprovou a Lei nº 12.527, regulamentando o Art. 5º, inciso XIV, Art. 37, § 3º, inciso II e no Art. 216, § 2º da Constituição Federal, criando vários mecanismos a fim de garantir o acesso à informação pública e proteger informações imprescindíveis à segurança do Estado e da sociedade.

Os procedimentos dispostos na lei da informação devem ser seguidos pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, incluindo ainda o Poder Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público e os Tribunais de Contas.

O Art. 8º da referida lei elenca uma série de informações que devem estar disponíveis nos sítios eletrônicos independentemente de requerimento da parte interessada. Dentre as quais: registro das competências e estrutura organizacional, repasses ou transferências de recursos financeiros, despesas, informações concernentes a procedimentos licitatórios com editais e resultados e dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos de entidades.

O Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, ao regulamentar a lei de informação, determinou ainda que devem ser disponibilizados a remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões, de maneira individualizada, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Vale ressaltar que essa disposição do Decreto em divulgar remuneração de servidores tem gerado ações judiciais proibindo a sua divulgação. Os magistrados, ao analisarem em sede de liminar o pedido feito por servidores, alegam que o decreto inovou ao regulamentar a lei de informação, pois em nenhum momento ela determinou esse tipo de divulgação, fugindo, portanto, à sua função apenas de regulamentar.

Os sítios eletrônicos devem ser mantidos atualizados e conter ferramentas de busca a fim de facilitar a realização da pesquisa. As informações encontradas podem ser gravadas em diversos formatos de modo a facilitar sua análise.

No site Acesso à Informação (<<http://www.acessoainformacao.gov.br/>>), do governo federal brasileiro, é possível fazer busca e acompanhar os pedidos, além de todas as orientações necessárias à busca dos dados. O site possibilita, ainda, através do e-Sic (Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão), o encaminhamento direto de Pedido de Informação a todo órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.

Através da Internet, é possível fazer o pedido, acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado eletronicamente, entrar com recursos e receber respostas via e-mail.

Há vários sites para consulta. O Portal da Transparência do Governo Federal (<www.portaldatransparencia.gov.br>) é, sem sombra de dúvidas, o maior de todos, contando atualmente com informações de despesas, receitas, empresas sancionadas e relação de servidores.

O sítio da transparência foi criado pelo Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, ficando a Controladoria-Geral da União, órgão do Sistema de Controle

Interno do Poder Executivo Federal, incumbida de gerenciar as informações do Portal.

A Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006, disciplina a divulgação de dados e informações pela Administração Federal. Nela, há a determinação de manter nos sites dos órgãos e entidades um tópico, denominado “Transparência Pública”, com a finalidade de facilitar a divulgação.

Essa ferramenta é de grande importância na busca de informações sobre transferências de recursos, gastos diretos do Governo Federal, execução orçamentária, convênios, receitas previstas, situação de cada servidor do governo federal, dentre uma infinidade de outras que podem ser acessadas. Antes, uma simples informação dependia de um ofício que poderia demorar meses para ser respondido. Hoje, um simples acesso possibilita a resposta de imediato e a otimização de tempo na pesquisa.

Além disso, o portal oportuniza a realização de um cadastro prévio, a fim de que o pesquisador possa receber informações sobre liberações de convênios de um município mediante um alerta via e-mail. É semelhante à ferramenta “alertas” do Google, que possibilita economia de tempo, ou seja, em vez de ficar procurando um termo repetidas vezes, faz-se um cadastro da palavra-chave a ser pesquisada e toda a informação é encaminhada diretamente para o e-mail do interessado.

O Brasil e as fontes abertas

Percebemos ainda um preconceito na utilização do dado livremente disponível em nosso país. Por outro lado, já é comum, por parte de instituições não policiais, a obtenção de informações em mídias sociais antes de contratar alguém ou, ainda, com nossos tribunais admitindo as redes sociais como meio de prova. Com relação ao primeiro caso, as empresas nominam essa pesquisa como “uma forma inteligente de contratar”.

A juíza da 5ª Vara Cível da comarca de Rio Branco-AC negou a gratuidade da justiça em razão de fotos postadas pelos requerentes no Facebook, contrapondo a alegação de carência financeira da inicial²⁶.

No mesmo sentido, um magistrado decidiu por negar os benefícios da gratuidade ao afirmar:

Ao analisar as redes sociais, especialmente o Facebook, observo claramente que a promovida alterou a verdade dos fatos para intentar a isenção do pagamento das custas processuais, quando na verdade tem perfeitas condições para o pagamento, isso partindo do pressuposto que uma pessoa, ao divulgar a presença no “showzão de Jorge e Mateus com os friends” na vaquejada de Currais Novos, não está preocupada com o sustento da família conforme alegou na contestação. Do mesmo modo, a “prainha show”, bem como os momentos felizes, E CAROS, assistindo aos jogos da Copa do Mundo Fifa 2014, dão conta que tem perfeitas condições de arcar com as custas processuais²⁷

No caso do site de relacionamento, o TJ-RS, ao analisar o agravo nº 70015426174, da Comarca de Esteio-RS, negou a gratuidade da Justiça a um casal, utilizando como meio probatório fotos do Orkut do casal nas cidades de Veneza e Paris. Um dos trechos do acórdão cita que:

Constante petição acostada nos autos por parte da agravada, verifica-se que a situação financeira dos agravantes, ao contrário do que foi amplamente deduzido em sede de agravo de instrumento, embargos de declaração não é verdadeira. Isso porque, quem passa por dificuldades financeiras, evidentemente não tem condições de efetuar viagens ao velho continente anualmente, consoante demonstram as fotos obtidas no site www.orkut.com referente à página da agravante – de se notar fotos dos agravantes em cidades como Veneza, em julho de 2005 e 2006, e Paris em junho de 2005²⁸.

O Tribunal Superior do Trabalho também, em decisão da 2ª Turma²⁹, ao analisar o processo no âmbito do pagamento de custas processuais, negou gratuidade ao afirmar que:

A reclamada, quando da impugnação do pedido, e com base nas informações extraídas da página do reclamante na INTERNET (ORKUT), alegou que o autor não pode ser considerado necessitado na acepção do termo na lei, pois, além do exercício da advocacia, é proprietário de um restaurante especializado em comida árabe e, ainda, trabalha na área de exportação.

O site Conjur cita um artigo interessante que versa sobre a utilização do Orkut para localizar devedor de pensão. O advogado, diante da negativa do oficial de justiça em encontrar o devedor de alimentos no valor de mais de seis mil reais, peticionou ao juiz alegando que³⁰:

... Assim, investigando por outros meios, descobriu-se que é o requerido detentor de uma página no site Orkut, bem como que é usuário do chat MSN, do site Hotmail, conforme documentos. De tal sorte, em homenagem aos princípios da efetividade da Justiça e da razoável duração do processo, e levando-se em consideração que o presente processo arrasta-se desde janeiro de 2005, requer-se, alternativamente, as seguintes providências: – sejam os sites Orkut (Google – www.orkut.com) e Hotmail (Microsoft – www.hotmail.com) oficiados para que informem os dados cadastrais do requerido, bem como noticie o número do IP utilizado para acesso aos sites em questão e de qual endereço se originam.

Os aplicativos de envio de texto, imagens e vídeos também têm sido utilizados como ferramenta para dar maior agilidade na publicidade dos atos. Em Tucuruí-PA, o juiz, ao intimar o réu com residência no Suriname, ordenou o uso do aplicativo WhatsApp para dar ciência da decisão³¹. Em Presidente Médici-RO, ao despachar em ação de cumprimento de sentença, o magistrado determinou que a autora fosse intimada pelo meio menos oneroso e rápido, indicando e-mail, telefone e o WhatsApp³².

Há vários outros casos em que a justiça vem se utilizando de dados coletados para balizar suas decisões:

- **Assédio sexual e uso de aplicativo:** não se olvida que o WhatsApp é uma ferramenta que possibilita a comunicação rápida, mas também apresenta alto nível de informalidade nos diálogos, o que se revela pelo uso de linguagem coloquial e de emoticons, sendo certo que o referido aplicativo transmite mais do que informações: ele repassa emoções. Assim, embora relativamente útil, qualquer usuário do WhatsApp possui plena consciência de que o aplicativo definitivamente não é a melhor forma para se manter uma

comunicação estritamente formal e profissional, notadamente diante da suspeita de assédio sexual³³.

- **Justa causa e conversa por aplicativo:** a demissão de uma empregada por justa causa em razão de haver criado um grupo de trabalho no WhatsApp no qual se referia a outra empregada e a um diretor executivo de forma pejorativa foi convertida, tendo a empresa sido obrigada a entregar o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho. Na decisão, a magistrada ressaltou que “a reclamante, enquanto gerente da empresa, não tinha direito ou obrigação de censurar o teor das conversas havidas dentro do grupo pelo celular, dado o próprio caráter privado da troca de informações em questão e do direito à livre manifestação de pensamento assegurado também pela Carta Constitucional”³⁴.
- **Pensão alimentícia e conversa em aplicativo:** a justiça paulista reconheceu como indício de paternidade as conversas trocadas no WhatsApp, determinando o pagamento de pensão alimentícia para cobrir as despesas no período de gestação³⁵.
- **Amizade em rede social e contradita de testemunha:** amizade entre a autora e a testemunha na rede social Facebook que não é suficiente para afastar o compromisso, ainda mais quando a contradita foi feita tão somente depois de tomado o compromisso e depoimento da testemunha³⁶.
- **Conversa privada de rede social juntada em processo administrativo disciplinar:** não há ilegalidade de prova colhida em processo administrativo consubstanciada em postagens de grupo fechado em site de relacionamento. No caso, se um integrante do grupo concatenou o material extraído do sítio eletrônico e o enviou, sob forma de denúncia, não há ilicitude na prova³⁷.
- **Juiz usa Facebook para encontrar reclamante com valores a receber:** um juiz do Trabalho de Parintins-AM logrou êxito na localização de um reclamante com precatório vencido há mais de oito anos. A divulgação em uma rede social foi bastante exitosa eis que

inúmeras diligências efetuadas por oficiais de justiça e editais publicados em meios de comunicação não foram suficientes para localizar o beneficiário³⁸.

- **Suspensão de auxílio-doença com base em fotos do Facebook:** a Advocacia-Geral da União ingressou com um pedido de suspensão de benefício anexando postagem de redes sociais da requerida. Na emissão do laudo o perito ressaltou que “uma pessoa com um quadro depressivo grave não apresentaria condições psíquicas para realizar passeios, emitir frases de otimismo, entre outros. Portanto, consideramos que a paciente apresentou cessada sua incapacidade após o exame pericial”³⁹.
- **Instituto de Previdência do RS cancela pagamento de 118 pensões irregulares desde 2015:** em análises, desde 2015 até o fim de junho de 2019, 118 pensões por morte foram canceladas pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev). A medida foi tomada após uma apuração interna ter revelado que pensionistas filhas solteiras mantinham união estável e, mesmo assim, recebiam o benefício – que deveria ser cortado após o casamento. Um dos motivos para chegar a essa conclusão foi a interação de informações entre os dados constantes de órgãos oficiais e dados coletados de redes sociais⁴⁰.

Outros casos e análise mais completa sobre validade do uso das fontes abertas, vide capítulo específico. No entanto, durante a análise dos temas, vários casos de uso e validade das fontes abertas serão destacados.

O Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto foi uma das primeiras iniciativas do poder público instituído através de decreto presidencial datado de 15 de setembro de 2011 visando promover ações e medidas que se destinam ao incremento da transparência e do acesso à informação pública.

Visando incrementar este processo, o Ministério do Planejamento coordenou a criação do Portal Brasileiro de Dados Abertos, página hospedada em <www.dados.gov.br>, sendo parte da INDA (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos)⁴¹. Tal iniciativa visa a melhoria contínua na publicação de

dados abertos com esteio nas melhores práticas adotadas dentro e fora do Brasil.

Nesse portal são divulgados dados sobre saúde, transporte, segurança pública, educação, processo eleitoral, gastos governamentais, dentre outros. Também são demonstradas iniciativas de dados abertos disponibilizadas por governos estaduais e municipais. Ao acessar os dados no site (<[http://dados.gov.br/data set](http://dados.gov.br/data/set)>), várias opções e formatos estão disponíveis para consulta e análise quanto aos dados fornecidos por órgãos setoriais do governo federal.

Na lista de aplicativos (<<http://www.dados.gov.br/aplicativos/>>), são catalogadas diversas ferramentas desenvolvidas a partir de dados abertos e disponibilizadas no portal. Há, por exemplo, aplicativos sobre reputação de empresas, reclamações de consumidores em Procons, aeroportos etc.

Ordem de Busca é um documento interno das Agências de Inteligência, elaborado pelo setor de análise para o setor de operações, que visa buscar uma informação não disponível ao analista.

Procuraremos adotar aspectos conceituais da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, pois se aplicam à atividade de inteligência policial e às ferramentas que são utilizadas na investigação criminal. Ademais, são conceitos aceitos nacionalmente e derivados de uma doutrina aprovada pelo Sistema Brasileiro de Inteligência e pelos Chefes de Organismos de Inteligência de todo o Brasil.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010. A DNISP foi atualizada, porém não está disponível abertamente para referência.

Idem.

Ibidem.

Ibidem, p. 15.

CEPIK, 2003, p. 51.

Idem.

O Sistema Guardião é desenvolvido pela empresa Dígitro, de Santa Catarina (<<https://www.digitro.com/>>).

O Google Street View é um projeto da empresa Google. Abordaremos a questão prática dos mapas em tópico específico. Acompanhe mais à frente nesta obra.

Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

Idem nota 3.

FERRO, 2008, p. 153.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências.

Regulamenta a Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, modificada pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, de que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações necessárias ao Plano

Nacional de Estatísticas Básicas e ao Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2007.

STEELE, s.d.

SHACHTMAN, 2007.

Dado negado é um dado não disponível ao profissional da atividade de inteligência, sendo que depende ou de outra Agência de Inteligência ou de um acesso disponibilizado com uso de ordem judicial e/ou do administrador do banco de dados.

GOODMAN, 2015, p. 143.

É o registro de nomes de domínio semelhantes aos de marcas ou empresas conhecidas para alcance de usuários através de digitação errônea ou de cliques em sites falsos com aparência de originais. Dentre as finalidades desse registro, destacamos: monetização de páginas com publicidade; compartilhamento de *fake news*; venda de domínio ou redirecionamento de tráfego para concorrente; links maliciosos para prática de fraudes eletrônicas.

BUTTRY, s.d., p. 17.

STF, Inq. 35633-PR; STJ, RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS: RHC 47486 PA 2014/0102638-6; HABEAS CORPUS: HC 332637 PR 2015/0195915-6.

TRE-RJ, RECURSO NA REPRESENTAÇÃO NQ 3782-90.2014.6.19.0000 TJ-RJ, Apelação no 0328465-50.2014.8.19.0001.

TJ-MS, Apelação Cível: AC 6424 MS 2012.006424-5.

STJ. Ação Penal nº 830/DF. Julgado em 06. Fev. 2019.

STJ, RHC Nº 96.585 – PR (2018/0074092-0). Publicado em 01 ago. 2018.

G1, 2019.

AFONSO, 2006, p. 49-62.

NASCIMENTO, 2015.

TJ-RN. Comarca de Cruzeta. Vara Única. Proc. nº 0100473-82.2013.8.20.0138. Juiz Marcos Vinicius Pereira Junior. Julgado em 05 out. 2014.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo Interno nº 70015426174. 17ª Câmara Cível. Relator Desembargadora Elaine Harzheim Macedo.

Tribunal Superior do Trabalho. Processo: AIRR – 170040-58.2005.5.12.0041 Data de Julgamento: 22 abr. 2009, Relator Ministro: Vantuil Abdala, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26 jun. 2009.

PINHO, 2008.

Justiça do Trabalho de Tucuruí-PA. Processo 0002736-51.2013.5.08.0110. Juiz Ney Maranhão.

Juizado Cível de Presidente Médici-RO. Proc. 1000137-07.2013.8.22.0006. Juiz João Valério Silva Neto. 16 out. 2014.

TRT-3 – RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA: RO 01582201401003006 0001582-11.2014.5.03.0010. Des. Rel. João Bosco Pinto Lara. 16 dez. 2015.

TRT10 – 2ª Vara do Trabalho de Taguatinga-DF, Proc. 0000351-66.2014.5.10.0102. Rosarita Machado de Barros de Caron.

TJ-SP. Comarca de São Paulo. Fórum Central Cível. 5ª Vara de Família e Sucessões. Juiz Andre Salomon Tudisco. 06 out. 2014.

TJ-RS – Recurso Cível: 71005380621. Primeira Turma Recursal Cível. Rel. Pedro Luiz Pozza. Julgado em 24 mar. 2015.

TJ-RJ – RECURSO INOMINADO: RI 0253910962013819000. PRIMEIRA TURMA RECURSAL FAZENDÁRIA. Relator: Juiz Luiz Fernando de Andrade Pinto. 24. out. 2014.

A CRÍTICA, 2015.

CONSULTOR JURÍDICO, 2015.

G1 RS; RBS TV, 2019.

INDA foi criada pela Instrução Normativa nº 4, de 12 de abril de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. O Crime e as Fontes Abertas

Os criminosos estão utilizando essas informações para praticar delitos, eis que aproveitam fotografias da vítima e de parentes, telefones, locais frequentados e hábitos como fontes de informação para auxiliar na prática delitiva. É o caso do Facebook Check-ins⁴², ferramenta integrante da rede social que permite ao usuário divulgar o local exato em que se encontra(va)⁴³.

Com a popularização desses sites, redes sociais e aplicativos de mensageria, os usuários passaram a postar fotografias, vídeos, informações pessoais, endereços e números de telefone – dados estes bastante úteis e facilitadores para qualquer ação criminosa.

Como forma de criticar e até alertar para os perigos da exposição na Internet, um grupo de holandeses criou o site Please Rob Me, indicando quando uma pessoa se encontra em casa ou não com base em informações do Twitter e do Foursquare.

Assim, percebe-se o uso massivo das informações disponibilizadas na web, que, mesmo estando em sites diferentes, uma vez reunidas, podem dar inúmeras dicas sobre os usuários. O criminoso usa, por exemplo, tais dados para formatar documentos falsos, criar cadastros falsos em lojas virtuais, realizar compras etc. Foi o que ocorreu no caso do sequestrador preso em Santa Catarina no ano de 2014. Segundo ele mesmo relatou à imprensa, coletou todos os dados no Facebook e em menos de dez dias arquitetou o plano do sequestro⁴⁴.

Nos próximos tópicos e capítulos vamos conhecer inúmeras ferramentas à disposição dos analistas e que podem ser úteis ao desenvolvimento de trabalhos e, por que não, à utilização de cunho pessoal.

Mídias sociais e casos de sucesso

Como referido antes, vários sites de relacionamento são bem úteis como fontes abertas, trazendo muitas informações sobre o investigado, desde os hábitos até ambientes que frequenta, passando por relatos de viagens e de encontros, o que facilita bastante o trabalho de coleta e análise dos dados.

Uma pesquisa realizada no ano de 2014 sobre o uso de mídias sociais por órgãos de aplicação da lei mostrou que 73% dos órgãos de investigação utilizam as redes sociais para solucionar os delitos de forma mais célere, com 25% dos policiais acessando-as diariamente para auxílio do seu trabalho. O estudo denota ainda que 71% dos profissionais que atuam com essa forma de coleta aprendem sozinhos, em detrimento de 19% que são capacitados para tal⁴⁵.

Segundo um levantamento realizado no ano de 2014 pela Associação Internacional de Chefes de Polícia (IACP), os órgãos investigativos estão incorporando às suas atividades o emprego de fontes abertas. De acordo com os dados, 82,3% dos entrevistados têm por hábito empregar mídias sociais na investigação policial. Para realizar essa tarefa, utilizam Facebook (95,4%), Twitter (66,4%) e YouTube (38,5%). Além do mais, a individualização da autoria delitiva tem sido aperfeiçoada em 77,5% dos casos⁴⁶.

Fatih e Bekir asseveram sobre a importância do emprego dessas informações como meio para incremento da atividade policial⁴⁷:

Tradicionalmente, as agências de persecução sempre tiveram um relacionamento pouco amigável com a tecnologia. Não há, todavia, como ignorar ou resistir à adoção de novas tecnologias por mais tempo, especialmente em razão do desenvolvimento na tecnologia da informação e a mudança de atitudes e percepções, tanto das forças policiais quanto dos criminosos. O uso efetivo dos avanços tecnológicos e o emprego da TI para o policiamento será de grande utilidade no combate aos crimes.

O uso de redes sociais e informações disponibilizadas na Internet pode auxiliar nos seguintes aspectos:

- a) **Localização de foragidos:** mesmo após o cometimento de uma infração, o criminoso utiliza-se das redes sociais para manter contato

com o seu círculo de relacionamento ou até mesmo para se vangloriar de sua ação.

- b) **Identificar testemunhas e suspeitos:** ao postar e compartilhar imagens do local de um crime, a polícia consegue informações úteis que podem identificar suspeitos e testemunhas que presenciaram o ato.
- c) **Redes de relacionamentos da vítima e do criminoso:** várias informações poderão estar disponíveis: familiares, relacionamentos amorosos, amizades, hábitos, locais em que frequentou com os *check-ins* disponíveis, negócios realizados etc.
- d) **Coletar evidências digitais:** o cometimento de crimes na Internet deixa um monte de evidências que devem ser recolhidas de maneira rápida e eficaz para que seja comprovada a materialidade delitiva.
- e) **Prestação de serviços à comunidade:** informando áreas de risco, fornecendo dados sobre índices de criminalidade de uma região, avisos sobre vias interditadas e desastres naturais etc.
- f) **Torcidas organizadas e integrantes de gangues:** a polícia deve atuar, principalmente nas redes sociais, na identificação de integrantes desses grupos bem como antecipar-se em locais de confronto entre grupos rivais marcados pela Internet.

A polícia, apesar de algumas iniciativas ainda tímidas, também passou a utilizar a busca de informações disponíveis na rede, logrando êxito. A seguir citamos alguns casos práticos de sua utilização em prol da atividade de segurança pública:

- **Assaltante preso no México por causa de informações postadas no Facebook:** neste caso, a prisão foi bem-sucedida porque o criminoso adicionou como amigo um integrante do Departamento de Defesa norte-americano⁴⁸. O fugitivo Max Scopo exibia um luxuoso estilo de vida em um *resort* em Cancún, México.

- **Um dos cem criminosos mais procurados da Itália foi preso em Isola di Capo Rizzuto graças a seu “amor” pelo Facebook:** a polícia rastreou o chefe mafioso Pasquale “Scarface” Manfredi, de 33 anos, porque o líder da organização calabresa ‘Ndrangheta’ se conectava ao site de rede social com muita frequência. Dessa forma, eles puderam rastrear sua conexão de Internet até seu esconderijo⁴⁹. Em uma situação similar, no ano de 2012, a polícia piauiense conseguiu localizar e prender um casal acusado de estelionato. O curioso é que a mulher criou uma conta no Facebook e postou várias informações, inclusive o local de seu trabalho e de residência.
- **Polícia da Itália usa redes sociais para prender pichadores:** a polícia italiana logrou êxito na identificação e prisão de pichadores na cidade de Pádua, região norte da Itália. As informações extraídas de Facebook e YouTube foram cruciais para o sucesso da missão⁵⁰.
- **Pêsames antes da hora:** Robert Powell foi preso pelo assassinato do seu amigo ao postar frases no Myspace com mensagens de “Descanse em paz” antes de o fato ter chegado ao conhecimento da polícia⁵¹.
- **Polícia mineira e localização de suspeito de homicídio:** a prisão de um investigado por homicídio ocorreu na cidade de Mathias Lobato-MG. A fotografia postada pelo foragido com um conjunto de montanhas ao fundo forneceu dados relevantes na localização e detenção do foragido⁵².
- **Lugar certo e sabido:** Cris Crego, foragido por prática de roubo em Nova Iorque no ano de 2009, foi preso, no estado de Indiana, após postar no Facebook e no Myspace sua residência, local de trabalho (Body Art Ink), bem como o horário em que trabalhava⁵³.
- **Help find Jim Gray:** Jim desapareceu ao navegar em alto-mar e nunca mais foi encontrado, apesar dos esforços da guarda costeira americana. A Amazon utilizou o S3 Storage Service e o Mechanical Turk para processar milhares de fotos de satélite disponíveis da região do desaparecimento do veleiro. Essa iniciativa envolveu milhares de pessoas na web à procura do veleiro. Nessa busca foram utilizadas

mais de 560 mil imagens de satélites, disponíveis em três satélites⁵⁴. Apesar de não ter logrado êxito, serve como um excelente exemplo de fonte de buscas com a utilização da Internet.

- **Homicida e Orkut no Piauí:** a polícia piauiense, em investigações ocorridas no sul do Estado para solucionar crimes por encomenda, passou a procurar os envolvidos e indiciados. Após várias tentativas frustradas de prender um dos executores do grupo, recebeu uma denúncia sobre o possível local em que sua noiva frequentava um curso superior. O primeiro passo foi acessar o Google, tomar o endereço da universidade e localizar seu respectivo site. Depois, em busca pelas comunidades no Orkut, localizou-se a página da noiva do foragido com várias informações, inclusive com recados (*scraps*) sobre o dia em que houve o casamento. O próximo passo foi verificar os cartórios de registro de pessoas e encontrar a documentação. Assim, com base nas informações coletadas, a prisão foi realizada com sucesso.
- **Foto no Orkut e sucesso na operação:** no ano de 2008, a polícia piauiense estava prestes a deflagrar uma operação para coibir a venda de medicamentos não autorizados. Após um dos alvos ser avisado que seria preso, desligou o telefone. A polícia tinha em mãos fotografia do veículo do foragido postada em site de relacionamento. A prisão foi realizada, culminando com êxito da operação.
- **Maconha e Google Earth:** a polícia suíça apreendeu 1,2 tonelada de maconha com o auxílio do software de imagens Google Earth. A investigação resultou na prisão de 16 pessoas e na localização da plantação, medindo aproximadamente 7.500 metros quadrados, que estava camuflada em uma plantação de cereais⁵⁵.
- **Sequestro e Google Street View:** com o auxílio do Google Street View (visão de rua), ferramenta agregada ao Google Maps, a polícia do estado de Massachusetts (Estados Unidos) conseguiu solucionar o rapto de uma criança, efetuado pela avó. Para lograr êxito, usou as coordenadas do celular utilizado para o contato, acessou a plataforma

de mapas e localizou um prédio nas proximidades. Após a devida checagem, a menina foi encontrada e liberada⁵⁶. No Rio Grande do Sul, embora não noticiado na imprensa, já foram utilizadas informações do Google Street View. Em uma investigação para atribuição de autoria em crimes contra o patrimônio, a polícia civil estava com uma interceptação telefônica em andamento. Durante essa diligência, os investigados falavam em praticar um furto de veículo em determinado local, com detalhes e especificidades. O emprego do Street View possibilitou aos policiais a identificação do veículo citado nas interceptações, facilitando, sobremaneira, a vigilância do local e o planejamento das ações policiais.

- **Sequestrada pede socorro pelo Facebook:** nos Estados Unidos, uma mulher que estava sequestrada com seu filho na cidade de Salt Lake City pediu ajuda pelo Facebook e conseguiu ser libertada⁵⁷.
- **Lutador é preso após postagem:** em 2019, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, um lutador foi preso por homicídio após postar fotos da vítima nas redes sociais⁵⁸.
- **Sequestro resolvido com imagens de redes sociais:** uma foto postada em uma rede social ajudou a resolver um caso de extorsão mediante sequestro de um empresário na cidade de Riberão Preto-SP. Um moletom postado pelo criminoso nas redes sociais foi o mesmo utilizado dias antes, quando esteve na loja do empresário do ramo de revenda de veículos⁵⁹.
- **Fotos em redes sociais ajudaram polícia a desarticular quadrilha no RS⁶⁰:** uma quadrilha especializada em roubo, furto, clonagem e desmache de veículos, com atuação na região metropolitana de Porto Alegre, foi identificada e presa pela polícia civil gaúcha. As postagens dos criminosos em redes sociais foram relevantes na identificação e prisão dos envolvidos.
- **Ameaça de ataque ao teatro Longacre, Estados Unidos:** a polícia de Nova Iorque reforçou a segurança do teatro após ameaça de ataque postada no Twitter. Após isso, a polícia reforçou o perímetro de onde

haveria o espetáculo e identificou o responsável pela postagem criminosa⁶¹.

- **Polícia belga e imagens de gatos em redes sociais para desinformar terroristas⁶²:** a caçada a terroristas na Bélgica teve uma situação inusitada – a polícia belga solicitou à população que divulgasse imagens de gatos nas redes sociais em vez de informações sobre as diligências para prender terroristas. A adesão da população foi massiva e milhares de imagens de gatos foram postadas.
- **Identificados envolvidos em linchamento⁶³:** após a divulgação de um vídeo de linchamento nas redes sociais, a polícia civil maranhense identificou cinco pessoas envolvidas no crime.
- **Polícia de Frankfurt, Alemanha, resolve crime após compartilhamento de vídeo:** após a morte de um homem em frente a uma boate, policiais postaram o vídeo com as imagens de CFTV do local a fim de encontrar testemunhas. A ação foi exitosa, culminando com a prisão dos envolvidos.

O Facebook é uma das redes sociais com mais usuários no mundo inteiro.

Vide tópico específico sobre o Facebook.

G1 SC, 2014.

LEXISNEXIS, 2014.

IACP Social Media. 2014 Social Media Survey Results.

FATIH; BEKIR, 2015.

BBC BRASIL, 2009.

G1, 2010.

CRESCENTI, 2014.

MACEDO, 2010.

R7, 2014.

MILLER, 2010.

O site disponível era Help Find Jim em: <http://www.helpfindjim.com/>. Não obstante, o serviço se encontra indisponível.

BOL, 2009.

CHOW, 2009.

G1, 2011.

EXTRA, 2019.

G1 RIBEIRÃO PRETO E FRANCA, 2019.

G1 RS, 2014.

REMIZOWSKI, 2012.

JOSEPH, 2015.

VESPA, 2015.

3. A Internet como Fonte Aberta para Produção de Conhecimentos

O objetivo deste capítulo é conhecer, ao menos de maneira resumida e objetiva, o histórico da Internet e a importância dela para a atualidade, notadamente, trazer ao leitor o conhecimento de como acessar as fontes abertas na web, os principais sistemas de busca existentes, seu funcionamento e as ferramentas que auxiliam nesse processo.

A Internet como ferramenta de busca

A Internet é uma rede de computadores interligados mundialmente, capaz de eliminar distâncias. É a informação a apenas um clique de distância!

A Guerra Fria foi o impulso para o início da Internet. Na época, os Estados Unidos pensaram em como colocar vários servidores no ar em pontos espalhados pelo planeta, pois, caso um fosse destruído, os outros não seriam afetados. A grande utilidade disso é que as informações tidas como estratégicas não precisariam ficar armazenadas em um só lugar. Após, a Internet passou a ter uso acadêmico – as universidades eram interligadas para a troca de dados dentro do país.

Desde a sua criação, jamais se imaginou que a Internet se tornaria esse conglomerado de redes em escala mundial. De acordo com a Internet World Stats, em junho de 2019 chegamos ao impressionante volume de 4,536 bilhões de pessoas com acesso à Internet, sendo que no Brasil, comparativamente, em 2011 estávamos com 88,494 milhões de usuários, no final de 2015 estávamos com 117.653.652 e em 31 de dezembro de 2017 chegamos a 149.057.635, ou seja, 70,7% dos brasileiros com acesso à Internet⁶⁴. Mundialmente, em junho de 2019 atingiu-se a marca de 58,8% da população mundial interconectada, ou seja, 4.536.248.808 pessoas.

Isso significa muita informação trafegando, e-mails, inúmeras notícias postadas, fotografias e uma variedade de informações circulando que poderiam ser de grande utilidade na produção do conhecimento e na tomada de decisões governamentais, além de esclarecer vários delitos. Essa visão, claro, é diferente daquela de quando a Internet começou a ser implementada no Brasil, em meados de 1991, com a transmissão de alguns pacotes TCP/IP para os Estados Unidos, o que foi considerado uma revolução na época.

A evolução na comunicação contribuiu para essa celeridade de o dado chegar aonde deve chegar. A Internet auxiliou bastante nesse processo, muito embora no princípio a organização dessas informações fosse um caos, o equivalente a uma biblioteca desorganizada. O acesso à informação era privilégio de poucos especialistas que a compartilhavam, principalmente por

meio de correio eletrônico, *usenetnews* e FTP. Normalmente, quando se buscava algo, as respostas vinham confusas, desorganizadas e sem nexos.

Assim, embora de forma rudimentar, a WWW contribuiu consideravelmente para a explosão da quantidade de informações disponíveis na rede. Por isso sempre havia tentativa de reorganizá-las e classificá-las para maximizar seu uso.

Pouco tempo atrás a Internet não possibilitava nenhuma pesquisa, pois as informações eram desorganizadas, postadas em milhares de links soltos, não sendo possível achar determinado assunto de forma mais precisa, em face da existência de milhões de informações já disponíveis. Na verdade, não havia nenhuma maneira de pesquisa na web.

A ideia precursora da busca surgiu através de David Filo e Jerry Yang, dois estudantes da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, após disputarem um concurso sobre a Liga de Basquete Universitária. Os futuros fundadores da Yahoo! vasculharam uma infinidade de sites sobre informações de esportes, onde compilaram dados sobre uma infinidade de resultados e terminaram por ganhar o concurso. A partir de então, eles desenvolveram essa ideia, percebendo uma excelente oportunidade de ganhar dinheiro e conseguindo criar o primeiro site de buscas capaz de filtrar as pesquisas e trazer resultados mais precisos.

O sucesso foi imediato. O número de pessoas que procuravam informações nesse mecanismo de busca crescia assustadoramente, e isso se refletia em custos para a empresa. Para mantê-la era necessário ganhar dinheiro com a Internet, o que até aquele momento ninguém havia descoberto como fazer. É nesse ponto que entra a publicidade. Algumas empresas passaram a pagar anúncios em *banners* na página do Yahoo! e tiveram retorno. Isso passou a dar lucros milionários e fortaleceu bastante a ferramenta de busca.

Na década de 90 surgiram outros buscadores, como o Infoseek, o Altavista e o Excite, sendo este último um avanço, pois, em vez de páginas compiladas, como o Yahoo! dispunha, o site era um buscador no qual o usuário digitava um termo e automaticamente a busca era feita dentro de páginas que continham aquela expressão.

Em meados de 1998, a Google Inc. foi fundada, revolucionando os sites de buscas e modificando a forma de pesquisar na web. Os buscadores até então disponíveis traziam como resultados, na maioria das vezes, sites inúteis e de conteúdo ruim. Para solucionar esse problema, os fundadores da Google Sergey Brin e Larry Page criaram um site que priorizava a busca pela quantidade de links que o termo buscado possuía, ou seja: se determinada palavra estivesse por mais vezes em determinado site, este seria colocado como prioridade, passando a trazer dados úteis. Essa forma de fazer busca trazia resultados bem mais precisos. Foi uma revolução na Internet, que tornou a Google a maior empresa do setor. A busca passou a ser novamente atrativa.

Portanto, com a chegada da Internet, as notícias são repassadas instantaneamente, ficando disponíveis a todos. Essa moderna tecnologia nos dá uma ferramenta poderosa para conduzir o analista no seu trabalho. É certo que, além de muita informação, existe muito “lixo eletrônico” na rede, o que poderá causar dificuldades na hora da busca do dado. Para isso, o dado deve ser confrontado sempre com outros dados disponíveis.

Essa rede de computadores possibilita ao usuário acesso a informações públicas e por vezes de cunho militar, com banco de dados, livros e equipamentos, coletando proveitoso conhecimento ainda sobre indivíduos e organizações.

Principais sistemas de busca existentes

Antes de citar os buscadores existentes na web, é importante referir o que é, como funcionam e um pouco do histórico deles.

Conceito:

*Um **motor de busca**, **motor de pesquisa** ou **máquina de busca** é um sistema de software projetado para encontrar informações armazenadas em um sistema computacional a partir de palavras-chave indicadas pelo utilizador, reduzindo o tempo necessário para encontrar informações⁶⁵.*

Um motor de busca é um programa feito para auxiliar a procura de informações armazenadas na rede mundial (WWW), dentro de uma rede corporativa ou de um computador pessoal. Ele permite que uma pessoa solicite conteúdo de acordo com um critério específico (tipicamente contendo uma dada palavra ou frase) e responde com uma lista de referências que combinam com tal critério, ou seja, é uma espécie de catálogo mágico. Mas, diferentemente dos livros de referências comuns, nos quais está acessível a informação que alguém organizou e registrou, o catálogo do motor de busca está em branco, como um livro vazio. Ao se realizar uma consulta, a lista de ocorrências de assuntos é criada em poucos segundos por meio de um conjunto de softwares de computadores, conhecidos como spiders, que vasculham toda a web em busca de ocorrências de um determinado assunto em uma página. Ao encontrar uma página com muitos links, os spiders embrenham-se por eles, conseguindo, inclusive, vasculhar os diretórios internos – aqueles que tenham permissão de leitura para usuários – dos sites nos quais estão trabalhando⁶⁶.

Leonardi enfatiza a criação dos índices pelos mecanismos de busca como facilitador nas respostas desejadas⁶⁷:

É preciso compreender que um mecanismo de busca é essencialmente ‘um conjunto de programas de computador que executa diversas tarefas com o objetivo de possibilitar a localização de arquivos e web sites que contenham ou guardem relação com a informação solicitada pelo usuário’. O funcionamento desse sistema envolve a utilização de palavras-chave fornecidas pelo usuário, as quais são procuradas em índices criados pelo próprio mecanismo de busca a partir de visitas automatizadas a web sites realizadas por softwares específicos, conhecidos como robôs. Quando as palavras-chave são localizadas nesse índice, uma lista contendo os links a elas relacionados é apresentada ao usuário, possibilitando o acesso às informações que foram encontradas conforme os termos da pesquisa especificada. De modo simplificado, os softwares robôs vasculham continuamente as informações disponibilizadas na World Wide Web, possibilitando ao mecanismo de busca criar um índice próprio, contendo informações a respeito dos web sites visitados – procedimento conhecido no jargão informático como indexação. Posteriormente, por meio de algoritmos próprios, o mecanismo de busca organiza essas informações e exibe resultados em resposta à pesquisa efetuada pelo usuário. Como é

intuitivo, além do emprego de palavras-chave relacionadas à informação ou ao assunto desejado, a qualidade dos algoritmos é determinante para que a pesquisa apresente resultados úteis.

Os primeiros buscadores (como o Yahoo!) tinham como base a indexação de páginas através da sua categorização. Posteriormente, surgiram as chamadas “metabuscas”.

Uma geração mais recente de motores de busca – como a do Google – utiliza várias tecnologias, como a procura por palavras-chave diretamente nas páginas e o uso de referências externas espalhadas pela web, ou seja, fazem uso de pequenos programas de varredura conhecidos como “agentes buscadores”, *spiders* (aranhas, em inglês), ou ainda *webcrawlers*⁶⁸. Os buscadores mais modernos permitem até a tradução direta de páginas, porém de forma básica ou errada.

O Google, por exemplo, além de fazer a busca pela Internet, oferece também o recurso de efetuar a busca somente dentro de um site específico. Aliás, o Google tem várias outras opções de busca, algumas das quais vamos tratar mais adiante. O importante a saber sobre o Google é que o seu

*agente, o “googlebot”, varre a Internet diariamente, adicionando e removendo páginas em sua base de dados e dando uma pontuação a cada uma, de acordo principalmente com a quantidade de referências feitas a ela por outras páginas. Assim, quanto mais referências independentes a ela uma página tiver, mais importante ela será considerada pelo Google, e mais perto do topo da lista de resultados ela estará. Isso garante que os primeiros valores retornados por sua busca sejam das páginas mais “bem cotadas” dentre todas as que contêm as palavras que você procurou*⁶⁹.

Buscadores diferenciados da *surface web* e da *deep web*

Existem várias propostas diferenciadas de buscadores. Nas edições anteriores mencionávamos o Ecosia (<<https://www.ecosia.org/>>), dentre outros, com projetos voltados inclusive à proteção ambiental.

Nesta edição, preferimos trazer novidades, dentre elas algumas ferramentas de busca na Internet visível a todos, a *surface web*, e na *deep web*. Assim, o uso também deverá ser testado pelo interessado na produção do conhecimento e na investigação criminal.

Buscadores na *surface web*:

- **Ahmia** – <<https://ahmia.fi/>>.
- **DuckDuckGo** – <<https://duckduckgo.com/>>.
- **Search Encrypt** – <<https://www.searchencrypt.com/>>.

Buscadores na *deep web* (para acessar é necessário o uso do navegador TOR):

- **Grams** – <http://grams7enufi7jmdl.onion>.
- **not Evil** – <http://hss3uro2hsxfogfq.onion>.
- **Candle** – <http://gjobqjj7wyczbqie.onion>.
- **Ahmia** – <http://msydstlz2kzerdg.onion>.
- **DuckDuckGo** – <https://3g2upl4pq6kufc4m.onion/>.

Sites mais acessados no mundo e no Brasil

Tanto no Brasil quanto no mundo, os mecanismos de busca se destacam como as plataformas mais acessadas pelos usuários de Internet. Os sites mais acessados do mundo são o Google, YouTube e o Facebook, conforme estatísticas do site Alexa.com (<<http://www.alexa.com>>). No Brasil, os sites mais acessados são Google (Brasil e .com), YouTube, Facebook, Globo, UOL, Live e Mercado Livre⁷⁰.

Percebe-se, de acordo com o *ranking* de sites, que há prevalência dos buscadores e das redes sociais dentre as aplicações mais acessadas no mundo. Para conferir a situação atual, inclusive do Brasil, basta acessar a URL <<http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Dentre os usuários brasileiros, em relação aos buscadores, o Google tem a preferência, sendo seguido por Yahoo! e Bing. Já em relação às redes sociais, a preferência é por Facebook e Instagram.

Integração de buscadores e buscadores por país

Para quem não quer usar cada buscador individualizado, o 20Search é uma excelente ferramenta de busca, já que não temos mais o Bing & Google. Ao digitar o parâmetro a ser pesquisado, a busca é feita em vinte grandes mecanismos de busca, fazendo com que a pesquisa fique completa. O endereço do site é <<http://20search.com/>>.

Pelo Colossus, em <<http://searchenginecolossus.com/>>, é possível verificar quais as ferramentas de buscas por país.

Outro motor de busca, já citado e indicado por entidades ativistas de proteção de dados, é o DuckDuckGo (<<https://duckduckgo.com/>>), que é baseado em Paoli, Pensilvânia, e tem a particularidade de utilizar informações de origem *crowdsourcing* para melhorar a relevância dos resultados, sendo também considerado um motor de busca híbrido. É importante por ter como “filosofia” de pesquisa a privacidade do usuário e não registrar suas informações. Também tem endereço específico na *deep web*.

Dentre outros buscadores, integradores de outros buscadores, podemos citar:

- **Zapmeta** – <<https://www.zapmeta.com/>>.
- **Dogpile** – <<https://www.dogpile.com/>>.
- **MetaCrawler** – <<http://www.metacrawler.com/>>.
- **All The Internet** – <<https://www.alltheinternet.com/>>.
- **Sputtr** – <<http://www.sputtr.com/>>.
- **My All Search** – <<http://www.myallsearch.com/>>.
- **All in One** – <<https://all-io.net/>>.
- **Info Com** – <<http://www.info.com/>>.

Como pesquisar na web e acessar as fontes abertas na web

O grande desafio é como buscar essas informações, pois as possibilidades são infinitas em face da grande quantidade de páginas disponíveis com fontes abertas por todo o mundo. Alguns países, como EUA, Canadá, Austrália, já se encontram mais adiantados nessa seara, criando agências para tal, com sites de acesso exclusivo aos integrantes da comunidade de inteligência e com desenvolvimento de softwares para facilitar essa busca.

Técnicas de busca

É sempre bom lembrar que a Internet não é local para iniciantes, devendo o analista ser habilidoso e estar atento para os riscos que a sua pesquisa poderá causar, pois, ao acessar determinado conteúdo, poderá deixar sua marca, com informações sobre o IP⁷¹ (Protocolo de Internet), *cookies*⁷², histórico de visitas e muito mais, fazendo com que o investigado possa saber se determinada instituição policial está consultando sua página. Além do mais, poderá instalar softwares maliciosos na sua máquina ou permitir acessos não autorizados. Ademais, é importante ter cuidado ao utilizar serviços de consulta livremente disponíveis. As empresas detentoras dessas plataformas, por vezes, capturam dados relevantes do usuário e repassam para terceiros. Uma consulta de *Whois* poderá informar ao responsável pelo site consultado os endereços de IP que estão fazendo a pesquisa.

Há uma expressão utilizada desde o velho oeste americano que tão bem relata essa oferta de serviços livremente disponíveis – “não existe almoço grátis”. Naquela época, os estabelecimentos ofereciam comida grátis aos compradores de bebida alcoólica, no entanto, a cortesia fornecida era bastante salgada, obrigando-os a fazer mais gastos com drinques. O serviço gratuito pode, por vezes, servir como engodo para atrair o usuário desavisado.

Assim, ao começar uma pesquisa, o usuário deverá utilizar máquinas com a devida proteção, incluindo antivírus atualizado e *firewalls*, a fim de evitar engenharia reversa.

A qualidade da pesquisa dependerá da utilização de ferramentas adequadas e de sites úteis. O termo a ser pesquisado deverá ser bastante específico,

levando, assim, a uma resposta mais refinada. Essa procura não consiste apenas em habilidades para navegar na web e consultar bancos de dados. Requer, para tanto, compreensão sobre o assunto a ser pesquisado e, principalmente, habilidade para utilizar os mecanismos de busca.

O Google é um dos sites mais utilizados para fazer pesquisas; entretanto, outros buscadores jamais deverão ser desprezados, pois eles podem ter o dado procurado, ou seja, cada um poderá ser usado em uma situação específica. O analista, ao fazer a pesquisa, deverá estar atento tanto para a dupla verificação da fonte quanto para a utilização de palavras-chave como, por exemplo, “Inteligência Policial” em vez de “o que devo saber sobre os conceitos de Inteligência Policial”. Sua utilização é importante para demonstrar os resultados relevantes.

A utilização de aspas entre o termo pesquisado poderá refinar a busca, trazendo apenas a resposta específica. O uso de expressões “and”, “near”, “or” e “not” são facilitadores. Alguns sites disponibilizam a função *cache*, que permite verificar a última versão daquele site. É útil quando o site já não mais estiver no ar. Alguns sites, como o <www.archive.org>, permitem o acesso a diversas fotografias da página em períodos distintos.

Outras aplicações também permitem visualizar a versão de uma página na Internet:

- **Cached Pages** – <<http://www.cachedpages.com/>>.
- **Archive is** – <<https://archive.is/>>. Permite ao usuário salvar o texto e uma cópia gráfica da página em um determinado momento.

Sendo direcionada dessa forma, a pesquisa se encaminhará para uma grande probabilidade de êxito. Caso a resposta traga diversas páginas relevantes, o analista deverá refinar ainda mais a pesquisa para encontrar o melhor resultado, procurando por datas específicas, locais, hora, formato do arquivo, linguagem nativa etc. Em não logrando êxito, determina-se a mudança da palavra-chave ou a inversão desta.

É importante que esses resultados de pesquisa sejam salvos após a sua devida coleta. Deve-se, para tanto, ficar atento para não violar os direitos autorais da

página. Assim, as fontes deverão ser citadas e colocadas nos relatórios produzidos a partir daquele dado.

Dicas de busca específicas para o Google⁷³

O Google, principal ferramenta de pesquisa utilizada no Brasil e no mundo, tem uma complexidade muito maior do que aparenta sua simples página inicial. O repertório de opções para refinamento de uma busca é infinito e pode ser resumido conforme faremos a seguir.

Opção “Pesquisa avançada”

A pesquisa avançada no Google permite filtrar os dados por: sites (idioma, região, data da última atualização, site ou domínio, onde os termos de pesquisa aparecem na página, *SafeSearch*, nível de leitura, tipo de arquivo, direitos de uso); imagens (tamanho, proporção, cor, tipo, site ou domínio, tipo de arquivo, *SafeSearch*, direitos de uso).

Opção “Estou com sorte”

Embora pouco utilizado, por ser o “segundo” botão de pesquisa abaixo da caixa de pesquisa do Google, esta ferramenta é muito útil. Quando o usuário acessa a página principal do Google (<www.google.com> ou <www.google.com.br>) existem dois botões: “Pesquisa Google” e “Estou com sorte”. O normal é digitar o que se quer pesquisar e, em seguida, pressionar [Enter], sendo que o Google executa automaticamente o primeiro botão, ou seja, “Pesquisa Google”. Isso faz com que o recurso “Estou com sorte” passe despercebido para muitos usuários. Este recurso redireciona o navegador do usuário automaticamente à primeira página encontrada na pesquisa e, em combinação com outras *tags* (veja os próximos recursos de pesquisa úteis), este recurso torna-se muito útil, levando-o exatamente ao site que deseja sem que para isso você tenha que ler páginas e mais páginas de resultado de pesquisa.

Experimente digitar na pesquisa: “Inteligência Policial” e em seguida pressionar o botão “Estou com sorte”.

Opção usando aspas duplas “”

Embora muitos usuários não tenham percebido, o fato de usar ou não aspas duplas (“ ”) em uma pesquisa do Google faz muita diferença. Se o usuário tem interesse em encontrar “crimes cibernéticos no Brasil”, o Google irá mostrar somente páginas que contenham exatamente esta sequência de palavras. Porém, se o usuário digitar crimes cibernéticos no Brasil, sem as aspas, o Google irá mostrar os sites que apresentam todas as palavras digitadas, independentemente se elas estão na sequência digitada ou não. Nesta situação, retornarão mais opções, incluindo sites que contêm toda a frase pesquisada ou apenas palavras espalhadas pela página.

Assim, caso o usuário deseje um resultado mais preciso, que lhe possibilite encontrar a frase do jeito que digitou, é fundamental que as use entre aspas duplas. Essa pesquisa deve ser bastante utilizada quando da busca por nomes completos.

Opção para forçar o Google a incluir um termo na pesquisa (operador “+”)

Algumas palavras, por vezes, são ignoradas pelo mecanismo de busca do Google. Isso acontece porque o Google utiliza o conceito de *stop words*, que são palavras que o mecanismo ignora por serem irrelevantes à maioria das pesquisas. Por exemplo, em *homicídio de trânsito* a palavra “de” é normalmente ignorada (exceto se a frase inteira estiver entre aspas duplas). Porém, usar aspas duplas pode não trazer exatamente o resultado que o usuário deseje.

Assim, existe outra maneira de fazer com que o Google inclua uma palavra digitada na pesquisa. Para que isso aconteça, o usuário deve acrescentar como prefixo o sinal “+”. Tal uso obriga o mecanismo a encontrar determinado termo. O sinal “+” também serve para fazer com que o Google não procure por similares. Outro detalhe importante: o usuário não deve colocar o sinal de + seguido de espaço. O sinal deve ficar “colado” na palavra desejada.

Opção para forçar o Google a excluir um termo da pesquisa (operador “-”)

Se o usuário deseja procurar, por exemplo, por “Inteligência Policial”, mas quer evitar os resultados que tenham relação com a inteligência militar, basta digitar: Inteligência +Policial -militar.

Opção para forçar a inclusão de similares (operador “~”)

Ao usar o operador “~” como prefixo para seus termos de pesquisa, o usuário está informando ao Google que ele está autorizado a exibir como resultado termos similares ao que foi digitado. Por exemplo, “crime ~cibernético” – além do termo em questão, busca termos como “virtual”, “informático” etc.

É importante observar que esta opção de uso com o “~” parece funcionar melhor para termos em inglês.

Opção um ou outro, mas não ambos (operador “|” – *pipe*)

O operador “|” (barra vertical ou *pipe*) funciona como um operador lógico “OU”. Então, o *pipe* pode ser substituído por “ou” que o resultado é o mesmo.

Este operador faz com que o Google devolva resultados relacionados a um termo de pesquisa ou outro, mas não ambos em um mesmo local. Por exemplo, o termo de pesquisa Polícia Civil | Federal retorna resultados sobre Polícia Civil e Polícia Federal, mas não retorna páginas onde existam essas duas palavras simultaneamente.

Adicionalmente, o usuário pode incluir mais termos nesse tipo de pesquisa, bem como outros referenciais. Por exemplo: “Polícia Civil | Federal - Rodoviária -Militar”.

Opção para trabalhar com intervalos numéricos (operador “..”)

É normal precisarmos delimitar tempos em nossas pesquisas. Assim, caso o usuário queira saber, por exemplo, informações sobre guerras ocorridas entre

os anos de 1970 e 1990, basta digitar “guerra 1970..1990”. Quer saber sobre inovações tecnológicas ocorridas entre 1960 e 2012? Digite “inovações tecnológicas 1960..2012”.

O Google também apresenta, em “Mais ferramentas” ou “Ferramentas de pesquisa”, possibilidades de limitar a pesquisa por datas específicas. Previamente, já dispõe de pesquisas do tema nas últimas 24 horas, última semana, último mês e último ano. Por último, em intervalo personalizado.

Opção para trabalhar com curingas (operador “*”)

O operador “*”, em um termo de pesquisa que estiver entre aspas, funciona como o caractere curinga. Por exemplo, digamos que o usuário não se lembre do nome completo de determinada pessoa a ser buscada, Emerson Wendt. Se digitar “Delegado * Wendt” no Google, o mecanismo de busca irá substituir o * por qualquer palavra que exista entre “Delegado” e “Wendt”. Neste caso, a palavra Emerson.

Opção para modificar o número de resultados por página de pesquisa

O usuário não precisa ir ao formulário de pesquisa avançado para modificar o número de resultados por página que o mecanismo de busca do Google retorna. Basta fazer a pesquisa normalmente e, após o Google exibir o resultado, acrescentar “&num=x” no final da *string* URL no navegador, onde “x” é o número desejado por página.

Opção para especificar tipo de arquivo para os resultados

O usuário também pode filtrar os resultados obtidos por tipo de arquivo. Por exemplo, se a procura for por “Inteligência Policial” e a opção for por resultados que estiverem no formato PDF, basta usar o operador de pesquisa “filetype:”. No exemplo, “Inteligência Policial” filetype:pdf. Ou, se a opção for por apresentações com o tema, a pesquisa ficaria “Inteligência Policial” filetype:ppt ou “Inteligência Policial” filetype:pptx ou “Inteligência Policial” filetype:odp.

Opção por pesquisa em um site específico

Opção bastante interessante é a de receber os resultados de pesquisa provenientes de um único site. Para isso, o usuário deve utilizar o operador “site:”. No exemplo anterior, “Inteligência Policial” site:pc.rs.gov.br ou “Inteligência Policial” site:inteligenciapolicial.com.br.

Obs.: neste caso, dispensam-se as informações “https” e “www”.

Opção de pesquisa em um tipo específico de domínio

Além da pesquisa em determinado site, conforme item anterior, o usuário pode delimitar que a pesquisa se estenda a determinados tipos de domínio, ou seja, a todos os domínios comerciais (.com ou .com.br) ou a todos os domínios militares (.mil ou .mil.br). Assim, seguindo no exemplo anterior, caso o usuário queira procurar por “Inteligência Policial” somente em sites governamentais brasileiros (.gov.br), deve acrescentar ao final site:gov.br, ficando “Inteligência Policial” site:gov.br.

Opção de procura por termo desejado somente no endereço (URL)

O usuário pode fazer com que o Google busque apenas no endereço (URL do domínio) um determinado termo. No exemplo, “allinurl:inteligenciapolicial” irá retornar somente sites que contenham a expressão “Inteligência Policial” em suas URLs.

Opção de pesquisa segura *SafeSearch*

O Google dispõe de um mecanismo de segurança que pode filtrar automaticamente conteúdo pornográfico ou sexualmente explícito. Basta incluir, ao final da URL de pesquisa, a *string* “&safe=active”.

Opção de busca por sites semelhantes

O usuário pode procurar por sites parecidos com algum outro que já conhece. Por exemplo, para procurar por sites semelhantes ao

www.inteligenciapolicial.com.br,
related:www.inteligenciapolicial.com.br.

digite

Outro site, o <<https://www.similarsites.com/>>, também oferece tal funcionalidade, estipulando um percentual de proximidade dos assuntos.

Opção de busca por sites que têm link para um site específico

O usuário também pode tentar descobrir quais são os sites que possuem link para o site pesquisado usando o operador “link:”. Por exemplo, para saber quais são os sites que têm link para o site www.inteligenciapolicial.com.br, basta digitar “link:www.inteligenciapolicial.com.br”.

Opção para buscar somente nos campos de título de uma página

Se o usuário se interessar apenas pelo que está escrito no título de uma página, deve utilizar o operador “allintitle:”. Por exemplo: “allintitle:inteligenciapolicial”.

Opção para buscar somente no texto de uma página

Se o que o usuário está procurando está no texto de uma página, deve utilizar o operador “allintext:”. Por exemplo: “allintext:inteligenciapolicial”.

Opção para pesquisar dentro do cache do Google

Esta opção é bastante desconhecida dos usuários em geral. Porém, o Google normalmente armazena uma versão do site em um *cache* particular, de modo que o usuário pode consultá-lo se o site procurado estiver fora do ar. Para fazer isso, deve ser utilizado o operador “cache:”. Por exemplo: “cache:www.planalto.gov.br”.

Esta opção é possível porque o Google tira uma “foto” de cada página examinada enquanto elas são carregadas e guarda-as na memória para o caso de alguma não estar disponível. Se o usuário clicar nos links da versão em *cache*, também poderá ver as páginas como elas estavam da última vez que foram carregadas. Esse serviço é útil se a página não estiver disponível no

momento da busca, mas a versão em *cache* da página pode não ser a mais atualizada.

Quando a página armazenada é mostrada, ela terá um cabeçalho, que servirá como um lembrete de que esta é uma página armazenada e não a página em si. Os termos que coincidem com sua busca estão destacados na versão armazenada, para que você identifique mais facilmente por que essa página é relevante.

É importante observar que o link “cached” (memorizado) não existirá para os sites que não foram indexados e também para os sites cujos donos pediram para remover o conteúdo memorizado.

Opção de busca por filmes ou músicas

O Google tem a possibilidade de realizar buscas específicas por filmes ou músicas. Exemplos:

- movie:operação policial
- music:coração de estudante

Opção calculadora

O Google também pode ser usado como uma calculadora. Pode ser curioso, mas basta experimentar digitando, por exemplo:

- $12 + 12$ (12 mais 12)
- $12 - 14$ (12 menos 14)
- $5 * 5$ (5 vezes 5)
- $2 ^ 3$ (2 elevado a 3)
- $5 \text{ sqrt } 2$ (raiz quadrada de 2)

Opção definição

Se o usuário não sabe o que significa algo ou alguma coisa, basta utilizar o operador define:oqueprecisosaber. Por exemplo, define:iPad ou define:inteligenciapolicial.

Opção mídias sociais

Utilize @ antes de uma palavra para pesquisar em mídias sociais.

Opção *hashtags*

Ponha # antes de uma palavra.

INTERNET WORLD STATS, s.d.

WIKIPÉDIA.

Idem.

LEONARDI, 2011, p. 227-228.

STJ. Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI. Rel. para Acórdão Min. MARCO AURÉLIO BELIZZE. Julgado em 08 de maio de 2018. REsp nº 1.316.921 – RJ: O mecanismo de busca dos provedores de pesquisa trabalha em 03 etapas: (i) uma espécie de robô navega pela web identificando páginas; (ii) uma vez identificada, a página passa por uma indexação, que cataloga e mapeia cada palavra existente, compondo a base de dados para as pesquisas; e (iii) realizada uma busca pelo usuário, um processador compara os critérios da pesquisa com as informações indexadas e inseridas na base de dados do provedor, determinando quais páginas são relevantes e apresentando o resultado. Evidentemente, esse mecanismo funciona ininterruptamente, tendo em vista que, além de inúmeras páginas serem criadas a cada dia, a maioria das milhões de páginas existentes na web sofre atualização regularmente, por vezes em intervalos inferiores a uma hora, sendo que em qualquer desses momentos pode haver a inserção de informação com conteúdo ilícito.

OLIVEIRA, 2004.

Dados sobre os sites com mais acessos no mundo podem ser encontrados no link <<http://www.alexa.com/topsites>> (último acesso: 30 dez. 2019). Existem complementos do Alexa para navegadores.

É o número atribuído quando alguém se conecta à Internet através de um computador ou dispositivo móvel, permanecendo até a desconexão. Pode ser fixo ou variável.

São arquivos que o site visitado põe na máquina do usuário que o visita pela primeira vez, possibilitando ter conhecimento da quantidade de vezes que o site é visitado pelo usuário.

FREITAS, 2012.

4. Fontes Abertas e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

A realização dos jogos olímpicos e paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro trazia consigo inúmeras preocupações com acontecimentos no Brasil e no exterior, os quais poderiam impactar na boa imagem desses grandes eventos esportivos. Dentre essas preocupações, citamos: (a) o medo de atentados terroristas; (b) o aumento dos protestos organizados em redes sociais; e (c) a turbulência política vivida pelo nosso país.

Em 13 de novembro de 2015, os ataques com fuzis e homens-bomba na capital francesa levaram a centenas de mortos e feridos. Países do mundo todo reforçaram o estado de atenção para novos ataques terroristas, com uma preocupação especial em relação aos chamados “lobos solitários”.

A Europa iria sofrer um novo golpe: o ataque terrorista ocorrido em 22 de março de 2016 na estação de metrô de Maelbeek, em Bruxelas, Bélgica, deixou um rastro de destruição e insegurança com dezenas de mortos e mais de uma centena de feridos.

Desde os jogos olímpicos de 1972, realizados em Munique, a preocupação com a segurança cresceu exponencialmente. Naquela época, atletas israelenses foram mortos por integrantes da organização terrorista Setembro Negro, após a invasão da Vila Olímpica. Assim, os eventos ocorridos anteriormente aos Jogos de 2016 eram um sinal de alerta.

O medo de eventuais ataques terroristas nos jogos olímpicos no Brasil, notadamente com a ascensão do ISIS ou ISIL, era divulgado pela mídia nacional⁷⁴:

Um integrante do grupo Estado Islâmico postou em sua conta pessoal no Twitter uma ameaça ao Brasil. A mensagem “Brasil, vocês são nosso próximo alvo” foi postada em novembro do ano passado, logo após os atentados que deixaram 129 mortos e dezenas de feridos, na França, mas só nessa quarta-feira (13) a Agência Brasileira de Inteligência

(Abin) confirmou a autenticidade do perfil e da mensagem. Ao proferir palestra na Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa, em São Paulo, Sallaberry falou sobre as estratégias do Estado Islâmico para recrutar seguidores e ordenar atentados pelas redes sociais. O diretor da agência de inteligência também tratou das possíveis ameaças terroristas aos Jogos Olímpicos Rio 2016 e dos riscos aos quais o Brasil está exposto atualmente. Sallaberry não só revelou que a agência de inteligência já tinha confirmado a autenticidade da ameaça divulgada pelo francês Maxime Hauchard, como também informou que a probabilidade de o Brasil ser alvo de ataques terroristas elevou-se nos últimos meses, por causa dos eventos ocorridos em outros países e do aumento do número de brasileiros que têm aderido à ideologia do grupo.

A organização terrorista ISIS, sob a liderança de Abu Bakr al-Baghdadi, proclamou um califado e utilizava as redes sociais para capitanear recursos, simpatizantes e transmitir diversas cenas de brutalidade, dentre as quais a decapitação de jornalistas e ativistas.

O poder de mobilização das mídias sociais também ficou demonstrado na Primavera Árabe. A partir do final de 2010, uma onda de protestos começou na Tunísia e se espalhou por diversos países árabes (Argélia, Bahrein, Egito, Iêmen, Jordânia, Líbia, Marrocos e Omã), com a população saindo às ruas, denunciando regimes ditatoriais e exigindo melhores condições de vida. Diversos ditadores foram retirados do poder.

Bilton faz uma análise desse poder de mobilização das redes sociais da Primavera Árabe e os reflexos para os demais países⁷⁵:

Algumas horas depois começaram a surgir notícias, algumas citando o Twitter, de que Mahmoud Ahmadinejad, o presidente iraniano, havia anunciado que vencera as eleições por maioria de votos. Mas circulavam por todo o país acusações de que Ahmadinejad havia manipulado a eleição. Horas após o anúncio, os candidatos da oposição usaram o Twitter e o Facebook para expressar seu descontentamento e pequenos focos de protesto começaram a surgir nas ruas. No dia seguinte, com as informações se espalhando através do Twitter, os protestos haviam atingido as principais cidades do Irã. Um mar de gente usando bandanas verdes e empunhando bandeiras verdes, cor do partido opositor derrotado, tomou as ruas exigindo a recontagem dos votos. Uma longa lista de hashtags, como #eleiçãonoirã, #irã, #forahmadin e muitas outras, tornaram-se os grandes assuntos do momento do Twitter. As pessoas compartilhavam vídeos dos manifestantes apanhando, sendo atacados e às vezes atingidos por tiros das forças governamentais iranianas. Não demorou muito para que os avatares verdes comessem a inundar o Twitter.

Mobilização decorrente dessa nova era também foi vista na Espanha em 2011. *Los Indignados* ou *Movimiento 15-M* foram protestos pacíficos

organizados através de redes sociais para exigir mudança nos campos político, social e econômico. O engajamento demonstrava novos tempos. Qualquer um agora podia disponibilizar conteúdo na Internet, independentemente da mídia profissional, conforme afirmado por Malini e Antoun⁷⁶:

O “blogueiro de rua” se contrapõe ao modelo capitalizado do problogger, preso aos hits e assuntos do momento para ampliar suas conexões e audiência na rede (e assim faturar mais em seu projeto de monetização). O “blogueiro de rua” – mesmo sem muitos “seguidores” ou “amigos” – produz conteúdos, ao vivo, para poder coordenar um movimento. No caso do #15M, a multiplicidade de “blogueiros de rua” fez com que os protestos sociais vazassem por todos os lados. Em toda parte, imagens, sons, textos e vídeos registravam a movimentação ou veiculavam o debate de questões sociais em múltiplos canais em tempo real, produzindo mais interações e conversações. O “blogueiro de rua” difundia seus relatos do e no centro da própria situação. Ou como intuiu Levy, analisando a ruptura como a perspectiva de centros de difusão: “de dentro de um universo de informações, onde cada um contribui explorando de forma própria, modificando ou estabilizando (o ciberespaço)”.

Da mesma forma o *Occupy Wall Street* foi iniciado no Zucotti Park, distrito financeiro de Manhattan, Nova Iorque, nos Estados Unidos, no ano de 2011. A mobilização tinha como lema “Nós somos os 99%” e conclamava uma insurreição contra as desigualdades sociais, a corrupção e a influência das grandes corporações junto ao governo, especialmente as do setor de serviços e finanças.

No Brasil, as mobilizações tiveram início no ano de 2013, especialmente nos atos contra o aumento das tarifas de transporte público. A Manifestação dos “20 centavos” iniciou em São Paulo e se espalhou por todo o país. Inicialmente, questionaram-se apenas as tarifas, depois surgiram outros pontos (luta contra a corrupção, gastos públicos excessivos nos grandes eventos etc.), protestos de tamanha envergadura só vistos anteriormente na época do “Fora Collor”. O Facebook era a ferramenta mais utilizada para esse engajamento. Kirkpatrick destaca essa importância⁷⁷:

O Facebook tornou-se um dos primeiros lugares em que pessoas insatisfeitas de todo o mundo apresentam suas queixas, seu ativismo e seus protestos. Essas campanhas no Facebook funcionam porque suas ferramentas de comunicação viral permitem que um grande número de pessoas fique ciente de um problema e se aglutine rapidamente.

As multidões eram impulsionadas pelas redes sociais, notadamente com convocações através de plataformas *on-line*. Nobre ressalta o caráter apartidário e autônomo desses eventos⁷⁸:

Não é de um movimento que se trata, mas de vários. As interpretações divergem sobre o que aconteceu. A ideia mesma de que seja possível um “relato dos fatos” é questionável. As interpretações divergem também sobre o sentido do que aconteceu. São diferentes as dinâmicas de manifestação nas diferentes partes do país, em cada cidade, em cada parte da cidade onde ocorrem protestos. Manifestações surgem como irrupções, grandes, pequenas, isoladas, reunidas. Quando se reúnem em grandes massas, têm forma de ondas. Dependendo de qual onda se pega, a passeata pode ter sentidos opostos, inconciliáveis. As revoltas de junho de 2013 não têm lideranças, palanques nem discursos. As passeatas se formam, se dividem e se reúnem sem roteiro estabelecido. É difícil até mesmo prever onde vão surgir e ganhar corpo. Organizam-se a partir de catalisadores nas redes sociais e no boca a boca das mensagens de texto. Não são revoltas dirigidas contra este ou aquele partido, esta ou aquela figura política. São revoltas contra o sistema, contra “tudo o que está aí”.

Dias e Silva enfatizam, nessa nova era, o surgimento de posições consensuais universais e destacam que⁷⁹:

O poder de estabelecer situações consensuais e mobilizar ações e manifestações que se têm conseguido por meio da utilização das redes sociais é impressionante. Em outros países do mundo, fatos semelhantes têm ocorrido, confirmando de maneira inequívoca o poder de influência e ação das redes sociais da Internet para conseguir, em curtíssimo tempo, posições consensuais em grandes grupamentos com lideranças pouco expressivas. Posições consensuais universais já começam a despontar, envolvendo temas polêmicos como: direito de expressão, imprensa livre, direito ao aborto, liberdade de ir e vir, liberdade religiosa, direitos de propriedade, preservação ambiental, combate à miséria, liberdade política, distribuição de renda e centenas de outros. Esses temas nunca conseguiram posições consensuais porque sempre foram dominados, influenciados e/ou manipulados por grandes grupos políticos, religiosos ou econômicos que defendiam seus interesses e não os interesses de toda a população. Tais grupos sempre tiveram como posição outros grupos dominantes ou que se tornavam dominantes quando alcançavam o poder. A grande diferença com relação aos movimentos consensuais gerados pelas redes sociais é que estes não têm donos dominantes ou têm apenas lideranças ocasionais que servem mais como organizadoras do que detentoras do poder sobre o movimento.

Eram, portanto, novos desafios para os profissionais de segurança pública. Essas aglomerações eram mobilizadas muito rápido e exigiam uma pronta resposta do Estado, especialmente para assegurar a tranquilidade daqueles que lá estariam presentes. Alguns atos realizados resultaram em vandalismo, com danos ao patrimônio público e privado, como aconteceu em Porto

Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Para tanto, necessitava-se, pois, buscar informações em fontes abertas para saber sobre os protestos organizados, antecipar-se e evitar prováveis impactos na segurança pública local.

Por fim, o panorama político da época resultou em protestos com milhões indo às ruas. O processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff foi palco de uma das maiores batalhas político-partidárias já ocorrida no Brasil. Grupos contra e a favor mobilizavam-se rapidamente através de redes sociais para defender suas posições e, da mesma forma que ocorrera com a manifestação dos 20 centavos, alguns eventos ocasionavam a depredação do patrimônio público e privado.

Os ataques terroristas, as manifestações contra a corrupção e o aumento de tarifas, além do processo de impeachment, tinham algo que poderia ser empregado pelas forças de segurança: a disponibilização de conteúdo nas mídias sociais. Dados relevantes, úteis e de livre acesso poderiam ser empregados na produção de conhecimento de inteligência cibernética a fim de subsidiar o tomador de decisões sobre acontecimentos que poderiam impactar no bom desempenho dos jogos olímpicos e paralímpicos Rio 2016.

Núcleo de Fontes Abertas (Nufa)

A SESGE – Secretaria de Segurança Extraordinária para Grandes Eventos – foi instituída através do Decreto nº 7.538 de 01 de agosto de 2011. Dentre as suas atribuições, competia-lhe a coordenação da atuação dos órgãos envolvidos na segurança pública e defesa civil das esferas de governo federal, estadual e municipal, sendo a interface do estado brasileiro com o Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 e da Rio 2016, no âmbito privado. Ainda de acordo com o referido diploma, seriam considerados grandes eventos: a Jornada Mundial da Juventude de 2013; a Copa das Confederações FIFA de 2013; a Copa do Mundo FIFA de 2014; os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016; e outros eventos designados pelo Presidente da República.

Para os jogos olímpicos e paralímpicos Rio 2016 foi criado dentro da estrutura organizacional o Núcleo de Fontes Abertas (Nufa). Esse setor especializado funcionava dentro da Coordenação-Geral de Inteligência da Diretoria de Inteligência – CGINT/DINT.

Os integrantes do Nufa deveriam, para tanto, utilizar as informações livremente disponíveis na Internet para produzir conhecimento válido e oportuno a ser aplicado na segurança dos jogos olímpicos e paralímpicos. Esse projeto inovador e pioneiro era formado por profissionais recrutados pela DINT/SESGE. A coleta de dados restringia-se a um campo delimitado, especialmente em razão da quantidade de informações produzidas e da dificuldade de analisar todo o conteúdo. O acompanhamento era restrito a fatos, notícias, dados e informações de interesse para a Segurança Pública, Segurança Nacional e a atividade de inteligência como um todo, voltadas única e exclusivamente aos grandes eventos no Rio 2016.

Os resultados obtidos dessa coleta eram difundidos de forma rápida, sempre levando em conta o **princípio da oportunidade**. O planejamento para essa coleta foi crucial para o sucesso da missão, especialmente para evitar o retrabalho e a perda de informações relevantes na antecipação de cenários.

Além da divisão de tarefas, o planejamento englobou pontos cruciais no sucesso da coleta em fontes abertas: (a) a capacitação dos profissionais de

inteligência de segurança pública; e (b) a realização de eventos-testes. Essas diretrizes asseguraram, além de uma identificação de conteúdo qualitativo, uma confecção de documentos úteis e interativos difundidos para os destinatários finais.

Os cursos realizados foram importantes para implementar uma metodologia além de utilizar as ferramentas disponíveis na busca do conteúdo e produzir documentos a serem difundidos para os tomadores de decisão.

A realização de eventos-teste, por outro lado, permitiu aos que ali estavam presentes corrigir eventuais equívocos e aperfeiçoar a atuação no ambiente cibernético com o seguinte foco: divisão de tarefas, coleta por setoriais olímpicas e a apresentação de um relatório interativo de antecipação de fatos. Nesse diapasão, novos documentos foram estabelecidos, destacando-se o relatório de antecipação de fatos e o informativo.

O **Relatório de antecipação de fatos** surgiu com a necessidade de se condensar tudo em um documento com informações das regiões olímpicas e assuntos relevantes. Por outro lado, o **informativo** era outro documento produzido para coleta de dados disponíveis em fontes abertas.

O **informativo** era produzido reativamente a algum pedido realizado por autoridade ou proativamente, a depender da temática ou da necessidade de um aprofundamento de pesquisa. Este documento levava em conta o princípio da oportunidade, portanto, era simplificado e difundido aos decisores logo após sua produção.

CABEÇALHO

MODELO DE RELATÓRIO DE ANTECIPAÇÃO DE FATOS

DATA:	
LOCAL:	
ASSUNTO:	
ORIGEM:	
DIFUSÃO:	
REFERÊNCIA:	
FINALIZAÇÃO:	
ANEXOS:	

SUMÁRIO

	SETOR 1	SETOR 2	SETOR 3	SETOR 4
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....				
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....				
PREVISÃO DO TEMPO.....				
TRANSPORTE PÚBLICO.....				
TRÂNSITO.....				
NOTÍCIAS RELEVANTES.....				
MONITORAMENTO DE REDES SOCIAIS.....				
MANIFESTAÇÕES POPULARES.....				
SEGURANÇA PÚBLICA.....				
CYBER ATIVISMO.....				
OUTRAS INFORMAÇÕES.....				
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....				

***Instruções: Relatório com sumário interativo, para acessar a seção desejada clique na cor desejada de acordo com a Região Olímpica e/ou clique no título do sumário referente ao assunto.

☐ Sem Relevância ☐ Pouco Relevante ☐ Relevante ☐ Muito Relevante

Figura 1. Modelo de relatório de antecipação de fatos

INVESTIGADOR_Z

CABEÇALHO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

PREVISÃO DO TEMPO

TRANSPORTE PÚBLICO (ÔNIBUS, TREM, METRO, AVIAO)

TRANSITO

NOTÍCIAS RELEVANTES

MONITORAMENTO DE REDES SOCIAIS

MANIFESTAÇÕES POPULARES

SEGURANÇA PÚBLICA

CYBER ATIVISMO

OUTRAS INFORMAÇÕES

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações foram coletadas através de fontes abertas. Em alguns casos há necessidade de que estes dados coletados, sejam complementados através de pesquisas em outros bancos de dados.

Caso haja mudança de algum tópico descrito neste relatório, haverá comunicação imediata com os interessados.

Figura 2. Modelo de relatório de antecipação de fatos

INVESTIGADOR_Z

CABEÇALHO

MODELO DE INFORMATIVO

DATA E HORA	TITULO
-------------	--------

ASPECTOS CONHECIDOS

ASPECTOS A CONHECER

INFORMAÇÕES COLETADAS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Figura 3. Modelo de informativo

As informações disponibilizadas no **relatório de antecipação de fatos** deveriam ser relevantes e com impactos na segurança para o evento, evitando, sobremaneira, os dados desnecessários e sem conexão com os jogos. Para tanto, essa sinalização do que era de interesse era feita através de cores indicativas:

- **Branca:** sem relevância
- **Verde:** pouco relevante
- **Amarelo:** relevante
- **Vermelho:** muito relevante

Os dados coletados e apresentados no relatório, todavia, deveriam ser complementados com outras fontes de dados, especialmente as fechadas, eis que as fontes de consulta eram, essencialmente, buscadas em mídias sociais. Os tópicos eram divididos de seguinte forma:

- a) **Programação do dia:** eventos a serem realizados por setorial no dia subsequente (seções, jogos, festas, eventos).
- b) **Clima e tempo:** previsão do tempo e conteúdo relacionado. Em alguns casos, agregavam-se mapas meteorológicos por setorial na cidade do Rio de Janeiro (Barra, Copacabana, Deodoro e Maracanã), com ênfase nos locais de competição.
- c) **Transporte:** dados referentes ao funcionamento do transporte público com ênfase no funcionamento, atraso e mudança de rotas de ônibus, trens da supervia, metrô Rio, Barca e BRT e atrasos e cancelamentos de voos no Rio de Janeiro.
- d) **Trânsito:** mudança e fechamento de vias e demais circunstâncias com impacto no fluxo normal de veículos em pontos do Rio e, principalmente, nos locais próximos aos eventos.
- e) **Notícias relevantes:** notícias com relevância nacional ou alguma projeção no Rio de Janeiro e/ou evento. Os assuntos restringiam-se a:

- Evento olímpico.
 - Infraestrutura.
 - Internacional.
 - Saúde.
 - Segurança pública.
 - Sistema prisional.
 - Terrorismo.
 - Outros de interesse.
- f) **Monitoramento de redes sociais:** análise quantitativa e qualitativa de menções sobre os jogos e termos de interesse publicados nas redes sociais, como *hashtags*, eventos, engajamento e previsões sobre determinados assuntos.
- g) **Manifestações previstas:** coleta de dados para identificação de manifestações que seriam realizadas no dia seguinte e com impacto direto ou indireto nos jogos.
- h) **Segurança pública:** fatos relacionados com: atletas; família olímpica; turistas; ocorrências policiais de destaque; organizações criminosas; e sistema prisional.
- i) **Ciberativismo:** acompanhamento de *defacement* e ataques de negação de serviços de aplicações de Internet governamentais ou com ligação aos jogos olímpicos e paralímpicos.
- j) **Outras observações:** informações que não estavam previstas nos tópicos anteriormente mencionados e que foram julgadas úteis para os interesses dos decisores.
- k) **Considerações finais:** dados das atividades desenvolvidas pela equipe de analistas do dia.

RODRIGUES, 2016.

BILTON, 2013, p. 198.

MALINI; ANTOUN, 2013, p. 222.

KIRKPATRICK, 2011, p. 280.

NOBRE, 2013, p. 6.

DIAS; SILVA, 2016, p. 54-55.

5. *Fake News* e o Emprego de Fontes Abertas

O incremento dos avanços tecnológicos trouxe-nos inúmeros benefícios. A comunicação, os negócios, as relações sociais e o nosso dia a dia ficaram mais fáceis. Não obstante, usuários mal-intencionados e criminosos aproveitam-se de serviços livremente ofertados para incrementar suas ações.

Por vezes, notícias falsas poderão até comprometer a lisura do processo democrático e vitimar inocentes. Foi o que ocorreu no ano de 2014, onde uma mulher acabou sendo linchada no Guarujá após ser confundida com uma sequestradora de crianças. Segundo consta, um retrato falado de uma “suposta criminosa” foi publicado em uma página de uma rede social e populares confundiram com a mulher que passava na região⁸⁰.

No ano de 2018 inocentes foram linchados na Índia em decorrência de boatos espalhados no WhatsApp sobre sequestros de crianças⁸¹:

Suspeitos de sequestrar crianças estão [na região] usando sedativos, injeções, sprays, algodão e pequenas toalhas. Eles falam hindi, bengalês e malaiala. Se você vir algum estranho perto de sua casa, informe imediatamente a polícia local. Pode ser um membro dessa gangue de sequestradores.

Outrora, a desinformação era difundida no boca a boca, por impressos colocados dias antes de uma eleição. Nos dias que correm, as redes sociais e aplicativos de mensageria, muito embora tenham sido criados com fins lícitos, são empregados para viralizar conteúdos em velocidades inimagináveis.

As *fake news* foram a preocupação de vários países durante os períodos eleitorais. Otto Von Bismarck citava que “nunca se mente tanto quanto antes de uma eleição, durante uma guerra ou depois de uma caçada”. Nas eleições do ano 2016 para presidente dos Estados Unidos tivemos uma infinidade de notícias falsas circulando sobre candidaturas. Da mesma forma ocorrera na

eleição para presidente da França, culminando com a apresentação de um projeto de lei para responsabilizar os responsáveis pelo compartilhamento e pela produção desse tipo de conteúdo. A Índia realizou a maior eleição do mundo no ano de 2019, com mais de 900 milhões de eleitores aptos a votar, e a maior preocupação foi com os efeitos das *fake news* durante todo o processo.

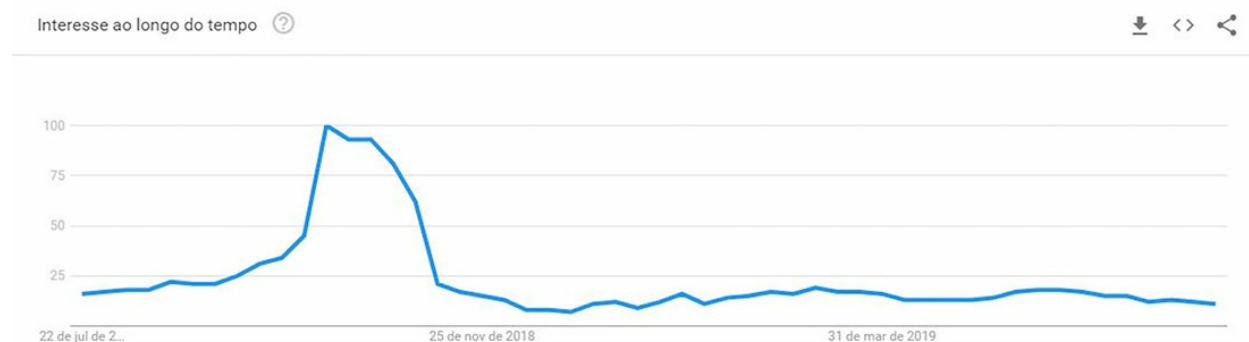


Figura 4. Consulta Google Trends sobre a busca pela palavra-chave “Fake News” no Brasil, no último ano (julho 18/19). Consulta realizada em 19 jan. 2020.

Nesse contexto, o emprego de fontes abertas será um dos caminhos a serem seguidos na identificação de *fake news*. Barreto assevera⁸²:

A utilização de fontes abertas é apenas um meio para verificação da integridade de uma informação que está circulando nas redes sociais, não sendo, todavia, o único procedimento a ser realizado. O volume de dados produzidos é imenso, não impossível de ser processado pelo ser humano. Nesse contexto, a utilização de inteligência artificial e aprendizado de máquina (machine learning) permitirão realizar tarefas visando detectar a circulação de notícias falsas na rede mundial de computadores. Por outro lado, as aplicações de Internet, especialmente as redes sociais e os aplicativos de mensageria, têm papel relevante, devendo aperfeiçoar seus algoritmos para um enfrentamento eficaz do fake news. Ademais, a agilidade na retirada das notícias falsas de suas plataformas, seja por ordem judicial, seja por violação às suas políticas de privacidade, impossibilita a disseminação numa maior escala, minimizando seus assoladores efeitos. Sob outro ponto de vista, a educação digital poderá trazer cenários positivos para evitar a propagação de notícias não confirmadas. As devidas cautelas devem ser levadas em conta no momento de retransmitir fatos carregados de exageros ou sensacionalismos, tais como: “ninguém divulgou isso”; “urgente”; “não deixe de ler”; “atenção”; “não deixem de divulgar”; “bomba”, dentre outros termos que procuram transformar leitores desatentos em peças impulsionadoras de virais. Em síntese, as ferramentas disponíveis em fontes abertas ora explanadas não são exaustivas na identificação dos virais, necessitando, pois, de adoção de um conjunto de medidas para restringir os efeitos danosos dessa prática.

Fact checking

Dentre as alternativas para verificação de fatos, temos as agências de *fact checking* (checagem de fatos). Esse caminho foi o meio utilizado especialmente pelo jornalismo para evitar publicações de *fake news* sem uma checagem prévia.

A primeira agência de checagem de fatos foi a Fact Check. Disponível em <<https://www.factcheck.org>>, a plataforma foi iniciada no ano de 2003 com o intuito de checar a precisão de fatos no cenário político americano, notadamente no campo dos anúncios, debates, discursos e entrevistas.

O Site Reporters Lab, disponível em <<https://reporterslab.org>>, é um centro de pesquisa em jornalismo da Sanford School, Duke University. Nessa plataforma podemos fazer a consulta de agências de checagem de fatos georreferenciadas no mundo. A busca por agências do Chile, por exemplo, informa a existência das seguintes: Fact Checking CL, ChileCheck e El Polígrafo (Chequeo de Datos – La Política Contrastada)⁸³. Essa plataforma torna-se bem interessante para verificação de notícias de outros países.

Diversas agências se especializaram nessa consulta de publicações que circulam em sites, aplicativos de mensageria e redes sociais no Brasil. Listamos alguns sites de verificação de fatos disponíveis no Brasil. Não obstante, recomendamos a dupla verificação da fonte para checar se determinado fato é ou não desinformador:

- **Estadão Verifica** – <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/>>.
- **G1 Fato ou Fake** – <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>>.
- **Lupa** – <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>>.
- **Aos Fatos** – <<https://aosfatos.org/>>.
- **Boatos** – <<https://www.boatos.org/>>.
- **E-Farsas** – <<http://www.e-farsas.com/>>.
- **Publica** – <<https://apublica.org/checagem/>>.

- **Comprova UOL** – <<https://noticias.uol.com.br/comprova/>>.

Estudo de caso – *Fake news* e uso de buscadores

A quantidade de informação postada a cada instante torna impossível a análise por qualquer plataforma. Não obstante, a aplicação de algumas técnicas de busca retornará dados para identificar eventual desinformação.

De início, a análise do texto poderá conter dados ou aspectos que apontem aquele conteúdo como duvidoso:

- Dados aleatórios com aparência de verdade.
- Sensacionalismo e notícias absurdas (não deixe de divulgar; atenção; tiraram do ar; essa a Globo não mostra, divulgue para seus contatos).
- Erros de português.
- Sites desconhecidos ou emprego de *typosquatting*.
- Emprego de *caps lock*.
- Viralizando rapidamente em redes sociais e aplicativos de mensageria.

Dessa maneira, poderemos utilizar, além das agências de *fact check*, ferramentas de busca para verificar a veracidade de um fato divulgado. Por vezes, a utilização do Google já consegue demonstrar isso. Podemos citar, como exemplo, a *fake news* mais famosa das copas do mundo, onde são expostos os motivos pelos quais a seleção brasileira foi eliminada.

*A aceitação veio através do pagamento total dos prêmios, US\$ 700.000,00 para cada jogador, mais um bônus de US\$ 400.000,00 para todos os jogadores e integrantes da comissão, num total de US\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares) através da FIFA. Além disso, os jogadores que aceitarem o contrato com a empresa FPAR nos próximos 4 anos terão as mesmas bases de prêmios que os jogadores de elite da empresa. Assim, combinou-se que o Brasil seria derrotado durante o segundo tempo, porém a apatia que se abateu sobre os jogadores titulares fez com que a Bélgica, que absolutamente não participou desta negociação, marcasse, em duas falhas simples do time brasileiro, os primeiros gols...*⁸⁴

Quando copiamos um trecho desse boato no Google, verificamos que esse material já circula desde a copa do mundo da França, em 1998. A cada campeonato, mudanças ocorrem, por vezes, nos personagens e local, e outros

dados do texto permanecem intactos. Caso haja eliminação do Brasil na Copa de 2022, certamente esse material vai ser utilizado e alguns usuários compartilharão sem ao menos se preocupar com a dupla verificação da fonte.

Outras buscas por palavras-chave podem auxiliar na identificação de imagens semelhantes para situações que estão em andamento. Algumas imagens antigas são empregadas em redes sociais e aplicativos de mensageria para desinformar os usuários desatentos e dar maior credibilidade à postagem.

Estudo de caso – Imagens e *fake news*

No dia 23 de junho de 2018, um treinador e 12 garotos de uma equipe de futebol foram dados como desaparecidos. Após 10 dias de buscas realizadas por diversas equipes, os garotos foram encontrados numa caverna cerca de 400 metros da praia de Pattaya, na província de Chian Rai, Tailândia.

O resgate foi realizado com sucesso, todavia surgiam, a todo instante, notícias falsas sobre como foi a operação de salvamento, como um vídeo que circulou nas redes sociais e aplicativos de mensageria parabenizando os mergulhadores.

Na época, diversos usuários simplesmente compartilharam o vídeo como se verdadeiro fosse, porém as notícias repassadas enfatizavam as dificuldades decorrentes das fortes chuvas que assolavam a região.



Figura 5. Captura de tela de vídeo que circulava sobre o resgate dos garotos. Arquivo pessoal.

A dupla verificação da fonte demonstrou, de imediato, que o vídeo era conteúdo desinformador. Ao fazer a captura de um *frame* do vídeo e utilizar a pesquisa por imagens semelhantes no Google Images, obtivemos várias respostas que apontavam para o resgate dos garotos. Não obstante, uma delas apontou para um vídeo publicado no YouTube no ano de 2010 denominado “Spéléo Secours Français DivX Full HD.avi”.

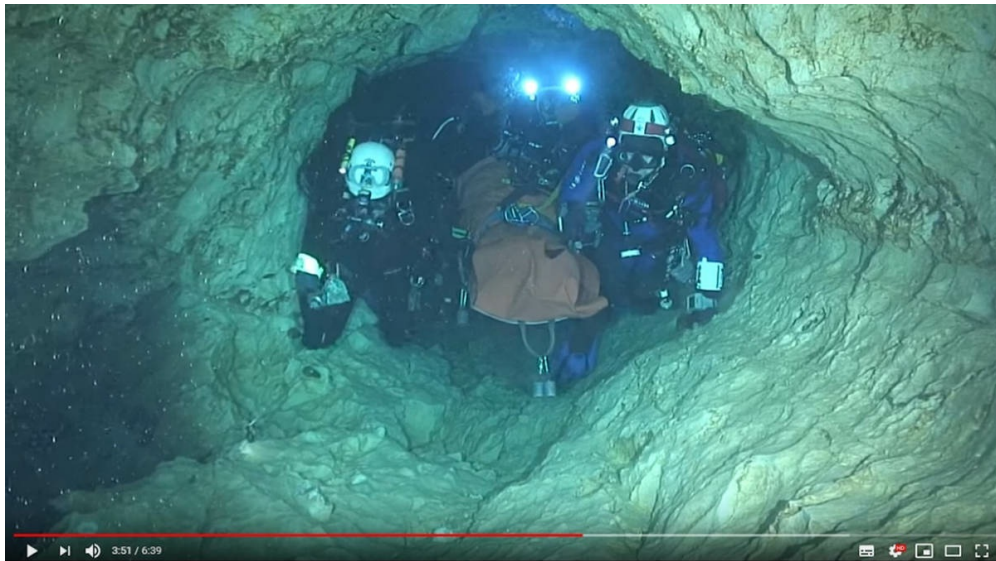


Figura 6. Captura de tela do vídeo intitulado *Spéléo Secours Français DivX Full HD.avi*, datado de 20 de junho de 2010. Arquivo pessoal.

Greve dos caminhoneiros

A greve dos caminhoneiros, também conhecida como Crise do Diesel, teve início no mês de maio de 2018. A paralisação durou alguns dias, causando desabastecimento em várias cidades brasileiras.

Durante esse período, várias notícias desinformadoras surgiram, dentre as quais podemos citar⁸⁵:

- Governo pode cortar sinais de Internet no Brasil para interromper comunicação entre caminhoneiros.
- Caminhão foi incendiado por furar bloqueio de caminhoneiros.
- Militares foram flagrados empurrando veículo sem gasolina após anúncio de Temer.

- Força Nacional decidiu apoiar os caminhoneiros.
- Supermercados foram saqueados em Bangu.
- Diretor da Elektro disse que governo Temer mandou cortar energia.
- Manifestantes fizeram jogral em Brasília.
- Embraer fez críticas ao Brasil, dizendo que país tem o combustível mais caro do mundo, em vídeo institucional.
- Polícia Rodoviária Federal atirou contra caminhoneiros.
- Michel Temer foi expulso de manifestação de caminhoneiros.
- Câmara tem quebra-pau após deputados acusarem Rodrigo Maia de decretar estado de sítio.
- Vídeo mostra dono da maior transportadora do Brasil fazendo crítica a políticos e imprensa e dizendo que a pauta não é a greve dos caminhoneiros.
- Comandante do Exército Eduardo Villas Bôas anunciou a intervenção militar.
- Constituição autoriza intervenção militar após sete dias e seis horas de greve.
- Mandar mensagem para número de telefone do Exército pode levar a intervenção militar.
- Caminhoneiro cometeu suicídio depois de saber de multa de R\$ 400 mil por bloqueio durante greve.

Outra notícia que circulou bastante em aplicativos de mensageria na época da greve foi a de um incêndio em um posto de gasolina causado pelos caminhoneiros.



Figura 7. Fotografia que circulava em aplicativos de mensageria como ação praticada na Crise do Diesel em 2018. Arquivo pessoal.

A busca por imagens semelhantes no Google demonstra que essa fotografia se refere a um incêndio ocorrido em um posto de combustível na cidade de Imperatriz, no Maranhão, no ano de 2013⁸⁶. Na mesma tela de consulta verificamos que a imagem foi utilizada para ilustrar uma matéria sobre ataques de criminosos a um posto de gasolina, fato ocorrido em janeiro de 2013.

Páginas que incluem imagens correspondentes

É mentira que caminhoneiros atearam fogo em posto de combustíveis ...

<https://www.opovo.com.br/.../u200be-mentira-que-caminhoneiros-atearam-fogo-a-po...> ▼



640 × 425 - 30 de mai de 2018 - Caminhoneiros, em protesto contra o retorno do estoque e venda de combustíveis em posto de Jaguaribara, supostamente teriam ateado fogo ...

Incêndio destrói posto de combustível em Imperatriz | Folha do Bico

<https://www.folhadobico.com.br > Maranhão> ▼



640 × 425 - 16 de ago de 2013 - O posto de combustível Alvorada II na BR-10 pegou fogo na tarde desta quinta-feira, 15, em Imperatriz-MA. De acordo com populares, o fogo ...

No 22º dia de ações violentas, criminosos atacam posto de ...

<camisadez.net.br/noticias/3878.html> ▼



640 × 425 - 23 de jan de 2019 - ... criminosos atacam posto de combustível na grande Fortaleza. ... colocou fogo em um veículo Prisma dentro de um posto de gasolina na ...

Caminhão tanque explode e provoca incêndio em Posto de gasolina ...

<https://www.nortedotocantins.com.br > Maranhão> ▼



640 × 425 - 15 de ago de 2013 - Caminhão tanque explode e provoca incêndio em Posto de gasolina ... O fogo começou por volta das 14 horas e com rapidez atingiu 12 carros ...

É mentira que caminhoneiros atearam fogo em posto de combustíveis ...

<www.quixeramobimnews.com.br/e-mentira-que-caminhoneiros-atearam-fogo-em-pos...> ▼



640 × 425 - 31 de mai de 2018 - Caminhoneiros, em protesto contra o retorno do estoque e venda de combustíveis em posto de Jaguaribara, supostamente teriam ateado fogo ...



Figura 8. Busca no Google por imagens semelhantes. Arquivo pessoal.

RIBEIRO, 2014.

TARDÁGUILA, 2018.

BARRETO, 2018.

Consulta realizada em 08 jan. 2020.

Trecho do boato que circulou nas redes sociais e aplicativos de mensageria sobre os motivos da eliminação do Brasil. Conteúdo falso.

Esses fatos foram checados e comprovados como notícias falsas. G1; O GLOBO; CBN; TV GLOBO; EXTRA, 2018.

NORTE DO TOCANTINS, 2013.

6. Sites de Fontes Abertas Úteis e Indicados

Como referido, há vários sites que podem ser utilizados como fontes de busca, dentre os quais: (a) correios; (b) mapas, para auxiliar desde a localização de endereço para a entrega de uma intimação até o reconhecimento de uma área para a montagem de um plano operacional; protocolo de Internet; (c) sites, para localização dos IPs bem como do respectivo provedor, com dados de contato dos responsáveis técnicos e/ou comerciais; (d) possibilidade de localizar boletins de acidente de trânsito, certidão em cartórios e nos Tribunais; (e) Receita Federal; (f) informações sobre cidades, estados, política e cultura de determinada região; (g) redes sociais; (h) telefonia fixa e móvel; etc.

Para uma melhor compreensão, dividiremos o assunto em tópicos que podem auxiliar na pesquisa. Assim, abordaremos as funcionalidades do principal buscador na web, o Google, além de:

- pesquisa e localização de pessoas na web, nas redes sociais, por profissão e cadastros em geral;
- pesquisa relativa a imagens na web, indicando como encontrá-las e como verificar suas propriedades adequadamente;
- pesquisa e monitoramento de redes sociais e páginas na web, com várias dicas de mídias que facilitam o trabalho do analista;
- pesquisa e acompanhamento de informações sobre transportes aéreos, terrestres e marítimos, no Brasil e no mundo;
- pesquisa de endereços, mapas e rotas;
- pesquisa sobre veículos, multas, carteira nacional de habilitação e gravame de veículos;

- pesquisas e informações sobre usuários e dados de telefonia fixa e móvel;
- pesquisa e acessos a sites governamentais.

Além disso, serão indicadas várias ferramentas de localização de computadores, dispositivos móveis e aplicativos indispensáveis ao trabalho do investigador.

Google e suas (outras) funcionalidades

Além das formas de pesquisa, específicas, citadas no Capítulo 3, o Google possui alguns serviços úteis e auxiliares na coleta de informações pelo analista e investigador. São eles:

- a) **Google Imagens:** permite a pesquisa por imagens na web. Pode ser acessado através de <<https://www.google.com/imghp?hl=pt-BR>>⁸⁷. A pesquisa por imagens pode ser feita também através do site <<http://www.facesaerch.com/>>. Todas as imagens disponibilizadas são fornecidas e hospedadas no Google. É possível fazer a busca por imagens parecidas no Google Imagens. Pode ser feito arrastando a imagem para a barra de pesquisas, colando a URL da imagem ou carregando um arquivo salvo no computador. Essa busca também pode ser realizada pelo TinEye, disponível em <<http://www.tineye.com/>>. O Tag Galaxy também possibilita a busca de imagens por *tag*, disponível em <<http://taggalaxy.de/>>.
- b) **Google Vision:** ferramenta de desenvolvedor do Google, que permite a comparação de imagens ou busca direcionada de imagens históricas. Disponível em <<https://cloud.google.com/vision/>>.
- c) **Google Vídeos:** busca de vídeos na web. Disponível em <<https://www.google.com.br/videohp?hl=pt-BR>>.
- d) **Google Books:** em <<https://books.google.com.br/>> é possível consultar trechos de livros e revistas. Alguns estão disponibilizados na versão *full* desde que não mais possuam direitos autorais.
- e) **Google Web:** pesquisa em bilhões de páginas. Disponível em <<https://www.google.com/>>⁸⁸.
- f) **YouTube:** permite consultar uma infinidade de vídeos postados na web. Disponível em <<https://www.youtube.com/>>.
- g) **Blogger:** em <<https://www.blogger.com>> é possível encontrar blogs sobre diversos assuntos. As variantes de domínio são o blogspot.com e blogger.com.

h) **Google Alertas:** permite que você receba as notícias recentes sobre determinado assunto via e-mail. Assim, é possível acompanhar toda e qualquer notícia sobre o tópico selecionado. Pode ser criado através de <<https://www.google.com.br/alerts>>. Excelente ferramenta disponibilizada aos analistas que acompanham determinados assuntos, não havendo necessidade de acesso constante ao assunto pesquisado. As respostas são encaminhadas diretamente para o e-mail de quem as solicitou. As opções de configuração permitem tanto customizar dia e horário para recebimento das respostas quanto a entregas destas em um mesmo e-mail (*digest*). O uso de alertas possibilita que o pesquisador monitore vários assuntos ao mesmo tempo e otimize os resultados de sua pesquisa. Alguns investigadores utilizam a ferramenta para gerar alerta com nomes de presos foragidos, desde que não sejam comuns. Eventual prisão em outro município com o fato noticiado na Internet gerará o alerta a ser encaminhado para o e-mail do investigador. Quando os nomes não são incomuns, recomenda-se fazer uma combinação com o nome da cidade ou algo relacionado. Há outros serviços que possibilitam esse tipo de busca, são eles:

- **TalkWalker:** é uma excelente ferramenta alternativa ao Google para monitorar assuntos de interesse na web. As informações são encaminhadas para o e-mail ou leitor de *feeds* RSS do solicitante. Disponível em <<https://www.talkwalker.com/alerts>>. O monitoramento de modificações em *webpages* favoritas do usuário é possível. Para tanto, basta selecionar as páginas que deseja acompanhar e receber o conteúdo personalizado quando modificado.

Várias outras ferramentas estão disponíveis:

- **Watch That Page:** o acesso é gratuito, basta entrar em <<http://www.watchthatpage.com/>> e fazer seu cadastro. Voltaremos a esta ferramenta mais adiante.
- **Follow That Page:** possibilita acesso gratuito em mudanças de páginas, blogs, RSS *feeds* e wikis. Disponível em <<https://www.fo>

[llowthatpage.com/](http://lowthatpage.com/)>.

- **Visual Ping:** disponível em <<https://visualping.io/>>.
 - **Versionista:** disponível em <<https://versionista.com/>>.
 - **Twilert:** disponível em <<https://www.twilert.com/>>. O acesso é gratuito por trinta dias. Possibilita o recebimento por e-mail sempre quando nomes, palavras-chave ou *hashtags* são mencionadas no Twitter.
 - **Warble Alerts:** disponível em <<https://warble.co/>>. Acesso gratuito, possibilita acompanhar inúmeras menções, frases, palavras e *hashtags* no Twitter.
- i) **Google Dashboard:** fornece dados vinculados à conta de usuário do Google. Disponível em <<https://www.google.com/dashboard>>. Esse serviço permite acessar informações sobre conta de e-mail, agenda, alertas criados, dispositivos Android vinculados à conta, Blogger, contatos, documentos do Google, fotos, mapas, aplicativos instalados, Google+, histórico de localização e de pesquisa, sincronização do Chrome, vídeos postados no YouTube, além de várias outras informações úteis. Os dados guardados nesta base e obtidos mediante uma ordem judicial podem ser extremamente úteis em uma investigação criminal, estabelecendo uma *timeline* do crime e/ou do criminoso.
- j) **Google Acadêmico:** possibilita fazer uma consulta bem abrangente em literatura acadêmica, ajudando a encontrar as pesquisas mais relevantes sobre o tema. A pesquisa pode ser feita somente por resultados em português e por datas, permitindo ainda a criação de alertas sobre o tema. Disponível em <https://scholar.google.com.br/>.
- k) **Google Trends:** disponível em <<https://www.google.com/trends/>>. Possibilita ao usuário ter ideia dos termos mais pesquisados por região, aplicando diversos filtros, por datas, categorias e assuntos. A ferramenta possibilita fazer pesquisas comparativas por termos e demonstra o interesse por aquele assunto ao longo do tempo em determinada região. Podemos consultar ainda as principais pesquisas por assunto e por ano. É possível se inscrever para receber por e-mail

atualizações sobre assuntos relevantes. Na URL <<http://mashups.appb.in/google-trend-mashup/>>, o usuário poderá criar um *dashboard* com países e os termos em evidência. Em <<https://trends.google.com/trends/hottrends/visualize>>, é apresentado um *dashboard* com os termos que estão sendo pesquisados naquele instante, podendo customizar por país.

- l) **Google Drive:** serviço gratuito de armazenamento em nuvem com 15 GB de espaço livre, possibilitando o acesso ao conteúdo de qualquer local do planeta.
- m) **Hangouts:** possibilita ao usuário um bate-papo por mensagens de texto, áudio ou vídeo. Possibilita a realização de videoconferências.
- n) **Google Favoritos:** é um serviço de hospedagem em nuvem de páginas favoritas, permitindo organizar, classificar e colocar notas ou *tags* em cada uma. Nesse sentido, há serviços disponíveis em aplicações de Internet ou extensões que podem ser agregadas ao navegar na web. Serviços como este auxiliam bastante na organização do conteúdo por assunto das diversas fontes de consulta ora disponíveis.

Pesquisa e localização de pessoas por aplicações de Internet, cadastros ou profissões

Há uma infinidade de sites disponíveis que permitem consultas sobre pessoas, possibilitando encontrar e-mails, nomes de usuários (*usernames*), blogs, mandados de prisão e contatos em redes de relacionamento social.

A coleta em fontes abertas nas redes sociais pode fornecer ao investigador ou ao profissional de Inteligência de Segurança Pública contribuições na obtenção de dados úteis para a antecipação dos fatos. Deve, portanto, adequar-se a essas novas tecnologias a forma de investigar e de produzir conhecimentos.

Ressalte-se, por oportuno, que não basta primeiramente a coleta sem procedimentos e não compreensão da lógica de cada rede social. Além do mais, o processamento manual dessa enxurrada de informações é inviável. É necessário possuir softwares que possibilitem a análise desse conteúdo – caso contrário, informações que poderiam ser úteis em situações críticas serão ignoradas.

A análise desse conteúdo deve levar em conta o “ruído” de informações, pois parte desses dados é postada de forma incompleta, sem localização ou fora de contexto.

Em eventos críticos, principalmente os relacionados à atividade de segurança pública e de defesa social, os internautas postam rapidamente fotografias e comentários de desastres naturais, acidentes de trânsito, crimes ocorridos e um monte de informações do dia a dia de cada local.

Maron, em artigo publicado na revista *Scientific American*, menciona o poder dessas mídias sociais em resposta a desastres naturais quando pontua que:

No momento em que o furacão Sandy chegou à costa leste o ano passado, a mídia social tornou-se papel integrante na resposta a catástrofes, alcançando áreas onde o serviço de celular não funcionava, enquanto milhões de americanos procuravam manter-se informados no Twitter e no Facebook, localizando entes queridos, notificando autoridades e solicitando ajuda. Remotos são os dias em que a comunicação de desastres era feita apenas por boletins oficiais⁸⁹.

A utilização de ferramentas que monitorem esse conteúdo permite:

- Antecipar situações que venham a demandar a mobilização de forças de segurança pública.
- Acompanhar notícias relacionadas a grandes eventos ou desastres naturais.
- Verificar postagens relacionadas com eventos agendados de gangues ou torcidas organizadas.
- Pronta resposta em situações de emergência ou crises em andamento.
- Informações sobre tráfego, transportes públicos, interdição de vias, clima, tempo, etc.
- Coleta de dados sobre crimes praticados e eventuais suspeitos e testemunhas.

Um dos exemplos de ferramentas que podemos utilizar nesse cenário é o Tweet Deck (<<https://tweetdeck.twitter.com/>>), que é uma ferramenta de rastreamento, engajamento e organização do Twitter. Dentre uma infinidade de funções elencadas, possibilita:

- Construção e organização de múltiplas linhas do tempo personalizadas em uma única interface.
- Criação de tópicos de pesquisa para acompanhamento de assuntos, eventos, usuários, alertas e *hashtags*.
- Manutenção do controle da conta, permitindo aos usuários o compartilhamento da conta sem a disponibilização de senha.

O Hootsuite (<<https://hootsuite.com/pt/>>), por outro lado, monitora diversas redes sociais, incluindo Twitter, Facebook, LinkedIn, Wordpress e Instagram. A versão paga da ferramenta permite outras funcionalidades, dentre as quais uma busca mais direcionada e com a possibilidade de confecção de relatórios mais detalhados.

Localizar pessoas por redes sociais e sites diversos

Por vezes, uma pesquisa nos motores de busca pode não trazer respostas satisfatórias para o que se procura. Dessa maneira, a busca em sites de redes sociais permite localizar as pessoas através de nomes de usuário, e-mail, localização, relacionamentos, telefones vinculados etc. Vejamos alguns sites úteis:

Facebook

Rede social lançada no ano de 2004 com a ideia inicial de compartilhamento de informações entre estudantes universitários, é o quarto site mais acessado do planeta, *ranking* liderado pelo Google⁹⁰.

É uma ferramenta bastante útil para encontrar pessoas e informações. Basta digitar o nome de quem procura na barra de pesquisas na parte superior da página. Caso necessite, a pesquisa pode ser filtrada por pessoas, páginas, locais, grupos, aplicativos, eventos, resultados da web, publicações de amigos, atualizações públicas e publicações em grupos.

Na hora de realizar a pesquisa é bom ficar atento para a existência de “fakes” (perfis falsos), analisando os dados de determinado perfil como um todo.

Para encontrar algo no Facebook, basta digitar o assunto na barra de pesquisa e observar os resultados com as devidas sugestões. Essa consulta permite acesso a informações sobre perfis, pessoas, publicações, fotos, locais, páginas, aplicativos, grupos e eventos do Facebook. Caso queira aplicar filtros e obter melhores resultados na busca, recomenda-se modificar o idioma para a versão em inglês a fim de que o recurso seja habilitado. Se a busca feita de maneira correta não der retorno, talvez seja o caso de o perfil do terceiro ter sido configurado como restrito ou tal perfil não existir. Algumas ferramentas ajudam a interagir e pesquisar no Facebook:

- **Facebook ID** – <<https://findmyfbid.com/>>. É o básico para sabermos qual a identificação “numérica” de um perfil de usuário na rede social, pois será a referência para uma solicitação de preservação de prova, de dados cadastrais ou de dados de conexão/acesso, além de dados emergenciais.

- **Graphs Tips** – <<https://graph.tips/beta/>>. Site experimental que permite a pesquisa por páginas, perfis/pessoas, lugares, vídeos, fotos, eventos etc.
- **Facebook Search Tool** – <<http://netbootcamp.org/facebook.html>>. Tem relação com a anterior, porém exige um maior conhecimento do usuário em relação à programação e à API do Facebook.

Instagram

Dentre as ferramentas disponíveis para consulta no Instagram, destacamos:

- **Instadap Search Profile Pictures:** disponível em <<https://www.instadp.com/>>. Permite localizar e fazer o *download* de fotografias ou *stories* do Instagram. É necessário inserir apenas o nome do usuário na plataforma.
- **Instasave IO:** hospedada na URL <<https://instasave.io/>>, permite salvar vídeos, fotos e álbuns do Instagram.
- **IZUUM:** acessível em <<http://izuum.com/pt/pagina-inicial/>>, possibilita ampliar as fotos de um perfil do Instagram.
- **Otzberg.net:** pode ser encontrada em <<http://www.otzberg.net/iguser/id/>>. Informa o ID de uma conta no Instagram. Basta inserir apenas o número de usuário. Com esse identificador, a plataforma individualiza o usuário.
- **Code of a Ninja:** disponível em <<https://codeofaninja.com/tools/find-instagram-user-id>>. Da mesma forma que a ferramenta anterior, informa o ID de uma conta.
- **Piwox:** acessível em <<https://www.piwox.com/>>, permite realizar busca por *hashtag* ou nome de usuário.
- **Helper Tools for Instagram.com:** extensão do Chrome, disponível também no site <<https://www.helpertoolsforinstagram.com>>. Permite a análise dos perfis, *likes* e correlação entre perfis. Também permite o *download* dos dados em formato possível para análise de vínculos em

outras ferramentas.

- **Imggram:** permite a localização de fotos por locais pré-escolhidos. Disponível em: <<https://imggram.org/location/>>.

Twitter

Para localizar uma pessoa no Twitter (<www.twitter.com>) o usuário deve digitar o que procura na caixa de buscas da página. Os resultados serão obtidos do lado direito da página. Assim, com a resposta, deve-se clicar em “ver todos” para acessar todas as informações. Essa busca também pode ser feita também através da aba “#Descobrir” ou, ainda, através da opção “navegar por categorias”, onde haverá a possibilidade de digitar um termo. Serão listadas várias contas no Twitter referentes a ele⁹¹.

Outras ferramentas úteis no Twitter

Geolocalização

- **Trendsmap:** disponível em <<https://www.trendsmap.com/>>, permite verificar e acompanhar as tendências do Twitter naquele instante, plotadas no mapa mundial, de apenas um país, de uma região ou de cidades específicas. A ferramenta utiliza um grande número de *tweets* e algoritmos para demonstrar o que está sendo mais relevante em determinado local do planeta. Assim, ao consultar o mapa, o analista verá informações do Twitter plotadas (geoposicionadas) no mapa. A consulta pode ser filtrada pela localização de quem procura as informações, por cidade, região ou país.
- **One Million Tweet Map:** disponível em <<https://onemilliontweetmap.com>>, mapeia os últimos *tweets*. Permite a busca por termos específicos e visualização de mapas de calor da procura solicitada.
- **MentionMapp:** disponível em <<https://mentionmapp.com/>>, é uma excelente ferramenta! Para usar, deve-se autorizar o aplicativo a ter acesso aos dados da conta do analista, pesquisar por usuários e visualizar suas conexões, tanto em termos de contatos quanto em

termos tuitados. Após a pesquisa por usuário, pode-se clicar sobre as *hashtags* comuns entre os usuários mostrados, buscando outros usuários relacionados.

- **Twitter Fall:** possibilita a busca de *tweets* em tempo real. A pesquisa pode ser refinada, montando um painel com várias listas e ainda georreferenciando o conteúdo postado. Para ter acesso, é necessária uma conta no Twitter e logar em <<https://twitterfall.com/>>.

Informações da conta

- **All My Tweets** – <<https://www.allmytweets.net/connect/>>. Verifica os *tweets* de uma conta.
- **Analytics** – <<https://analytics.twitter.com/about>>. Medir e impulsionar o impacto de uma conta.
- **Who tweeted it first** – <<http://ctrlq.org/first>>. Através de palavras-chave ou links é possível obter dados de quem foi o primeiro a postar sobre o assunto.
- **Twitonomy** – <<https://www.twitonomy.com/>>. Análise da conta por palavras-chave, *hashtags* e usuários.
- **Does Follow** – <<https://doesfollow.com/about>>. Informa quem segue determinado perfil.

Hashtag

- **Hashtagify** – <<https://hashtagify.me>>. É uma ótima ferramenta de pesquisa avançada de *hashtags* do Twitter, mostrando o resultado em vários formatos, principalmente em formato de vínculos, mostrando as *hashtags* relacionadas àquela pesquisada e também os principais usuários (chamados influenciadores). Também pode mostrar o resultado em “modo tabela” (popularidade, correlações, tópicos semanais e mensais e sua evolução). Mostra ainda as principais linguagens relacionadas ao termo pesquisado e às variantes da publicação (caixa alta, baixa e mescla entre as opções).

- **Hashtags.org** – <<https://www.hashtags.org/>>. Permite acesso ao conteúdo do site, que mostra as categorias de *hashtags* e sua popularidade, além de possibilidade de pesquisa pelos termos, verificando-se, gratuitamente, a tendência das últimas 24 horas. Para um tempo maior, há necessidade de cadastro e pagamento (ativação da conta Pro).
- **Rite Tag** – <<https://ritetag.com/>>.
- **twXplorer** – <<https://twxplorer.knightlab.com/>>. Busca por palavras, frases, *hashtags*.

Trends

- **Trends 24** – <<https://trends24.in/brazil/>>.

O Twicsy (<<http://twicsy.com/>>) também é um excelente buscador de fotos postadas no Twitter. Ao clicar na fotografia encontrada, você obterá informações de quando foi postada, além do link de onde ela se encontra disponível.

Zabasearch

O Zabasearch (<<https://www.zabasearch.com/>>) é também interessante na busca de pessoas. O grande empecilho no seu uso é o fato de só permitir a busca de indivíduos residentes nos Estados Unidos. As informações coletadas são endereços com as respectivas fotos do satélite, números de telefone, aniversário, informações criminais, parentesco etc. Caso queira pagar por uma consulta mais detalhada, mais dados estarão disponíveis.

Spokeo

É uma excelente ferramenta de busca. Pode ser acessada através do site <<http://www.spokeo.com/>>. Ao digitar o nome e o sobrenome de alguém para ser localizado, o resultado da pesquisa é demonstrado em um mapa dos Estados Unidos com a localização georreferenciada. Possibilita ainda a pesquisa por e-mail, telefone, nome de usuário e endereço. Infelizmente, o site é restrito a buscas relacionadas aos Estados Unidos. Assim, se sabemos que determinado

usuário tem perfil como se fosse dos EUA, a pesquisa é válida! A consulta gratuita tem limitações.

Pipl

O pipl (<<https://pipl.com/>>) permite a busca por nome, usuário (*username*), e-mail e telefone. Possibilita ainda filtrar a pesquisa dentro da pesquisa, além de trazer informações relacionadas com matérias postadas na web. Também possui a opção de pesquisa avançada, com nome e *username*, delimitando a pesquisa.

Wink People Search

O Wink People Search é um excelente mecanismo de busca que permite encontrar pessoas pelo nome, oferecendo número de telefone, fotos, websites, informações sobre trabalho e escola. Pode ser acessado em <<http://itools.com/tool/wink-people-search>>. Assim como o Spokeo, as respostas são relacionadas a cidadãos norte-americanos.

Peekyou

Disponível em <<https://www.peakyou.com/>>, o site possibilita consultas por nome, telefone e nome de usuário.

Name check

Possibilita a consulta por nome de usuário para saber se há disponibilidade para ser criado nas principais redes sociais. Ao digitar o nome, o mecanismo de busca faz uma pesquisa em 159 redes sociais, ajudando a criar um nome de usuário que ainda esteja disponível e seja viável. É acessado através da URL <<https://www.namecheck.com/>>.

No mesmo sentido é o Checkusernames, que também permite fazer a consulta de um nome de usuário (*username*) em cerca de 160 redes sociais. É acessado através da URL <<https://checkusernames.com/>>.

Outra fonte de pesquisa com um número de retorno de informações em 550 redes sociais, além da pesquisa de domínios, é o KnowEM? (<<https://knowem.com/>>). Essa busca por nome de usuário pode ser feita ainda nas seguintes aplicações de Internet:

- **Name Checkr** – <<https://www.namecheckr.com/>>.
- **Check User** – <<https://checkuser.org/>>.

AcheCerto

O site <<http://www.achecerto.com.br/>> permite uma busca de pessoas por nomes e telefones em todos os estados da federação. É um domínio nacional com vários canais de conteúdo com acesso liberado para todo tipo de usuário.

LinkedIn

Lançada em maio de 2003, conta atualmente com mais de 562 milhões de usuários em 200 países e territórios, compartilhando informações, ideias e oportunidades. É a principal rede de relacionamento utilizada por profissionais e empresas. Pode ser acessada através de <www.linkedin.com>.

Yasni

No endereço <<http://www.yasni.com/>> é possível fazer uma busca por nomes ou apelidos e ainda procurar por diferentes critérios, mas principalmente “o que a net sabe sobre você”, como informa o site.

Ao fazer uma consulta sobre determinado termo é possível monitorar e enviar o resultado diretamente para o e-mail cadastrado. As informações serão remetidas uma vez por semana. A pesquisa pode ser filtrada por vários termos, garantindo melhores resultados (endereços, números de telefone, contatos profissionais, interesses, perfis de redes e de negócios, sites privados, documentos sobre nomes, vídeos e áudios, artigos e opiniões, além de notícias).

Localizar pessoas pela atividade profissional

A Internet oferece uma infinidade de ferramentas para encontrar e localizar profissionais. Em uma investigação, por exemplo, para saber se determinado indivíduo investigado possui ou não registro no conselho de classe, o investigador ou analista teria que expedir algum ofício ou dar um telefonema, ato este que poderia dar publicidade a algo que, por enquanto, deveria ser mantido em sigilo. Assim, há vários sites que disponibilizam essas informações em tempo real e que podem ser consultados com transparência a quem interessar.

Advogados

O site da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) fornece o CNA (Cadastro Nacional de Advogados – disponível em <<https://cna.oab.org.br/>>). Nele é possível fazer uma consulta a todos os advogados do Brasil, podendo a pesquisa ser realizada por nome, número e tipo de inscrição, além da seccional. A ferramenta disponibiliza o endereço profissional, o contato telefônico e a fotografia do pesquisado.

Há ainda aplicativos disponíveis para fazer consultas sobre a situação de inscrição do profissional na ordem.

Médicos

Alguns endereços eletrônicos, principalmente os dos Conselhos Regionais de Medicina, disponibilizam pesquisa sobre os médicos em atividade profissional com registro e devidamente credenciados, com informações sobre endereço, fotografia e especialidades. Outros disponibilizam apenas dados básicos como a especialidade.

A página do Conselho Federal de Medicina (<<http://portal.cfm.org.br/>>), na aba cidadão, possibilita a pesquisa em todos os Conselhos de Classe dos Estados. Seguem alguns sites dos Conselhos Regionais que disponibilizam esta ferramenta, sendo que alguns apenas consultam o CFM:

- CREMESP – <<http://www.cremesp.org.br/>>.
- CREMERJ – <<http://www.cremerj.org.br/>>.

- CRM/MG – <<http://www.crmmg.org.br/>>.
- CRM/ES – <<http://www.crmes.org.br/>>.
- CRM/RS – <<http://www.cremers.org.br/>>.
- CRM/SC – <<http://www.cremesc.org.br/>>.
- CRM/PR – <<https://www.crmpr.org.br/>>.
- CRM/DF – <<http://www.crmdf.org.br/>>.
- CRM/GO – <<http://www.cremego.org.br/>>.
- CRM/MT – <<http://www.crmmt.org.br/>>.
- CRM/MS – <<http://www.crmms.org.br/>>.
- CRM/BA – <<http://www.cremeb.org.br/>>.
- CRM/SE – <<http://www.cremese.org.br/>>.
- CRM/AL – <<http://www.cremal.org.br/>>.
- CRM/PE – <<http://www.cremepe.org.br/>>.
- CRM/PB – <<http://www.crmpb.org.br/>>.
- CRM/RN – <<http://www.cremern.org.br/>>.
- CRM/CE – <<http://www.cremec.com.br/>>.
- CRM/PI – <<http://www.crmpi.org.br/>>.
- CRM/MA – <<http://www.crmma.org.br/>>.
- CRM/TO – <<http://www.crmto.org.br/>>.
- CRM/PA – <<http://www.cremepa.org.br/>>.
- CRM/AP – <<http://www.crmmap.org.br/>>.
- CRM/RR – <<http://www.crmrr.org.br/>>.
- CRM/AC – <<http://www.crmac.org.br/>>.

- CRM/RO – <<http://www.cremero.org.br/>>.

No site do Programa Mais Médicos, <<http://www.maismedicos.gov.br/>>, é possível fazer a consulta dos médicos que participam do Programa Mais Médicos do governo federal. A busca pode ser feita pelo nome do médico, pela unidade federativa ou pelo município de lotação.

O site do DATASUS, disponível em <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/profissionais/consulta.jsp>>, permite acesso ao cadastro nacional de estabelecimentos de saúde. A consulta pode ser feita por vários campos de pesquisa.

Profissionais de contabilidade

No que diz respeito à área de contabilidade, o sítio do Conselho Federal de Contabilidade, <<http://www3.cfc.org.br/SPw/ConsultaNacional/ConsultaCadastralCFC.aspx>>, disponibiliza a consulta cadastral de profissionais e empresas, informando o nome completo, número e tipo de registro, categoria profissional, atual situação do registro e a qual conselho regional está vinculado.

Outras classes

- **Engenheiros e Agrônomos** – <<http://consultaprofissional.confea.org.br/>>.
- **Psicólogos** – <<https://site.cfp.org.br/>>. O cadastro nacional de psicólogos pode ser acessado através da URL <<http://cadastro.cfp.org.br/cfp/>>. A consulta pode ser feita pelo número de registro, nome, CPF ou região.
- **Odontólogos** – <<http://cfo.org.br/website/profissionais-cadastrados/>>. O site ainda permite a consulta a:
 - Entidades cadastradas junto ao Conselho.
 - Faculdades de odontologia por estado.
 - Lista de cursos de especialização.

- **Enfermeiros:** a consulta pode ser feita em alguns sites de conselhos regionais de Enfermagem. No site do Conselho Federal de Enfermagem, a consulta poderá ser realizada mediante cadastro prévio. Podemos citar como exemplos:
 - MG – <<https://www.corenmg.gov.br/consultar-profissionais>>.
 - RS – <<https://www.portalcoren-rs.gov.br/index.php?categoria=servicos&pagina=consulta-profissional>>.
 - SE – <<http://se.corens.portalcofen.gov.br/servicos-online>>.
- **Nutricionistas** – <<http://cnn.cfn.org.br/application/index/consulta-nacional>>.

Desaparecidos

Alguns sites são excelentes ferramentas para localização de pessoas desaparecidas, funcionando como o cadastro nacional, onde são colocadas fotografias, informações sobre encontrados e estatísticas. Há também um canal para denúncias *on-line*.

O principal deles é o site do Ministério da Justiça (<<http://portal.mj.gov.br/Desaparecidos/>>). Nele, há um mapa interativo, bastando clicar em cima do estado desejado para visualizar informações sobre os desaparecidos naquela região. É possível fazer o cadastro de um desaparecimento – entretanto, isso não substitui o Boletim de Ocorrência Policial.

Algumas polícias estaduais também disponibilizam páginas com o cadastro de desaparecidos no âmbito estadual, visando uma localização mais rápida e efetiva:

- GO – <<https://www.policiacivil.go.gov.br/pessoas-desaparecidas>>.
- ES – <<https://pc.es.gov.br/pessoas-desaparecidas>>.
- MA – <<https://www.ssp.ma.gov.br/disque-denuncia/desaparecidos/>>.
- MG – <<https://desaparecidos.policiacivil.mg.gov.br/>>.
- PR – <<https://www.desaparecidos.pr.gov.br/desaparecidos/>>.

- RS – <<https://www.pc.rs.gov.br/desaparecidos>>.
- SC – <<http://desaparecidos.pc.sc.gov.br/desaparecidosSite/>>.
- SP –
<https://www.ssp.sp.gov.br/servicos/pessoas_desaparecidas.aspx>.

As redes sociais e os aplicativos de envio de mensagens de texto e vídeos têm papel de grande relevância na localização de pessoas desaparecidas. Tanto as famílias quanto as polícias têm feito essa divulgação através dessas ferramentas e têm logrado êxito na localização de desaparecidos.

Consulta a estabelecimentos diversos

Farmácias e drogarias

É possível consultar a autorização de funcionamento desses estabelecimentos pelo site da Anvisa. Basta acessar <http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Autorizacao_farmacia/Consulta_Empresa_Drogaria.asp>. Serão trazidos como resposta os detalhes da razão social da empresa consultada, responsável legal e técnico por seu funcionamento, autorização, situação cadastral da empresa e atividades desempenhadas.

A Anvisa ainda permite uma infinidade de outras consultas:

- Relação de produtos dispensados de registro antes e depois do sistema Prodir.
- Informações sobre alimentos como o nome da empresa fabricante, números de registro e do processo, além de prazo de validade.
- Acesso às bulas de medicamentos registrados e comercializados no Brasil.
- Situação de documentos.
- Produtos registrados de empresas de medicamento e hemoderivados.
- Cosméticos.

- Informações sobre substâncias psicotrópicas constantes na Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e de suas atualizações, bem como os medicamentos registrados no Brasil que as contenham.

Postos de combustíveis

A Agência Nacional de Petróleo disponibiliza a consulta ao Posto Web através de <<https://postos.anp.gov.br/consulta.asp>>. É possível checar se o estabelecimento está ou não com autorização de funcionamento perante a agência reguladora.

No âmbito da fiscalização de postos ou distribuidoras, o site da agência reguladora permite obter informações sobre:

- Ações de fiscalização.
- Distribuidoras autuadas ou interditadas.
- Postos autuados ou interditados.
- Mapa da fiscalização da ANP.
- Publicações sobre fiscalização.

Bancos e outras instituições financeiras

A Febraban disponibiliza uma busca completa por instituições financeiras no Brasil através de <<http://www.buscabanco.org.br/>>. A pesquisa pode ser filtrada somente por agências e/ou postos bancários. Na pesquisa por cidade, há uma infinidade de opções de refinamento de pesquisa com o resultado georreferenciado em mapa.

Pesquisa e ferramentas auxiliares relativas a imagens na web

A fotografia digital carrega consigo metadados que podem trazer informações sobre o tipo de equipamento utilizado (fabricante e modelo), coordenadas geográficas, dia e e horário, além de outras informações. É o que nominamos de *exif* da fotografia.

Há uma infinidade de sites ou complementos de navegadores que possibilitam acesso ou análise desses dados.

- **Foto Forensics:** possibilita, após um *upload* da imagem ou análise da URL contendo a imagem, verificar se houve modificação, como acréscimo de dados etc. Acesso através do link <<http://fotoforensics.com/>>.
- **Jpegsnoop:** software que também permite a análise de imagens e seu nível de compressão, com informações detalhadas do arquivo.
- **Google Imagens:** ao fazer o *upload* de uma imagem, o Google procura fotos similares. Acesso através deste link: <<https://www.google.com/imghp?hl=pt-BR>>.
- **TinEye:** possibilita a busca reversa da imagem pela web. Ao analisar uma imagem, o buscador cria uma espécie de impressão digital do arquivo para fazer uma busca de outras imagens semelhantes já indexadas na Internet. Disponível em <<https://www.tineye.com>>.

A leitura dos metadados de uma fotografia pode ser feita por diversos sites:

- <<https://www.verexif.com/>>.
- <<http://exif.regex.info/exif.cgi>>.
- <<http://exif-viewer.com/>>.
- <<http://www.findexif.com/>>.
- <<https://www.pic2map.com/>>.
- <<https://exif.tools/>>.

- <<http://metapicz.com/>>.

Há também uma extensão para navegador Mozilla, o FxIF (<<https://addons.mozilla.org/pt-BR/firefox/addon/viewexif/>>), e uma outra para o Chrome, o Exif Viewer (<<https://chrome.google.com/webstore/detail/exif-viewer/kbnpbnmjmgabkfemdehelbgdppngihhg>>).

Além dos sites, uma ferramenta de leitura dos metadados de fotos digitais é o Opanda iExif (<<http://opanda.com/en/iexif/>>), gratuita e de fácil instalação e uso.

Funcionalidade do Google Imagens

Conforme referido anteriormente, uma ferramenta bem prática ao procurar fotos na Internet pode ser encontrada no Google Imagens (ou, em inglês, Google Images). Para experimentar o sistema do Google, basta localizar uma determinada foto na web e salvá-la no *desktop*. Após isso, abra o Google Imagens e arraste a fotografia para a aba de pesquisa.



Figura 9. Pesquisa com o Google Imagens

Como resposta haverá a origem da imagem e os locais em que ela se encontra postada na web, além de dispor várias fotografias visualmente semelhantes à que foi pesquisada.

É, portanto, de grande utilidade para saber em quais sites determinada imagem se encontra hospedada.

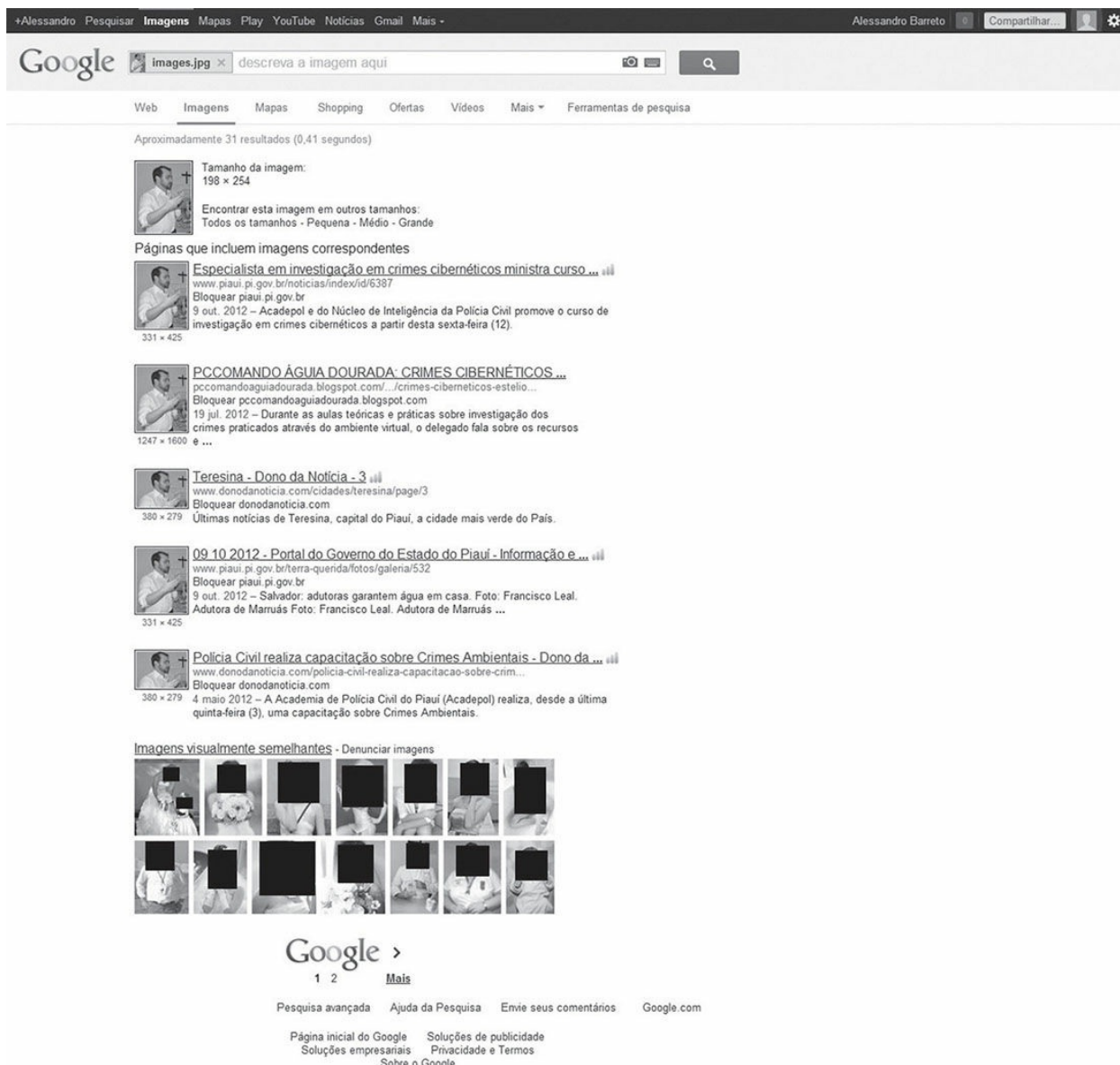


Figura 10. Retorno de pesquisa com o Google Imagens

Exif metadata

O *exif metadata* – *Exchangeable Image File Format* – de uma fotografia aponta, por vezes, informações sobre elementos que a compõem, tais como: dia e hora, dispositivo informático utilizado, resolução e, em algumas situações, posicionamento geográfico.

Esses metadados podem ser buscados em ferramentas livremente disponíveis. Não obstante, essa busca deve levar em conta algumas particularidades,

notadamente a possibilidade de edição dessas informações, apontando, assim, para outros caminhos distantes do que se busca.

Ceron, Wanner, Granville e Werneck demonstram o procedimento para identificar e coletar dos metadados⁹²:

As informações contidas nas imagens, tais como dispositivo utilizado, data da foto e localização podem ser fundamentais numa investigação. Composto esses dados, um perito pode identificar os dispositivos utilizados bem como a região geográfica onde o possível crime ocorreu. Sabe-se que informações do metadados podem ser adulteradas, no entanto, essa análise está fora do escopo do nosso trabalho. Numa primeira análise, o Agente Forense identifica imagens com informações georreferenciadas. Na sequência, o metadado dessas imagens é inspecionado bem como outras informações do arquivo são extraídas (nome do arquivo, assinatura hash do arquivo e outras). Como resultado, o Agente Forense é responsável por compilar as informações encontradas e armazená-las num arquivo de texto num formato aberto e padronizado para exportação (XML, JSON). Da mesma forma, são incorporadas ao arquivo de exportação informações sobre a investigação e identificação do perito. Por fim, o perito tem um conjunto descritivo das informações encontradas no dispositivo e pode exportar diretamente para a base de dados centralizada. É importante destacar que toda a arquitetura atua apenas com a análise de metadados dos arquivos. Os arquivos originais não são alterados nem tampouco transferidos para arquitetura. Na sequência os demais elementos da arquitetura são descritos com maior detalhamento.

A ferramenta Stolen Camera Finder, disponível em <<https://www.stolencamerafinder.com/>>, possibilita a identificação de máquinas roubadas e/ou furtadas através de fotos publicadas na Internet. Há diversos casos de sucesso relatados no site do serviço.

Muito embora essas informações estejam disponíveis em diversas plataformas, são excluídas por outras, notadamente pela alegativa de proteção da privacidade dos seus usuários. O Facebook e o Instagram, por exemplo, retiram essas informações das imagens. Não obstante, determinação judicial poderá obrigar o fornecimento desse conteúdo por parte dessas aplicações de Internet, eis que, em diversas situações, podem ser elementos individualizadores de autoria e materialidade delitiva.

Os metadados, todavia, não estão presentes apenas nas fotografias. Quando se tratar de vídeos também podemos buscá-los. Dentre as ferramentas disponíveis para consulta, destacamos: MediaInfo (<<https://mediaarea.net/en/MediaInfo>>) e GSpot (<<http://www.headbands.com/gspot/>>).

A resolução dos assassinatos praticados pelo *serial killer* BTK (*Bind, Torture and Kill*) é um dos bons exemplos do emprego de metadados de arquivos na investigação policial. Entre os anos de 1974 e 1991, esse criminoso praticou diversos assassinatos na região de Wichita, Kansas, Estados Unidos. As vítimas eram sempre amarradas, torturadas e mortas, daí resultou o apelido BTK⁹³. Sempre que praticava um homicídio, o criminoso enviava disquetes contendo detalhes do fato. Após uma análise minuciosa desse conteúdo, a polícia logrou êxito em identificar em um daqueles arquivos uma modificação realizada por “Denis, Igreja Luterana”. Esse elemento informativo foi crucial para a solução do caso⁹⁴.

Pesquisa e monitoramento de redes sociais e páginas na web

Hoje em dia é muito importante para os profissionais de mídia, empresários e os da área de segurança pública terem conhecimento do que está sendo postado em redes sociais, principalmente Facebook e Twitter. Através de ferramentas livremente disponíveis, é possível ter conhecimento sobre venda de drogas, brigas de gangues ou outras atividades criminosas.

De acordo com monitoramento realizado pelo *International Narcotics Control Board* (INCB), da ONU, farmácias ilegais estariam utilizando redes sociais para negociar remédios controlados e drogas com jovens⁹⁵.

A polícia americana também desmantelou uma organização que vendia maconha, mescalina, cogumelos alucinógenos, LSD e outras drogas pela web para mais de três mil usuários⁹⁶. A ousadia da quadrilha era tamanha que o pagamento das drogas era feito por PayPal.

Há várias ferramentas disponíveis na Internet para acompanhamento de redes sociais. Algumas são gratuitas. A opção paga normalmente oferece mais funcionalidades.

Há alguns endereços de Internet que também disponibilizam o acompanhamento de sites, porém só disponibilizam um número limitado de consultas, além de outros que só as fornecem de forma paga, mas com excelentes resultados de alertas para as páginas. Podemos citar como exemplo:

- **Infominder** – <<http://www.infominder.com/webminder/signup.do>>. A versão gratuita permite o acompanhamento de dez sites e suas modificações.

Pesquisa de vídeos

Além das pesquisas de vídeos no YouTube, conforme já mencionado, existem várias outras ferramentas a respeito. Destacamos as seguintes:

- **YouTube Data Viewer:** a URL <<https://citizenevidence.amnestyusa.org/>> permite a análise de vídeos postados no YouTube. Ao colocar a URL, podemos obter informações sobre o ID do arquivo, data e hora local em que o vídeo foi carregado, além da extração de imagens reversas.
- **Geosearch:** é possível localizar vídeos do YouTube por geolocalização. A busca pode ser realizada ainda por palavras-chave ou por canal no YouTube. Disponível em <<http://youtube.github.io/geo-search-tool/search.html>>.
- **360 Daily:** ferramenta que permite consultar vídeos em diversos sites. Contém mais de 35 milhões de horas de vídeo disponibilizadas. Pode ser consultado através da URL <<http://www.360daily.com/>>. Nele os usuários podem procurar por conteúdo de vídeo e criar listas pessoais de reprodução.
- **Bing:** excelente na busca de vídeos. Ao procurar por determinado conteúdo, é possível pré-visualizar apenas passando o mouse sobre ele. Disponível em <<https://www.bing.com>>.
- **Vimeo:** disponível em <<https://vimeo.com/pt-br/>>, foi fundado no ano de 2004 por um grupo de cineastas para compartilhamento de conteúdo produzido. Em suas regras de uso, tenta proteger direitos autorais e proíbe a divulgação de material de conteúdo sexual explícito ou pornográfico. Não são permitidos discursos de ódio, assédio, difamação, discriminação, atos ilegais ou violência extrema.
- **Downloadgram:** ferramenta para baixar vídeos do Instagram, disponível em <<https://downloadgram.com/>>.
- **Download Twitter Video:** no site <<https://www.downloadtwittervideo.com/pt/>> basta inserir a URL do vídeo que deseja fazer o *download*.

- **Dogpile:** disponível em <<https://www.dogpile.com/?qc=video>>.

Acompanhamento de informações sobre transportes – aéreo, marítimo e terrestre

Consultar voos *on-line*

O site da Infraero (<<http://voos.infraero.gov.br/voos/index.aspx>>) permite fazer consulta de voos por aeroporto, por companhia aérea e/ou pelo número do voo. Além disso, tem o endereço de todos os aeroportos.

É possível ainda obter informações no site da Infraero sobre a situação dos voos nacionais e internacionais, por aeroporto ou por empresa aérea, naquele momento com dados sobre a quantidade que está ocorrendo nos aeroportos, número de voos atrasados, programados e cancelados.

A opção “Situação dos Voos”, disponível em <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/situacao-dos-voos/por-empresa-aerea.html>>, permite a consulta por aeroporto, empresa aérea e ainda o mapa da situação operacional dos aeroportos administrados pela Infraero.

Já o site Flightradar24 mostra um mapa com todos os voos que estão ocorrendo pelo planeta. A ferramenta é atualizada a cada instante e demonstra as especificações de cada aeronave, origem e destino, altitude, velocidade e trajeto de voo. Pode ser acessada através do endereço <<https://www.flightradar24.com/>> e possui aplicativos para dispositivos Apple (iPhone e iPad), Android e Windows Phone.

O FlightAware, acessível em <<https://pt.flightaware.com/>>, proporciona o rastreamento gratuito do tráfego aéreo privado e comercial, além de proporcionar o acesso a voos em tempo real, aeroportos, mapas meteorológicos, planos de voos e cartas de navegação.

A busca por voos pode ser feita ainda diretamente no Google através de <<https://www.google.com/flights?hl=pt-BR>>. De mais a mais, a plataforma possibilita uma consulta a preços de voos nacionais ou internacionais com a criação de alertas para recebimento por e-mail de ofertas para trechos desejados.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) permite as seguintes consultas:

- **Licenças e habilitações técnicas:** os campos ofertados são: código da ANAC, CPF ou data de nascimento. Disponível em <<https://sistemas.anac.gov.br/consultadelicencas/>>.
- **Base de dados estatísticos do transporte aéreo:** informações sobre a série histórica dos dados estatísticos do transporte aéreo brasileiro (voos e atrasos), incluindo ainda: quantidade de passageiros, malas transportadas, distâncias voadas, combustível consumido, dentre outros. Disponível em <<https://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/empresas/envio-de-informacoes/base-de-dados-estatisticos-do-transporte-aereo>>.
- **Nada consta de multa no CBAER:** a pesquisa pode ser feita por CNPJ, CPF, código ANAC ou matrícula da aeronave. Disponível em <<https://sistemas.anac.gov.br/nadaconsta/>>.
- **Consulta RAB on-line:** verifica o registro de todas as aeronaves brasileiras no Registro Aeronáutico Brasileiro. Disponível em <https://sistemas.anac.gov.br/aeronaves/cons_rab_novo.asp>.
- **Resultado de exames teóricos:** disponível em <<https://sistemas.anac.gov.br/resultadodosexames/>>.
- **Localização geográfica dos aeródromos públicos e privados no Brasil:** os campos de consultas são: UF, município e/ou nome do aeródromo. Os resultados são apresentados por nome; tipo de operação naquele aeródromo; tipo de superfície; comprimento e largura da pista de pouso e decolagem, entre outros. Disponível em <<https://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/localizacao-geografica>>.

A Força Aérea Brasileira disponibiliza informações sobre transporte aéreo no país de autoridades sob o comando da aeronáutica⁹⁷. As informações só serão disponibilizadas no dia útil seguinte ao encerramento do voo. Os dados a serem consultados incluem autoridade solicitante, trajeto, data, horário de

decolagem e de pouso, motivo da solicitação, além da previsão do número de passageiros. A pesquisa pode ser feita através de <<http://www.fab.mil.br/voos>>.

Uma consulta prévia ao voo programado é sobre as condições meteorológicas. No site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, <<https://aisweb.aer.mil.br/>>, essa consulta pode ser feita.

Consultar transporte marítimo *on-line*

Marinetraffic é uma ferramenta bem completa de busca que dá informações em tempo real sobre a posição de navios de carga e de passageiros, rebocadores, iates etc. Ao clicar sobre o ícone que representa a embarcação, aparecerão informações sobre a bandeira do país, fotografia, velocidade, dimensões, destino e a rota feita. Poderão ser consultados, ainda, os portos, as chegadas e as saídas de embarcações, inclusive as previstas. A consulta está disponível em <<https://www.marinetraffic.com/>>.

Outras opções para consulta são:

- **Vessel Finder:** disponível em <<https://www.vesselfinder.com/>>, possibilita o fornecimento, em tempo real, de coordenadas de mais de cem mil navios pelo planeta.
- **My Ship Tracking:** disponível em <<https://www.myshiptracking.com/>>.

Consultar transporte terrestre interestadual ou internacional

Da mesma forma que as vias aéreas e marítimas, a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), através de consulta na página <<https://appweb.antt.gov.br/SGP/src.br.gov.antt/apresentacao/consultas/ListaLinhasFazemSecao2Localidade.aspx>>, permite saber quais as linhas e as empresas de transporte rodoviário interestadual, nacional ou internacional que trafegam entre duas localidades do território nacional.

É possível fazer uma consulta sobre se determinada empresa de ônibus interestadual ou internacional passa por uma cidade específica. Pode-se,

ainda, consultar pela placa e verificar se determinado veículo faz parte da frota permissionária.

Com relação ao fretamento de ônibus, a consulta de certificado para fretamento poderá ser feita pelo CNPJ da respectiva empresa.

No site <www.buscaonibus.com.br> é possível localizar qual empresa de ônibus faz a rota entre duas cidades interestaduais, além do preço cobrado pela passagem.

As concessões rodoviárias podem ser acessadas no site da ANTT⁹⁸, que administra 21 concessões de rodovias, totalizando 9.969 km. É possível consultar as concessões vigentes e as com contrato encerrado.

No site da ANTT podemos realizar as seguintes buscas:

- **Registro Nacional de Transportadores de Carga: por transportador, localidade ou veículo** – <<https://consultapublica.antt.gov.br/Site/ConsultaRNTRC.aspx/ConsultaPublica/>>.
- **Empresas com autorização para realizar transporte fretado** – <<https://dados.antt.gov.br/dataset/empresas-habilitadas>>.
- **Seguro de Responsabilidade Civil** – <<https://appweb1.antt.gov.br/srcConsulta/frmConsultarDadosSRC.aspx>>.

Consultar transporte ferroviário e metrô

O site da ANTT fornece uma infinidade de informações sobre o Sistema Ferroviário Nacional, desde o seu histórico até a lista de concessões. Ao clicar sobre determinada concessão, serão fornecidos dados sobre a área de atuação, extensão das linhas etc.

A ANTT é responsável, ainda, pela gestão dos serviços de transporte ferroviário em malha ferroviária concedida, entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transportam nos limites de estado ou território. Ela disponibiliza informações sobre os trens regulares e os turísticos.

O site do metrô de São Paulo (<<http://www.metro.sp.gov.br/>>) permite consulta aos trechos de viagens selecionando o local de embarque e desembarque e informações detalhadas sobre cada estação.

Outras aplicações de Internet relacionadas a metrô possibilitam diversas informações, desde o serviço fornecido até interdições de linhas. Podemos destacar:

- **Rio de Janeiro** – <<https://www.metrorio.com.br/>>.
- **Fortaleza** – <<https://www.metrofor.ce.gov.br/>>.
- **Recife** – <<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/recife>>.
- **Salvador** – <<http://www.ccrmetrobahia.com.br/>>.
- **Belo Horizonte** – <<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/belo-horizonte/>>.
- **Brasília** – <<http://www.metro.df.gov.br/>>.

Consultar transporte terrestre municipal

Alguns endereços eletrônicos disponibilizam consultas sobre as rotas praticadas pelos ônibus municipais. A ferramenta é bem útil na realização de um planejamento operacional, podendo saber em quais vias e em que horário circula determinada empresa de ônibus.

Podem ser consultados, ainda, outros sites de referência no assunto:

- **Aracaju** – <<http://www.smttaju.com.br/>>.
- **Belém** – <http://www.belem.pa.gov.br/semob/site/?page_id=6164>.
- **Belo Horizonte** – <<http://servicosbhtrans.pbh.gov.br/bhtrans/e-servicos/index.asp>>.
- **Campo Grande** – <<http://agetran.ms.gov.br/agetran/>>.
- **Cuiabá** – <<http://amtu.com.br/>>.

- **Curitiba** – <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/transporte/itinerarios/>.
- **Distrito Federal** – <https://www.sistemas.dftrans.df.gov.br/horarios/>.
- **Fortaleza** – <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/mobilidade/servico/325>.
- **Florianópolis** – <http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?pagina=onibus>.
- **João Pessoa** – <https://servicos.semobjp.pb.gov.br/institucional/itinerarios-e-horarios/>.
- **Maceió** – <http://www.smttmaceio.com.br/portal/smttonline/index.html>.
- **Manaus** – <http://transporte.manaus.am.gov.br/>.
- **Natal** – <https://www.natal.rn.gov.br/sttu2/paginas/ctd-720.html>.
- **Porto Alegre** – http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_turista/?p_secao=6.
- **Porto Velho** – <https://www.portovelho.ro.gov.br/onibus/horario>.
- **Recife** – <http://www.granderecife.pe.gov.br/sitegrctm/>.
- **Rio Branco** – <http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/guia-de-servicos/item/transporte-coletivo-linhas-de-onibus-horarios-de-funcionamento-e-bilhetagem-eletronica.html>.
- **Vitória** – <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/pontovitoria/>.
- **Salvador** – <http://www.transalvadorantigo.salvador.ba.gov.br/homologacao/?pagina=onibus/onibus>.
- **São Luís** – <http://www.mob.ma.gov.br/itinerarios/>.
- **São Paulo** – <http://www.sptrans.com.br/busca-de-itinerarios/>.

Pesquisas de mapas, endereços e rotas

Há uma infinidade de serviços disponíveis para consultar mapas, endereços e as melhores rotas nos locais desejados. É comum alguém ser abordado na rua sobre onde fica determinado local. Às vezes, equipes de policiais desperdiçam tempo até encontrar determinado endereço. Isso é preocupante, pois, ao atender a um chamado através dos números 190, 191, 193 ou 197, os minutos perdidos procurando informação farão diferença no atendimento de quem está precisando de ajuda. O uso desses recursos pelas delegacias de polícia e batalhões maximiza o atendimento dessas ocorrências, reduzindo, sobremaneira, o tempo necessário para encontrar o local.

Para tanto, há uma infinidade de mapas e plataformas que podem ser consultados de forma gratuita na Internet. Vamos detalhar as funcionalidades de alguns deles. Acompanhe-nos.

Google Maps⁹⁹

O Google Maps é a plataforma gratuita desenvolvida pela Google para pesquisar e visualizar mapas. Dentre as opções, destacamos a funcionalidade *Street View*. Esse recurso permite um passeio virtual de 360° em várias cidades do planeta. O mapeamento é feito através de veículos com GPS equipados com câmeras para fotografar continuamente todos os locais.

Em pontos distantes e/ou inacessíveis, um *trekker* equipado com câmera possibilita a coleta de imagens em espaços apertados e estreitos. É possível baixar o mapa de uma determinada região e fazer uso no *smartphone* ou *tablet* na modalidade *offline*, notadamente para as regiões com Internet inexistente ou lenta.

O serviço foi implementado no Brasil, primeiramente nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Posteriormente alcançou boa parte das cidades brasileiras. Funciona, portanto, como uma ferramenta essencial na checagem de endereços.

O objetivo foi facilitar a vida dos turistas, demonstrando rotas e locais de interesse, propiciando fazer *tours* virtuais e conhecer determinados lugares sem sair de casa. Beneficia ainda diversas outras atividades, desde empresas que queiram programar um negócio em determinada área a órgãos de segurança pública. Facilita, portanto, a localização de qualquer direção.

O grande problema enfrentado por essa tecnologia são as ações indenizatórias por conta de fotografias retiradas de transeuntes e postadas no serviço. Um dos casos foi o de um transeunte em Belo Horizonte, fotografado quando estava vomitando. Após a publicidade no serviço, gerou uma Ação de Indenização com pedido de R\$ 500.000,00 por danos morais. Em sede de medida liminar, a juíza determinou à Google S. A. que promovesse a retirada da imagem do ar no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00¹⁰⁰. Em primeira instância, a empresa foi condenada em R\$ 8.000. Em sede de recurso o Tribunal elevou a condenação para o valor de R\$ 15 mil¹⁰¹.

Por outro lado, algumas decisões judiciais utilizam as imagens fornecidas pela plataforma para checagem de fatos, como, por exemplo, o indeferimento da justiça gratuita com base nas informações consultadas no *Street View*¹⁰²:

Consigne-se, ainda, que em consulta no aplicativo ‘Google Street View’, segundo o endereço fornecido pelos apelantes, estes residem em casa térrea, com portão basculante, calçamento em pedras cujo padrão, em princípio, também não condiz com padrão socioeconômico de quem pretende o benefício da Justiça Gratuita.

Sem sombra de dúvidas, com as digitalizações das imagens de cidades brasileiras que são liberadas a cada dia, é a melhor ferramenta gratuita para consultar endereços.

Waze

Outra excelente fonte de consulta é o Waze. Nessa ferramenta é possível buscar informações sobre o trânsito em tempo real incluindo dados de eventos, localização da polícia e acidentes em uma determinada região. Os mapas e a navegação são alimentados e compartilhados pelos usuários, com dados atualizados a cada instante no mapa. A plataforma está disponível nos mais diversos sistemas operacionais.

Tramitava na Câmara dos Deputados um projeto de lei, de autoria do deputado Major Fábio (DEM/PB), visando a proibir o uso de aplicativos e redes sociais para alertar sobre a ocorrência de blitz de trânsito¹⁰³. O projeto, que teve outros dois apensados (PL 5806/2013 e PL 8957/2017), foi arquivado em 2019 atendendo ao parecer do relator, que se manifestou pela inconstitucionalidade. O PL 7094/2017 tem como justificativa apresentada:

As redes sociais fazem parte cotidiana de toda a sociedade. São informações chegando com velocidade indescritível. E essas redes são compostas por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns, tendo por características fundamentais a sua abertura porosidade, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes. Desta forma, urge que condutas desfavoráveis às ações de segurança pública de trânsito sejam previstas e penalizadas. Tem sido comum a divulgação, pelas redes sociais, de horários e locais de fiscalização de trânsito, o que coloca a sociedade em prejuízo, não só no que se refere à segurança do trânsito, como de segurança pública. Criminosos, bêbados ao volante, estão se utilizando desse tipo de informação para aumentar a sua rede criminosa, expondo a sociedade aos riscos inerentes a tais condutas. E isso se reflete em aumento de acidentes, mortos e feridos no trânsito.

Bing Maps

A plataforma da Microsoft, disponível em <<https://www.bing.com/maps>>, permite o mapeamento de vários locais, com a obtenção de dados para trânsito/caminhada/carro. Além disso, exibe as condições do tráfego ao vivo, planejamento de viagens e exibição de imagens de satélite.

Open Street Maps

O Open Street Maps é uma plataforma de uso livre sob licença aberta. Desde que a autoria seja creditada ao OpenStreetMap e aos seus colaboradores, a ferramenta pode ser utilizada com os mais diversos fins. O serviço está disponível em <<https://www.openstreetmap.org>>.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

As estatísticas produzidas pelo IBGE e outros órgãos públicos abrangem os principais indicadores sociais, econômicos e populacionais por um longo

período. Auxilia, sobremaneira, nas pesquisas completas por município e estado da federação.

Ao acessar o site <<https://ibge.gov.br/>> e consultar informações sobre a cidade de Porto Alegre, por exemplo, obteremos informações sobre população, área territorial, história do município, informações sobre censos populacionais e agropecuários, saneamento básico, serviços de saúde, PIB, registro civil, mortalidade, educação, instituições financeiras, finanças públicas, dentre outras.

A seção Mapas, <<https://mapas.ibge.gov.br/>>, permite o acesso e a visualização de mais de vinte mil mapas produzidos pelo órgão, dentre os quais destacamos:

- **Escolares:** mapas do Brasil, dos estados e do mundo, com diferentes graus de complexidade, com enfoque na demografia, diversidade ambiental, desigualdade socioeconômica e infraestrutura.
- **Político-administrativos:** divisões politico-administrativas do Brasil, estados e regiões.
- **Físicos:** altitudes mapeadas por cores, unidades de relevo e os principais acidentes geográficos existentes no Brasil.
- **Temáticos:** área ambiental, uso da terra, infraestrutura e logística.
- **Interativos:** voltados ao público que possui familiaridade com ferramentas SIG (Sistema de Informações Geográficas).
- **Bases e referenciais:** direcionados aos que demandam bases geoespaciais para a execução de projetos (cartas imagem, ortofotos, modelo digital de elevação e redes do sistema geodésico brasileiro).

Apontador¹⁰⁴

Excelente ferramenta para a localização de vários endereços, serviços e facilidades pelo Brasil. Conta com mais de 7,5 milhões de locais e serviços cadastrados para serem acessados e 12 milhões de usuários por mês. Disponível em <<https://www.apontador.com.br/>>.

Correios

No site dos Correios (www.correios.com.br) o analista pode fazer a busca pelo CEP ou por endereço de determinada localidade. Basta clicar na opção “Busca CEP ou Endereço” que o usuário poderá fazer uma busca específica por CEP ou endereço; CEP por localidade; endereço por CEP; CEP de logradouro ou de bairro; faixas de CEP e outras pesquisas. Poderá também, por exemplo, colocar o bairro de determinada cidade e terá como respostas todas as ruas e os respectivos CEPs. A ferramenta é bem útil para localizar endereços em todo o Brasil.

Show My Street

O site <<http://showmystreet.com>> utiliza o Google Maps para permitir Street View e autoriza o usuário a digitar qualquer endereço para localizar imediatamente, com vista de rua. É necessário que o endereço seja inserido de forma correta. Com a pesquisa, no topo da página, à direita, há amostragem do mapa do local e, no centro, a visualização “real” do local.

DNIT

O site do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), em <<http://servicos.dnit.gov.br/condicoes/>>, disponibiliza as condições das rodovias federais. A consulta pode ser feita por estado com um clique no mapa interativo sobre o número da BR que irão aparecer informações sobre as condições da pista, sinalização e particularidades de cada trecho.

Caso o usuário queira, poderá acessar <<http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/mapas-multimodais>> e ter acesso a arquivos de mapas rodoviários atualizados de todos os estados brasileiros. Basta fazer *download* e acessar o conteúdo.

GeoMaps

Há diversos bancos de dados que permitem o acesso aos mais diversos mapas com a integração em vários idiomas, coordenadas geográficas e informações dos lugares. Não obstante, a ferramenta é editada manualmente pelo usuário

e, eventualmente, poderá conter informações destoantes. Basta acessar <<http://www.geonames.org/>> e colocar o nome do lugar na barra de busca. Recomenda-se fazer a pesquisa por país e depois escolher a cidade. No resultado aparecerá um mapa com os nomes dos bairros plotados.

Há ainda outros sites que podem ser consultados para mapas:

- **Guia Mais** – <<https://mapas.guiamais.com.br/>>. Além da pesquisa por endereços e visualização do mapa, permite traçar rotas. Há aplicativo para celulares¹⁰⁵.
- **MapQuest** – <<https://www.mapquest.com/>>. Permite pesquisar os mapas e relacionar serviços nos resultados da consulta.
- **GPS Visualizer** – <<https://www.gpsvisualizer.com/calculators>>. Permite visualizar e calcular a distância entre pontos através das coordenadas geográficas.
- **WikiMapia** – <<http://wikimapia.org/>>.

Veículos, multas, carteira nacional de habilitação e gravame veicular

Há uma infinidade de ferramentas e plataformas disponíveis para consultas realizadas sobre veículos e dados relacionados com os condutores.

Polícia Rodoviária Federal (PRF)

O site da PRF permite várias consultas úteis, além de algumas funcionalidades, como o alerta de roubo ou furto de veículos *on-line*, o chamado SINAL – Sistema Nacional de Alarmes (<<https://www.prf.gov.br/sinal>>). Nesta funcionalidade, a vítima poderá fazer um registro *on-line* da ocorrência, com a geração de alerta para todos os postos da PRF. Esse sistema leva em conta que quanto mais rápido for registrada a ocorrência, maior será a probabilidade de recuperar o veículo. É importante mencionar que esse registro não suprirá aquele realizado nas delegacias de polícia de pronto atendimento, plantões ou especializadas na repressão a furto e roubo de veículos.

É possível, da mesma forma, a consulta de:

- **Multas:** oportuniza a pesquisa por infrações lavradas pela Polícia Rodoviária Federal, com data, hora e local de enquadramento, além de gerar o boleto para o pagamento do débito relacionado.
- **Boletim de Acidente de Trânsito:** é o documento para os acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias federais. O acesso pode ser feito através de <<https://www.prf.gov.br/novobat/consultar>>, com número do BAT, CPF ou CNPJ.
- **Radares Fixos:** a pesquisa pode ser realizada em <<https://portal.prf.gov.br/multas-e-infracoes/lista-de-radares-fixos>>.

SINESP Cidadão

O SINESP Cidadão é a plataforma que permite a qualquer usuário consultar informações sobre:

- **Veículos:** situação de roubo ou furto de qualquer veículo do Brasil, e constatar, a partir dos dados apresentados, se há clonagem do veículo.
- **Mandados de prisão:** mandados de prisão que ainda não foram cumpridos, com a finalidade de comunicar à polícia. As informações são consultadas diretamente no Banco Nacional de Mandados de Prisão do Conselho Nacional de Justiça – BNMP/CNJ.
- **Pessoas desaparecidas:** pessoas que constam como desaparecidas. As informações são consultadas diretamente do Sinesp Infoseg, que integra registros de desaparecimentos realizados pelas Polícias Civis dos estados participantes.

DENATRAN

O DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) permite em seu site (<<https://portalservicos.denatran.serpro.gov.br/#/>>), após inserir o CPF ou CNPJ e o RENAVAM do veículo, saber informações sobre propriedade, tipo de veículo, ano, restrição, além de ocorrência por furto ou roubo. Entretanto, as informações retiradas do site não servem como certidão negativa. As consultas institucionais devem ser feitas por outro canal.

Multas e pontuação em CNH

Vários sites de DETRANs (Departamentos Estaduais de Trânsito) disponibilizam a consulta por multas e pontuação em CNH. É possível saber se determinado indivíduo já foi multado no estado em que é procurado. Vejamos alguns deles:

- **Acre** – <<https://www.detran.ac.gov.br/>>.
- **Alagoas** – <<https://www.detran.al.gov.br/>>.
- **Amapá** – <<http://www.detran.ap.gov.br/detranap/>>.
- **Amazonas** – <<https://www.detran.am.gov.br/>>.
- **Bahia** – <<http://www.detran.ba.gov.br/>>.
- **Ceará** – <<http://www.detran.ce.gov.br/>>.

- **Distrito Federal** – <<http://www.detran.df.gov.br/>>.
- **Espírito Santo** – <<https://detran.es.gov.br/>>.
- **Goiás** – <<https://www.detran.go.gov.br/>>.
- **Maranhão** – <<http://www.detran.ma.gov.br/>>.
- **Mato Grosso** – <<https://www.detran.mt.gov.br/>>.
- **Mato Grosso do Sul** – <<http://www.detran.ms.gov.br/>>.
- **Minas Gerais** – <<https://www.detran.mg.gov.br/>>.
- **Pará** – <<http://www.detran.pa.gov.br/>>.
- **Paraíba** – <<http://detran.pb.gov.br/>>.
- **Paraná** – <<http://www.detran.pr.gov.br/>>.
- **Pernambuco** – <<https://www.detran.pe.gov.br/>>.
- **Piauí** – <<http://www.detran.pi.gov.br/>>.
- **Rio de Janeiro** – <<http://www.detran.rj.gov.br/>>.
- **Rio Grande do Norte** – <<http://www.detran.rn.gov.br/>>.
- **Rio Grande do Sul** – <<https://www.detran.rs.gov.br/inicial>>.
- **Rondônia** – <<https://www.detran.ro.gov.br/>>.
- **Roraima** – <<https://www.detran.rr.gov.br/>>.
- **Santa Catarina** – <<http://www.detran.sc.gov.br/>>.
- **São Paulo** – <<https://www.detran.sp.gov.br/>>.
- **Sergipe** – <<http://www.detran.se.gov.br/>>.
- **Tocantins** – <<https://detran.to.gov.br/>>.

Verificação de gravame de veículos

O gravame existe quando se inclui um ônus (anotação de registro) no veículo financiado, não sendo permitida a sua transferência até o pagamento da última parcela.

Em um processo de análise e/ou investigação, é interessante saber se determinado veículo possui essa restrição, não podendo haver transferência para terceiro enquanto perdurar o financiamento.

Vários sites disponibilizam essa consulta:

- **DETRAN-AC** – <<https://www.detran.ac.gov.br/site/apps/veiculo/consulta/filtro-chassi-sng.jsp>>.
- **DETRAN-AL** – <<https://www.detran.al.gov.br/veiculos/consulta-gravame/>>.
- **DETRAN-AM** – <<http://servicos2.detran.am.gov.br/detranWeb/veiculo/situacao>>.
- **DETRAN-BA** – <<http://www.servicos.detran.ba.gov.br/Gravame>>.
- **DETRAN-DF** – <<http://www.detran.df.gov.br/consulta-sng-html/>>.
- **DETRAN-GO** – <<https://www.detran.go.gov.br/psw/#/pages/conteudo/gravame>>.
- **DETRAN-PA** – <<http://www.detran.pa.gov.br/sistransito/detran-web/servicos/veiculos/indexSNG.jsf>>.
- **DETRAN-MG** – <<https://www.detran.mg.gov.br/m-veiculos/consulta-a-situacao-do-veiculo>>.
- **DETRAN-MS** – <<http://www.detran.ms.gov.br/veiculos-2/consulta-informacao-de-gravame/>>.
- **DETRAN-PI** – <<http://srv.detran.pi.gov.br/consultasng1.php>>.
- **DETRAN-PR** – <<http://www.detran.pr.gov.br/servicos/consultar-cadastro-de-restricoes-de-veiculo>>.

- **DETRAN-RN** – <<http://www2.detran.rn.gov.br/externo/ConsultaSNG.asp>>.
- **DETRAN-RO** – <<https://consulta.detran.ro.gov.br/CentralDeConsultasInternet/Software/ViewConsultaVeiculos.aspx>>.
- **DETRAN-SE** – <https://seguro.detran.se.gov.br/portal/?pg=cons_veiculo>.
- **DETRAN-SP** – Permite a consulta, entretanto é necessário que o usuário faça um cadastro para receber um login a fim de habilitá-lo para acessar as informações. Após isso, basta acessar <<http://www.detran.sp.gov.br/wps/portal/portaldetran/cidadao/veiculos/fichaservico/EmissaoNovoCRV>>. No mesmo site é possível pesquisar sobre débitos e restrições do veículo.

Pesquisas e informações sobre usuários e dados de telefonia fixa e móvel

Há inúmeras informações que podem ser consultadas, em fontes abertas, sobre telefonia fixa e celular.

Dentre elas, o cadastro de terminais móveis, as coberturas de estações rádio-base de telefonia móvel, a portabilidade numérica, a operadora de telefonia por número etc.

A seguir, relacionamos as principais fontes de consulta disponíveis.

Portabilidade e operadoras de telefonia por número

O site da ABR Telecom (entidade administradora da Portabilidade Numérica no Brasil) permite consultar o número em caso de portabilidade¹⁰⁶.

O facilitador desta ferramenta é permitir ao analista a consulta imediata e prévia da operadora, sem a necessidade de checar tabelas afixadas na parede ou sequer realizar ligações diversas à procura da responsabilidade quanto ao número.

Assim, pode ser acessado através do link: <<https://consultanumero.abrtelecom.com.br/consultanumero/consulta/consultaSituacaoAtualCtg>>. Outro site que fornece tal pesquisa é o <<https://consultaoperadora.com.br>>, cujo uso é bastante prático. Essa pesquisa evita que uma ordem judicial, por exemplo, seja encaminhada para todas as operadoras, sendo direcionada apenas à que administra o número investigado.

Operadora por número fixo

O site brasileiro Teleco – <<https://www.teleco.com.br/num.asp>> – fornece informações sobre código de acesso de usuário, prefixos, códigos nacionais, códigos de seleção de prestadora e não geográfico, códigos de serviços de utilidade pública e demais dados. Além disso, tem uma gama de respostas para os interessados no funcionamento das telefonias fixas e móveis, além de procedimentos técnicos relacionados.

Descobrimos o DDD e a cidade

O usuário pode fazer a pesquisa de DDD a partir do nome da cidade. Essa consulta sobre o DDD das cidades, capitais e códigos do Brasil pode ser feita através do site <<http://www.ekwbrasil.com.br/endereco.php5/>>.

A consulta pode ser feita também no site MBI, através da URL <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/utilidades/dddprefix98/#lista_ddd>.

Consulta sobre telefone público

A Anatel disponibiliza a consulta a telefones fixos por número, rua, município, cidade ou estado. O acesso encontra-se disponível em <<https://sistemas.anatel.gov.br/fiqueligado>>. A consulta pode ser feita ainda no seguinte endereço através da Oi em <<https://www.brasiltelecom.com.br/portal/ConsultarTelefonesPublicos102OnlinePFPB.do?acao=onVisualizar>>.

A aplicação Wigle, disponível em <<https://wigle.net/>>, consolida informações sobre redes *wi-fi* de todo o mundo para uma base de dados, com ferramentas web e *desktop* que podem mapear, consultar e atualizar o banco de dados. Outra ferramenta para encontrar *wi-fi* é a WiFi Map, disponível em <<https://www.wifimap.io>>.

ERBs e cobertura de telefonia móvel

Podemos indicar dois importantes sites de busca por dados de operadoras de telefones fixos, celulares e bancos de ERBs (Estações Rádio Base).

A consulta deve ser feita em <www.teleco.com.br>, já indicado, ou em <<https://sistemas.anatel.gov.br/stel/consultas/ListaEstacoesLocalidade/tela.asp?pNumServico=010>>, diretamente no site da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Neste site pode ser feita consulta, por exemplo, de todas as ERBs de um município ou apenas por operadoras. Evita uma prévia consulta à operadora, via ordem judicial, sobre quais antenas operam sobre determinado endereço ou coordenada geográfica, o que pode retardar a coleta de evidências em uma investigação criminal.

A Associação Brasileira de Telecomunicações emite a consulta, através de <<http://www.telebrasil.org.br/panorama-do-setor/mapa-de-erbs-antenas>>, de mapas de estações rádio-base no Brasil.

O aplicativo Anatel Cobertura Celular permite realizar essa consulta em dispositivos móveis. Há ainda o site Cobertura Celular, disponível em <www.coberturacelular.com.br>, que permite saber quais as ERBs próximas a um determinado endereço e/ou as respectivas coordenadas geográficas.

O site Erbix, disponível em <http://www.erbix.com.br/erbs_1.html>, é um mapeador de estações rádio-base e possibilita mapear o alcance delas. De posse de dados como latitude, longitude, azimuth e alcance, o investigador pode inserir os dados no mapa e determinar qual o campo de atuação na busca dos dados de um determinado investigado.

É ferramenta útil para o analista, de uma forma rápida, saber quantas torres de telefonia celular existem nas proximidades de um determinado local e direcionar o pedido judicial, por exemplo, solicitando os dados de determinada operadora de telefonia relativos apenas a determinado quadrante de cobertura da ERB especificada.

A checagem do IMEI¹⁰⁷ por aparelho pode ser realizada em:

- **IMEI INFO** – <<https://www.imei.info/>>.
- **IMEI 24** – <<https://imei24.com/>>.
- **International Numbering Plans** – <<https://www.numberingplans.com/>>.

Alguns serviços oferecem a consulta por IMEI em caso de roubo, furto ou extravio de telefone celular no Brasil. O Consulta IMEI, acessível em <<https://www.consultaaparelhoimpedido.com.br/>>, possibilita o acesso de qualquer usuário para saber informações sobre a situação de um aparelho de telefonia celular. Os dados estão sempre atualizados e disponíveis para consulta em até 72 horas a partir da solicitação de bloqueio ou desbloqueio do telefone celular.

A ANATEL disponibiliza a consulta em <<http://www.anatel.gov.br/celularlegal/consulte-sua-situacao>>. O site da SSP/SP também permite a pesquisa, em <<http://www.ssp.sp.gov.br/servicos/celulares.aspx>>. Outras Secretarias de Segurança Pública e/ou de Defesa Social estão implementando essa funcionalidade de cadastro e consulta de IMEIs furtados, roubados ou perdidos.

Consulta à lista telefônica

Vários são os sites que fornecem dados de cadastro de telefonia fixa. Alguns serviços ofertam essa busca mediante o pagamento de valores, permitindo consultas mais completas, inclusive vínculos por CPF. Assim, o analista não precisa, necessariamente, ficar adstrito à pesquisa nas listas telefônicas ainda enviadas pelas operadoras de telefonia fixa. Dentre os sites existentes, sugerimos:

- **102 ONLINE:** ao acessar <<https://www.brasiltelecom.com.br/portal/102Online.do?acao=onVisualizar>>, é possível fazer diversos tipos de consulta, encontrar assinantes ou saber se determinado número de telefone é público e qual sua localização. Na pesquisa por assinante ou empresa você poderá fazer um filtro de cidades de dez estados brasileiros para obter dados mais detalhados. Pode-se, ainda, confirmar o código DDD da cidade para a qual quer ligar e ainda buscar telefones de acordo com o ramo da atividade que deseja. A limitação do site é relacionada à restrição de pesquisa a poucos estados brasileiros.
- **102 Busca:** nesse site é possível consultas por nome, atividade e telefone. Disponível em <<http://www.102busca.com.br>>.
- **Telelistas:** o site <<https://www.telelistas.net/>> fornece inúmeras opções de pesquisa de telefones, podendo ela ser feita por estado, cidade, nome e/ou atividade. Além de possuir aplicativos para smartphones iOS, Android, Windows Phone (Nokia), há possibilidade de uso de mapas e rotas.

- **Guia Mais:** a URL <<https://www.guiamais.com.br>> fornece informações sobre endereços e dados de empresas em diversas cidades do Brasil. Ferramenta com excelente poder de resposta para fornecer respostas úteis sobre um dado pesquisado.
- **Netsabe:** é um produto da Algar Mídia, com mais de dois milhões de visitas mensais. As consultas estão relacionadas com os dados da operadora de telefonia CTBC, fornecendo informações sobre Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. O endereço para consulta é <<https://www.netsabe.com.br/>>.
- **VIVO:** na aba de serviços assegura a pesquisa sobre o Guia de Assinantes Online. A consulta pode ser realizada por nome da pessoa, empresa ou endereço de cadastro. Disponível em <<https://www.vivo.com.br>>.

Pesquisa e acessos a sites governamentais e de dados públicos

Há vários sites, disponibilizados por diversos entes da Administração Pública, onde é possível fazer consultas sobre municípios, acessar portais de transparência e obter uma infinidade de informações, retirar certidões negativas, fazer consultas sobre CPF e CNPJ, dentre outros.

Assim, podemos elencar algumas das ferramentas de informações públicas que podem ser úteis ao analista de Inteligência Policial ou investigador policial.

Portal da Transparência

Governo Federal

O portal (<<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>) foi lançado no ano de 2004 pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. O importante instrumento de controle social assegura dados de:

- Orçamento.
- Despesas e receitas.
- **Órgãos:** despesas do órgão (execução orçamentária e financeira); execução do orçamento por área de atuação; execução orçamentária e receita financeira; visão geral dos vínculos dos servidores ativos; distribuição dos servidores; licitações com contrato no ano; visão geral dos contratos firmados; maiores fornecedores de compras realizadas por meio de contrato; visão geral de convênios e acordos; convenientes e contratados; gastos por meio do cartão de pagamento; e visão geral dos gastos com viagem e serviços.
- **Estados e municípios:** são fornecidos dados dos recursos do governo federal aplicados na localidade; distribuição de transferências; constitucionais e *royalties* por tipo de favorecido; benefícios ao cidadão (programas de transferência de renda direta); população x recursos recebidos; convênios e acordos; e relatórios de auditório.

- Licitações e contratos.
- **Convênios:** número do convênio, período da última liberação do recurso; vigência; conveniente; órgão; UF; município; situação, tipo de instrumento (acordo de cooperação técnica, contrato de repasse, convênio, termo de compromisso, termo de parceria e transferência legal); valor liberado; e valor legal.
- **Cartões de pagamento:** Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF); Cartão de Pagamento de Compras Centralizadas (CPCC); e Cartão de Pagamento da Defesa Civil (CPDC).
- **Recursos transferidos:** período; tipo de transferência; favorecido; UF; município; área de atuação; programa orçamentário; ação orçamentária; natureza da despesa (grupo, elemento e modalidade de aplicação).
- **Servidores:** a consulta poderá ser realizada por órgãos ou vínculos. viagens a serviço; início e final do afastamento do servidor; pessoa que realizou a viagem; órgão, tipo de viagem, valor da diária e de passagens gastas e demais dados.
- **Emenda parlamentar:** período; autor da emenda; função e subfunção e valores empenhados; e liquidados de pagos.

No campo benefícios pagos ao cidadão encontra-se acessível a consulta dos pagamentos realizados para Bolsa Família, Garantia-Safra¹⁰⁸, Seguro Defeso¹⁰⁹ e PETI¹¹⁰.

A consulta pública sobre pagamento de benefícios do Bolsa Família pode ser realizada ainda no site da Caixa, em <https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp>. Essas informações são relevantes, notadamente nos casos de investigações policiais para apurar o recebimento indevido de benefícios do governo federal. Caso fosse expedido um ofício para solicitar esses dados, as respostas certamente atrasariam a conclusão do inquérito policial.

Os imóveis funcionais de propriedade da União são outro parâmetro de consulta, que pode ser feita por endereço do imóvel ou permissionário.

Outro dado relevante a ser buscado é o cadastro de sanções aplicadas a pessoas físicas, jurídicas e servidores públicos federais. Dentre os bancos ofertados, além de acordos de leniência, destacamos:

CEIS	Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas
CNEP	Cadastro Nacional de Empresas Punidas
CEPIM	Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas
CEAF	Cadastro de Expulsões da Administração Federal

A consulta pode ser realizada por vários parâmetros, dentre os quais: nome, CPF, CNPJ, órgão sancionador, dentre outros.

Há outros sites de busca disponíveis em nível federal e estadual, com o mesmo objetivo de dar transparência à gestão pública.

Estados

A Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, acrescentou dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000 a fim de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Determinou, para tanto, a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Segundo estabelecido na lei, todos os atos praticados pelas unidades gestoras, no decorrer da execução da despesa, ou quanto à receita, deverão estar acessíveis a qualquer pessoa física ou jurídica nos seguintes prazos (art. 73-B):

- Um ano para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com mais de 100.000 habitantes.

- Dois anos para os municípios que tenham entre 50.000 e 100.000 habitantes.
- Quatro anos para os municípios que tenham até 50.000 habitantes.

Grande parcela dos portais estaduais de transparência disponibiliza informações sobre despesas, receitas e prestação de contas. Outros fornecem dados mais detalhados, como a relação de servidores por órgão de lotação e o respectivo quadro remuneratório, balanços contábeis, compras públicas e benefícios fiscais.

São esses os portais estaduais consultados¹¹¹:

- **Acre** – <<http://www.transparencia.ac.gov.br/acessoainformacao/index.php>>.
- **Alagoas** – <<http://transparencia.al.gov.br/>>.
- **Amapá** – <<http://www.transparencia.ap.gov.br/>>.
- **Amazonas** – <<http://www.transparencia.am.gov.br/>>.
- **Bahia** – <<http://www.transparencia.ba.gov.br/>>.
- **Ceará** – <<https://cearatransparente.ce.gov.br/>>.
- **Distrito Federal** – <<http://www.transparencia.df.gov.br/>>.
- **Espírito Santo** – <<https://transparencia.es.gov.br/>>.
- **Goiás** – <<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/>>.
- **Maranhão** – <<http://www.transparencia.ma.gov.br/>>.
- **Minas Gerais** – <<http://www.transparencia.mg.gov.br/>>.
- **Pará** – <<http://www.transparencia.pa.gov.br/>>.
- **Paraíba** – <<http://transparencia.pb.gov.br/>>.
- **Paraná** – <<http://www.transparencia.pr.gov.br/>>.
- **Pernambuco** – <<http://web.transparencia.pe.gov.br/>>.

- **Piauí** – <<http://transparencia.pi.gov.br/>>.
- **Rio de Janeiro** – <<http://www.transparencia.rj.gov.br/>>.
- **Rio Grande do Norte** – <<http://www.transparencia.rn.gov.br/>>.
- **Rio Grande do Sul** – <<http://www.transparencia.rs.gov.br/>>.
- **Rondônia** – <<http://www.transparencia.ro.gov.br/>>.
- **Roraima** – <<http://www.transparencia.rr.gov.br/>>.
- **Santa Catarina** – <<http://www.transparencia.sc.gov.br/>>.
- **São Paulo** – <<http://www.transparencia.sp.gov.br/>>.
- **Sergipe** – <<http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/>>.
- **Tocantins** – <<http://www.transparencia.to.gov.br/>>.

Municípios

Os portais das capitais brasileiras possibilitam acesso às despesas e receitas efetuadas em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Algumas das mais populosas cidades brasileiras também já possuem sua ferramenta de consulta pela Internet¹¹², todavia, alguns municípios ainda deixam a desejar no tocante à disponibilidade de informações.

São esses os principais sítios para consulta¹¹³:

- **Aracaju** – <<https://transparencia.aracaju.se.gov.br/>>.
- **Belém** – <<http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/>>.
- **Belo Horizonte** – <<https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia>>.
- **Boa Vista** – <<http://transparencia.boavista.rr.gov.br/>>.
- **Campo Grande** – <<http://transparencia.campogrande.ms.gov.br/canaisservidores/>>.
- **Cuiabá** – <<http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/portaltransparencia/transparencia/#/home>>.

- **Curitiba** – <<https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/>>.
- **Florianópolis** – <<http://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/>>.
- **Fortaleza** – <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/>>.
- **Goiânia** – <<https://www12.goiania.go.gov.br/transparencia>>.
- **João Pessoa** – <<https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br>>.
- **Macapá** – <<https://macapa.ap.gov.br/noticias/transparencia/transparencia-servidores>>.
- **Maceió** – <<http://www.transparencia.maceio.al.gov.br/>>.
- **Natal** – <<https://www.natal.rn.gov.br/transparencia/>>.
- **Palmas** – <<http://prodata.palmas.to.gov.br:8080/sig/app.html#/transparencia/index>>.
- **Porto Alegre** – <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/>>.
- **Recife** – <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/portal-da-transparencia>>.
- **Rio Branco** – <<http://transparencia.riobranco.ac.gov.br/>>.
- **Rio de Janeiro** – <<http://prefeitura.rio/web/transparenciacarioca>>.
- **Salvador** – <<http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br>>.
- **São Luís** – <<http://transparencia.saoluis.ma.gov.br/>>.
- **São Paulo** – <<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br>>.
- **Teresina** – <<http://transparencia.teresina.pi.gov.br/>>.
- **Vitória** – <<http://transparencia.vitoria.es.gov.br/>>.

Portal da Transparência da Câmara dos Deputados

O Portal da Transparência da Câmara dos Deputados, disponível em <<https://www.camara.leg.br/transparencia/>>, assegura acesso a informações

livremente disponíveis como: distribuição dos servidores efetivos e secretários parlamentares e resultados legislativos (áreas temáticas mais votadas, sessões no plenário e nas comissões).

É possível, por exemplo, obter os dados de receitas e despesas pagas, incluindo dados de despesas consolidadas, cartão de suprimento de fundo, relatório de gestão fiscal, cronograma de desembolso financeiro, contingenciamento e relatório de gestão orçamentária.

Além do mais, é possível fazer consultas sobre licitações e contratos, com dados de compras diretas realizadas pela Câmara, as atas de Registro de Preços, contratos vigentes, os últimos editais publicados e a relação dos terceirizados que prestam serviço à Câmara dos Deputados.

Quanto aos gastos dos parlamentares por exercício da atividade parlamentar, o detalhamento dos dados inclui:

- A CEAP (Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar) inclui as despesas do mandato, passagens aéreas e contas de celular. É possível fazer a verificação da conta mensalmente por unidade da federação.
- Verba de gabinete.
- Imóveis funcionais e auxílio-moradia.
- Remuneração.
- Viagens oficiais.

Uma outra funcionalidade do portal é a indicação de e-mail para o recebimento de dados de deputados, propostas e notícias a cada 15 dias. Esse alerta envia conteúdo, por exemplo, da atuação parlamentar, projetos de lei apresentados e relatados, votos na Câmara, discursos realizados e demais notícias.

A página Dados Abertos da Câmara dos Deputados (<<https://dadosabertos.camara.leg.br/>>) encontra informações sobre legislaturas, deputados, partidos, blocos, órgãos, frentes, eventos, proposições, votações, referências e atualizações. Nessa consulta os dados são fornecidos de forma bruta para

terceiros a fim de monitorar e fiscalizar além de conhecer e discutir os gastos ali demonstrados¹¹⁴.

Na seção “Fiscalize o Orçamento” (<<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/fiscalize>>) é possível verificar a execução da lei orçamentária annual – LOA¹¹⁵. Esse acompanhamento pode ser feito através de:

- a) execução orçamentária;
- b) transferências por programação, entidades privadas, municípios e estados;
- c) convênios relacionados a emendas individuais e coletivas e outros de forma geral.

Em “Notificações”, disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/notificacoes>>, é permitido fazer um cadastro prévio a fim de receber os dados sobre a gestão de recursos públicos no Poder Executivo Federal.

Portal da Transparência do Senado

O portal do Senado tem uma seção dedicada à Transparência Pública (<<https://www12.senado.leg.br/transparencia>>). Nela você poderá acessar todos os dados referentes a:

- a) **Senadores:** recursos utilizados no exercício da atividade parlamentar.
- b) **Gestão e governança:** planejamento e gestão no Senado Federal, estrutura administrativa e Boletim Administrativo.
- c) **Licitações e contratos**¹¹⁶: todas as modalidades de licitação e contratos firmados.
- d) **Gestão de pessoas:** consulta de servidores ativos, aposentados, concursos, terceirizados, estagiários, pensionistas e colaboradores eventuais.
- e) **Orçamento e finanças:** receitas e despesas do Senado Federal, suprimimento de fundos e relatórios de gestão fiscal.

Os dados abertos podem ser consultados e baixados em <<https://www12.senado.leg.br/dados-abertos>>, com informações de contratações, senadores (gastos, benefícios e aposentadorias), projetos e matérias em trâmite na casa, dados de parlamentares, comissões e acervo de normas jurídicas.

Dentro da página do Senado ainda existe o Portal do Orçamento, disponível em <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>>. Nele há o Siga Brasil, ferramenta de consulta que possibilita um acesso amplo ao SIAFI e a diversas bases de dados sobre orçamentos públicos. As informações sobre a Lei Orçamentária Anual estão disponíveis, sendo possível checar todas as fases do processo orçamentário.

A função GeoSiga apresenta, através do georreferenciamento, informações sobre transferências federais aos estados e municípios. O filtro utilizado na pesquisa é por estado, município, população, ano e mês.

Plataforma Brasil¹¹⁷

O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, disponível em <<http://plataformamaisbrasil.gov.br/>>, disponibiliza vários campos para pesquisa sobre:

- convênios ou pré-convênios;
- programas;
- cadastramento de proponente;
- propostas;
- cotação prévia de preços;
- chamamento público/concurso de projetos disponível para receber proposta por órgão;
- chamamento público/concurso de projetos por ano;
- adimplência dos partícipes;
- registro de irregularidades; e

- extrato de verificação de irregularidade.

Compras governamentais

O site Compras Governamentais é o portal de compras do Governo Federal. Permite acesso sem cadastro ou qualquer senha de acesso. As informações que podem ser encontradas são¹¹⁸:

- Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT/CATSER).
- Relação CATMAT e CATSER.
- Certidão negativa.
- Contratos.
- Cotação eletrônica.
- Gestão de Ata de Registro de Preço/SRP.
- Intenção de Registro de Preço – IRP.
- Licitações.
- Pesquisa Textual – Editais.
- Pregões.
- Regime Diferenciado de Contratações – RDC.
- Sessão Pública.
- Unidades Administrativas de Serviços Gerais.
- Licitações (sem itens): permite consultar os extratos das licitações que estão ocorrendo. É possível selecionar a modalidade, o estado ou recuperar as licitações da linha de fornecimento do fornecedor.
- Certidão Negativa: permite fazer o link de acesso a serviços *on-line* de certidões de débito junto à União.
- Material: permite pesquisar pelo tipo de material, se sustentável ou não¹¹⁹.

- **Unidade Administrativa de Serviços Gerais:** mostra os códigos e órgãos usuários do SIASG.

O portal de compras do Governo Federal permite diversas consultas, dentre as quais:

- **Painel de Compras:** panorama dos gastos públicos e do comportamento licitatório da Administração Pública Federal.
- **Painel de Preços:** facilita pesquisas de mercado, análise e comparação de preços de referência na aquisição de bens e contratação de serviços gerais.
- **Licitações do Dia:** licitações publicadas no Diário Oficial.
- **Painel Custeio Administrativo:** despesas de funcionamento da Administração Pública Federal, como, por exemplo, apoio administrativo, energia elétrica, água, telefone, locação de imóveis, dentre outros.
- **Painel de Viagens:** informações sobre os afastamentos a serviços (viagens), nacionais e internacionais, realizados através do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) do Governo Federal.

O app Comprasnet mobile, disponível para *download*, assegura o recebimento de informações, lançamentos e futuras orientações. É possível configurar filtros para o recebimento de licitações publicadas diariamente e ainda os detalhes de objeto, órgão licitante, data limite para entrega da proposta, dentre outros.

Outros sites que permitem a busca eletrônica de compras:

- **São Paulo:** Bolsa Eletrônica de Compras – <<https://www.bec.sp.gov.br/BECSP/Home/Home.aspx>>.
- **Rio de Janeiro:** Compras Públicas – <<https://www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga>>.
- **Minas Gerais:** Portal de Compras MG: <<http://www.compras.mg.gov.br/>>.

- **Santa Catarina:** Portal de Compras – <<http://www.portaldecompras.sc.gov.br/>>.
- **Goiás:** ComprasNet GO – <<http://www.comprasnet.go.gov.br/>>.
- **Ceará:** Portal Compras – <<https://www.portalcompras.ce.gov.br/>>.
- **Bahia:** ComprasNet BA – <<https://comprasnet.ba.gov.br/>>.
- **Rio Grande do Sul:** Compras Eletrônicas RS – <<https://www.compras.rs.gov.br/>>.
- **Mato Grosso:** Secretaria Adjunta de Aquisições Governamentais – <<https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/#>>.
- **Distrito Federal:** e-COMPRAS – <<https://www.compras.df.gov.br/publico/>>.

Tribunal de Contas da União

O site do TCU possibilita diversos parâmetros de busca e de emissão de certidões de responsabilização pública:

- Contas julgadas irregulares:** cadastro reunindo nome de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras ou não de cargo ou função pública, cujas contas foram julgadas irregulares pelo órgão. A consulta pode ser feita por número do processo, nome, CPF ou CNPJ. Há a opção de exibir uma lista completa ou emitir um relatório. Disponível em <<https://contasirregulares.tcu.gov.br/>>.
- Inabilitados para função pública:** relação dos que estão inabilitados para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança em nível de Administração Pública Federal.
- Licitantes inidôneos:** relação de todos os inidôneos a participarem de licitações realizadas pela Administração Pública Federal.
- Eleições:** relação com contas julgadas irregulares nos oito anos que antecedem a eleição. A consulta pode ser feita por ordem alfabética ou por unidade federativa.

A certidão negativa de processos poderá ser solicitada através de <<https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/certidao-negativa-de-processos/>>.

A consulta consolidada de pessoa jurídica está acessível em <<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>>.

Programa de Aceleração do Crescimento

O PAC foi criado em 2007 visando planejar e executar obras de infraestrutura social, urbana, energética e de logística. No portal <<http://pac.gov.br/>> é possível obter dados sobre a lista de empreendimentos do Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos, Transportes, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã e Energia etc. O site disponibiliza um mapa interativo das obras.

É possível fazer um filtro na pesquisa e selecionar os investimentos do PAC por estado.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

O Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, <<http://www.fnnde.gov.br/>>, permite, na seção de consultas *on-line*, verificar os valores da liberação de recursos do fundo para cada município desde o ano de 2000.

A consulta de prestação de contas de programas de repasse direto do FNDE para as entidades da administração direta ou secretarias de educação dos estados pode ser realizada através do link <https://www.fnnde.gov.br/pls/simad/internet_fnnde.LIBERACOES_01_PC?p_ano=2011&p_programa=&p_uf=RN&p_municipio=120170>.

Tesouro Nacional

Excelente ferramenta para os órgãos de fiscalização, o site da Secretaria do Tesouro Nacional (<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>) disponibiliza os valores dos repasses das receitas federais para os estados, municípios e Distrito Federal. É possível obter informações sobre os valores repassados das seguintes receitas: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de

Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. É possível fazer a filtragem por estado, município, mês, ano e espécie de transferência.

Com relação aos dados sobre Transferências Voluntárias¹²⁰, a consulta pode ser feita por nome ou CNPJ.

Banco do Brasil

Essa fonte de consulta é uma excelente ferramenta para auxiliar o Ministério Público e a Polícia Judiciária no acompanhamento dos recursos repassados aos gestores, permitindo uma atuação preventiva mais célere, sem necessidade de oficiar ou representar por autorização judicial para obtenção desses dados. Os dados encontram-se livremente disponíveis para consulta.

O site do Banco do Brasil também disponibiliza informações sobre o repasse de recursos aos governos federal, estadual e municipal. Basta acessar <<https://www.bb.com.br>>.

A consulta poderá ser realizada na página do banco seguindo o passo a passo dos links conforme demonstrado. Clique em:

1. Produtos e Serviços
2. Setor Público > Municipal
3. Gestão
4. Gestão de Recursos
5. Recursos Constitucionais
6. Clique aqui.

Nessa pesquisa poderemos obter como resposta os dados de repasse dos seguintes fundos:

- ABR – Programa Abrigo

- FP – Fundo de Participação – Correção Monetária
- AFE – Apoio Financeiro aos Estados
- AFM – Apoio Financeiro aos Municípios
- ANP – *Royalties* da ANP
- API – Programa de Apoio à Pessoa Idosa
- BCC – Programa Brasil Criança Cidadã
- BPC – Programa do Benefício de Prestação Continuada
- CBA – FCBA – Fundo de Cultura da Bahia
- CFH – Compensação Financeira Recursos Hídricos
- CFM – Departamento Nacional de Produção Mineral
- CID – CIDE – Contribuição Intervenção Domínio Econômico
- CIE – Controle Remessa CIE
- EAP – Programa de Enfrentamento à Pobreza
- ETI – Programa Erradicação Trabalho Infantil
- EVT – Controle Remessa EVT
- FCS – Fundo de Condicionamento da Saúde
- FDB – Inf FUNDEB
- FUNDEB
- FUNDEF
- FEP – Fundo Especial do Petróleo
- FEX – Auxílio Financeiro Fomento às Exportações
- FIT – Geração Fundeb
- FNS – Fundo Nacional de Saúde

- FP – Fundo de Participação – Correção Monetária
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- FUS – Fundo Saúde
- ICMS – Desoneração das Exportações
- ICS – ICMS Estadual
- ICT – ICMS Substituto Tributário
- IES – FIES
- IPI – Exportação
- IPM – IPI Exportação
- IPV – IPVA
- ISO – Imposto sobre Ouro
- ISS – Imposto sobre Serviço
- IST – Imposto sobre Transportes
- ITA – *Royalties* de Itaipu
- ITR – Imposto Territorial Rural
- IUL – Imposto Único – Lubrificantes e Combustíveis
- IUM – Imposto Único sobre Minerais
- PAB – Piso de Atenção Básica
- PAC – Programa de Apoio à Criança
- PEA – Participação Especial ANP
- PPD – Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência
- REN – Fundo Rendimentos
- RPM – *Royalties* Petróleo – Cota Municipal

- SAC – Programa Serviço de Ação Continuada
- SAE – FNDE – Salário Educação
- SED – Salário Educação
- SIM – Imposto Simples
- SNA – Simples Nacional

A plataforma e-licitações, disponível em <<https://www.licitacoes-e.com.br/ao/index.jsp>>, possibilita o acesso às informações de licitações em andamento, publicadas, propostas em aberto, disputa, homologadas ou concluídas.

BNDES

O Banco Nacional do Desenvolvimento proporciona, na aba “BNDES Transparente” (<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparente>>), a opção de consultar os seguintes tópicos:

- Consultas a operações do BNDES: principais projetos financiados, financiamentos à exportação brasileira para obras no exterior e participações acionárias.
- Dados abertos.
- Contribuição para os ODS (objetivos mundiais de desenvolvimento sustentável).
- Participações acionárias.
- Uso dos recursos do Tesouro Nacional.
- Cinquenta maiores clientes.
- Perguntas e respostas.
- Estatísticas e desempenho.
- Financiamentos à exportação.
- Informações financeiras.

- Fontes de recursos.
- Licitações e contratos.

Acesso a dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP)

O site da Agência Nacional de Petróleo permite a consulta detalhada de postos de combustíveis revendedores autorizados no país, seja por nome do posto, CNPJ, município, bandeira e tipo de combustível. Basta acessar o endereço <<https://postos.anp.gov.br/>>, digitar o parâmetro de pesquisa e clicar sobre o CNPJ para receber informações sobre razão social, nome de fantasia, endereço, número de despacho de autorização da ANP e tipo de posto.

A pesquisa pode ser restringida por bandeira e tipo de posto, por exemplo. Os dados que retornam são o CNPJ, nome ou razão social, nome fantasia, endereço, dentre outros.

A consulta dos valores repassados a título de *royalties* está acessível em <<http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties>>.

Acesso a dados da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS)

A ANS possui uma ferramenta, através da URL <<http://www.ans.gov.br/index.php/planos-de-saude-e-operadoras/espaco-do-consumidor/737-rol-de-procedimentos>>, para localizar um Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde (consultas de exames e tratamentos) que um plano de saúde é obrigado a oferecer.

A ANS fornece, ainda, informações sobre o *ranking* das operadoras de planos de saúde que mais recebem reclamações e permite saber se o registro da operadora está ativo na ANS.

Acesso a dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

O site da ANVISA (<<http://portal.anvisa.gov.br/>>) oferece várias ferramentas para consulta, úteis principalmente para quem trabalha em órgãos de defesa

do consumidor e de fiscalização de medicamentos. O analista poderá consultar os seguintes bancos de dados:

- **Alimentos:** consta informação sobre alimentos, empresa fabricante, número de registro do processo, prazo e sua validade. A pesquisa poderá ser feita por marca, produto, razão social ou CNPJ da empresa. Disponível em <<http://portal.anvisa.gov.br/alimentos/consultas>>.
- **Farmácias:** permite checar as farmácias e drogarias que possuem autorização da ANVISA para funcionar. Disponível em <<http://portal.anvisa.gov.br/consulta-farmacia>>.
- **Produtos controlados:** fornece a relação de produtos controlados constantes da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.
- **Preços máximos de medicamentos por princípio ativo:** permite consulta a uma lista de preços de medicamentos que contempla o preço fábrica ou preço fabricante, que é o preço praticado pelas empresas produtoras ou importadoras do produto e pelas empresas distribuidoras.
- **Registros e autorizações:** dados sobre autorização de funcionamento, autorização especial, certificação de boas práticas de fabricação, distribuição ou armazenagem, venda livre, importação, exportação, dentre outros. Disponível em <<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes>>.

IBAMA

Há uma infinidade de consultas que podem ser realizadas no site do IBAMA (<<https://www.ibama.gov.br/>>). É permitido, por exemplo, verificar as atuações ambientais e diversos tipos de embargos, incluindo o desmatamento.

Ao fazer uma busca, os dados vêm com o conteúdo da infração. Em alguns casos, as infrações são georreferenciadas.

Outras consultas:

- a) Ato Declaratório Ambiental: veracidade dos recibos.

- b) Audiências públicas.
- c) Autuações e embargos: áreas embargadas e autos de infração ambiental; Cadastro Técnico Federal: certificado de regularidade, dados georreferenciados e estatísticas do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras; simulação de enquadramento de pessoas físicas ou jurídicas.
- d) Cites (Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção).
- e) Desmatamento.
- f) Documento de Origem Florestal.
- g) Incêndios florestais: monitoramento de queimadas.
- h) Licenciamento ambiental.
- i) Licitações e contratos.
- j) Produtos perigosos.
- k) Veículos automotores.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Permite a consulta às estatísticas produzidas pelo IBGE e outros órgãos públicos, abrangendo os principais indicadores sociais, econômicos e populacionais por um longo período. Auxilia, também, em uma pesquisa completa por cada município e estado da federação.

Ao acessar o site <www.ibge.gov.br> e consultar informações sobre a cidade de Porto Alegre, iremos obter informações sobre população, área territorial, história do município, informações sobre censos populacionais e agropecuários, saneamento básico, serviços de saúde, PIB, registro civil, mortalidade, educação, instituições financeiras, finanças públicas etc.

Consulta de CPF, CNPJ e certidões

As possibilidades, neste contexto, vão de consulta à autenticidade do documento até a verificação do possível estado da federação do CPF. Dentre as fontes de consultas, podemos destacar os seguintes sites:

Pessoa física e jurídica

- **Receita Federal, pesquisa por CPF** – <<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>. Bastante útil não só para ver a regularidade fiscal de um número de CPF, mas também para ver o nome vinculado a ele. Assim, caso só tenhamos o número do CPF, realizando a consulta neste site pode-se obter o nome do responsável.
- **Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União** – <<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>>.
- **Pesquisa de situação fiscal** – <<https://cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login>>.
- **Receita Federal, pesquisa de CNPJ** – <https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp>. Igualmente útil para ver os dados da empresa, como nome e localização cadastrada junto ao órgão fiscal.
- **Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural** – <<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaoITR/Certidao/Emissao>>.

Outros dois sites com dados interessantes são: (a) IEPTB (Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil), com consultas gratuitas de protestos em <<http://pesquisaprotesto.com.br/>>, possuindo atualmente acesso aos dados de todos os estados da federação¹²¹; (b) CENPROT (Central Nacional de Protestos), com consultas e emissão de certidões negativas de protestos em <<https://site.cenprotnacional.org.br/>>, podendo ser verificada a autenticidade do protesto.

Sobre consultas a empresas, na sequência haverá mais dicas no tópico relativo aos sites das Juntas Comerciais e Secretarias da Fazenda dos Estados.

Acesso às certidões negativas e positivas

Há vários sites que permitem a consulta gratuita para as mais diversas espécies de certidões sem a necessidade prévia de cadastro. É possível extrair *on-line* uma certidão de débitos federais, estaduais e municipais; certidão positiva com efeito de negativa; certidão de regularidade de empregador e de contribuições previdenciárias.

- **Receita Federal/Certidão de Regularidade Fiscal** – <<https://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos/certidoes-e-situacao-fiscal/certidao-de-regularidade>>. Permite checar pendências e relatórios de situação fiscal; Certidão de Regularidade Fiscal de Imóvel Rural, Pessoa Física e Pessoa Jurídica; e Certidão de obra de construção civil.
- **INSS** – <<http://cnd.dataprev.gov.br/cws/contexto/cnd/cnd.html>>.
- **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** – <<http://www.tst.jus.br/certidao/>>. Em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, a Justiça do Trabalho emite, desde 04 de janeiro de 2012, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), documento indispensável à participação em licitações públicas.
- **Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural** – <<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaoITR/Certidao/Emissao>>.
- **Inscrição Estadual** – <<http://www.sintegra.gov.br/>>.
- **Consulta de regularidade de empregador** – <<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>>. Permite saber a situação do empregador na regularidade do pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos seus empregados.

- **Tribunal de Contas da União** – <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Emite diversas certidões, dentre as quais: negativa de contas julgadas irregulares, nada consta, lista de licitantes inidôneos e inabilitados para função pública.
- **Certidão Negativa Justiça Militar** – <<https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa>>.
- **Certidão Eleitoral** – <<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidoes>>. São vários os tipos que podem ser solicitados:
 - **Composição partidária:** tem como intuito atestar a composição dos órgãos partidários.
 - **Crimes eleitorais:** serve para atestar a existência ou a inexistência de registros de condenação criminal eleitoral decorrente de decisão judicial a qual não caiba mais recurso.
 - **Filiação partidária:** atesta a existência ou inexistência de pessoas no sistema de filiação partidária.
 - **Negativa de alistamento:** destinada a atestar a inexistência de título de eleitor perante a Justiça Eleitoral.
 - **Quitação eleitoral:** atestar a existência/inexistência de registro no histórico da inscrição (título) do interessado no cadastro eleitoral de restrição no que se refere à plenitude do gozo dos direitos políticos, ao regular exercício do voto, ao atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, à inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, e à apresentação de contas de campanha eleitoral.

Secretarias da fazenda estaduais

Os órgãos encarregados das receitas estaduais permitem a emissão e validação de certidão negativa de débitos estaduais e de situação fiscal e tributária. As opções de consulta são por CPF e CNPJ. Alguns possibilitam a consulta por número de inscrição estadual.

O Sintegra – <<http://www.sintegra.gov.br/>> – é o Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços. Permite saber informações sobre CNPJ e Inscrição Estadual de pessoas jurídicas de todos os estados da federação.

Possui um mapa com a possibilidade de direcionamento ao estado de interesse do analista. Lá ele pode fazer a pesquisa por CNPJ ou por inscrição estadual.

Para consultas diretas, podemos sugerir os sites de cada estado:

- **Secretaria da Fazenda do Estado do Acre** – <<http://www.sefaz.acre.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Alagoas** – <<http://www.sefaz.al.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá** – <<http://www.sefaz.ap.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas** – <<http://www.sefaz.am.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia** – <<https://www.sefaz.ba.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará** – <<https://www.sefaz.ce.gov.br/>>.
- **Secretaria de Economia do Distrito Federal** – <<http://www.fazenda.df.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo** – <<https://internet.sefaz.es.gov.br/>>.
- **Secretaria da Economia do Estado do Goiás** – <<http://www.economia.go.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão** – <<https://sistemas1.sefaz.ma.gov.br/portalsefaz/jsp/principal/principal.jsf>>.

- **Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso** – <<http://www5.sefaz.mt.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul** – <<http://www.sefaz.ms.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais** – <<http://www.fazenda.mg.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Pará** – <<http://www.sefa.pa.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba** – <<https://www.sefaz.pb.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná** – <<http://www.fazenda.pr.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco** – <<https://www.sefaz.pe.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí** – <<https://www.sefaz.pi.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro** – <<http://www.fazenda.rj.gov.br/>>.
- **Secretaria de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte** – <<http://www.set.rn.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul** – <<https://fazenda.rs.gov.br/inicial>>.
- **Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia** – <<https://www.sefin.ro.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado de Roraima** – <<https://www.sefaz.rr.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina** – <<http://www.sef.sc.gov.br/>>.

- **Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo** – <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe** – <<http://www.sefaz.se.gov.br/>>.
- **Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de Tocantins** – <<http://www.sefaz.to.gov.br/>>.

Nota fiscal eletrônica

A nota fiscal eletrônica foi instituída pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e pelo Secretário Geral da Receita Federal do Brasil através do Ajuste SINIEF 07/05 em reunião realizada em Manaus no dia 30 de setembro de 2005, sendo definida como o

documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

Desde então, foram realizados vários ajustes para a nota fiscal eletrônica, notadamente com o intuito de substituir a emissão em papel de documento fiscal por meio eletrônico. A grande vantagem é a possibilidade de o Fisco acompanhar, em tempo real, as operações realizadas, além da redução dos custos de emissão por parte das empresas.

A consulta é de grande utilidade para checar a veracidade ou não de determinada nota fiscal eletrônica, sobre a qual são buscadas as informações. Por exemplo, um policial, ao dar cumprimento a mandado de busca e apreensão e encontrar uma nota fiscal emitida por via eletrônica, poderá fazer uma consulta para saber se é autêntica ou não.

Ao acessar a página <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx>>, deve digitar a Chave de Acesso composta por 44 números dispostos na NF-e e mandar fazer a busca. Como resultado, aparecerão os dados gerais sobre a nota emitida. Aparecerão ainda os seguintes dados:

- a) **Emitente:** razão social, CNPJ, endereço completo, Inscrição Estadual, município da ocorrência do fato gerador do ICMS e o código de regime tributário.
- b) **Destinatário:** nome ou razão social, CPF ou CNPJ, endereço.
- c) **Produtos/Serviços:** detalhamento do produto ou serviço prestado.
- d) **Totais:** detalhamento do imposto, base de cálculo, valor e despesas acessórias.

Dependendo do produto adquirido, outras informações úteis serão disponibilizadas.

O portal ainda disponibiliza a consulta resumida da NF-e, onde constam apenas dados resumidos da nota fiscal, emitente, destinatário, emissão e situação atual.

Alguns portais das Secretarias de Fazenda disponibilizam ainda a consulta em nível estadual.

Acesso às Juntas Comerciais dos Estados

Os acessos aos cadastros existentes nas Juntas Comerciais dos Estados permitem a busca de várias informações relacionadas a pessoas jurídicas.

A Junta Comercial do Estado de São Paulo (<<https://www.jucesponline.sp.gov.br/>>), por exemplo, fornece uma infinidade de dados através do nome da empresa, razão social ou NIRE. Gratuitamente, é possível ver¹²²: localização geográfica de empresas a partir de razão social; consulta de nome empresarial; Ficha de Breve Relato Digitalizada (dados anteriores a 1992); Ficha Cadastral Completa (a partir de 1992); e Ficha Cadastral Simplificada (dados atuais da empresa). Quanto à emissão de certidões, elas podem ser simplificadas com extrato de informações atualizadas de atos arquivados; simplificada para filiais com sede em outra unidade da federação; específica pré-formatada; e específica com teor solicitado. Alguns serviços são tarifados.

Por outro lado, a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) – <<https://www.jucemg.mg.gov.br>> – ainda oferece um serviço de bloqueio ao CPF a fim de evitar que esses dados sejam, em caso de roubo, furto ou extravio, utilizados indevidamente na abertura de novas empresas.

Algumas Juntas Comerciais também oferecem serviços e informações em fonte aberta. Noutras o serviço é pago:

- **Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (JUCISRS)** – <<https://jucisrs.rs.gov.br/inicial>>.
- **Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESSC)** – <<http://www.jucesc.sc.gov.br/>>.
- **Junta Comercial do Estado do Paraná** – <<http://www.juntacomercial.pr.gov.br/>>.
- **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA)** – <<http://www.jucerja.rj.gov.br/>>.
- **Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES)** – <<https://www.jucees.es.gov.br/>>.
- **Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA)** – <<http://www.jucepa.pa.gov.br/>>.
- **Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE)** – <<http://portal.jucepe.pe.gov.br/>>.
- **Junta Comercial do Estado do Piauí (JUCEPI)** – <<http://www.jucepi.pi.gov.br>>.
- **Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA)** – <<http://www.jucema.ma.gov.br/>>.
- **Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT)** – <<http://www.jucemat.mt.gov.br/>>.

Acesso ao DATASUS

Ao consultar o site do Departamento de Informática do Serviço Único de Saúde, <<http://datasus.saude.gov.br>>, o analista poderá ter informações sobre morbidade, incapacidade, acesso aos serviços, cadastro de redes hospitalares e ambulatoriais e de estabelecimentos de saúde, bem como relatos sociodemográficos e dados de inquéritos e pesquisas realizados.

No tocante ao aspecto financeiro, é possível saber sobre recursos federais transferidos aos municípios e aos prestadores pelo SUS, além de consultar um banco de dados de autorizações de internação hospitalar. A busca pode ser feita através de CPF, CNPJ ou por unidade de gestão.

Diários Oficiais

A pesquisa em sites do diário oficial permite visualizar atos publicados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Diário Oficial da União poderá ser consultado através do endereço <<http://www.in.gov.br>>. Outras consultas que podem ser realizadas:

- **AC** – <<http://www.diario.ac.gov.br>>.
- **AL** – <<http://www.imprensaoficialal.com.br/diario-oficial>>.
- **AP** – <https://sead.portal.ap.gov.br/diario_oficial>.
- **AM** – <<http://www.imprensaoficial.am.gov.br>>.
- **BA** – <<http://diarios.egba.ba.gov.br>>.
- **CE** – <<http://pesquisa.doe.seplag.ce.gov.br>>.
- **DF** – <<http://www.buriti.df.gov.br/ftp>>.
- **ES** – <http://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/diario_oficial>.
- **GO** – <<http://diariooficial.abc.go.gov.br>>.
- **MA** – <<https://www.diariooficial.ma.gov.br>>.
- **MT** – <<https://www.iomat.mt.gov.br>>.
- **MS** – <<http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>>.

- **MG** – <<http://www.iof.mg.gov.br/>>.
- **PA** – <<http://www.ioepa.com.br/portal/>>.
- **PB** – <<https://auniao.pb.gov.br/doe>>.
- **PR** – <<http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/>>.
- **PE** – <<https://www.cepe.com.br/>>.
- **PI** – <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/>>.
- **RR** – <<http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/>>.
- **RO** – <<http://www.diof.ro.gov.br/>>.
- **RJ** – <<http://doweb.rio.rj.gov.br/>>.
- **RN** – <<http://www.diariooficial.rn.gov.br/>>.
- **RS** – <<https://www.diariooficial.rs.gov.br/>>.
- **SC** – <<http://www.doe.sea.sc.gov.br/>>.
- **SP** – <<https://www.imprensaoficial.com.br/>>.
- **SE** – <<https://segrase.se.gov.br/diario-oficial>>.
- **TO** – <<https://diariooficial.to.gov.br/>>.

Outras consultas podem ser realizadas ainda nos sites de:

- Tribunal de Contas dos Municípios.
- Municípios.
- Diários da Justiça Estadual.
- Diários da Justiça Federal.
- Tribunais Superiores.
- Tribunal Regional Eleitoral.
- Tribunal Regional do Trabalho.

Pesquisa e acesso aos tribunais e órgãos da justiça

Os sites dos tribunais disponibilizam uma infinidade de informações que podem ser consultadas pela Internet sem a necessidade de expedir ofício ou perder tempo para obter uma resposta rápida e eficiente. Para uma melhor compreensão, dividiremos por cada tribunal, face às peculiares de cada consulta.

Tribunais superiores

STF

O site do Supremo Tribunal Federal (<<http://www.stf.jus.br>>) permite realizar buscas por jurisprudência do Tribunal. É possível fazer o cadastro no “STF Push” para receber por e-mail informativos de jurisprudência, notícias diárias e acompanhamento de andamento processual. Há links que disponibilizam a Constituição Federal em áudio, além de todas as Constituições Estaduais.

A consulta da remuneração dos servidores pode ser realizada no link <<http://www.stf.jus.br/portal/remuneracao/pesquisarRemuneracao.asp>>.

STJ

No site do Superior Tribunal de Justiça (<www.stj.jus.br>) há o diário de Justiça Eletrônico, com informações sobre atos administrativos, atos judiciais e comunicações em geral do Tribunal. A jurisprudência poderá ser consultada com a íntegra dos acórdãos. O usuário, além disso, poderá se cadastrar no “STJ Push” e receber por e-mail os informativos de jurisprudência, acompanhamento processual e notícias publicadas no site. A página ainda oferece relatórios sobre gastos, contratos, licitações e outros dados orçamentários do STJ.

TSE

No site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) – acessado através da página <<http://www.tse.jus.br>> – é possível o acompanhamento processual no próprio

tribunal superior e também em qualquer Tribunal Regional Eleitoral da Federação, permitindo a consulta por vários critérios, desde o número de processo até o município de origem. Permite, por exemplo, a emissão de várias certidões *on-line* por:

- composição partidária;
- crimes eleitorais;
- filiação partidária;
- negativa de alistamento;
- quitação eleitoral.

Há ainda a consulta por nome ou título da situação eleitoral do eleitor e seu local de votação, além de acesso a um sistema capaz de consultar as zonas eleitorais no país separadas por estados. Esse tipo de pesquisa mostra-se bastante útil quando se trata da localização de foragidos ou dados adicionais na coleta em fontes abertas.

O Diário de Justiça Eletrônico do TSE e os Tribunais Regionais podem também ser consultados sem necessidade prévia de cadastro. Uma das funcionalidades do site do TSE é, por exemplo, obter informações sobre todas as candidaturas, incluindo candidatos por município aos cargos de prefeito, vereador e quantidade de vagas por Câmara Municipal. Ao clicar sobre o candidato, serão exibidas informações sobre seus dados pessoais, informações partidárias, CNPJ de campanha, declaração de bens, certidões criminais, situação processual e prestação de contas. No caso das eleições de 2016, dentre as informações constam as prestações de contas dos candidatos: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>. Para informações de eleições anteriores, basta visitar <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br>>.

No Sistema de Consulta de Atribuição de CNPJ – TSE/RFB é possível fazer a consulta pelo CPF ou número do candidato e ainda pelo comitê financeiro do partido. Basta acessar a URL <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/prestacao-de-contas-1/consulta-de-atribuicao-de-cnpj>>.

É possível pesquisar ainda sobre filiados por partido político em <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>>.

Mais dados serão apresentados na sequência, quando tratarmos dos Tribunais Regionais Eleitorais.

TST

O Tribunal Superior do Trabalho pode ser acessado através da URL <<http://www.tst.jus.br/>> e permite a consulta à jurisprudência do TST decorrente do procedimento de uniformização. Há, ainda, acesso ao Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e a possibilidade de se cadastrar no “e-Push” para receber informações processuais por e-mail.

A Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST permitiu ao usuário do site a possibilidade de retirar certidão negativa de débitos trabalhistas por meio eletrônico. Em fevereiro de 2020 já tinham sido retiradas eletronicamente 418.106.344 certidões¹²³.

STM

O site do Superior Tribunal Militar permite o acompanhamento processual de ações penais militares, procedimentos investigatórios e processos de segunda instância. Permite, ainda, a emissão e a autenticação de certidão negativa eletronicamente. É possível fazer a consulta de jurisprudência e também fazer um cadastro no sistema “push” para receber uma infinidade de informações por e-mail. Da mesma forma, há um link para consultar o Diário de Justiça Eletrônico e outro que permite o encaminhamento de petição, via web, para o Tribunal. Há possibilidade de emissão de certidão negativa *on-line*. O site para consultas é <<https://www.stm.jus.br/>>.

Conselhos de justiça

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

O site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) oferece várias ferramentas para busca.

Há a consulta pública de processo em trâmite no CNJ, podendo ser feita pelo número do processo, parte, advogado, CPF, CNPJ e número de protocolo. Quando o processo tramitar em sigilo, a consulta só poderá ser feita pelo número do processo.

A consulta ao Banco Nacional de Mandados de Prisão pode ser feita no site do CNJ. O serviço tem a finalidade de facilitar o conhecimento por qualquer pessoa e o cumprimento de diligências por parte das autoridades policiais, assim como auxiliar os juízes no exercício de sua jurisdição. Este será alimentado através de um *web service* e tem a finalidade de disponibilizar a consulta e a recepção dos mandados de prisão. O serviço está disponível em <<https://portalbnmp.cnj.jus.br>>. Há ainda a possibilidade de gerar uma certidão do mandado de prisão consultado. O aplicativo Sinesp Cidadão permite a consulta em *smartphones*.

A consulta nacional de serventias públicas e privadas pode ser acessada no site do Ministério da Justiça, no link <http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/?>.

O serviço “Produtividade dos magistrados” fornece informações sobre os juízes vinculados a determinada vara, produtividade das serventias por ano, quantidade de servidores, funcionários cedidos para a vara e o responsável pela Secretaria do Fórum. Há ainda a consulta por magistrados de Segundo Grau e por produtividade das serventias extrajudiciais. A consulta pode ser feita em <http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/?>.

A consulta de dados da Justiça pode ser realizada em Justiça em Números (<<https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>>). Principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, anualmente, desde 2004, o Relatório Justiça em Números divulga a realidade dos tribunais brasileiros, com muitos detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a gestão judiciária brasileira.

O Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos é uma ferramenta eletrônica que consolida, em um único banco de dados, informações sobre inspeções em todo o território nacional, permitindo um melhor controle das inspeções pelos órgãos judiciais. É possível ver os estabelecimentos

georreferenciados em <<http://www.cnj.jus.br/geo-cnj-presidios/?w=1366&h=768&pular=false>>.

Na consulta de painéis do CNJ (<<https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj/>>), podemos checar ainda:

- **Demandas repetitivas:** consulta ao Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios que agrega e consolida os diversos temas submetidos ao julgamento segundo o rito das demandas repetitivas nos Tribunais estaduais, federais e Tribunais superiores.
- **Violência doméstica:** apresenta os dados referentes à Portaria nº 15/2017, que institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres no Poder Judiciário. São disponibilizadas informações sobre a localização das varas exclusivas e número de processos novos, pendentes, baixados e julgados.
- **Socioambiental.**

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

O link para acesso ao Conselho Superior de Justiça do Trabalho é <<http://www.csjt.jus.br/>>. Há um link para certidão de débitos trabalhistas e tabela para atualização monetária de cálculos trabalhistas. Também há uma ferramenta para auxiliar na realização de cálculos trabalhistas. A visualização do processo eletrônico também estará disponível, desde que o interessado seja advogado ou procurador, mediante cadastro prévio. A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) pode ser emitida diretamente no site.

Conselho da Justiça Federal (CJF)

O site do Conselho da Justiça Federal (CJF) permite acessar e emitir certidão negativa de todos os Tribunais Regionais Federais. Basta apenas informar o nome, CPF ou CNPJ, órgão vinculado e o tipo de certidão, se cível ou criminal. Ao final, a certidão pode ser autenticada via Internet. Também há uma ferramenta de busca de jurisprudências. No serviço ao cidadão há

informações sobre servidores e terceirizados. O site do conselho pode ser acessado através do endereço eletrônico <<https://www.cjf.jus.br/cjf/>>.

É possível a emissão de certidão negativa por Tribunal Regional Federal.

O Sistema de Mapeamento da Justiça Federal (SISMAPA) possui informações sobre todas as unidades judicantes de primeiro e segundo graus, com os seguintes critérios para consulta:¹²⁴

- identificação das unidades judiciárias;
- municípios sedes de jurisdição;
- órgãos judicantes;
- competência jurisdicional;
- nome dos magistrados e diretor de secretaria;
- jurisdição territorial;
- localização da unidade judiciária;
- movimentação processual (casos novos, baixados e pendentes);
- índice de atendimento à demanda (baixados/casos novos); e
- quantitativo de processos sobrestados, suspensos ou em arquivo provisório.

Tribunais Regionais Federais (TRFs)

O Brasil possui cinco Tribunais Regionais Federais, cada um com seu endereço eletrônico. As ferramentas de consulta, apesar de estarem dispostas em abas e links diferentes dos sites, permitem praticamente o mesmo nível de busca. Podemos destacar como as principais: consulta ao inteiro teor de jurisprudência, consulta processual, certidão *on-line* de situação processual, Diário de Justiça Eletrônico, estatísticas processuais e cadastro no sistema “Push”.

A consulta unificada de jurisprudência pode ser realizada no Site do Conselho da Justiça Federal – <<https://www2.cjf.jus.br/jurisprudencia/unificada/>>.

As cinco regiões são dispostas da seguinte forma:

- **TRF 1ª Região:** abrange 13 estados brasileiros: AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO e RR. Pode ser acessado em <<https://portal.trf1.jus.br/>>.
- **TRF 2ª Região:** abrange os estados do ES e RJ. O endereço eletrônico é <<https://www10.trf2.jus.br/portal/>>.
- **TRF 3ª Região:** sua jurisdição alcança MS e SP. O site é hospedado em <<http://www.trf3.jus.br/>>.
- **TRF 4ª Região:** abrange os estados da região sul do país: PR, RS e SC. O endereço para acesso é <<https://www.trf4.jus.br/>>.
- **TRF 5ª Região:** tem alcance em vários estados do nordeste brasileiro: AL, CE, PB, PE, RN e SE. As informações podem ser verificadas através do endereço eletrônico <<https://www.trf5.jus.br/>>.

Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)

Os sites dos Tribunais Regionais do Trabalho permitem a consulta do trâmite de processos e do banco de jurisprudências, peticionamento eletrônico, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas *on-line* e uma infinidade de informações para cumprir o que preconiza a Transparência Pública.

Seguem os endereços:

- **TRT 1ª Região (Rio de Janeiro)** – <<https://www.trt1.jus.br/>>.
- **TRT 2ª Região (São Paulo/capital)** – <<https://ww2.trtsp.jus.br/>>.
- **TRT 3ª Região (Minas Gerais)** – <<https://portal.trt3.jus.br/>>.
- **TRT 4ª Região (Rio Grande do Sul)** – <<https://www.trt4.jus.br/>>.
- **TRT 5ª Região (Bahia)** – <<https://portalpje.trt5.jus.br/>>.

- **TRT 6ª Região (Pernambuco)** – <<https://www.trt6.jus.br>>.
- **TRT 7ª Região (Ceará)** – <<http://www.trt7.jus.br/>>.
- **TRT 8ª Região (Pará e Amapá)** – <<https://www.trt8.jus.br/>>.
- **TRT 9ª Região (Paraná)** – <<https://www.trt9.jus.br>>.
- **TRT 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins)** – <<https://www.trt10.jus.br/>>.
- **TRT 11ª Região (Roraima e Amazonas)** – <<https://portal.trt11.jus.br>>.
- **TRT 12ª Região (Santa Catarina)** – <<http://www.trt12.jus.br/portal/>>.
- **TRT 13ª Região (Paraíba)** – <<https://www.trt13.jus.br>>.
- **TRT 14ª Região (Acre e Rondônia)** – <<http://www.trt14.jus.br>>.
- **TRT 15ª Região (São Paulo/interior)** – <<https://portal.trt15.jus.br/>>.
- **TRT 16ª Região (Maranhão)** – <<https://www.trt16.jus.br>>.
- **TRT 17ª Região (Espírito Santo)** – <<http://www.trtes.jus.br/>>.
- **TRT 18ª Região (Goiás)** – <<http://www.trt18.jus.br/>>.
- **TRT 19ª Região (Alagoas)** – <<https://www.trt19.jus.br>>.
- **TRT 20ª Região (Sergipe)** – <<https://www.trt20.jus.br>>.
- **TRT 21ª Região (Rio Grande do Norte)** – <<https://www.trt21.jus.br>>.
- **TRT 22ª Região (Piauí)** – <<http://www.trt22.jus.br/portal/home.jsp>>.
- **TRT 23ª Região (Mato Grosso)** – <<https://portal.trt23.jus.br>>.
- **TRT 24ª Região (Mato Grosso do Sul)** – <<http://www.trt24.jus.br/>>.

Tribunais Regionais Eleitorais (TREs)

Ao consultar os sites dos Tribunais Regionais Eleitorais é possível obter dados sobre jurisprudência, acompanhamento processual e cadastramento no sistema “push”, diário de justiça eletrônico, peticionamento eletrônico, informação sobre eleições anteriores com dados dos candidatos, filiação e contas partidárias, situação eleitoral e dados sobre o título e local de votação.

Alguns permitem a emissão *on-line* de certidões de crimes eleitorais, filiação partidária, negativa de alistamento e quitação eleitoral. Relação dos sites:

- **Acre** – <<http://www.tre-ac.jus.br/>>.
- **Alagoas** – <<http://www.tre-al.jus.br/>>.
- **Amapá** – <<http://www.tre-ap.jus.br/>>.
- **Amazonas** – <<http://www.tre-am.jus.br/>>.
- **Bahia** – <<http://www.tre-ba.jus.br/>>.
- **Ceará** – <<http://www.tre-ce.jus.br/>>.
- **Distrito Federal** – <<http://www.tre-df.jus.br/>>.
- **Espírito Santo** – <<http://www.tre-es.jus.br/>>.
- **Goiás** – <<http://www.tre-go.jus.br/>>.
- **Maranhão** – <<http://www.tre-ma.jus.br/>>.
- **Mato Grosso** – <<http://www.tre-mt.jus.br/>>.
- **Mato Grosso do Sul** – <<http://www.tre-ms.jus.br/>>.
- **Minas Gerais** – <<http://www.tre-mg.jus.br/>>.
- **Pará** – <<http://www.tre-pa.jus.br/>>.
- **Paraíba** – <<http://www.tre-pb.jus.br/>>.
- **Paraná** – <<http://www.tre-pr.jus.br/>>.
- **Pernambuco** – <<http://www.tre-pe.jus.br/>>.
- **Piauí** – <<http://www.tre-pi.jus.br/>>.

- **Rio de Janeiro** – <<http://www.tre-rj.jus.br/>>.
- **Rio Grande do Norte** – <<http://www.tre-rn.jus.br/>>.
- **Rio Grande do Sul** – <<http://www.tre-rs.jus.br/>>.
- **Rondônia** – <<http://www.tre-ro.jus.br/>>.
- **Roraima** – <<http://www.tre-rr.jus.br/>>.
- **Santa Catarina** – <<http://www.tre-sc.jus.br/>>.
- **São Paulo** – <<http://www.tre-sp.jus.br/>>.
- **Sergipe** – <<http://www.tre-se.jus.br/>>.
- **Tocantins** – <<http://www.tre-to.jus.br/>>.

É importante referir que, conforme previsão do Art. 17B da Lei nº 9.613/98, os cadastros de eleitores poderão ser fornecidos sem ordem judicial nas investigações relativas ao crime de lavagem de capitais.

Tribunais de Justiça dos Estados

A pesquisa nos sites dos tribunais de justiça pode trazer informações úteis sobre determinada empresa ou indivíduo.

Anteriormente, cada tribunal tinha um padrão diferenciado para consulta. Hoje, com a Resolução nº 121 do Conselho Nacional de Justiça, ficaram estabelecidas diretrizes para a consolidação de um padrão nacional de publicidade das informações judiciais¹²⁵.

Os dados com acesso livre são: número, classe e assunto do processo; nome das partes e de seus advogados; movimentação processual; inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos. O Ministério Público, o advogado e as partes cadastradas terão acesso a todo o conteúdo do processo eletrônico.

O Diário de Justiça Eletrônico é um excelente banco de informações. Está disponível em todos os endereços eletrônicos dos tribunais de justiça dos estados. É uma ferramenta útil responsável pela publicação e divulgação de atos oficiais, administrativos e demais comunicações oficiais. Ao consultar o

diário você poderá colocar um nome no parâmetro de pesquisa e localizar dados referentes a nome completo, identidade, CPF, endereço, testemunhas relacionadas ao processo etc. Todos os tribunais disponibilizam essa consulta.

Ainda é possível verificar informações sobre jurisprudência, consulta processual, estatísticas sobre o total de processos julgados por ano e informações sobre Transparência Pública. Alguns ainda permitem o cadastro no sistema “Push” de recebimento de informações de andamento processual e possibilitam a expedição e autenticação de certidões negativas.

A seguir, a lista de todos os endereços eletrônicos dos TJs estaduais:

- **Acre** – <<https://www.tjac.jus.br/>>.
- **Alagoas** – <<http://www.tjal.jus.br/>>.
- **Amapá** – <<http://www.tjap.jus.br/>>.
- **Amazonas** – <<https://www.tjam.jus.br/>>.
- **Bahia** – <<http://www5.tjba.jus.br/>>.
- **Ceará** – <<https://www.tjce.jus.br/>>.
- **Distrito Federal** – <<https://www.tjdft.jus.br/>>.
- **Espírito Santo** – <<http://www.tjes.jus.br/>>.
- **Goiás** – <<https://www.tjgo.jus.br/>>.
- **Maranhão** – <<http://www.tjma.jus.br/>>.
- **Mato Grosso** – <<http://www.tjmt.jus.br/>>.
- **Mato Grosso do Sul** – <<https://www.tjms.jus.br/>>.
- **Minas Gerais** – <<http://www.tjmg.jus.br/>>.
- **Pará** – <<http://www.tjpa.jus.br/>>.
- **Paraíba** – <<https://www.tjpb.jus.br/>>.
- **Paraná** – <<https://www.tjpr.jus.br/>>.

- **Pernambuco** – <<http://www.tjpe.jus.br/>>.
- **Piauí** – <<http://www.tjpi.jus.br/>>.
- **Rio de Janeiro** – <<http://www.tjrj.jus.br/>>.
- **Rio Grande do Norte** – <<http://www.tjrn.jus.br/>>.
- **Rio Grande do Sul** – <<http://www.tjrs.jus.br/>>.
- **Rondônia** – <<https://www.tjro.jus.br/>>.
- **Roraima** – <<http://www.tjrr.jus.br/>>.
- **Santa Catarina** – <<https://www.tjsc.jus.br/>>.
- **São Paulo** – <<http://www.tjsp.jus.br/>>.
- **Sergipe** – <<http://www.tjse.jus.br/>>.
- **Tocantins** – <<http://www.tjto.jus.br/>>.

Tribunais de Contas

Tribunal de Contas da União (TCU)

O site do Tribunal de Contas da União (<<https://portal.tcu.gov.br/>>) possui várias ferramentas para consulta. É possível checar o vídeo das sessões do tribunal pela data ou pelo número da sessão. Há possibilidade também de checar o resumo dos processos incluídos em pauta, além de consultar as atas de julgamento com os respectivos acórdãos e fazer pesquisa completa de jurisprudência.

A pesquisa integrada permite buscar termos e expressões simultaneamente em diversas bases e ter resultados categorizados.

A vista eletrônica de processos poderá ser realizada desde que haja cadastro prévio, o que permitirá ainda receber novidades e atualizações do portal do TCU.

Na aba “Licitações e contratos”, é possível acessar licitações em andamento e concluídas pelo TCU, atas de registro de preço e consulta de contratos, pregões eletrônicos e compras diretas realizadas.

Também, somente para as pessoas físicas, é possível a expedição e certificação *on-line* de Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares, bastando digitar o número do CPF que quer pesquisar para o analista obter informações. A autenticidade da certidão pode ser checada na página do TCU.

Uma interessante ferramenta disponibilizada é a que reúne um histórico com todas as pessoas físicas e jurídicas, detentoras ou não de cargo e função pública, que tiveram suas contas julgadas irregulares. A consulta pode ser feita por CPF, CNPJ, número do processo ou parte do nome.

É possível, da mesma forma, acessar e conferir se determinado documento assinado eletronicamente é autêntico ou não.

O portal dos Tribunais de Contas do Brasil, disponível em <<http://www.contralepublico.org.br/>>, é uma ferramenta que tem por objetivo integrar os Tribunais de Contas de estados, municípios e Distrito Federal. O site hospeda informações sobre orçamentos e finanças dos entes citados.

Tribunais de Contas Estaduais (TCEs)

Os sites das Cortes de Contas têm informações úteis que podem ser consultadas por todos com a finalidade de tornar mais transparentes os atos da Administração Pública. Neles, o analista consegue acessar as principais decisões e despachos que tramitam em determinada corte, além de um grande repertório jurisprudencial.

Alguns tribunais estaduais já possibilitam a expedição de certidão negativa de contas julgadas irregulares, documento que já vem sendo requisitado por diversos órgãos para dar cumprimento à Lei da Ficha Limpa. Em alguns casos será exigido que o interessado compareça ao tribunal para preencher requerimento e possibilitar o recebimento da certidão.

Outra ferramenta disponível em endereços eletrônicos de TCs é o processo eletrônico, que possibilita a transmissão de processos pela web e, via de consequência, facilita a consulta de informações e o intercâmbio de dados entre as instituições.

Além disso, os TCEs permitem consultar as compras feitas pelos municípios, observando-se as empresas e os serviços contratados.

A seguir, a lista de todos os endereços eletrônicos dos TCEs:

- **Acre** – <<http://www.tce.ac.gov.br/>>.
- **Alagoas** – <<https://www.tceal.tc.br/>>.
- **Amapá** – <<http://www.tce.ap.gov.br/>>.
- **Amazonas** – <<http://www.tce.am.gov.br/>>.
- **Bahia** – <<https://www.tce.ba.gov.br/>>.
- **Ceará** – <<https://www.tce.ce.gov.br/>>.
- **Distrito Federal** – <<https://www.tc.df.gov.br/>>.
- **Espírito Santo** – <<https://www.tce.es.gov.br/>>.
- **Goiás** – <<https://portal.tce.go.gov.br/>>.
- **Maranhão** – <<http://www.tce.ma.gov.br/>>.
- **Mato Grosso** – <<http://www.tce.mt.gov.br/>>.
- **Mato Grosso do Sul** – <<http://www.tce.ms.gov.br/>>.
- **Minas Gerais** – <<https://www.tce.mg.gov.br/>>.
- **Pará** – <<https://www.tce.pa.gov.br/>>.
- **Paraíba** – <<http://portal.tce.pb.gov.br/>>.
- **Paraná** – <<http://www.tce.pr.gov.br/>>.
- **Pernambuco** – <<https://www.tce.pe.gov.br/>>.

- **Piauí** – <<http://www.tce.pi.gov.br/>>.
- **Rio de Janeiro** – <<http://www.tce.rj.gov.br/>>.
- **Rio Grande do Norte** – <<http://www.tce.rn.gov.br/>>.
- **Rio Grande do Sul** – <<http://www2.tce.rs.gov.br/>>.
- **Rondônia** – <<http://www.tce.ro.gov.br/>>.
- **Roraima** – <<https://www.tce.rr.leg.br/>>.
- **Santa Catarina** – <<http://www.tce.sc.gov.br/web/>>.
- **São Paulo** – <<https://www.tce.sp.gov.br/>>.
- **Sergipe** – <<http://www.tce.se.gov.br/>>.
- **Tocantins** – <<https://www.tce.to.gov.br/>>.

Tribunais de Contas dos Municípios (TCMs)

Elencamos, aqui, alguns dos principais TCMs do país, em termos de disponibilização de informações e importância:

- **Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia** – <<http://www.tcm.ba.gov.br/>>.
- **Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará** – <<http://municipios.tce.ce.gov.br/tce-municipios/>>.
- **Tribunal de Contas dos Municípios do Goiás** – <<https://www.tcm.go.gov.br/>>.
- **Tribunal de Contas dos Municípios do Pará** – <<https://www.tcm.pa.gov.br/>>.
- **Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro** – <<http://www.tcm.rj.gov.br/>>.
- **Tribunal de Contas do Município de São Paulo** – <<https://portal.tcm.sp.gov.br/>>.

Consultas de informações de caráter policial

Atestado de antecedentes criminais

Documento fornecido pela Polícia Judiciária para informar no momento da consulta se uma pessoa tem ou não antecedentes criminais. Alguns estados utilizam o termo Certificado em vez de Atestado. Grande parte das Polícias Cíveis já possibilita a retirada desse documento via web, sem necessidade de se dirigir a uma delegacia ou órgão congênere. São eles:

- **Polícia Federal** – <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais>>. Departamento de Polícia Federal.
- **Bahia** – <<http://www.ba.gov.br/antecedentes/>>.
- **Ceará** – <<http://sistemas.sspds.ce.gov.br/AtestadoAntecedentes/>>.
- **Distrito Federal** – <<https://certidaoweb.pcdf.df.gov.br>>.
- **Espírito Santo** – <<https://pc.es.gov.br/atestado-de-antecedentes-criminais>> – Polícia Civil.
- **Minas Gerais** – <<https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado>>.
- **Pará** – <<https://antecedentes.policiacivil.pa.gov.br/>>.
- **Paraná** – <<http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102>>.
- **Pernambuco** – <<https://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes>>.
- **Rio Grande do Sul** – <<https://www.pc.rs.gov.br/emitir-certidao-de-antecedentes-policiais>>.
- **São Paulo** – <<http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/novo/>>.
- **Sergipe** – <<http://antecedentes.ssp.se.gov.br/antecedentes/>>.

Mandados de prisão

A Lei nº 12.403, de 04 de maio de 2011, alterou o Código de Processo Penal, determinando ao Conselho Nacional de Justiça a criação e a manutenção de

um Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP). Segundo a Resolução nº 137 do CNJ, o mandado deverá estar disponível na rede mundial de computadores visando garantir o direito de informações a toda e qualquer pessoa, independentemente de cadastro prévio ou demonstração de interesse.

Os mandados de prisão deverão ser atualizados pelos juízes e respectivos tribunais responsáveis por sua expedição. Cada um deverá ter por objeto apenas uma única pessoa, com as informações sobre o número do processo, espécie de prisão decretada, prazo de prisão, pena imposta, dentre outras.

No caso de cumprimento ou revogação de mandado de prisão, as informações deverão ser atualizadas no prazo máximo de 24 horas, garantindo assim uma informação segura e atualizada para o responsável por dar cumprimento da prisão.

A medida visa dar maior publicidade a informações que antes eram apenas restritas à Polícia e ao Judiciário – além disso, por muitas vezes, a prisão não era cumprida.

A consulta está disponível no site <<https://portalbnmp.cnj.jus.br>>. O acesso facilita o trabalho do policial, que pode, além de consultar, imprimir o mandado para dar seu cumprimento. Além do mais, não há necessidade de o juiz determinar que seja deprecado o seu cumprimento. Com o mandado incluído no BNMP, basta apenas que a autoridade policial, ao realizar a prisão, independentemente de estar ou não na jurisdição do juiz que a expediu, comunique imediatamente ao juiz do local do cumprimento da medida.

Alguns sites apresentam ainda uma aba de procurados pela Justiça, disponibilizando as fotografias e a filiação de foragidos. Por vezes, são oferecidas recompensas pela captura:

- **Rio de Janeiro** – <<https://www.procurados.org.br/>>, interligado com o sistema de Disque-Denúncia do Estado do Rio de Janeiro.
- **São Paulo** – <<https://www.policiacivil.sp.gov.br>>.
- **Minas Gerais** – <<http://procurase.seguranca.mg.gov.br/>>.

- **Bahia** – <<https://disquedenuncia.com/baralho-do-crime/copas/>>.
- **Ceará** – <<http://www.sspds.ce.gov.br/>> e <<http://sistemas.sspds.ce.gov.br/portal/listaProcurados.do?tipoPortal=1>>.
- **Maranhão** – <<https://www.ssp.ma.gov.br/disque-denuncia/procurados/>>.
- **Alagoas** – <<http://disquedenuncia.seguranca.al.gov.br/procurados/>>.
- **Distrito Federal** – <<https://procurados.pcdf.df.gov.br/views/Default.aspx>>.
- **Mato Grosso** – <<https://portal.sesp.mt.gov.br/procurados/servlet/paginainicial>>.
- **Pará** – <<http://www.policiacivil.pa.gov.br/procurados>>.
- **Rio Grande do Sul** – <<https://www.pc.rs.gov.br/procurados>>.

A Interpol faz a divulgação dos criminosos mais procurados no planeta com difusão vermelha através do endereço <<https://www.interpol.int/en/How-we-work/Notices/View-Red-Notices>>¹²⁶. Outros sites para pesquisa:

- **FBI** – <<https://www.fbi.gov/wanted>>.
- **EUROPOL** – <<https://eumostwanted.eu/>>.
- **Austrália** – <https://www.police.nsw.gov.au/can_you_help_us/wanted>.
- **Bélgica** – <<http://www.mostwanted.federalpolice.be/>>.
- **Canadá** – <<http://www.rcmp-grc.gc.ca/en/wanted>>.
- **Equador** – <<https://www.policiaecuador.gob.ec/10-mas-buscados/>>.
- **Espanha** – <https://www.policia.es/participacion_ciudadana.php>.
- **Filipinas** – <<http://www.pnp.gov.ph/index.php/operations/most-wanted-person>>.
- **Holanda** – <<https://www.politie.nl/en/wanted-and-missing>>.

- **Nova Zelândia** – <<https://www.police.govt.nz/stolenwanted/wanted-to-arrest>>.
- **Reino Unido** – <<https://crimestoppers-uk.org/give-information/most-wanted>>.

Pesquisas e software livre

O software livre tem como característica principal o uso de padrões abertos. Não são acobertados por direitos autorais e podem, para tanto, ser utilizados sem nenhuma restrição e adequados ao dia a dia de cada instituição. O principal exemplo é o Linux, que tem seu código-fonte disponível na Internet e é utilizado por diversos estabelecimentos particulares ou públicos.

O Governo Federal é um dos grandes incentivadores do software livre, principalmente em razão da redução de custos que seu uso pode gerar. Para isso, criou uma página na Internet no endereço eletrônico <www.softwarelivre.gov.br>. Para tanto, estabeleceu o CISL (Comitê Técnico para Implementação do Software Livre) e o GTMigraSL (Grupo de Trabalho de Migração do Software Livre).

No site, podemos observar o relato de experiências bem-sucedidas com o uso do software livre pelo Banco do Brasil, Serpro e por Tribunais Regionais do Trabalho. O Tribunal de Contas da União, através de Parecer na Representação TC 003.789-3, recomendou que a implantação e a utilização dos chamados softwares livres ou softwares de código aberto no âmbito da Administração Pública federal devem ser (e estão sendo) séria e criteriosamente consideradas pelo governo, tendo em vista que essa alternativa pode significar, no futuro, economia, segurança e flexibilidade na gestão da tecnologia da informação que suporta a atividade administrativa pública¹²⁷.

Ferramentas de investigação na Internet relacionadas aos domínios

Pesquisa de domínios

O domínio é o endereço eletrônico que identifica um site na Internet. Sem ele, teríamos que decorar uma sequência de números para localizar um sítio eletrônico. No Brasil, o registro de domínio é realizado pelo Registro.br, sendo necessário um CPF ou CNPJ com cadastro regular no Ministério da Fazenda.

Há vários sites para pesquisar sobre domínios no Brasil e no mundo. A principal dica em relação aos sites que prestam informações sobre domínios e hospedagem é procurar pelo “Whois”, que apresenta como resposta a responsabilidade cadastrada junto aos sites de registro de domínios, não sendo, necessariamente, verdadeiros os dados informados, já que não há obrigatoriedade mundial de remessa de documentos. A seguir, os principais sites de pesquisa de domínios:

- **Registro.br:** o registro de domínios para a Internet do Brasil fornece informações com vários parâmetros de pesquisa: nome do domínio completo, ID do usuário, CPF ou CNPJ da entidade e ainda IP (protocolo de Internet). Ao acessar <<https://registro.br/tecnologia/ferramentas/whois/>> e digitar o domínio, por exemplo, você recebe informações sobre a entidade criadora do domínio, CPF ou CNPJ, responsável pela empresa, endereço, telefone de contato, datas de criação, quando o domínio foi alterado e ainda o e-mail do responsável. Ao clicar sobre o número do documento da entidade é possível saber sobre outros domínios relacionados.
- **IANA:** gerencia os domínios no mundo da Internet. Possui base de dados relativos ao *range* de IPs de todo o mundo, bem como uma lista de Domínios de Primeiro Nível (DPNs) correspondentes aos países. Essas informações podem ser acessadas através do link <<https://www.iana.org/>>. Na América Latina, há uma ferramenta muito útil obtida através da entidade regional, vinculada à IANA, chamada LACNIC,

no site <www.lacnic.net>.

- **Whoishostingthis:** é uma ferramenta *on-line* que informa quem está hospedando determinado site. Basta apenas informar a URL para saber o provedor responsável pela hospedagem. Pode ser acessado em <<https://www.whoishostingthis.com/>>.
- **DomainTools:** informa sobre domínios e IPs e sobre quantos foram registrados com os mesmos dados. Disponível em <<https://www.domaintools.com/>>.
- **DNSStuff:** traz inúmeras informações, mas a principal é que, na versão “Pro”, demonstra um histórico sobre a propriedade do domínio investigado. Disponível em <<https://www.dnsstuff.com/>>.

Para outras ferramentas e dicas recomendamos a obra “Crimes Cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação”, de Higor Vinícius Nogueira Jorge e Emerson Wendt, também publicada pela Brasport e em sua segunda edição¹
28.

Georreferenciamento de IP (protocolo de Internet)

A localização de um IP e seu correspondente responsável pode ser obtida como visto antes. Porém, poucos profissionais de segurança pública sabem que existe a possibilidade de georreferenciar um IP em várias ferramentas existentes na Internet.

Contudo, a análise deve ser feita com cuidado, já que esse georreferenciamento não é preciso, principalmente em se tratando de tecnologia de acesso à Internet 3G. Vejamos algumas ferramentas:

- **MaxMind:** uma das melhores ferramentas. O analista pode colocar vários IPs ao mesmo tempo e obter a geolocalização, com dados de coordenadas geográficas e cidades. O endereço eletrônico de acesso é <<https://www.maxmind.com/en/locate-my-ip-address>>.
- **UTrace:** com opções em alemão e inglês, esse geolocalizador de IP já traz, diretamente, o IP do computador do analista, bastando trocá-lo

pelo que deseja pesquisar. O endereço eletrônico de acesso é <<http://en.utrace.de/>>.

- **GeoBytes IP Locator:** da mesma forma que o UTrace, este geolocalizador de IP já traz, diretamente, o IP do computador do analista, bastando trocá-lo pelo que deseja pesquisar. O endereço eletrônico de acesso é <<http://www.geobytes.com/ipLocator.htm>>.
- **Geo IP Tool:** melhor que as duas ferramentas anteriores em termos de precisão de localização do IP, este geolocalizador de IP já traz, diretamente, o IP do computador do analista, bastando trocá-lo pelo que deseja pesquisar. O endereço eletrônico de acesso é <<http://www.geoptool.com/pt/>>.

Verificar *time zones*

Há excelentes ferramentas para checar as *time zones* do mundo todo. Nelas é possível saber os códigos e dados sobre o tempo local de diversas localidades do planeta. Essa consulta é interessante para fazer a conversão de horários dos registros de conexão de um usuário.

- **Time Zones** – <<https://everytimezone.com/>>.
- **24timeszone** – <<https://24timezones.com/>>.
- **World Time Server** – <<https://www.worldtimeserver.com/>>.
- **The World Clock** – <<https://www.timeanddate.com/worldclock/>>.
- **World Time Zone** – <<https://www.worldtimezone.com/>>.

Informações sobre contas de e-mail

Muitas vezes, o profissional de inteligência de segurança pública ou o investigador de polícia pode, ao coletar dados sobre determinada pesquisa, obter informações valiosas quando tem em mão apenas um e-mail de um alvo. Várias aplicações de Internet podem ser utilizadas para isso:

- **Hunter IO** – <<https://hunter.io/>>.
- **What is My IP Address** – <<http://whatismyipaddress.com/trace-email>>.
- **Sell Hack**: extensão para Chrome, Firefox ou Safari.
- **Datanyze Insider**: é um *plugin* para os navegadores Chrome ou Firefox que possibilita encontrar um endereço de e-mail. Coleta e-mails em fontes de dados disponíveis.

Para verificar a validade de uma conta de email:

- **Free Email Verifier** – <<https://verify-email.org/>>.
- **Mail Tester** – <<http://mailtester.com/testmail.php>>.
- **Email Checker** – <<https://email-checker.net/>>.
- **Email Hippo** – <<https://tools.verifyemailaddress.io/>>.
- **Melissa Lookup** – <<https://www.melissa.com/v2/lookups/emailcheck/email>>.

Outra funcionalidade permitida é saber se o servidor de e-mail está catalogado em alguma *blacklist*, principalmente em decorrência de envios de spam.

- **Email Blacklist** – <<http://emailblacklist.com.br/>>.
- **DNSBL INFO** – <<https://www.dnsbl.info/>>.

Phishing, malwares e ransomware

A análise de códigos maliciosos exige um conhecimento técnico mais aprofundado. Mesmo assim, algumas funcionalidades na web permitem rápida análise e possibilidade de avaliar o direcionamento dos trabalhos de inteligência e investigação criminal. Várias aplicações de Internet podem ser utilizadas para isso:

- **Phishtank** – <<https://www.phishtank.com/>>.
- **PhishStats** – <<https://phishstats.info/>>.
- **Virus Total** – <<https://www.virustotal.com/gui/home/upload>>.
- **Hybrid Analysis** – <<https://www.hybrid-analysis.com>>.
- **ID Ransomware** – <<https://id-ransomware.malwarehunterteam.com/>>.
- **Malware Search** – <<http://decalage.info/en/mwsearch#gsc.tab=0>>.

Encurtador de URLs

O encurtamento de URL é uma técnica utilizada para diminuir o tamanho dos endereços a serem digitados nos navegadores e facilitar sua publicação nas mais diversas mídias sociais. Essa diminuição torna o link mais atraente e mais adequado para o compartilhamento de conteúdo. Alguns encurtadores permitem saber a quantidades de links dos usuários sobre um assunto difundido.

Um dos encurtadores mais conhecidos era o da Google – goo.gl. O serviço da Bit Ly é utilizado com frequência para diminuir o tamanho das URLs. Para saber quantos cliques foram realizados em um link encurtado basta acrescentar “+” depois da URL e pressionar *Enter*. As estatísticas serão demonstradas. Alguns serviços aceitam o comando “.info”.

Apesar de suas funcionalidades, são empregados por criminosos para enviar links maliciosos para acesso a sites indesejados ou por usuários mal intencionados na divulgação de conteúdo desinformador.

Alguns serviços estão disponíveis para informar qual é a URL original:

- **Check Short URL** – <<http://checkshorturl.com/>>.
- **Expand URL** – <<https://www.expandurl.net/>>.
- **Desencurtador de Links** – <<https://desencurtadordelinks.com.br/>>.
- **URL X-ray** – <<http://urlxray.com/>>.
- **Where Does This Link Go** – <<http://wheredoesthislinkgo.com/>>.

Falha nos serviços *on-line*

O mau funcionamento dos serviços nos *smartphones* deixa o usuário com dúvidas sobre o problema estar no dispositivo ou ser na aplicação de Internet.

O Facebook, por exemplo, oferta uma página com informações sobre seu status de funcionamento. No endereço <<https://developers.facebook.com/status>>, é possível checar as informações em tempo real bem como um histórico de problemas anteriormente ocorridos.

Outros serviços disponíveis:

- **Downdetector** – <<https://downdetector.com/>>. A plataforma informa dados sobre falhas e interrupções de diversos serviços na Internet.
- **Adobe** – <<https://status.adobe.com/>>.
- **Apple** – <<https://www.apple.com/support/systemstatus/>>.
- **Cloudflare** – <<https://www.cloudflarestatus.com/>>.
- **Discord** – <<https://status.discordapp.com/>>.
- **Down Right Now** – <<http://downrightnow.com/>>.
- **Dropbox** – <<https://status.dropbox.com/>>.
- **Flickr** – <<https://status.flickr.net/>>.
- **Github** – <<https://www.githubstatus.com/>>.
- **Google** – <<https://www.google.com/appsstatus>>.
- **Heroku** – <<https://status.heroku.com/>>.
- **Is the Service Down** – <<https://istheservicedown.com/>>.
- **Netflix** – <<https://help.netflix.com/en/is-netflix-down>>.
- **Nintendo** – <https://www.nintendo.com/consumer/network/en_na/network_status.jsp>.
- **Outage** – <<https://outage.report/>>.

- **PlayStation** – <<https://status.playstation.com/pt-BR/>>.
- **Reddit** – <<https://reddit.statuspage.io/>>.
- **Twitter** – <<https://api.twitterstat.us/>>.

Ferramentas de denúncia *on-line*

Há diversos canais ofertados pelos serviços de Internet para que o usuário ou representante legal denuncie um conteúdo diretamente. Essa ação garante, por vezes, a exclusão do conteúdo, independentemente de autorização judicial.

Com a vigência do Marco Civil da Internet, houve a judicialização para a remoção de conteúdo na Internet, conforme demonstrado no seu art. 19:

Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de Internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

Não obstante, o diploma em apreço ressalta que, nos casos de exposição de conteúdo íntimo sem autorização¹²⁹, a exclusão de conteúdo não carece de decisão judicial:

Art. 21. O provedor de aplicações de Internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

- **Instagram** – <https://help.instagram.com/contact/1681792605481224?helpref=faq_content>.
- **Facebook** – <<https://www.facebook.com/help/contact/567360146613371>>.
- **Twitter** – <https://help.twitter.com/forms/private_information>.
- **Google – Remover Informações** – <<https://support.google.com/websearch/troubleshooter/3111061#ts=2889054%2C2889099%2C2889064%2C3143868%2C6256340>> ou <<http://bit.ly/2JaYKGP>>.
- **Microsoft** – <<https://www.microsoft.com/pt-br/concern/revengeporn>>.

Por vezes, não retirar o conteúdo após a notificação da autoridade requisitante, notadamente nos casos de abuso e exploração sexual infantojuvenil, configurará crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo.

Outra exceção para a exclusão de conteúdo sem haver a necessidade de autorização judicial é quando o conteúdo disponibilizado fere a política de privacidade ou termos de uso do serviço. Passaremos, então, a analisar diversas possibilidades.

Google

No endereço <https://safebrowsing.google.com/safebrowsing/report_badware/?hl=en> é possível denunciar sites que contenham programas maliciosos. Após a checagem do site, o Google cria alertas nos seus navegadores advertindo sobre o conteúdo da página.

O endereço <https://safebrowsing.google.com/safebrowsing/report_phish/?hl=en> tem a finalidade de manter a Internet segura contra sites de *phishing*, ou seja, páginas com o intuito de capturar informações de usuários.

A página de remoção de conteúdo, disponível em <<https://support.google.com/legal/troubleshooter/1114905>>, auxilia na denúncia de conteúdo e na posterior remoção dos seus serviços. Ao clicar na pesquisa web do Google, aparecerão as seguintes opções:

- Gostaria de denunciar malware, *phishing* ou problemas similares.
- Uma parte do conteúdo que me preocupa já foi removida pelo *webmaster*, mas ainda aparece entre os resultados de pesquisa.
- Encontrei um site que está envolvido em comportamento suspeito.
- Uma ou mais páginas de meu site foram removidas devido a uma petição inicial legal, e eu gostaria de restaurá-las.
- Gostaria de remover minhas informações pessoais dos resultados da pesquisa Google.
- Tenho um problema relacionado a um *card* do Painel de informações ou Mapa de informações.
- Tenho um problema relacionado ao Google Meu Negócio (comentários, perguntas e respostas e listagens de empresas).
- Eu gostaria de denunciar imagens de abuso sexual infantil.
- Tenho uma questão legal que não foi mencionada.

Safernet

É uma instituição de direito privado tida como referência no recebimento de denúncias de crimes cometidos na Internet¹³⁰. Para fazer uma denúncia basta acessar <<https://new.safernet.org.br/>>, clicar em “Crimes na web? DENUNCIE” e preencher o formulário. Deve-se colocar a URL na qual o conteúdo está hospedado juntamente com outros dados individualizadores do fato.

Podem ser denunciados os seguintes crimes:

- a) Pornografia infantil.
- b) Racismo.
- c) Apologia e incitação a crimes contra a vida.
- d) Xenofobia.

- e) Neonazismo.
- f) Maus tratos contra animais.
- g) Intolerância religiosa.
- h) Homofobia.
- i) Tráfico de pessoas.
- j) Violência ou discriminação contra as mulheres.

UOL (Universo Online)

A UOL também disponibilizou um espaço para denunciar os crimes de pornografia infantil, exploração de prostituição infantil, crimes contra honra, apologia ao crime, além de vários outros delitos. A página <<https://denuncia.uol.com.br/>> vai dar opção para enviar o fato de maneira anônima ou identificar-se para ser informado do andamento. Deve-se, para tanto, selecionar o tipo de conteúdo indevido, inserir a URL e detalhar o fato. Caso possua imagem, *printscreen*, texto, áudio ou vídeo, faça o *upload*.

A denúncia pode ser feita sobre:

- a) pedofilia e pornografia infantil;
- b) exploração sexual de criança ou adolescente;
- c) apologia e incitação ao crime;
- d) racismo, xenofobia e neonazismo;
- e) intolerância religiosa;
- f) violação de direitos autorais;
- g) outras denúncias.

YouTube

O objetivo é fazer uma denúncia e retirar do ar um vídeo com conteúdo ofensivo. Ao abrir um determinado vídeo no *desktop*, clique no ícone “...”

que fica logo abaixo e depois em “denunciar”. Selecione o motivo (conteúdo sexual, violento ou repulsivo; incitação ao ódio ou abuso; comportamentos perigosos e nocivos; abuso infantil; terrorismo; spam ou enganoso; viola os meus direitos; e problemas com legendas) e depois é só enviar o conteúdo para análise.

Instagram

O Instagram permite a qualquer usuário denunciar comportamentos ofensivos na plataforma, independentemente de autorização judicial. Poderá, para tanto, relatar:

- contas invadidas por *hackers*;
- contas falsas;
- crianças menores de idade;
- conta com discurso de ódio;
- propriedade intelectual;
- informações particulares expostas;
- autoflagelação;
- abuso e spam;
- exploração; e
- outros tipos de denúncia.

Facebook

De acordo com os Padrões da Comunidade Facebook, diversos tipos de conteúdo não são permitidos nos seus serviços, dentre os quais destacamos:

- a) **Comportamento violento e criminoso:** violência e incitação; organização e indivíduos perigosos (atividade terrorista, ódio organizado, assassinos em série ou em massa, tráfico humano, violência organizada ou atividade criminosa); promoção ou

divulgação de crimes; coordenação de danos reais e produtos controlados.

- b) **Segurança:** automutilação e suicídio; nudez infantil e exploração sexual de crianças; exploração sexual de adultos; *bullying* e assédio; e violações de privacidade e direitos de imagem.
- c) **Conteúdo questionável:** discurso de ódio (ataque direto a pessoas em razão da raça, etnia, nacionalidade, filiação religiosa, orientação sexual, casta, sexo, gênero, identidade de gênero e doença ou deficiência grave); violência e conteúdo explícito; nudez adulta e atividades sexuais; abordagem sexual; e conteúdo cruel e insensível.
- d) **Integridade e autenticidade:** spam; representação falsa; notícias falsas; e perfil memorial.
- e) **Respeito à propriedade intelectual.**

Para saber como denunciar algo, basta acessar o passo a passo disponível na URL <https://www.facebook.com/help/181495968648557?ref=community_standards>.

Tinder

As denúncias de abuso podem ser feitas tanto dentro do aplicativo quanto através de formulário, disponível em <<https://www.help.tinder.com/hc/pt-br/requests/new>>. No primeiro caso, é necessário clicar em “...” e posteriormente em denunciar. Deve incluir ainda: motivo da denúncia; nome completo, idade, biografia e fotos que aparecem no perfil denunciado (*printscreen*); e outras informações (localização do usuário, número de telefone, endereço de e-mail e/ou link para a conta do Facebook).

Twitter

A plataforma oferece diversos campos para denúncia nos seguintes tópicos:

- Uso não autorizado de marca registrada.
- Uso não autorizado de material protegido por direitos autorais.

- Venda ou promoção de mercadorias falsificadas.
- Política de privacidade para crianças.
- Exploração sexual de menores.
- Pornografia.
- Falsa identidade de uma pessoa ou marca.
- Informações privadas publicadas no Twitter.
- Comportamento abusivo e ameaças violentas.
- Spam e abuso do sistema.
- Violação da política de anúncios do Twitter.

Ferramentas de localização, rastreabilidade e investigação de/com dispositivos móveis

Várias são as situações em que dispositivos móveis (celulares, *smartphones*, *tablets* etc.) são perdidos, furtados ou roubados. Nessas situações aplicativos previamente instalados auxiliam na localização do aparelho. Alguns podem vir com funcionalidades no próprio aparelho, bastando para isso ativá-las e realizar cadastros prévios.

Vamos discorrer sobre algumas ferramentas úteis, inclusive rastreamento de aparelhos, com visualização de rotas. Nem todos os aparelhos e marcas possibilitam a execução dessas funcionalidades. Vejamos.

Equipamentos da Apple

Buscar Meu iPhone é o *app* oficial da Apple para encontrar iPhones, iPads ou iPods Touch de quarta geração. Ao baixar o aplicativo, o usuário deve iniciar uma sessão com seu usuário Apple e ativar o serviço. Caso ele perca o celular ou *tablet*, basta ou instalar o *app* em outro dispositivo com iOS e iniciar a sessão com sua ID da Apple ou acessar pelo site <www.icloud.com>, também usando sua identificação da Apple.

O usuário, então, conseguirá ver a localização do dispositivo em um mapa e poderá fazer com que ele mostre uma mensagem ou emita um som. Outras ações possíveis são o bloqueio remoto do aparelho e a eliminação de dados de forma permanente. É essencial que o dispositivo tenha o aplicativo Buscar Meu iPhone configurado e ativado (o que pode ser feito nas configurações). Caso o recurso “Buscar iPhone” não esteja ativado, altere as senhas e informe que o aparelho está perdido. Quando o compartilhamento familiar estiver ativado, qualquer pessoa da família poderá ajudar a localizar o dispositivo.

Aparelhos Android

Para Android, existem diversos *apps* disponíveis para localizar o aparelho perdido, furtado ou roubado.

Google

O Google possibilita ao usuário encontrar seu aparelho Android em caso de perda, roubo ou furto.

A função possibilita localizar, fazer tocar ou apagar o conteúdo remotamente através da Internet.

Para estar com serviço disponível, o usuário deve associar seu aparelho a uma conta Google e ativar esta opção nas configurações da conta. Não poderá, no entanto, esquecer de ativar o acesso à localização, para que, caso necessite, possa utilizar a funcionalidade. Essa funcionalidade poderá ser acessada pelo Google Dashboard (<www.google.com/dashboard>).

Cerberus

Este *app* pode dar conta de localizar o *smartphone* perdido, tocar alarmes, bloquear a tela com um código ou até limpar as memórias interna e externa do dispositivo.

Cerberus é um aplicativo antirroubo completo, uma das melhores proteções que o usuário pode ter para recuperar seu dispositivo com Android esquecido, perdido, furtado ou roubado. Ao instalá-lo, a versão é de avaliação gratuita por uma semana, mas o usuário pode comprar uma licença vitalícia por um preço pequeno dentro da própria aplicação: não há taxas mensais ou anuais, apenas um único pagamento. A licença de uso é associada à sua conta do Cerberus.

Se o usuário possui vários dispositivos, poderá utilizá-los (até cinco dispositivos) com a mesma conta. Pode ser instalado via Google Play, até mesmo remotamente, usando a mesma conta do Google. Porém, algumas funcionalidades devem ser ativadas para a aplicação funcionar corretamente. O acesso se dá através do site da desenvolvedora, nesta URL: <<https://www.cerberusapp.com/home>>.

Por exemplo, o dispositivo pode ser configurado para enviar fotos a cada inserção de senha errada para acessar o aparelho. Quem estiver de posse do bem e tentar acessá-lo por tentativas de senha tem sua imagem enviada para o e-mail previamente cadastrado.

Os recursos avançados são:

- Localizar os dispositivos no mapa.
- *Backup* de dados.
- Inicialização de alarme.
- Bloqueio e exclusão de dados.
- Tirar fotografias remotamente.
- Controle remoto do aparelho pela Internet.

Android Lost

Depois da completude do Cerberus, o mais interessante é o Android Lost Free, que possui, entre os seus recursos, a instalação remota, ou seja, não há necessidade da prévia instalação. Outras funcionalidades são: ler mensagens enviadas e recebidas por SMS; limpar e/ou bloquear o telefone; apagar o cartão de memória SD; localizar o aparelho pelo GPS ou através da rede sem fio; ativar alarme e deixar a tela piscando; enviar SMS a partir da página web; enviar mensagem *pop-up*; encaminhamento de chamadas; status do telefone: bateria, IMEI etc.; SMS remoto de alarme; SMS remoto de bloqueio e desbloqueio; SMS remoto para apagar o cartão SD; SMS remoto para aplicar técnica *Wipe* (apagar dados) no telefone; iniciar ou parar GPS; iniciar ou parar *wi-fi*; enviar e-mail quando o cartão SIM é alterado; obter a lista de chamadas; imagem da câmera frontal e da câmera traseira; fazer o seu telefone falar com texto-para-voz; tempo limite de bloqueio; restaurar as configurações na inicialização; gravar som do microfone; iniciar e parar a conexão de dados de SMS; e iniciar e parar a conexão *wi-fi* a partir de SMS.

Assim, para ativar e usar o aplicativo, além de instalá-lo no telefone, basta acessar o site <www.androidlost.com> com a conta do Google e “manejar” os controles (<https://www.androidlost.com/#controls_Basic>) conforme a investigação lhe aprouver.

A aplicação também permite, conforme visto, acesso remoto a imagens e sons, o que permite a interceptação ambiental, conforme se verá mais adiante.

Samsung Find Mobile

É uma solução nativa da Samsung. Para ser utilizado, é necessário adicionar sua conta Samsung no dispositivo e ativar o recurso controle remoto. Para localizar o seu dispositivo através de conexões sem fio e/ou *wi-fi*, você deve concordar com os termos e condições “Usar redes sem fio”.

A localização remota é feita através da web.

Interceptação ilegal

Atenta-se que determinadas atividades de rastreamento de outras pessoas podem configurar crime, conforme previsão no Art. 10 da Lei nº 9.296/96¹³¹:

Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

Interceptação ambiental com aplicativos móveis

Alguns aplicativos dos celulares iPhone, iPad, Samsung, ou seja, com sistemas operacionais iOS e Android, podem ser utilizados em vigilância eletrônica, auxiliando na atividade operacional ou em interceptação ambiental.

Dos já citados, tanto o Cerberus quanto o Android Lost têm a possibilidade de gravação remota.

O Android Lost tem a possibilidade, conforme já referido, de captura das imagens tanto pela câmera frontal quanto pela câmera traseira.

Já o Cerberus tem as seguintes opções:

- **Gravação de áudio:** permite que o aplicativo acesse o caminho de gravação de áudio.
- **Tirar fotos e gravar vídeos:** permite que o aplicativo tire fotos e vídeos com a câmera. Isso permite que o aplicativo colete imagens visualizadas pela câmera a qualquer momento. Depois de dar o comando na tela principal, o aplicativo envia um e-mail à conta do

usuário com um vídeo, de trinta segundos, em formato .3gp.

- **Alterar as configurações de áudio:** permite que o aplicativo modifique configurações globais de áudio, como volume e roteamento.

Rastreabilidade de computadores e celulares com o Prey

O Prey é um sistema usado para proteger o patrimônio informático no caso de perda ou roubo de algum dispositivo móvel, como celular, *netbook*, *notebook*, *ultrabook* ou *desktop*. Ele possui versões disponíveis para *download* em Linux, Windows, Mac (iOS) e também Android, permitindo proteger até três dispositivos diferentes. Sugerimos também pesquisar sobre outras ferramentas de rastreabilidade de dispositivos, incluindo as ferramentas integradas nos sistemas antivírus (Norton, McAfee etc.).

O Prey funciona, basicamente, com a instalação de um pequeno software no dispositivo a ser protegido/monitorado, que fica sendo executado em segundo plano, completamente parado. Se acontecer alguma coisa com seu *laptop* ou celular, o usuário faz login e envia um sinal (comando) pela página do Prey. O dispositivo “ouve” o chamado e pode executar remotamente várias instruções interessantes, como por exemplo:

- Usar a *webcam* para filmar a pessoa que está utilizando o aparelho.
- Apagar seus dados pessoais.
- Trancar completamente seu dispositivo.
- Tirar um *screenshot* (imagem da tela) do que está sendo executado.

Além disso, pode ser configurado para se conectar secretamente à primeira rede sem fio disponível que o dispositivo localizar e enviar suas coordenadas geográficas (caso seja um celular que tenha GPS).

O Prey conta com uma versão paga que possui mais recursos: ela permite “ouvir” mais do que três dispositivos, conta com chave criptográfica SSL, maior frequência de relatórios enviados do dispositivo e, finalmente, um recurso bastante útil para planos empresariais: um sistema instalador

automático. Conheça mais sobre o Prey Project em [<https://preyproject.com/>](https://preyproject.com/).

Rastreabilidade de veículos e acompanhamento através de sistemas web

Da mesma forma que as ferramentas anteriores, existem mecanismos e funcionalidades na Internet que possibilitam o rastreamento veicular com o custo apenas de aquisição do rastreador. Dessa forma, estamos sugerindo dois sites que, se bem analisados pelo leitor, podem fazê-lo decidir pelo rastreamento gratuito de seu veículo. Da mesma forma que sugerimos anteriormente, pode o leitor buscar outras alternativas às indicadas.

O primeiro deles é um sistema de rastreamento pessoal via satélite chamado **GPS-Trace Orange**, que funciona em tempo real usando sistemas de navegação por satélite GPS/GLONASS e protocolo GPRS para a transferência de dados nas redes de telefonia celular.

Para conectar-se ao sistema de rastreamento GPS o usuário precisa preencher um formulário simples de registro no site ([<http://orange.gps-trace.com/>](http://orange.gps-trace.com/)) e conectar o localizador GPS ou celular com função GPS ao servidor de rastreamento via satélite. Isso possibilitará ao sistema de rastreamento GPS-Trace Orange receber informações sobre a posição atual e mostrá-la no mapa.

Com o sistema de rastreamento pessoal GPS-Trace Orange o usuário poderá:

- Ver a posição atual do automóvel no mapa.
- Guardar o histórico do percurso realizado nos últimos trinta dias.
- Possibilitar que os seus amigos vejam sua localização.
- Publicar a sua posição e as suas viagens no seu blog, sítio ou fórum.
- Inserir pontos de interesse (POI) no mapa e adicionar fotos a eles.
- Rastrear os filhos ou pais idosos em tempo real.
- Manter-se informado sobre onde se encontra o seu animal de estimação.

- Criar no mapa uma cerca virtual, geográfica, e itinerários de viagens.
- Receber avisos por SMS ou correio eletrônico.

GPS-Trace Orange utiliza um dos mais populares programas para organizar os profissionais sistemas de rastreamento de veículos via satélite – Wialon (<<http://gurtam.com/en/wialon>>) –, que foi criado pela companhia bielorrussa Gurtam. Em contraposição aos outros vários sistemas analógicos, o uso de GPS-Trace Orange é absolutamente gratuito para os usuários. Com isso, graças à plataforma de rastreamento via satélite Wialon, as possibilidades funcionais do sistema superam muitos sistemas pagos.

As informações sobre os controladores pessoais e veiculares suportados estão disponíveis no site (<<http://gps-trace.com/?page=hw>>), podendo-se escolher o que melhor se adapta à necessidade pessoal ou do veículo, observando-se o aspecto principal: duração da bateria.

A segunda opção é brasileira, também sem custo mensal de monitoramento. Com atuação desde 2005, a empresa GPS Tecnologia (<<http://www.tecgps.com.br>>) disponibiliza a localização veicular em tempo real sem mensalidade, havendo, no entanto, necessidade de adquirir o rastreador.

Por outro site da empresa, há opções de rastreador (<www.tecnologiagps.com.br>) à livre escolha do usuário, sendo mais comuns o rastreador GPS Veicular TrackSat-1 e o rastreador GPS Portátil PT-33. Nas duas opções há necessidade de aquisição de um *chip* de telefonia celular e suportar o custo mensal.

Fraudes praticadas *on-line*

Os criminosos têm se valido dos avanços tecnológicos para potencializar suas ações, especialmente no que diz respeito às fraudes cometidas em ambiente virtual. Muito embora exista legislação determinando aos entes federativos a estruturação de setores ou delegacias especializadas na repressão dos crimes de Internet, o que vemos ainda são estruturas deficientes na investigação criminal dessas infrações.

A Internet tem se tornado um terreno fácil para a prática dos mais diversos crimes. A cada dia surgem novos golpes, dificultando, sobremaneira, a atuação da polícia judiciária. Quando tomam conhecimento de determinada prática, vários usuários desavisados tornam-se vítimas, com valores ou informações pessoais subtraídos.

O Catálogo de Fraudes da RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – é uma excelente fonte de consulta de informações livremente disponíveis para agregar valor às investigações de crimes contra o patrimônio praticadas em meio eletrônico.

Desde o ano 2008, o CAIS – Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança – cataloga diversas formas de fraudes praticadas especialmente contra instituições financeiras ou sites de comércio eletrônico. O site é <<https://catalogodefraudes.rnp.br/>> e nele você poderá consultar informações de:

- amostra de fraudes disseminadas por e-mail;
- estatísticas em tempo real;
- dicas para evitar esses golpes.

Nesse repositório, o investigador encontra diversas informações referentes ao *modus operandi* da fraude, imagens, data, assunto e tipo de arquivo malicioso.

Os dados fornecidos pela plataforma da RNP são de extrema importância na obtenção de conteúdo relacionado ao cometimento de fraudes eletrônicas na rede mundial de computadores. Os criminosos aproveitam-se dessa interconectividade e do alcance da Internet para aperfeiçoar suas ações.

Portanto, para que a atividade investigativa acompanhe o *modus operandi* dos criminosos, não deve, de maneira nenhuma, abrir mão de recursos disponíveis como os citados.

Essa fonte possibilita ao investigador consultar informações adicionais desde o lavramento do boletim de ocorrência até agregar informações adicionais na investigação policial em seguimento.

Ademais, é muito comum receber, através de aplicativos de mensageria ou de redes sociais, ofertas de produto abaixo do preço de mercado ou links para o recadastramento de contas bancárias. Para tanto, recomendamos a utilização dessa fonte de consulta para aquele usuário que costuma realizar compras em sites de comércio eletrônico ou acessar aplicativos para realizar transações com instituições financeiras.

Vide tópico específico sobre formas diferenciadas de encontrar imagens, modificações em imagens e máquinas fotográficas perdidas, furtadas ou roubadas com base em imagens.

Vide dicas específicas sobre pesquisa no Google no Capítulo 3.

MARON, 2013.

Conforme informações do site Alexa.com, com acesso em: 08 jan. 2020.

Vide dicas específicas, no tópico “Pesquisa e monitoramento de redes sociais e páginas na web”, sobre como administrar alertas de assuntos no Twitter.

CERON; WANNER; GRANVILLE; WERNECK, 2013.

PRECISION COMPUTER INVESTIGATIONS, 2010.

DAVEY, 2005.

JESUS, 2012.

TILT UOL, 2012.

O transporte aéreo no país de autoridades em aeronaves do Comando da Aeronáutica é regulamentado pelos decretos nº 4.244, de 22 de maio de 2002, e nº 8.432, de 09 de abril de 2015.

ANTT, s.d.

O aplicativo para Android Google Maps disponibiliza mapas detalhados com construções em 3D, navegação por voz, informações sobre trânsito e mapas internos de aeroportos e lojas. Há, ainda, a disponibilidade para ver em modo *Street View*.

Processo nº 2418522-18.2010.8.13.0024. 35ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.

CONSULTOR JURÍDICO, 2015.

TJSP. AG.INT.Nº: 1000393-30.2017.8.26.0189/50000. Relator(a): Roberto Mac Cracken.

Comarca: Fernandópolis. Órgão julgador: 22ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 28/02/2019. No mesmo sentido, TJ-SP, Agravo de Instrumento nº 2135290-26.2018.8.26.0000:

“Consigne-se que, em consulta no aplicativo “Google Street View”, segundo o endereço fornecido pela recorrente, esta reside em casa assobradada, com fachada envidraçada, em padrões de construção que, em princípio, também não condiz com padrão sócioeconômico de quem pretende o benefício da Justiça Gratuita”.

Projeto de Lei nº 5596/2013, de 16 de maio de 2013. O outro Projeto de Lei, nº 7094, de 14 de março de 2017, de autoria do deputado Hugo Leal, propõe a alteração do Código de Trânsito Brasileiro para definir como crime disseminar, divulgar, difundir, em redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, locais, datas e horários de atividade de fiscalização dos agentes da autoridade de trânsito.

APONTADOR, s.d.

O app iOS GuiaMais permite a localização de empresas, produtos e serviços a partir de um determinado endereço. A procura pode ser feita por cidade ou filtrada pelo bairro, além de possibilitar o compartilhamento da informação em redes sociais. Há, ainda, o aplicativo GuiaMais.com na versão Android.

A portabilidade numérica é a facilidade que possibilita ao cliente de serviços de telefonia fixa e móvel manter o número do telefone (código de acesso) a ele designado, independentemente da operadora do serviço a que esteja vinculado. Na telefonia fixa, os clientes podem mudar de endereço, sem mudar de operadora, desde que seja na mesma área local; podem mudar de operadora sem mudar de endereço; podem mudar de endereço e de operadora, desde que na mesma área local; e também podem mudar de plano de serviço sem mudar de operadora. Já na telefonia móvel, os clientes podem mudar de operadora dentro da mesma área de registro (DDD) e mudar de plano de serviço. A portabilidade numérica nas telefonias (móvel e fixa) está ativa e cobre todo o Brasil desde 1º de março de 2009.

IMEI (*International Mobile Equipment Identity*) é o número de identificação do seu telefone celular. Este número está visível na nota fiscal da compra do aparelho, na etiqueta colada no aparelho, que é avistada ao retirar-se a bateria, na caixa do celular ou, ainda, para determinados aparelhos celulares na tela do telefone, ao digitar, no teclado do referido equipamento, o código *#06#. Quando o *smartphone* possui mais de um *chip* é necessário checar um IMEI para cada.

A Ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem como beneficiários os agricultores com renda familiar mensal de, no máximo, 1,5 salário mínimo e que plantam entre 0,6 e 5 hectares de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão.

É a garantia de renda ofertada aos pescadores artesanais impossibilitados de trabalhar no período de defeso.

O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – oferece o pagamento, através de cartão magnético, de auxílio financeiro às famílias de menores com o intuito de erradicar todas as formas de trabalho infantil no Brasil.

Portais da Transparência consultados em 13 jan. 2020.

Guarulhos, Campinas, São Gonçalo (RJ), Duque de Caxias (RJ), Nova Iguaçu (RJ) São Bernardo do Campo (SP) e Santo André (SP) são alguns dos exemplos.

Consulta realizada em 13 jan. 2020.

Alguns aplicativos, disponíveis para os sistemas operacionais iOS e Android, utilizam esses dados disponíveis, apresentando-os de forma interativa, a fim de que o usuário possa acompanhar a fiscalização dos gastos públicos.

A Lei Orçamentária Anual disciplina todas as ações do Governo Federal.

Informações sobre todos os contratos firmados pelo Senado Federal, organizados em vigentes e encerrados, com a possibilidade de busca pela empresa contratada, pelo objeto do contrato, pelos contratos de mão de obra e ainda por diferentes espécies de contrato.

Convênio, de acordo com o decreto federal nº 6.170/2007, é “o acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação”.

Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br>>.

Disponível em: <<https://siasgnet-consultas.siasgnet.estaleiro.serpro.gov.br/siasgnet-catalogo/#/>>.
Acesso em: 13 jan. 2020.

A transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, por meio da formalização de convênios ou contratos de repasse.

Informações do site, com acesso em 21 de janeiro de 2020.

Junta Comercial do Estado de São Paulo.

JUSTIÇA DO TRABALHO, s.d.

Conselho da Justiça Federal. Resolução Nº CJF-RES-2017/00473 de 13 de dezembro de 2017.

Art. 1º. A consulta aos dados básicos dos processos judiciais será disponibilizada na rede mundial de computadores (Internet), assegurado o direito de acesso a informações processuais a toda e qualquer pessoa, independentemente de prévio cadastramento ou de demonstração de interesse.

A difusão vermelha da Interpol é a solicitação de órgãos de persecução penal para localizar e prender um foragido. Esse documento deve conter dados individualizadores do foragido bem como informações sobre os crimes praticados. No Brasil, o CNJ, através da Instrução Normativa nº 01, de 10 de fevereiro de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça, regulamentou a questão.

OLIVEIRA, 2010.

JORGE; WENDT, 2013.

A divulgação de cena de sexo ou pornografia sem o consentimento da outra parte é crime previsto no Código Penal.

Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio – inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Aumento de pena

§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou

humilhação.

Exclusão de ilicitude

§ 2º Não há crime quando o agente pratica as condutas descritas no *caput* deste artigo em publicação de natureza jornalística, científica, cultural ou acadêmica com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização, caso seja maior de 18 (dezoito) anos.

Em 13 anos, a recebeu e processou 4.059.137 denúncias anônimas envolvendo 750.526 páginas (URLs) distintas (das quais 252.633 foram removidas) escritas em 9 idiomas e hospedadas em 67.224 domínios diferentes, de 250 diferentes TLDs e conectados à Internet através de 63.791 números IPs distintos, atribuídos para 104 países em 6 continentes. Fonte: SAFERNET, s.d. As denúncias foram registradas pela população através dos três *hotlines* brasileiros que integram a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. Consulta realizada em 14 jan. 2020.

Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

7. Validade Jurídica das Evidências Digitais Colhidas na Web

O questionamento natural que surge é quanto à validade das evidências colhidas no âmbito da Internet, principalmente quando anexadas a procedimentos policiais ou administrativos e/ou processos judiciais, sejam penais, cíveis, trabalhistas ou eleitorais.

Portanto, o objetivo deste capítulo é justamente tratar sobre a validade dessas evidências digitais, coletadas no ambiente da Internet, principalmente as fontes abertas, abordando tanto os aspectos cíveis e penais como os aspectos processuais penais e cíveis, embora já tenhamos, durante o transcurso dos assuntos nos capítulos anteriores, trazido entendimentos do judiciário quanto aos temas em específico e quanto à usabilidade dos dados colhidos em ambiente digital aberto.

O primeiro aspecto que precisamos ter em conta é a fonte da informação coletada, se oficial ou não. No primeiro caso, tratando-se de sites dos três poderes, a informação tem validade e a contestação de sua “verdade” só poderá ser afirmada pelo próprio órgão disponibilizador da informação. Ainda, a validade será plena se associada à certificação digital¹³².

Dessa forma, ter prova plena depende de características e requisitos da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73¹³³). O Novo Código de Processo Civil também prevê a questão da prática eletrônica dos atos processuais em seu art. 193 ao mencionar que “os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei”. Acrescenta ainda que “os atos processuais praticados por meio eletrônico até a transição definitiva para certificação digital ficam convalidados, ainda que não tenham observado os requisitos mínimos estabelecidos por este Código, desde que

tenham atingido sua finalidade e não tenha havido prejuízo à defesa de qualquer das partes”.

Conforme se verá adiante, não há uma previsão específica a respeito das evidências digitais e dos documentos eletrônicos. No entanto, é importante mencionar que existem aspectos culturais quando da valoração dessas evidências eletrônicas, já que há necessidade de quebra de paradigmas, pois **papel e originalidade** não têm equivalência¹³⁴. Vejamos um exemplo: o e-mail é o original e sua impressão seria a cópia!

Já do ponto de vista técnico, há necessidade de (re)definição do melhor procedimento para tratar da documentação digital¹³⁵. Um exemplo legal disso é que nossa “Lei da Microfilmagem” é de 1968 (Lei nº 5.433/68¹³⁶). Os Códigos de Processo Civil e Penal exigem que a fotografia, para valer nos processos, venha acompanhada do “negativo”. Então, o que dizer a respeito da fotografia digital? Sim, ela pode ser utilizada, pois existem mecanismos para apurar sua autenticidade.

Outro aspecto, é claro, é o jurídico, pois o raciocínio para validação da evidência digital exige que a técnica perfeita permita preservar a capacidade de prova de **autoria e integridade**. Além disso, que haja possibilidade de realização de perícia e auditoria, sem, no entanto, olvidar do aspecto fundamental da segurança da informação. Por último, quando for preciso, há que se agregar fé pública, não só pelos meios policiais como pelos tabeliães.

Continuando no raciocínio, agora do ponto de vista legal, há que se referir que não há legislação, no Brasil, que proíba ou vete a utilização de prova eletrônica, ou seja, a utilização das evidências eletrônicas. Aliás, devemos nos valer da vontade do legislador quando da elaboração do novo Código Civil, no Art. 107:

A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

Da mesma forma, este mesmo Código Civil traz uma importante referência com relação à aceitação de provas não convencionais ao estabelecer, no título especial destinado às provas:

Art. 212. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante:

I– confissão;

II– documento;

III– testemunha;

IV– presunção;

V– perícia.

Portanto, se não há legislação prevendo como deve ser avaliada a prova eletrônica, basta a guarda de evidências digitais, procurando-se fazê-lo preservando a autoria e integridade, com possibilidade de auditoria e perícia, além de fazê-lo dentre os princípios e fundamentos da segurança da informação. Além do mais, o próprio Código Civil prevê:

*Art. 225. As **reproduções fotográficas, cinematográficas, os registros fonográficos e, em geral, quaisquer outras reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas fazem prova plena destes**, se a parte, contra quem forem exibidos, não lhes impugnar a exatidão.*

Assim, as provas das evidências digitais devem ser apresentadas em sede de procedimentos policial e/ou administrativo e processos judiciais, cabendo a impugnação de quem não reconhecer neles validade.

Acrescenta-se a esse aspecto a previsão legal do Código de Processo Civil:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Ou seja, todos os meios, inclusive os digitais, são hábeis a fazer prova da verdade dos fatos, tanto para acusar quanto para defender.

Já o Código de Processo Penal prevê:

Art. 231. Salvo os casos expressos em lei, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo.

Art. 232. Consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.

Parágrafo único. À fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original.

Da mesma forma, o CPP não faz distinção de quais elementos de prova, desde que legais, podendo eles ser apresentados em qualquer fase do processo, exceto nos impedimentos legais.

Assim, ao que se percebe, a avaliação da evidência digital e dos documentos eletrônicos como prova dependerá de todo constante no processo, não podendo ser considerada individualmente. Ao analista ou investigador caberá mencionar a coleta da evidência no âmbito da Internet, em fontes abertas ou restritas, como a procedeu¹³⁷, qual a sua fonte e qual a credibilidade que lhe dá frente ao contexto em análise (de inteligência ou de investigação).

Apenas para corroborar o entendimento, no Direito Internacional, a Lei modelo da UNCITRAL¹³⁸ sobre comércio eletrônico (Resolução 51/162 da Assembleia Geral da ONU – Nova Iorque, 16 de dezembro de 1996) tem servido de parâmetro para muitos países regulamentarem o comércio eletrônico. No que interessa à presente matéria, Ângela Bittencourt Brasil assevera:

A UNCITRAL estabelece que para que o documento eletrônico tenha o mesmo valor probatório dos documentos escritos é preciso que eles tragam o mesmo grau de segurança contido nestes, sendo que para que isto aconteça é necessário o uso de recursos técnicos, que logo vemos que se trata do método cifrado.

Diz a Comissão que para que o documento virtual tenha a mesma função e seja considerado como documento escrito, tal qual o documento convencional, é preciso que ele fique disponível para consultas posteriores, sendo que o objetivo desta norma é a possibilidade de reprodução e leitura ulterior.

Para o reconhecimento da assinatura no documento eletrônico a UNCITRAL prescreve que ela deve estar de modo a identificar a pessoa por algum método, e é óbvio que esse método a que se refere é a Criptografia, pois é a única forma segura de garantir a autenticidade do assinante. Vários países já adotaram o modelo da UNCITRAL, como os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Argentina, Colômbia e outros que estão ultimando as suas legislações. O Brasil, ainda que seja um dos países que mais utiliza a Internet, ainda não tomou a iniciativa de legislar sobre o assunto.

Reconhecemos que no documento eletrônico não há como distinguir o original da cópia, e, para contornar este óbice, a regra da Comissão afirma que um documento eletrônico será original quando houver a garantia de que ele chegou íntegro ao destinatário e aqui, da mesma forma, temos o problema da segurança. Aliás, esta é a chave para resolver a grande maioria das questões cibernéticas e o passo que está faltando para que as questões jurídicas, no seu passo, também sejam solucionadas¹³⁹.

Nos processos judiciais, ao julgador, por sua vez, caberá o julgamento final a respeito do contexto probatório, levando ou não em consideração a evidência digital colhida. Afinal, o Código de Processo Penal prevê em seu Art. 155 que:

O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

No mesmo sentido é o Código de Processo Civil, que prevê no seu art. 371 que:

Art. 371. O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

Assim, o juiz observará, em seu processo de convencimento, todos os elementos probatórios, inclusive as evidências digitais que foram coletadas e analisadas durante o contraditório e a ampla defesa.

Para exemplificar, na sequência colecionamos situações e entendimentos jurisprudenciais quanto à produção de prova e validade de determinadas circunstâncias digitais, tanto para autorizar uma justa causa em sede de demissão de emprego quanto para uma condenação, cível ou penal.

O caso que mais chamou a atenção ocorreu em maio de 2012, quando a paulistana M. P. foi condenada por postar mensagens preconceituosas em seu Twitter (e Orkut também), onde escreveu: “Nordestino não é gente, faça um favor a SP, mate um nordestino afogado”¹⁴⁰.

A frase “ganhou a mídia” e causou imensa repercussão, culminando com o ingresso de notícia-crime pela OAB de Pernambuco junto ao Ministério Público Federal de São Paulo. O Ministério Público Federal denunciou a ré, com base na Lei nº 7.716/89, por crime de discriminação ou preconceito de procedência nacional.

M. P. foi condenada na 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo a um ano, cinco meses e 15 dias de reclusão, pena esta convertida em multa de quinhentos reais e prestação de serviços comunitários.

Outro caso noticiado foi a prisão em flagrante de um homem suspeito de criar perfis falsos e difamatórios em Santa Catarina¹⁴¹. G. G., um advogado de 26 anos, pensou que sairia impune após criar perfis falsos no Orkut de uma colega de trabalho e de seu noivo. G. foi preso em flagrante em uma *lan house* enquanto colocava as fotos das vítimas nos perfis falsos.

Um dos perfis criados pelo advogado difamava o noivo da colega de trabalho, indicando que a vítima fosse homossexual. Já em outro perfil falso, G. usou o nome da funcionária do banco, onde trabalhava, com imagens pornográficas. O autor dos fatos ainda criou um terceiro perfil, com nome da colega de trabalho, para conhecer e conversar com outras pessoas. Depois de todos os crimes cometidos, G. G. respondeu por falsidade ideológica perante a Justiça.

Casos de e-mails:

RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DIVULGAÇÃO E/OU RETRANSMISSÃO DE E-MAIL COM OFENSAS À HONRA E À DIGNIDADE DOS DEMANDANTES. Ainda que a autoria do conteúdo do e-mail divulgado, repassado ou retransmitido por funcionária da parte demandada, em estrita observância de ordens superiores, não tenha sido conhecida, responde a demandada por culpa no evento, considerando que contribuiu para a divulgação do seu conteúdo, ainda mais quando assumido pela demandada que a divulgação do e-mail se deu a partir dos seus computadores. Mensagens enviadas, encaminhadas ou remetidas pela demandada, pelos meios de comunicação eletrônica, e que contêm expressões injuriosas dirigidas aos demandantes, violam a honra dos mesmos e assegura o direito de indenização pelo dano moral causado (Art. 5º, X, da Constituição Federal). Indenização não deve ser em valor ínfimo, nem tão elevada que torne desinteressante a própria inexistência do fato. Atenção às particularidades das circunstâncias fáticas e aos precedentes da Câmara, na manutenção de equivalência de valores entre lides de semelhante natureza de fato e de direito. Descabe o prequestionamento, pois o magistrado não é obrigado a responder a toda e qualquer indagação de ordem legal formulada pelo recorrente. Sentença reformada. Apelação parcialmente provida. Unânime. (Apelação Cível Nº 70022318711, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 29/05/2008).

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. SANÇÃO DISCIPLINAR. SUSPENSÃO. USO INDEVIDO DE E-MAIL CORPORATIVO.

O quadro fático delineado no acórdão regional demonstrou que não se trata de ingerência à vida privada do empregado, mas, sim, desrespeito à norma interna da empresa que, expressamente, proíbe o uso de correio eletrônico corporativo para divulgar material pornográfico. Processo nº AIRR – 1649/2001-001-03-00; 7ª Turma do TST.

Despedida por justa causa. Mau procedimento. Uso indevido de correio eletrônico. Quando se caracteriza. Prova que evidencia a utilização do e-mail funcional, pelo

empregado, para difundir informações tendentes a denegrir a imagem da empregadora. Constitui justa causa para a despedida o uso indevido do correio eletrônico fornecido pelo empregador, não se podendo cogitar de infração ao disposto no artigo 5º, inciso XII da CF, já que o serviço de “e-mail” é ferramenta fornecida para uso estritamente profissional. Sentença mantida. Acórdão nº 00168-2007-203-04-00-3 RO, TRT 4ª Região.

Vazamento de dados empresariais e quebra de regras de Segurança da Informação:

O caso em espécie é de descoberta accidental pelo empregador que a Autora cometera falta gravíssima, contrariando expresso dispositivo do contrato de trabalho, avençado por escrito, e repassava segredos comerciais da Reclamada para empresa concorrente. (...) Como assistente de importação e exportação detinha conhecimentos de segredos estratégicos e táticos da empresa. E tinha compromisso expresso de sigilo. E de tanto não se preocupou ao ceder, sem permissão, os dados que dispunha em razão do cargo ocupado. (...) Com os fundamentos supra dou provimento ao apelo da Reclamada para considerar justa a demissão tendo em vista a gravidade da falta cometida. (...)” TST, Ag. Instr. em RR nº 2771/2003 – 262-02-40, Rel. Min. Maria de Assis Calsing, jul. 02/04/2008. RITO SUMARÍSSIMO. RECURSO ORDINÁRIO. JUSTA CAUSA. ART. 482, “b”, DA CLT. Burla de regras da empresa para acesso a sítios, o que era vedado. Norma regulamentar da qual o reclamante tinha conhecimento prévio. Computador e Internet, instrumentos de trabalho utilizados irregularmente, para uso pessoal. Incontinência de conduta e mau procedimento. Falta grave que está caracterizada. TRT02, RO 01875200843102004, Relator Carlos Francisco Berardo, julgado em 17/02/2009.

Justa causa. Caso em que há comprovação suficiente de que o autor integrava comunidade do site “Orkut” da Internet, criada com o propósito de hostilizar a empresa reclamada. Recurso desprovido. (TRT4, 00341-2007-662-04-00-3 RO. Rel. Denise Maria de Barros, Julgado em 11/12/2008).

É incontroverso que a ex-empregada criou a página, como também que por ali foram manifestadas várias agressões [...] O empregado, criador e moderador de comunidade em sítio de relacionamento (Orkut), que permite a veiculação de conteúdo com potencial ofensivo contra o empregador, está sujeito a responsabilidade civil. TRT02, Rel. Rafael e Pugliese Ribeiro, Processo nº: 00266 – 2007-022-02-00-3, julgado em 30/03/2010.

Sobre responsabilidade civil:

Em relação ao corréu XXX, é patente a prática de ofensas passíveis de indenização por danos morais. Como bem destacado pelo juízo, os documentos de fls. XXX, (...), apontam para expressões utilizadas por XXX como “Hey Any vai tomar no (...)”, “Nunca vi uma coordenadora tão chata e ignorante igual a ela”, “vaca”, “pu(...)” e outras indenizações ofensivas. TJ-SP, Rel. Vito Guglielmi, Apelação 994.09.288511-7, publicado em 23/02/2010.

Sobre não invasão de privacidade e validade das provas coletadas:

EMENTA PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME MILITAR. MENSAGENS CRIMINOSAS ENVIADAS PELA INTERNET. ACESSO AO CONTEÚDO DAS COMUNICAÇÕES DISPONIBILIZADO PELOS DESTINATÁRIOS. ACESSO AOS DADOS DE COMPUTADOR EM LAN HOUSE COM AUTORIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO JUDICIAL. INTERROGATÓRIO POR PRECATÓRIA. INVALIDADES NÃO RECONHECIDAS.

Envio de comunicações criminosas, contendo injúria, desacato e incitação à prática de crimes, por meio de computador mantido em Lan House. Só há intromissão na esfera privada de comunicações, a depender de prévia autorização judicial, na hipótese de interferência alheia à vontade de todos os participantes do ato comunicativo. Caso no qual o acesso ao conteúdo das comunicações ilícitas foi disponibilizado à investigação pelos destinatários das mensagens criminosas. Autoria de crimes praticados pela Internet desvelada mediante acesso pela investigação a dados mantidos em computador de Lan House utilizado pelo agente. Acesso ao computador que não desvelou o próprio conteúdo da comunicação criminosa, mas somente dados que permitiram identificar o seu autor. Desnecessidade de prévia ordem judicial e do assentimento do usuário temporário do computador quando, cumulativamente, o acesso pela investigação não envolve o próprio conteúdo da comunicação e é autorizado pelo proprietário do estabelecimento e do aparelho, uma vez que é este quem possui a disponibilidade dos dados neles contidos. Não é inválida a realização de interrogatório por precatória quando necessária pela distância entre a sede do Juízo e a residência do acusado. Não se prestigia a forma pela forma e, portanto, não se declara nulidade sem prejuízo, conforme princípio maior que rege a matéria (art. 499 do Código de Processo Penal Militar). Ordem denegada. HC 103425 AM (STF).

A próxima decisão, também avaliando as provas coletadas na web, reformou decisão de juízo monocrático criminal alegando que dados registrais do Orkut estão equiparados a documentos, cuja quebra de sigilo não tem como base a Lei nº 9.296/96, permitindo, assim, a quebra de sigilo para crime apenado com detenção:

INCITAÇÃO À PRÁTICA DE INFRAÇÃO PENAL. INTERNET. INVESTIGAÇÃO POLICIAL. QUEBRA DE SIGILO. C.P.P. POSSIBILIDADE.

*Reclamação. Sítio de relacionamento **Orkut**. Investigação policial. Incitação de crimes. Comunidade “Eu sei Dirigir Bêbado” e “Sou Menor Mas Adoro Dirigir”.*

Recusado representante legal da empresa que administra o sítio de relacionamentos na Internet em prestar informações sobre os membros e criadores das referidas comunidades. Conduta investigada que ostenta potencial para causar perda de vidas humanas, principalmente de jovens, que estariam sendo estimulados a conduzir veículos automotores sem habilitação ou em estado de embriaguez. Indeferimento pelo Juízo Criminal de pedido de requisição de informações e dados cadastrais de membros e criadores das comunidades, sob o fundamento de que a Lei nº 9.296 não autoriza a quebra do sigilo para apuração de crime apenado com detenção. Distinção entre comunicações

telefônicas e telemáticas e dados registraes respectivos, estes equiparados a documentos, cuja quebra de sigilo não tem como base a Lei nº 9.296/96, mas sim o Código de Processo Penal. Necessidade da medida. Informações imprescindíveis à investigação. Ponderação de interesses. Proporcionalidade e razoabilidade da medida. Benefícios à coletividade superiores ao desconforto de alguns membros das comunidades investigadas. **O direito à intimidade, que não é absoluto, deve ceder em função de interesse de maior dimensão. O direito à intimidade não se presta a impedir a apuração de crime, sob pena de converter-se em garantidor da impunidade.** Os princípios constitucionais delimitam a forma e a extensão do controle dos atos pelo Poder Público, estabelecendo o equilíbrio de armas entre a defesa e a acusação, mas não impedem a atuação estatal legítima e legal de **investigar** e punir condutas contrárias à lei penal. Procedência da Reclamação. (TJ-RJ. RECLAMAÇÃO – 2006.077.00062. JULGADO EM 21/12/2006. TERCEIRA CAMARA CRIMINAL – Unânime. Relator: Desembargador Marco Aurelio Bellizze). **Grifos nossos.**

No mesmo sentido:

INTERNET. QUEBRA DO SIGILO DE DADOS CADASTRAIS. MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS. LEI Nº 9296, DE 1996. INAPLICABILIDADE. RECLAMAÇÃO. SIGILO DE DADOS. PLEITO MINISTERIAL DE REFORMA DA DECISÃO QUE INDEFERIU MEDIDA CAUTELAR DE QUEBRA DO SIGILO DE DADOS CADASTRAIS DE USUÁRIOS DE INTERNET, PARA APURAÇÃO DE CRIMES DE APOLOGIA DE MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS, VEICULADOS PELO SITE DE RELACIONAMENTO ORKUT. INAPLICABILIDADE, IN CASU, DA LEI Nº 9.296/96. MEDIDA RAZOÁVEL E INDISPENSÁVEL PARA IDENTIFICAR OS AUTORES DOS DELITOS E, POR CONSEQUINTE, VIABILIZAR A PERSECUÇÃO CRIMINAL. RECLAMAÇÃO

A QUE SE DÁ PROVIMENTO. 1. Sendo a quebra de sigilo de dados cadastrais de usuários de Internet, no caso concreto, medida indispensável eis que se apresenta como a única via capaz de possibilitar a identificação dos autores das infrações penais investigadas, a fim de possibilitar a respectiva persecução criminal –, deve ser ela deferida, até porque o direito à intimidade dos usuários do site de relacionamento ORKUT deve ceder em função de um interesse maior, coletivo, qual seja, o de apuração de crimes de apologia de fatos delituosos – no caso, específico, de apologia de crime de maus-tratos contra animais –, até porque não se trata de quebra de sigilo de comunicação telemática, mas tão-somente de quebra de dados cadastrais, não havendo, por conseguinte, que se falar em aplicação da Lei nº 9.296/96. 2. Recurso provido. (TJ-RJ. RECLAMAÇÃO – 2007.077.000304. JULGADO EM 11/12/2007. SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL – Unânime. RELATOR: DESEMBARGADOR JOSE AUGUSTO DE ARAUJO NETO).

Assim, percebe-se que a evidência digital tem sido aceita em sede de tribunais, ou visando à validação de demissão por justa causa, ou visando à reparação de danos e, também, visando à restrição de direitos em matéria penal e processual penal e condenações penais, conforme as duas decisões a seguir:

PRISÃO PREVENTIVA. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO. ORDEM DENEGADA. “Habeas Corpus”. Tráfico de drogas. Associação para o tráfico. Prisão preventiva. Revogação. Ausência dos pressupostos da prisão cautelar. Violação ao princípio da presunção de inocência. Condições pessoais favoráveis. Encontrando-se devida e substancialmente fundamentada a decisão que indefere a revogação da prisão preventiva e demonstrado concretamente nos autos que a liberdade do paciente acarretará prejuízo à ordem pública, não há que se falar em constrangimento ilegal. Interceptações telefônicas, de mensagens de texto, **páginas pessoais na Internet (ORKUT)** e depoimentos colhidos **demonstram, em tese, a articulação do paciente e dos co-réus com o tráfico ilícito de drogas**. As condições pessoais favoráveis ao paciente, por si só, não representam um salvo conduto para a concessão da liberdade provisória. Não há que se falar em violação ao princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade, quando a garantia da ordem pública reclama a segregação do paciente. Ordem denegada. (TJRJ. HC – 2007.059.08122. JULGADO EM 13/12/2007. OITAVA CÂMARA CRIMINAL– Unânime. Relator: Desembargador Valmir Ribeiro). **Grifos nossos**.

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE RECEPÇÃO (ART. 180 DO CÓDIGO PENAL). PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL: FALTA DE JUSTA CAUSA E INÉPCIA DA DENÚNCIA. INICIAL ACUSATÓRIA AJUIZADA ANTES MESMO DO EXAME DE CORPO DE DELITO (ART. 158 DO CPP). POSSIBILIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. ORDEM DENEGADA.

É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em considerar excepcional o trancamento da ação penal pela via processualmente acanhada do habeas corpus. Via de verdadeiro atalho que somente autoriza o encerramento prematuro do processo-crime quando de logo avulta ilegalidade, ou abuso de poder (HCs 86.362 e 86.786, da minha relatoria; e 84.841 e 84.738, da relatoria do ministro Marco Aurélio). 2. No caso, a denúncia descreveu com suficiência os fatos supostamente ilícitos, não sendo exigível o grau de detalhamento requerido na impetração. Denúncia que permitiu ao acusado, então, o mais amplo exercício do direito de defesa. Pelo que não é de ser considerada como fruto de um arbitrário exercício do poder-dever de promover a ação penal pública. Noutros termos, o órgão acusatório não precisou aguardar a elaboração de um laudo pericial para enxergar, desde logo, nos elementos de prova então colhidos (inclusive depoimento testemunhal), a presença de indícios suficientes de autoria e da materialidade do delito. 3. O quadro empírico tracejado pelas instâncias originárias da causa não permite enxergar uma flagrante ausência de justa causa para a abertura da ação penal. Isso porque há indícios de que o paciente mantinha em depósito e expunha à venda **(inclusive com o auxílio da Internet)** mercadorias que “deveria saber” ser produto de crime. O que, em linha de princípio, preenche as coordenadas do § 1º do art. 180 do Código Penal. Presença de elementos concretos, de natureza indiciária, apontando o acusado como o autor do delito de receptação qualificada, descrito na inicial acusatória. Simples imputação que é de ser apreciada pelo Juízo natural da causa. 4. Ordem denegada. (HC 94875, Relator(a): Min. Ayres Britto, Segunda Turma, julgado em 31/08/2010, DJe-190 DIVULG 07-10-2010 PUBLIC 08-10-2010 EMENT VOL-02418-02 PP-00229). **Grifo nosso**.

Assim, a aceitação das evidências colhidas em meio digital é comum no Brasil, tendo de ser avaliada caso a caso e de acordo com as demais provas e indícios colhidos.

A certificação digital é regulamentada no Brasil pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil – <<https://www.iti.gov.br/icp-brasil>>), criada pela Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que tem como órgão fiscalizador o Instituto Nacional de Tecnologia da Informática, ITI (<www.iti.gov.br>). A ICP-Brasil pode ser considerada um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos, implementado por organizações governamentais e privadas nacionais, cuja meta é estabelecer as bases técnicas e metodológicas para a instituição de um sistema de certificação digital por meio de chaves públicas. A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão. Observa-se que o modelo adotado pelo Brasil foi o de certificação com raiz única, sendo que o ITI, além de desempenhar o papel de Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz), também tem o papel de credenciar e descredenciar os demais participantes da cadeia, supervisionar e fazer auditoria dos processos.

Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

PINHEIRO, 2009.

Idem.

Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

Por exemplo, no caso de uma fotografia digital retirada do âmbito da web, deverá haver, além da menção da fonte, a informação sobre as propriedades da foto quando existirem, representadas pelo *exif*.

United Nations Commission on International Trade Law (Comissão das Nações Unidas sobre Direito do Comércio Internacional).

BRASIL, 2000.

VAZ, 2015.

CISZEWSKI, 2008.

Referências

ADGHIRNI, Samy. Irã faz testes de mísseis capazes de atingir Israel. **Folha de S. Paulo**, 04 de julho de 2012.

AFONSO, Leonardo Singer. Fontes Abertas e Inteligência de Estado. **Revista Brasileira De Inteligência**. Brasília: Abin, v. 2, n. 2, abr. 2006, p. 49-62.

ALMEIDA NETO, Wilson Rocha. **Inteligência e Contraineligência no Ministério Público**. Belo Horizonte: Dictum, 2009.

ANATEL. **Resolução nº 477, de 07 de agosto de 2007**. Agência Nacional de Telecomunicações, 2007. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2007/9-resolucao-477>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

ANEEL. Site. Disponível em: <<http://aneel.gov.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

ANTT. **Concessões Ferroviárias**. Agência Nacional de Transportes Terrestres, s.d. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/ferrovias/arquivos/Concessoes_Ferrovitarias.html>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APONTADOR. **Sobre o Apontador**. Disponível em: <<https://institucional.apontador.com.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BARRETO, Alesandro Gonçalves. Fake News e Utilização de Fontes Abertas. **Direito & TI**, 04 mar. 2018. Disponível em: <<http://direitoeti.com.br/artigos/fake-news-e-utilizacao-de-fontes-abertas/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BARRETO, Alesandro Gonçalves; WENDT, Emerson; CASELLI, Guilherme. **Investigação Digital em Fontes Abertas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2017.

BILTON, Nick. **A Eclosão do Twitter**. S.l.: Portfolio Penguin, 2013.

BLUSA ajudou a identificar suspeito de sequestrar empresário em Ribeirão Preto, diz polícia. **G1 Ribeirão Preto e Franca**, 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/06/19/blusa-ajudou-a-identificar-suspeito-de-sequestrar-empresario-em-ribeirao-preto-diz-policia.ghtml>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BOATOS se espalham na web durante paralisação de caminhoneiros; veja as mensagens mais compartilhadas. **G1; O Globo; CBN; TV Globo; Extra**, 28 maio 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/boatos-e-espalham-na-web-durante-paralisacao-de-caminhoneiros-veja-as-mensagens-mais-compartilhadas.ghtml>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL, Ângela Bittencourt. O documento físico e o documento eletrônico. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 5, n. 42, 01 jun. 2000. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/1781>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Compras Governamentais**. Disponível em: <<http://www.compras.gov.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto de 26 de setembro de 1995**. Cria o Programa de Integração das Informações Criminais, e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 6.138, de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1995/Dnn3362.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.244, de 22 de maio de 2002**. Dispõe sobre o transporte aéreo, no País, de autoridades em aeronave do Comando da Aeronáutica. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4244-22-maio-2002-417363-norma-actualizada-pe.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.538, de 01 de agosto de 2011**. Altera o Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, remaneja cargos em comissão, e dá outras

providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7538.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.682, de 28 de fevereiro de 2012.** Altera o Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, para alterar o rol de grandes eventos abrangidos pelas competências da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7682.htm#art1>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do *caput* do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 73.177, de 20 de novembro de 1973.** Regulamenta a Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, modificada pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, de que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações necessárias ao Plano Nacional de Estatísticas Básicas e ao Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D73177.htm>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.432, de 09 de abril de 2015.** Restringe o uso de aeronaves do Comando da Aeronáutica em deslocamentos para o local de domicílio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8432.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.489, de 30 de Agosto de 2018.** Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segura e Defesa Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9489.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **I3GEO.** Portal do Software Público Brasileiro. Disponível em: <<https://softwarepublico.gov.br/social/i3geo>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm#art1>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018.** Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. Disponível em: <<http://www>>

[.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm#art3)>.

Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968.** Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5433.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5534.htm>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.** Institui o Código de Processo Civil. Revogada pela Lei nº 13.105, de 2015 (Vigência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1996.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.** Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9296.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9883, de 07 de dezembro de 1999.** Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9883.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **Portal da Transparência.** Controladoria-Geral da União. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BUTTRY, Steve. O básico da verificação: regras para seguir. In: SILVERMAN, Craig (ed.). **Manual de Verificação**: um guia definitivo para a verificação de conteúdo digital na cobertura de emergências. Traduzido pela Agência Paradox Center. European Journalism Center, s.d.

CAIXA. **Consulta Pública Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 5596/2013, de 16 de maio de 2013**. Proíbe o uso de aplicativos e redes sociais na internet para alertar motoristas sobre a ocorrência de blitz de trânsito. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=577194>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 7094/2017, de 14 de março de 2017**. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para definir como crime disseminar, divulgar, difundir, em redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, locais, datas e horários de atividade de fiscalização dos agentes da autoridade de trânsito. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2125310>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CAMINHÃO tanque explode e provoca incêndio em posto de gasolina em Imperatriz. **Norte do Tocantins**, 15 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.nortedotocantins.com.br/08/2013/caminhao-tanque-explode-e-provoca-incendio-em-posto-de-gasolina-em-imperatriz/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e Democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização nos serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 232 p.

CERON, João M.; WANNER, Paulo César Herrmann; GRANVILLE, Lisandro Z.; WERNECK, Bruno. Investigação de Crimes Relacionados à Pedofilia Utilizando Metadados de Imagens. **Proceedings of the Eighth International Conference on Forensic Computer Science**, 2013. Disponível em: <http://www.academia.edu/32192654/Investiga%C3%A7%C3%A3o_de_crimes_relacionados_%C3%A0_pedofilia_utilizando_metadados_de_imagens>.

3%A3o_de_Crimes_Relacionados_%C3%A0_Pedofilia_Utilizando_Metadados_de_Imagens>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CHEFE da máfia calabresa é preso na Itália graças à ‘ajuda’ do Facebook. **G1**, 16 mar. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1531223-5602,00-CHEFE+DA+MAFIA+CALABRESA+E+PRESO+NA+ITALIA+GRACAS+A+AJUDA+DO+FACEBOOK.html>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CHOW, Elaine. Police Use Google Street View to Solve Kidnapping Crime. **Gizmodo**, Aug. 01, 2009. Disponível em: <<https://gizmodo.com/police-use-google-street-view-to-solve-kidnapping-crime-5126020>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CINCO criminosos presos com o auxílio de redes sociais. **PC World/EUA**, 19 mar. 2010. Disponível em: <<https://pcworld.com.br/cinco-criminosos-presos-com-o-auxilio-de-redes-sociais/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CISZEWSKI, Alexandre. Orkut fake dá cadeia. **IG Jovem**, 15 ago. 2008. Disponível em: <http://jovem.ig.com.br/oscuecas/noticia/2008/08/15/orkut_fake_da_cadeia_1568457.html>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CNJ. **Banco Nacional de Mandados de Prisão**. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/bnmp/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

COM BASE em fotos do Facebook, juiz suspende auxílio-doença de trabalhadora. **Consultor Jurídico**, 31 maio 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-mai-31/base-fotos-facebook-juiz-suspende-auxilio-doenca>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CRESCENTI, Marcelo. Polícia italiana usa redes sociais para prender pichadores. **BBC Brasil**, 03 set. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140826_grafite_redes_mc_lk>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CNIS. Site. Disponível em: <<https://cnisnet.inss.gov.br/cnisinternet/faces/pages/perfil.xhtml>>. Acesso em: 30 dez. 2019

DAVEY, Monica. Suspect in 10 Kansas Murders Lived an Intensely Ordinary Life. **New York Times**, March 06, 2005. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/03/06/us/suspect-in-10-kansas-murders-lived-an-intensely-ordinary-life.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

DIAS, Victor R. C. S.; SILVA, Virginia de Araújo. **Psicopatologia e Psicodinâmica na Análise Psicodramática**. Vol. V. São Paulo: Ágora, 2016.

EUA DESMANTELAM rede online internacional de tráfico que vendia drogas para 3.000 usuários. **Tilt UOL**, 17 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2012/04/17/eua-desmatela-rede-online-internacional-de-trafico-que-vendia-drogas-para-3-mil-usuarios.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

FALCONI, Carlos Eduardo. Navegação Aérea: Como converter coordenadas geográficas. **Piloto Policial**, 21 set. 2009. Disponível em: <<http://www.piloto-policial.com.br/navegacao-aerea-como-converter-coordenadas-geograficas/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

FATIH, Tombul; BEKIR, Cakar. Police Use of Technology to Fight Against Crime. **European Scientific Journal**, vol. 11, n. 10, Apr. 2015, p. 286-296. Disponível em: <<http://ejournal.org/index.php/esj/article/download/5426/5322>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FERRO, Celso Moreira, Junior. **A Inteligência e a Gestão da Informação Policial**: conceitos, técnicas, tecnologias definidos pela experiência profissional e acadêmica. Brasília: Fortium, 2008.

FORDELONE, Yolanda. Dados de 6,4 milhões de clientes são expostos no site da Eletropaulo. **Estadão**, 06 set. 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/radar-tecnologico/tag/site/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

FOTOS em redes sociais ajudaram polícia a desarticular quadrilha no RS. **G1 RS**, 10 nov. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/11/fotos-em-redes-sociais-ajudaram-policia-desarticular-quadrilha-no-rs.html>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FREITAS, Ladislau. 20 Dicas para você detonar no Google. - **Superdownloads**, 21 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.superdownloads.com.br/materias/5796-20-dicas-detonar-no-google.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

GOODMAN, Marc. **Future Crimes**: tudo está conectado, todos somos vulneráveis e o que podemos fazer sobre isso. São Paulo: HSM Editora, 2015.

GOOGLE é condenado por imagem vexatória no serviço Street View. **Consultor Jurídico**, 20 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-dez-20/google-condenado-imagem-vexatoria-servico-street-view>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

GOOGLE SEARCH. **Fique por dentro**. Google, s.d. Disponível em: <http://www.google.com/intl/pt-BR_ALL/insidesearch/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

GOOGLE. **Remoção de conteúdo do Google**. Disponível em: <<https://support.google.com/legal/troubleshooter/1114905>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

IACP SOCIAL MEDIA. **International Association of Chiefs of Police 2014 Social Media Survey Results**. Disponível em <<http://www.iacpsocialmedia.org/wp-content/uploads/2017/01/2014SurveyResults.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

INSTITUTO de Previdência do RS cancela pagamento de 118 pensões irregulares desde 2015. **G1 RS; RBS TV**, 11 jul. 2019. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/07/11/instituto-de-previdencia-do-rs-cancela-pagamento-de-118-pensoes-irregulares-desde-2015.ghtml>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

INTERNET WORLD STATS. Site. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

JESUS, Aline. Mídias sociais estão sendo usadas para vender drogas aos jovens. **TechTudo**, 01 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/03/midias-socias-estao-sendo-usadas-para-vender-drogas-aos-jovens.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

JORGE, Higor Vinícius Nogueira; WENDT, Emerson. **Crimes Cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

JOSEPH, Anthony. Laughing in the face of terror: Belgians respond to police request not to tweet details of their hunt for the Paris killers by posting hilarious pictures of their cats. **Daily Mail**, 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3329998/Police-ask-Belgians-not-tweet-Brussels-raids-posted-pictures-cats.html>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

JUCESP. Site. Disponível em: <<http://www.institucional.jucesp.sp.gov.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

JUIZ usa Facebook para encontrar reclamante que tinha dinheiro para receber, em Parintins. **A Crítica**, 16 set. 2015. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/multimedia/news/juiz-usa-facebook-para-encontrar-reclamante-que-tinha-dinheiro-para-receber-em-parintins>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

JULIAN Assange, fundador do WikiLeaks, é preso na embaixada do Equador em Londres. **G1**, 11 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/11/policia-britanica-detem-assange.ghtml>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**. Tribunal Superior do Trabalho, s.d. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/certidao>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

KIRKPATRICK, David. **O Efeito Facebook: os bastidores da história da empresa que está conectando o mundo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

LEONARDI, Marcel. **Tutela e Privacidade na Internet**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LESSA, Breno Minucci. A invalidade das provas digitais no processo judiciário. **Conteúdo Jurídico**, 02 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-invalidade-das-provas-digitais-no-processo-judiciario,25613.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

LEXISNEXIS. **Social Media use in Law Enforcement:** crime prevention and investigative activities continue to drive usage. Nov. 2014.

LUTADOR acusado de espancar, matar e postar foto da vítima nas redes sociais é preso na Tijuca. **Extra**, 22 maio 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/lutador-acusado-de-espancar-matar-postar-foto-da-vitima-nas-redes-sociais-preso-na-tijuca-23686484.html>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MACEDO, Diane. Caught Web-Handed: Social Media Become Valuable Tool in Crime-Fighting. **Fox News**, Mar. 18, 2010, Last Update: Oct. 21, 2015. Disponível em: <<https://www.foxnews.com/tech/caught-web-handed-social-media-become-valuable-tool-in-crime-fighting>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARON, Dina Fine. How Social Media Is Changing Disaster Response. **Scientific American**, June 07, 2013. Disponível em: <<https://www.scientificamerican.com/article/how-social-media-is-changing-disaster-response/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

MÉXICO prende fugitivo exibicionista graças ao Facebook. **BBC Brasil**, 14 out. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/10/091008_mexico_facebook_dg.shtml>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MILLER, Carlin. Facebook Fugitive Chris Crego Gives Police Plenty of Help, Current Status: “Arrested”. **CBS News**, Feb. 09, 2010. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/news/facebook-fugitive-chris-crego-gives-police-plenty-of-help-current-status-arrested/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública;** Revisão das Normas Metodológicas: Renato de Araújo Cardoso e Emerson Wendt. 3.ed. Brasília: Coordenadoria-Geral de Inteligência, 2010.

MOSES, Asher. Snapped: camera thieves meet their match. **The Sydney Morning Herald**, Dec. 29, 2011. Disponível em: <<http://www.smh.com.au/digital-life/cameras/snapped-camera-thieves-meet-their-match-20111229-1pdkw.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

NASCIMENTO, Aline. Juíza investiga Facebook e nega pedido de jovens por defensor no AC. **G1 AC**, 02 maio 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/05/juiza-investiga-facebook-e-nega-pedido-de-jovens-por-defensor-no-ac.html>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

NETSABE. **NetSabe, o portal comercial de sua região**. Disponível em: <<http://www.netsabe.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia: razões de revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Breno Guimarães de. **Google: Ferramentas de ataque (e defesa) a sistemas**. Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança (GRIS), 2004. Disponível em: <<https://securityinformationnews.files.wordpress.com/2014/02/gris-2005-a-001.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

OLIVEIRA, Klaus Felinto de. **Estudo sobre os fatores que influenciam a decisão pela adoção do software livre em instituições públicas**. 28 out. 2010. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/estudo-sobre-os-fatores-que-influenciam-a-decisao-pela-adocao-do-software-livre-em-instituicoes-publicas.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PINHO, Débora. Advogado usa o Orkut para localizar devedor de pensão. **Consultor Jurídico**, 16 ago. 2008. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2008-ago-16/advogado_usa_orkut_localizar_devedor_pensao>. Acesso em: 30 dez. 2019.

POLÍCIA localiza suspeito de assassinato por fotos publicadas em rede social. **R7**, 14 nov. 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/minas-gerais/policia-localiza-suspeito-de-assassinato-por-fotos-publicadas-em-rede-social-14112014>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

POLÍCIA salva sequestrada que pediu socorro pelo Facebook nos EUA. **G1**, 27 dez. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/12/policia-salva-sequestrada-que-pediu-socorro-pelo-facebook-nos-eua.html>>.

Acesso em: 27 dez. 2019.

PRECISION COMPUTER INVESTIGATIONS. **How Computer Forensics Solved the BTK Killer Case**. Apr. 14, 2010. Disponível em: <<https://precisioncomputerinvestigations.wordpress.com/2010/04/14/how-computer-forensics-solved-the-btk-killer-case/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

RAKUTEN VIBER. **Política de Privacidade**. Última atualização em: novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.viber.com/pt-pt/terms/viber-privacy-policy/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

REGISTROS pela internet diminui 30% do movimento nas delegacias do PR. **G1 PR**, 04 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/parana/noticia/2012/09/registros-pela-internet-diminui-30-do-movimento-nas-delegacias-do-pr.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

REINALDO FILHO, Demócrito. A exibição da prova eletrônica em juízo – necessidade de alteração das regras do processo civil? **Migalhas**, 06 out. 2006. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI31031,21048-A+exibicao+da+prova+eletronica+em+juizo+necessidade+de+alteracao+das>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

RELATÓRIO de inteligência confia em fontes abertas. **Observatório da Imprensa**, 11 dez. 2007, n. 463. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/relatorio-de-inteligencia-confia-em-fontes-abertas/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

REMIZOWSKI, Leigh. Police identify Twitter user accused of making threat. **CNN**, Aug. 09, 2012. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2012/08/08/justice/new-york-twitter-threat/index.html>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

RIBEIRO, Anna Gabriela. Mulher morta após boato em rede social é enterrada em Guarujá, SP. **G1 Santos**, 06 maio 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-morta-apos-boato-em-rede-social-e-enterrada-nao-vou-aguentar.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

RODRIGUES, Alex. Abin confirma autenticidade de ameaça terrorista contra o Brasil. **Agência Brasil**, 14 abr. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/abin-confirma-autenticidade-de-ameaca-terrorista-contra-o-brasil>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

ROMANO, Raquel Alexandra. Documento eletrônico pode ser utilizado como prova. **Consultor Jurídico**, 23 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-fev-23/possivel-verificar-autenticidade-prova-documental-eletronica>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SAFERNET. **24.201 atendimentos e 4.059.137 denúncias**. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br/indicadores.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SEQUESTRADOR diz ter planejado crime com informações de rede social. **G1 SC**, 04 jun. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/06/sequestrador-diz-ter-planejado-crime-com-informacoes-de-rede-social.html>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SHACHTMAN, Noah. How to Restore Spies Credibility: Go Open Source. **Wired**, Dec. 14, 2007. Disponível em: <<https://www.wired.com/2007/12/how-to-restore/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SINIVEM. Site. Disponível em: <<http://www2.sinivem.com.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SITES usam código escondido para encontrar câmeras roubadas na web. **BBC Brasil**, 29 dez. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111229_site_cameras_tp.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2019.

STATISTA. **Leading countries based on number of LinkedIn users as of October 2019 (in millions)**. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/272783/linkedins-membership-worldwide-by-country/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

STEELE, Robert David. Site. Disponível em: <<http://robertdavidsteele.com/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SUÍÇA usa Google Earth para descobrir plantação de maconha. **BOL**, 29 jan. 2009. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/tecnologia/2009/01/29/suica-usa-google-earth-para-descobrir-plantacao-de-maconha.jhtm?x=-26&y=-284>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial 947274. Relator: Ministro Castro Meira. Revista Eletrônica de Jurisprudência.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **REsp. nº1.660.168 – RJ** (2014/0291777-1). Rel. Ministra Nancy Andrighi. Rel. para Acórdão Min. Marco Aurélio Belizze. Julgado em 08 maio 2018.

TARDÁGUILA, Cristina. Correntes falsas de WhatsApp provocam linchamentos e mortes na Índia. **Época**, 02 jul. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/Analise/noticia/2018/07/correntes-falsas-de-whatsapp-provocam-linchamentos-e-mortes-na-india.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

TELEGRAM. **Telegram Privacy Policy**. Disponível em: <<https://telegram.org/privacy>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. **Banco de mandados ajuda na prisão de foragido no Sul**. 23 ago. 2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. AG.INT.Nº: 1000393-30.2017.8.26.0189/50000. Relator(a): Roberto Mac Cracken. Comarca: Fernandópolis. Órgão julgador: 22ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 28 fev. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Agravo Interno nº 70015426174. 17ª **Câmara Cível**. Relator: Desembargadora Elaine Harzheim Macedo.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo: AIRR–170040-58.2005.5.12.0041. Data de Julgamento: 22 abr. 2009. Relator Ministro: Vantuil Abdala, 2ª Turma. Data de Publicação: DEJT 26 jun. 2009.

TWITTER. **Como publicar fotos ou GIFs no Twitter**. Central de Ajuda. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/using-twitter/tweeting-gifs-and-pictures>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

VAZ, Camila. Condenação de estudante que ofendeu nordestinos terá efeito educativo nas redes sociais. **Jusbrasil**, 24 jul. 2015. Disponível em: <<https://amilavazvaz.jusbrasil.com.br/noticias/212151057/condenacao-de-estudante-que-ofendeu-nordestinos-tera-efeito-educativo-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

VESPA, Talyta. Polícia identifica 5 suspeitos de linchamento no Maranhão. **Veja**, 13 jul. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/policia-identifica-5-suspeitos-de-linchamento-no-maranhao/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

WENDT, Emerson; BARRETO, Alesandro Gonçalves. **Inteligência Digital**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

WENDT, Emerson; LOPES, Fábio Motta. **Investigação Criminal**: ensaios sobre a arte de investigar crimes. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

WHATSAPP. **Dados Jurídicos do WhatsApp**. Disponível em: <<https://www.whatsapp.com/legal/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

WIKIPÉDIA. **Motor de Busca**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Motor_de_busca>. Acesso em: 27 dez. 2019.

INVESTIGADOR_Z

+ de 200
Títulos



e-Book

50% mais barato que o livro impresso.

Confira
nosso
catálogo!



À venda nos sites das melhores livrarias.





INVESTIGADOR_Z

Investigação Digital em Fontes Abertas

Barreto, Alesandro Gonçalves

9788574528199

280 páginas

[Compre agora e leia](#)

As atividades de inteligência de segurança pública e de investigação policial têm potencializado a utilização de fontes abertas para produção de conhecimento e/ou provas. Vários são os casos bem-sucedidos de prisão, localização de foragidos, identificação de testemunhas e produção de provas com informações disponíveis livremente na web. A obra auxilia o leitor no processo de qualquer investigação moderna, em especial a criminal. Dentre as novidades, destaca-se a coleta de informações no Facebook e na Deep Web.

[Compre agora e leia](#)

Jule Hintzbergen Kees Hintzbergen
André Smulders Hans Baars

Fundamentos de Segurança da Informação

Com base na ISO 27001 e na ISO 27002



INVESTIGADOR_Z

Fundamentos de Segurança da Informação

Baars, Hans

9788574528670

256 páginas

[Compre agora e leia](#)

Este livro prático e de fácil leitura explica de forma clara as abordagens, ou políticas, de gerenciamento de segurança da informação que muitas organizações podem analisar e implementar nos seus negócios. Ele aborda: Os requisitos de qualidade que uma organização pode ter para informações. Os riscos associados com os requisitos de qualidade no uso das informações. As medidas defensivas que são necessárias para mitigar os riscos associados. Como garantir a continuidade do negócio em caso de desastre. Se e quando reportar acidentes para fora da organização. O livro também é útil para aqueles que desejam se preparar para um exame ISFS (Information Security Foundation) do EXIN. Um dos apêndices do livro traz um modelo do exame ISFS, incluindo comentários sobre as opções de resposta para as questões, ou seja, o anexo pode ser usado como treinamento para o exame oficial. Todos os conceitos de segurança da informação apresentados nesta versão do livro estão baseados nas normas ISO/IEC 27001:2013 e ISO/IEC 27002:2013. Além disso, o texto também faz referência a outros padrões internacionais de segurança da informação relevantes, quando apropriado. O livro também traz um estudo de caso real ao longo dos seus capítulos para demonstrar como os controles apresentados nas normas são levados da teoria à prática em um ambiente operacional.

[Compre agora e leia](#)

INVESTIGADOR_Z

Jeferson Fernando Noronha Vitalino
Marcus André Nunes Castro



Descomplicando o Docker

✓ 2ª EDIÇÃO
ATUALIZADA



Prefácio de
Jérôme Petazzoni



Descomplicando o Docker 2a edição

Vitalino, Jeferson Fernando Noronha

9788574529028

152 páginas

[Compre agora e leia](#)

Descomplicando o Docker 2ª edição atualizada - Best Seller! Don't panic! O assunto é bem mais fácil do que parece. :) Você se interessou por esse negócio de containers, porém ainda tem dificuldade de assimilar algum conceito? Está buscando aprender? Neste livro você irá entender na prática como utilizar containers Docker de uma forma que (realmente) esperamos que seja divertida! Haverá muitas explicações, analogias, exemplos, tudo para que você consiga dominar o Docker e a utilização de containers de forma efetiva. Então, para você que é desenvolvedor, o Docker vai proporcionar maior autonomia e flexibilidade. Nesta segunda edição foram adicionadas muitas novidades, como o Docker Secrets e o Docker Stack. Foram acrescentados mais exemplos práticos e o restante do livro foi praticamente todo atualizado, tudo para que a sua experiência seja ainda mais agradável e proveitosa.

[Compre agora e leia](#)

Bergson Lopes Rêgo

Gestão e Governança de Dados

Promovendo dados como ativo de valor nas empresas

- Alinhado ao DAMA-DMBOK®
- Livro pioneiro em português



Apoia



Gestão e Governança de Dados: Promovendo dados como ativo de valor nas empresas

Rêgo, Bergson Lopes

9788574526294

312 páginas

[Compre agora e leia](#)

Alinhado ao DAMA-DMBOK®; Livro pioneiro em português. Apoiada por organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento dos assuntos ligados à Gestão de Dados, tais como o Data Governance Institute e a DAMA® - Data Management Association -, aos poucos a Gestão e Governança de Dados surge no mercado brasileiro de forma muito mais abrangente, englobando funções anteriormente esquecidas ou mal gerenciadas pelas organizações. Entre os assuntos abordados destacamos: Conceitos básicos de Gestão de Dados; Papéis, responsabilidades e formas de estruturação da disciplina Gestão de Dados nas empresas; Conceitos básicos sobre Big Data; Governança de Dados; Visão geral do guia DAMA-DMBOK®; Modelagem de Dados; Arquitetura de Dados; Gestão de Dados Mestres e Referência; Qualidade de Dados; Gestão de Dados Moderna e suas boas práticas; Desenvolvimento profissional e informações básicas sobre as certificações da área.

[Compre agora e leia](#)

Leandro Costa da Silva

Gestão e Melhoria de Processos



**Conceitos, Técnicas
e Ferramentas**



Gestão e Melhoria de Processos: Conceitos, Técnicas e Ferramentas

da Silva, Leandro Costa

9788574527567

152 páginas

[Compre agora e leia](#)

Este eBook é orientado para profissionais especialistas em processos, analistas de negócios, gestores e líderes que buscam melhorar seus resultados financeiros, níveis de serviços de processos e satisfação de clientes de forma sustentável, obtendo maior competitividade e espaço no mercado. Por meio de uma linguagem simples e direta, centrado na concepção de que as empresas são um complexo de processos que interagem por meio de trocas de produtos e serviços, o autor apresenta conceitos e exemplos práticos da aplicação de ferramentas de melhoria, como mapa de processos, SIPOC, diagrama de Pareto, análises de tempos e movimentos, dentre outras consagradas pelas metodologias e práticas de Lean e Six Sigma, mantendo o foco na busca por produtividade e competitividade. Apresenta ainda uma proposta de evento Kaizen a ser desenvolvido visando contribuir para a simplificação e a melhoria dos processos organizacionais. "Gestão e Melhoria de Processos" é para aqueles profissionais que desejam desafiar os níveis atuais de performance de suas organizações e torná-las mais produtivas e competitivas.

[Compre agora e leia](#)

INVESTIGADOR_Z